

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIENCIAS HUAMANAS LESTRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

GENIELY RIBEIRO DA ASSUNÇÃO

**A (DES) PROTEÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE: UMA
ANÁLISE À LUZ DA AVALIAÇÃO DO PROJÓVEM URBANO
SEGUNDO SEUS/AS USUÁRIOS/AS NO MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA/PB**

**João Pessoa-PB
2010**

GENIELY RIBEIRO DA ASSUNÇÃO

**A (DES) PROTEÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE: UMA
ANÁLISE À LUZ DA AVALIAÇÃO DO PROJovem URBANO
SEGUNDO SEUS/AS USUÁRIOS/AS NO MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Linha de pesquisa: Políticas Sociais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

**João Pessoa-PB
2010**

A851d Assunção, Geniely Ribeiro da.

A (des)proteção social da juventude: uma análise à luz da avaliação do Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as no município de João Pessoa-PB / Geniely Ribeiro da Assunção.-- João Pessoa, 2010.

226f. : il.

Orientadora: Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Serviço Social. 2. Projovem Urbano – avaliação.
3. Proteção e desproteção social. 4. Programas Sociais.

UFPB/BC

CDU: 36(043)

GENIELY RIBEIRO DA ASSUNÇÃO

**A (DES) PROTEÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE: UMA
ANÁLISE À LUZ DA AVALIAÇÃO DO PROJovem URBANO
SEGUNDO SEUS/AS USUÁRIOS/AS NO MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Marlene de Melo Barboza Araújo
(Membro Externo)

Prof.^a Dr.^a Elisângela de Oliveira Inácio
(Membro Interno)

**João Pessoa-PB
2010**

AGRADECIMENTOS

A Deus pela presença constante, pelo discernimento e acima de tudo pelo dom da vida.

À minha mãe Lourdes, e ao meu pai Reginaldo, sempre tão afetuosos e presentes em minha trajetória de vida, além de ser meu maior exemplo de dignidade, respeito e amor.

Ao meu esposo, companheiro e amigo Isaac pelo aconchego, carinho e motivação, bem como por acreditar ser possível a concretização desse processo.

A minha irmã Luciene, ao meu sobrinho Matheus – que impacientemente cobrava minha presença – e ao meu cunhado Osivaldo, pela torcida permanente e pelo carinho recebido.

A todos/as familiares (tios/as e primos/as) pelo incentivo, apoio e exemplo de unidade e respeito.

À minha segunda família, representada na pessoa de D. Israelita (sogra), pelo acolhimento, incentivo e amizade.

À professora Bernadete, companheira desde os primeiros passos de minha formação acadêmica – da graduação a pós-graduação – pela disponibilidade, sabedoria, confiança, amizade e acima de tudo, pela aprendizagem e pelo exemplo de vida.

À querida Sandrinha pela referência de apoio, disponibilidade e companheirismo no SEPACOPS e na vida.

Às/aos amigos/as da turma do mestrado 2008.1, em especial, à Lívia e Isabel pela construção coletiva no que diz respeito ao amadurecimento intelectual e pessoal, e sobremaneira, pelo afeto e amizade.

Ao corpo docente da Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPB, pela formação dispensada, pelo conhecimento (re) construído e pelos vínculos estabelecidos.

Às/aos funcionários/as do PPGSS pela boa prestação dos serviços e disposição em contribuir com o nosso processo de formação.

À dona Maria, Rosa, Paulo e Lívia mais que amigas/o e sim parte de minha família, pela força, incentivo e pelos momentos de lazer e diversão, tão essenciais para a vida.

Aos/às amigos/as de profissão da Escola Frutuoso Barbosa: Jairismar, Leda, Josefa, D. Iza que acompanharam e me apoiaram desde o início desse processo.

Aos/às amigos/as do atual local de trabalho – Escola Municipal Cícero Leite – pela compreensão nos momentos de ausência e pelo apoio recebido. Em especial, à Samara, Natália, Elenilza, Aparecida, Rejane, Carlos, professores/as e alunos/as.

Aos/às amigos/as que durante muito tempo estivemos juntos na luta pela construção de uma sociedade de justiça e igualdade, através da participação nos movimentos juvenis e no Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba.

A todos/as os/as jovens participantes desta pesquisa do Projovem Urbano, do Núcleo Raimundo Nonato do Conjunto Gervásio Maia, maiores protagonistas no resultado deste trabalho. E aos/as educadores/as do Programa sempre presentes em todas as etapas da pesquisa.

À Coordenação do Projovem Urbano do Município de João Pessoa/PB pela disposição dos dados, pela abertura e acolhida a esta pesquisa.

RESUMO

Este estudo investigativo versa sobre a Avaliação do Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as na cidade de João Pessoa/PB a partir da perspectiva da (Des) Proteção Social da Juventude. A construção desse objeto resulta de uma preocupação legítima em torno dos atuais indicadores sociais que caracterizam a realidade de muitos/as jovens pobres no País. Parte-se do entendimento de juventude enquanto categoria social determinada historicamente. Essa concepção implica em analisar os/as jovens da sociedade brasileira contemporânea e perceber neles/as traços de uma sociedade capitalista marcada pelas relações contraditórias de produção e reprodução social. Em virtude de uma dinâmica social excludente e desigual, a juventude torna-se vítima da pobreza, da violência, do desemprego estrutural, da destruição dos direitos sociais e de uma série de desdobramentos advindos das transformações ocorridas na ordem do Capital e no mundo do trabalho que acentuam, dessa forma, o processo de desproteção social da maioria, dentre ela a juventude. Para proceder a esse processo investigativo embasou-se nas seguintes categorias de análise: Transformações societárias contemporâneas, Juventude, Proteção/Desproteção Social, Avaliação de Programas Sociais. Adotar a perspectiva de avaliação de programas sociais implica perseguir uma metodologia de investigação que lança mão de uma leitura crítica da realidade de modo a articular os elementos micro e macrosocietários que perpassam e configuram as políticas sociais na contemporaneidade, em especial, no trato das questões que perpassam a juventude. Trata-se de uma pesquisa social aplicada junto a 39 usuários/as do Projovem Urbano, do Núcleo Raimundo Nonato, localizado no Conjunto Gervásio Maia, na cidade de João Pessoa/PB. Como instrumental metodológico recorreu-se ao Sistema de Indicadores de Avaliação de Programas Sociais (SIAPS) à luz de três indicadores sociais: acessibilidade, qualidade e efetividade do Projovem Urbano. Quanto ao acesso ao Programa constatou-se que os/as jovens entrevistados/as não apresentaram dificuldades, embora os meios oficiais de divulgação do Programa não conseguiram atingir diretamente o segmento jovem que obteve informações através da comunidade. Na avaliação de seus/as usuários/as o Projovem Urbano apresentou qualidade na prestação dos serviços oferecidos e um percentual expressivo não apresentou problemas com relação ao Programa. Outro indicador que apontou qualidade ao Programa relacionou-se ao fato de mais de 80% ter atribuído conceito de ótimo a bom. No que se refere ao indicador social de efetividade atesta-se que a maioria dos/as jovens indicou a efetividade do Programa a partir dos seguintes aspectos: atendimento das necessidades (qualificação profissional e educacional), satisfação com as ações desenvolvidas pelo Programa, sobretudo, nos aspectos subjetivos e indicação de mudanças na vida após a participação no Programa. Verifica-se, porém, a fragilidade do Programa no que diz respeito à dimensão da “Participação Cidadã”, por se tratar de um aspecto que foi secundarizado pelos/as jovens no decorrer deste estudo investigativo. Em termos conclusivos, atesta-se a efetividade do Projovem Urbano junto aos seus/as usuários/as, no município de João Pessoa/PB. Contudo, dada a complexidade que conforma a realidade juvenil no atual contexto do Capital, o que tem diversificado o surgimento de novas demandas sociais, se coloca como um grande desafio o atendimento político dessas necessidades pelo atual Sistema de Proteção Social brasileiro, e, de modo específico, no âmbito das Políticas Públicas de Juventude em processo de construção em um contexto macrosocietário em que a juventude brasileira ainda continua a viver um processo de desproteção social.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude, Proteção e Desproteção Social, Avaliação de Programas Sociais

ABSTRACT

This investigation concerns the Urban Projovem evaluation according to its users in João Pessoa/PB from the perspective of (Un)Social Protection of Youth. The construction of this object is the result of a legitimate concern about the current social indicators that characterize the reality of many young people. This study comes from the understanding of youth as a social category historically determined. The concept involves analyzing the young people of contemporary Brazil and see them the features of a capitalist society marked by the contradictory relations of social production and reproduction. By virtue of a social exclusion and unequal dynamic, the youth becomes a victim of poverty, violence, structural unemployment, the destruction of social rights and a series of developments arising from changes occurring in the order of capital and the world of work stressing, thus, the process of social unprotection of most, youth included. To conduct this research process it was based on the following analysis categories: contemporary societal transformations, Youth, Social Protection/unprotection, Evaluation of Social Programs. Adopting the perspective of social program evaluation involves pursuing a research methodology that makes use of a critical reading of reality in order to articulate the micro and macro elements that pervade and set social policies in contemporary times, especially in dealing with issues that involve their youth. This is an applied social research among 39 Urban Projovem users from the center RaimundoNonato, located in the community Gervasio Mayan, in the city of Joao Pessoa / PB. As a methodological tool we used the System of Indicators for the Evaluation of Social Programs (SIAPS) through three social indicators: accessibility, quality and effectiveness of Urban Projovem. About the access to the program, it was found that the young people interviewed did not present the difficulties, although the official media to publicize the program could not directly reach the youth segment that information obtained through the community. In the evaluation of Urban Projovem users', it was presented the quality in the provision of services offered and a significant percentage had no problems with the program. Another indicator that pointed to the quality program related to the fact that more than 80% have assigned or great or good concept. With regard to the social indicator of effectiveness this study confirms that the majority of the young people indicated the effectiveness of the program from the following aspects: meeting the needs (vocational and educational), satisfaction with the actions taken by the program, especially subjective aspects and indications of changes in life after attending the program. There is, however, the fragility of the Program with respect to the size of the "Citizen Participation", because it is a secondary aspect by the young during this investigative study. In terms conclusive, attests to the effectiveness of Urban Projovem, according to its users in the city of João Pessoa / PB. However, given the complexity that shapes the youth reality in the current context of the Capital, which have been diversified the emergence of new social demands, stands as a major political challenge to service these needs by the current Social Protection System in Brazil, and in a particular way, under the Youth Public Policies in the construction process in a macro context where youth in Brazil still experiences a lack of social protection.

KEYWORD: Youth, Social Protection and unprotection, Evaluation of Social Programs

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – A (DES) PROTEÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	15
1.1 Juventude: a tentativa de construção teórica.....	15
<i>1.1.1 A juventude numa perspectiva histórica.....</i>	<i>16</i>
<i>1.1.2 As concepções contemporâneas acerca da juventude a partir do advento da modernidade</i>	<i>20</i>
1.2 O papel do Estado no processo de desenvolvimento do capitalismo e a emergência das políticas sociais	27
<i>1.2.1 O Estado capitalista e a emergência das políticas sociais</i>	<i>28</i>
<i>1.2.2 A intervenção do Estado capitalista sobre a ótica do liberalismo, do Welfare State e do neoliberalismo.....</i>	<i>32</i>
1.3 A (Des) Proteção Social da juventude no atual contexto do capital: uma análise à luz da realidade brasileira	41
<i>1.3.1 Alguns aspectos marcantes da construção do Sistema de Proteção Social Brasileiro</i>	<i>42</i>
<i>1.3.2 A (Des) proteção social da juventude</i>	<i>51</i>
CAPÍTULO 2 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E A CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA PROJovem	59
2.1 As Políticas Públicas de Juventude no Brasil: avanços e retrocessos	60
<i>2.1.1 A importância da participação juvenil no cenário político</i>	<i>61</i>
<i>2.1.2 A emergência das Políticas Públicas de Juventude no contexto brasileiro</i>	<i>70</i>
2.2 A Política Nacional de Juventude	78
<i>2.2.1 A construção da Política Nacional de Juventude</i>	<i>78</i>
<i>2.2.2 O Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE e a luta por direitos</i>	<i>82</i>
2.3 O Projovem: “carro-chefe” da Política Nacional de Juventude	86
<i>2.3.1 Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem</i>	<i>88</i>
<i>2.3.2 Projovem Integrado: qual é a novidade?.....</i>	<i>93</i>
<i>2.3.3 Especificidades do Projovem Urbano</i>	<i>96</i>
CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DO PERFIL IDENTITÁRIO E SÓCIOECONÔMICO DOS/AS JOVENS USUÁRIOS/AS DO PROJovem URBANO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB: TRAÇOS DA DESIGUALDADE E DA DESPROTEÇÃO SOCIAL	104
3.1 O Programa Projovem Urbano no Município de João Pessoa/PB	106
<i>3.1.1 Caracterização do Projovem Urbano no Município de João Pessoa/PB</i>	<i>106</i>
<i>3.1.2 Núcleo do Projovem Urbano Raimundo Nonato – Conjunto Gervásio Maia: traços característicos do lócus da pesquisa</i>	<i>113</i>

3.2	Perfil dos/as usuários/as do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB	117
3.2.1	<i>Análise dos Dados Pessoais: traços da desigualdade social</i>	117
3.2.2	<i>Análise dos Dados Socioeconômicos: traços da desigualdade e da desproteção social</i>	130
CAPÍTULO 4 – A AVALIAÇÃO DO PROJOVEM URBANO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB SEGUNDO SEUS/AS USUÁRIOS/AS: PROTEÇÃO OU DESPROTEÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE?.....		151
4.1	O Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as à luz do indicador de acessibilidade	155
4.2	O Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as à luz do indicador de qualidade	172
4.3	O Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as à luz do indicador de efetividade	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS		203
REFERÊNCIAS		213
APENDICES		226

INTRODUÇÃO

Este estudo investigativo versa sobre a Avaliação do Programa Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as na cidade de João Pessoa/PB, a partir da perspectiva da (Des) Proteção Social da Juventude.

A construção desse objeto de estudo decorre de um conjunto de experiências vivenciadas tanto no campo da militância social, como também durante o processo de formação acadêmica desta pesquisadora.

As primeiras aproximações em torno da categoria **juventude** deram-se por meio da inserção desta pesquisadora junto a uma diversidade de grupos juvenis eclesiais e de entidades da sociedade civil preocupadas com a realidade juvenil e com o debate acerca das políticas públicas de juventude. Essa experiência foi intensificada durante o período de 2000 a 2010, no Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba¹.

Do ponto de vista acadêmico destaca-se a experiência desta pesquisadora junto ao Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEACOPS), pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, no qual pode-se participar na condição de bolsista (PIBIC/CNPq) de alguns projetos de pesquisa, tais como: “Análise do Estado da Arte sobre Pobreza na Paraíba” e “Avaliação dos Atuais Programas de Proteção Social”. Além disso, foi possível amadurecer uma série de inquietações acerca da agravante realidade vivida pela juventude, no processo de elaboração do TCC, quando na ocasião foi tratada da temática “Juventude e Políticas Públicas: limites e possibilidades do Programa Agente Jovem no município de João Pessoa/PB.”

Nessa direção, ressalta-se que a construção desse objeto é fruto de uma preocupação legítima em torno dos atuais indicadores sociais que caracterizam a realidade de muitos/as jovens pobres no País.

Em virtude da problemática que cerca a realidade de um número significativo de jovens brasileiros/as, levantaram-se algumas questões norteadoras deste estudo investigativo, a saber: existe no contexto atual um processo de proteção ou desproteção social do segmento juvenil? Há efetividade nos programas sociais destinados a esse segmento? Esses programas sociais são avaliados segundo os interesses dos/as seus/as usuários/as?

¹ O Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba é uma instância de articulação, organização, espiritualidade e mobilização dos diversos grupos juvenis (pastorais juvenis, movimentos eclesiais juvenis e projetos de juventude) organizados na Arquidiocese da Paraíba.

Diante dessas e de outras questões, a construção desse objeto de estudo deu-se em torno das seguintes categorias centrais de análise: Juventude, Proteção ou Desproteção Social e Avaliação de Programas Sociais.

Em torno da categoria juventude faz-se necessário observar que este estudo pauta-se na concepção de juventude enquanto uma construção social (GROPPO, 2000), demarcada historicamente através de aspectos de toda ordem: econômica, política, cultural e social. Esse entendimento pressupõe analisar a juventude no movimento dialético da sociedade, situando-a de acordo com o tempo e o espaço, sem esquecer os determinantes micro (subjetivos) e macrossociais (estruturais) como fundamentais na conformação dessa categoria social.

Partir dessa concepção implica em analisar os/as jovens da sociedade brasileira contemporânea e perceber neles/as traços de uma sociedade capitalista marcada pelas relações contraditórias de produção e reprodução social.

Trata-se de um contexto em que prevalece nessas últimas décadas, e ao longo da formação sócio-histórica e econômica do País, uma tendência de enorme desigualdade no que diz respeito à distribuição de renda, gerando, assim elevados níveis de pobreza. “[...] um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania.” (BARROS; HENRIQUES; MEDONÇA, 2001, p.21)

A juventude representa um número expressivo da população vitimizada por essa cruel dinâmica social. Nesse cenário, a juventude vê-se cotidianamente desafiada pelas conseqüências que tal processo impõe a toda população. Na busca pela sobrevivência, muitos/as jovens pobres, oriundos/as de famílias também vítimas desse processo excludente, veem-se compelidos/as a estabelecer uma batalha diária na luta contra a pobreza, a violência, o desemprego estrutural, a destruição dos direitos sociais e ao conjunto de transformações ocorridas no mundo do trabalho, com desdobramentos perversos para quem do trabalho depende para sobreviver, ou seja, para a classe trabalhadora.

Com efeito, dada à gravidade dessa problemática e ao poder de organização social dos sujeitos jovens, já não era mais possível o Estado tratar tais questões à revelia de suas responsabilidades, no que se refere ao atendimento político das necessidades sociais pautadas pelos/as jovens, em função das expressões concretas da “questão social”.

Além disso, à medida que os/as jovens ganharam a cena pública de forma organizada exigindo que suas necessidades fossem atendidas na perspectiva dos direitos, tem-se uma inversão quanto à intervenção social do Estado até então recorrente, que vislumbrava o

segmento juvenil como “problema”, mas pressionado, passa a reconhecer esse segmento como detentor de direitos sociais.

É, portanto, a partir desse momento que se verifica, na sociedade brasileira – de forma tardia e ainda incipiente – a emergência de um conjunto de programas e projetos sociais, bem como o debate e aprovação de uma legislação que preconiza de forma específica os direitos da juventude. (BAPTISTA, 2008).

Na verdade, “[...] a visibilidade da categoria juventude como alvo da ação pública é recente no país, concorrendo, para tanto, os desdobramentos da conjuntura econômica e social e episódios de natureza violenta envolvendo jovens.” (SPOSITO, 2007, p.07). Contudo, não se pode negar que, as iniciativas empreendidas nessas últimas décadas (1990-2010) por parte do Estado, ganharam uma expressividade nunca vista antes na história recente brasileira.

Aos poucos, as ações ganharam dimensões e *status* diferenciados, passando de projetos a programas, ou mesmo no que diz respeito à formação de espaços institucionais importantes, a exemplo, da Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude e inúmeros outros espaços públicos, que pouco a pouco foram emergindo na esfera local, especificamente, nas capitais dos estados brasileiros.

No conjunto das ações voltadas para o segmento juvenil destaca-se o Programa Projovem Urbano, como um dos focos principais de análise deste estudo, em função da necessidade metodológica de definir dentre as várias ações existentes, um programa específico para o desenvolvimento da pesquisa, da qual este estudo propôs.

Como parte integrante do Programa Projovem Integrado, o Projovem Urbano, em linhas gerais tem como finalidade a reinserção dos/as jovens no processo de escolarização, potencializar as oportunidades de trabalho a partir de capacitação profissional e estimular a participação dos/as jovens em ações coletivas de interesse público e a ampliação do acesso dos/as jovens à cultura. (SALGADO, 2008).

Além disso, justifica-se a escolha desse Programa por ele representar, dentre a diversidade de ações públicas existentes atualmente destinadas ao segmento juvenil, um dos programas sociais de maior expressão no que diz respeito à sua estrutura nacional, bem como ao número de usuários/as atendidos/as por ele em todo o País.

De modo específico, recorreu-se na fase de construção/coleta dos dados a apenas um dos núcleos do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB que apresentasse de forma mais expressiva, jovens em situação de vulnerabilidade, em virtude do atual quadro de desproteção social que afeta a juventude brasileira. Assim, a pesquisa desenvolveu-se junto a

39 usuários/as do Projovem Urbano, participantes do Núcleo Raimundo Nonato, localizado no Conjunto Gervásio Maia, na cidade de João Pessoa/PB.

Este estudo investigativo apresenta como **objetivo:** avaliar a efetividade do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB, segundo os/as usuários/as de acordo com a perspectiva da Proteção ou da Desproteção Social.

Adotar essa perspectiva – de avaliação dos programas sociais - significa perseguir uma metodologia de investigação que lança mão de uma leitura crítica da realidade de modo a articular os elementos micro e macrosociais que perpassam e configuram as políticas sociais na contemporaneidade no trato das questões da população brasileira, e em especial, das questões que perpassam a juventude.

Segundo Barreira, de modo geral, a avaliação consiste em um processo intrínseco às relações e ações humanas que se desenvolvem de forma contínua individual e/ou coletivamente. Em outros termos, “[...] pensar sobre um acontecimento já nos leva a um julgamento ou uma atribuição de valor. Assim, o processo de avaliar gera uma tensão entre o dado objeto e o subjetivo.” (2000, p.17).

Alguns estudos (ALMEIDA, 2004 e 2008; BARREIRA, 2001; BELLONI, 2001; CARVALHO, 1999; RICO, 1999; SILVA E SILVA, 2001, dentre outros) chamam atenção sobre a avaliação no campo da gestão institucional como a possibilidade de fomentar experiências emancipatórias mediante a participação de diferentes sujeitos sociais: financiadores, gestores, técnicos e usuários. Diante disso, a avaliação tende a ser também um modo de fazer política em razão da participação substantiva no processo de gestão dos programas sociais.

Nesse enfoque, a Avaliação efetiva-se como um instrumento de controle social em torno da superação da natureza ambígua das políticas sociais brasileiras, que ao invés de serem destinadas a todos como direito, é excludente e sequer conseguem contribuir para a elevação dos níveis de vida da população usuária de seus programas, projetos, serviços e ações. (ALMEIDA, 2008)

No campo da investigação, a avaliação também adquire essa conotação política quando analisada de modo crítico a partir da superação do imediatismo analítico que comumente perpassa a análise avaliativa ao tomar a política social na totalidade social, enquanto política que não se distingue da economia. Contudo, convém inferir que a política social não é apenas razão tecnocrática (financiamento, burocracia, planejamento, avaliação), mas emerge para responder tanto a acumulação acelerada do capital, bem como as

necessidades sociais dos movimentos sociais, dos segmentos, grupos e organizações da sociedade civil.

A partir desse entendimento, as políticas sociais não são meras políticas estatais, elas são, acima de tudo, políticas públicas porque incorporam tanto ações institucionais do Estado como de grupos ou organizações sociais.

As políticas públicas são compreendidas como as de responsabilidade do Estado quanto à implementação e manutenção, a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

Consoante esse entendimento, a avaliação é parte constitutiva do processo da política pública. Ou seja, ele não é unicamente formulação e implementação de ações. A avaliação integra-se a esse processo como atividade permanente que acompanha todas as fases da política pública, desde a identificação do problema da política até a análise das mudanças sociais advindas da intervenção pública. (CARVALHO, 2003, p.186)

Ademais, a avaliação não pode ser entendida isoladamente em sua visão intervencionista ou academicista, isto é, de forma separada enquanto avaliação de experiências desenvolvidas por uma dada política social ou enquanto uma pesquisa avaliativa sobre uma determinada política social. Trata-se de um duplo movimento em que a ação dos financiadores, gestores, técnicos e usuários das políticas, programas e projetos sociais, alimenta-se e retroalimenta-se dos estudos analíticos dos pesquisadores e estes das experiências vivenciadas por esses atores sociais. Desse modo, “[...] fazer políticas públicas avaliando o processo de fazer, em diálogo permanente entre pesquisadores e fazedores de política, é um processo de aprendizado que melhora o alcance e a eficácia de uma política”. (FONSECA, 2003, p. 10)

A avaliação, enquanto uma metodologia de investigação e intervenção advém da complexificação do seu sentido comum, entendida como uma ação que se realiza espontaneamente ao se emitir um juízo de valor sobre o que se faz ou as decisões que se pretende tomar na vida cotidiana. Essa complexificação avaliativa efetiva-se na superação do senso comum. Origina-se do entendimento de que a avaliação embora possa envolver uma ação individual, ela funda-se em opção ou decisão política, cultural e econômica por exprimir uma dada realidade social, portanto, eivada de interesses muitas vezes contraditórios.

O fato de se exprimir em uma dada realidade, no caso a realidade juvenil “[...] as políticas sociais (e sua avaliação) não se autonomizam dos contextos históricos em que se

realizam. Associadamente à oferta de serviços via fundo público, difundem-se concepções de democracia e de partilha de poder e riqueza; o que se faz reacendendo na experiência mesmo a tradição sócio-histórica”. (BARBOSA, 2003, p. 11)

Decerto, as políticas sociais inserem-se numa determinada formação sócio-histórica, nas relações entre estrutura e superestrutura, entre Estado e sociedade civil. No caso da realidade brasileira, para Gomes (2001), a avaliação das políticas sociais deve ser pautada a partir da perspectiva de cidadania e da democracia, na direção de apropriar-se dos desafios apresentados historicamente pela sociedade brasileira. A avaliação nesse sentido, “[...] tem uma perspectiva política que deve ser resgatada no sentido de contribuir para garantir a efetivação e universalização dos direitos de cidadania, [...]” (GOMES, 2001, p.18).

A partir, portanto, dessa concepção teórica este estudo recorreu, em termos metodológicos, ao Sistema de Indicadores de Avaliação de Programas Sociais (SIAPS), enquanto instrumental metodológico que consiste em

[...] um conjunto de indicadores sintéticos ou compostos que avaliam os programas sociais na perspectiva da garantia dos direitos, isto é, na perspectiva da inclusão social aos bens e serviços produzidos coletivamente pela sociedade, que se expressam no campo do atendimento das necessidades básicas (a sobrevivência) e políticas (cidadania e justiça social). (ALMEIDA, 2002 *apud* ALMEIDA, 2008, p.07)

O SIAPS busca avaliar os programas sociais a partir dos seguintes indicadores sociais: acessibilidade - envolve as dimensões avaliativas de oportunidade e pertinência; qualidade – recorre-se às dimensões de atendimento e satisfação; e efetividade – trata-se dos aspectos referentes à validade, confiabilidade, praticidade e utilidade.

A utilização do SIAPS enquanto instrumento metodológico pressupõe, no decorrer do processo investigativo, a aplicação de metodologias quanti-qualitativas tanto nas fases da coleta e da análise dos dados.

No processo de coleta dos dados utilizou-se os seguintes instrumentos e técnicas: o questionário e a ficha cadastral do Programa e a recorrência aos dados censitários disponibilizados pelo IBGE e IPEA, além de outras fontes bibliográficas (fontes secundárias). Tais instrumentais foram utilizados no intuito de levantar informações primárias e secundárias acerca do Projovem Urbano e de seus/as usuários/as.

Quanto à análise dos dados recorreu-se a leitura estatística descritiva (uso de tabelas, gráficos e quadros) para o tratamento das questões objetivas e à análise de conteúdo por categorização temática (BARDIN, 2007) para o tratamento das questões subjetivas.

No processo de construção deste estudo adotou-se o referencial teórico-metodológico de cunho histórico-crítico, à luz da leitura marxista de autores contemporâneos, como: Marco Aurélio Nogueira, Marilda Villela Iamamoto, José Paulo Neto, Ivanete Boshetti, Elaine Behring, Berenice Rojas Couto, Bernadete de Lourdes F. Almeida, Potyara Amazoneida Pereira e outros/as. Em suma, a leitura marxista sobre o real implica buscar analisar o objeto de estudo na perspectiva de sua totalidade por considerar os aspectos históricos, políticos, econômicos, ideológicos, culturais e subjetivos que esse real constitui.

Este estudo estrutura-se a partir de 04 (quatro) capítulos. No Capítulo I, apresentam-se breves notas conceituais acerca da categoria juventude, em torno de uma perspectiva histórica e das atuais concepções que conformam essa categoria. Além disso, busca-se situar o papel do Estado no desenvolvimento da sociedade capitalista e a emergência das políticas sociais, bem como trata do processo de (Des) proteção social da juventude nos marcos da ideologia neoliberal.

No que se refere ao Capítulo II, este estudo pautou suas discussões acerca do atual debate sobre a emergência das Políticas Públicas de Juventude no contexto brasileiro, dando ênfase nessa trajetória a participação juvenil. Ainda nesse Capítulo sinalizou-se para as principais iniciativas surgidas nesse percurso, por meio da criação de projetos, programas, secretarias e conselhos de juventude, com destaque para a caracterização do Programa Projovem e de suas modalidades programáticas.

O Capítulo III, além de caracterizar o Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB, trata dos aspectos analíticos que conformam o perfil identitário dos sujeitos deste estudo investigativo, representados nos/as usuários/as do Projovem Urbano do núcleo Raimundo Nonato no Conjunto Gervásio Maia.

E no Capítulo IV apresenta-se a análise da avaliação do Projovem Urbano, segundo seus/as usuários/as à luz dos indicadores de acessibilidade, qualidade e efetividade. Seguem-se as considerações finais, as referências, os apêndices e os anexos.

Por fim, salienta-se que este estudo propõe contribuir na construção de novas produções científicas acerca desta problemática que envolve a juventude brasileira e avaliação dos programas sociais. Sabe-se também, que não se pretende exaurir as discussões acerca desta temática, dada à complexidade que o objeto ora investigado apresenta, além de que a produção do conhecimento consiste em um processo inacabado e, portanto, circunscrito a interesses investigativos temporais e espaciais.

CAPÍTULO 1 – A (DES) PROTEÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Na atual conjuntura, a juventude tem sido vítima das determinações sociais ocasionadas pelo sistema capitalista, marcado pelo caráter neoliberal. Determinações essas que podem ser identificadas a partir do aprofundamento dos níveis de desigualdade social, ataque frequente aos direitos sociais e trabalhistas, agudizamento da pobreza, aumento da violência, desemprego estrutural, dentre outras expressões concretas da “questão social”. Esse processo se particulariza, principalmente, na vida dos/as jovens pobres, filhos e filhas da classe trabalhadora, que têm cotidianamente seus direitos violados, na medida em que o atual Sistema de Proteção Social não consegue atender sequer as suas necessidades vitais mínimas, ocasionando, assim, o agudizamento da desproteção social desse segmento.

Diante dessa realidade, propõe-se neste Capítulo elaborar uma tentativa de construção teórica acerca da categoria juventude, a partir de uma perspectiva histórica com ênfase aos aspectos contemporâneos que imprimem características bem específicas à juventude.

Numa perspectiva mais ampla da totalidade da vida social, sentiu-se a necessidade de analisar o papel do Estado no processo de desenvolvimento do capitalismo e a emergência das políticas sociais. Nesse contexto, tratou-se também de situar a intervenção do Estado a partir da ótica do liberalismo, do *Welfare State* e do Neoliberalismo.

Dando continuidade a esse percurso analítico reservou-se uma parte do estudo para tratar do processo de (Des) Proteção da juventude no atual contexto do capital à luz da realidade brasileira. Para tanto, optou-se inicialmente de apontar alguns aspectos que marcam a construção do Sistema de Proteção Social Brasileiro, para em seguida apontar qual o lugar da juventude nesse processo, se é que durante esse percurso, algum lugar foi reservado a juventude.

1.1 Juventude: a tentativa de construção teórica da categoria

A construção da categoria juventude, como uma condição transitória, porém, importante de desenvolvimento da vida dos indivíduos é demarcada na história a partir de determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais. Esses determinantes em dado

momento histórico acabam atribuindo significados próprios ao segmento juvenil, que nem sempre teve seu reconhecimento enquanto sujeitos constituintes da vida social.

Assim, parte-se do entendimento de juventude enquanto uma categoria que se constrói no conjunto das relações sociais, na qual, segundo Groppo (2000), a juventude é definida como uma categoria social. Na medida em que se define a juventude enquanto categoria, esta se torna concomitantemente uma representação e/ou expressão da cultura e da sociedade, bem como situa-se como algo concreto da vida social. A partir disso, pode-se dizer que “[...] a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos.” (GROPPO, 2000, p. 07).

Ainda sobre essa definição da juventude enquanto categoria social, Groppo (2000) destaca a importância de perceber que ao longo da história da humanidade, sobretudo, com o advento da sociedade moderna, várias transformações foram imputadas à juventude. Isto implica dizer, que se trata de representações sociais e simbólicas, vividas com muita intensidade e de forma muito diversa no cotidiano da vida social, “[...] devido à sua combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social – e, devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e gênero.” (GROPPO, 2000, p.15).

Portanto, as discussões que se seguem são resultantes do esforço de compreender a juventude numa perspectiva histórica atravessada por mediações de toda ordem, o que irá imprimir a essa categoria particularidades muito próprias, a depender do contexto em que ela se situa e se desenvolve.

1.1.1 A juventude numa perspectiva histórica

Partindo de uma perspectiva crítica pode-se afirmar que a juventude é, hoje, resultado de processos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais de longa duração, ou seja, a concepção de juventude foi se construindo historicamente no contexto das transformações societárias, gerando nesse movimento dialético traços bem peculiares em torno do entendimento acerca da juventude. Para tanto, parte-se do entendimento de juventude enquanto uma categoria social, determinada por elementos diversos que acabam por

conformar o tecido social, e por conseqüência, todos os sujeitos sociais constituintes ativos desse processo.

De acordo com Cassab (2001, p.64), as noções atribuídas à juventude se diferem no tempo e nas particularidades que marcam as sociedades. Em outros termos, nas palavras dessa autora isso significa dizer que,

Em cada período histórico e nas várias formações sociais, as concepções, as representações, as funções atribuídas aos jovens na vida social e a compreensão de seu desenvolvimento serão diferentes. Além desta diversidade, no interior da própria formação social, haverá diferenças a partir da posição que o jovem ocupa nas relações sociais.

Na Grécia Antiga, por exemplo, a noção de juventude estará relacionada ao espaço da cidade e a figura masculina (dos rapazes), no qual o culto a beleza, a valorização da educação como meio de alcançar a civilidade, e a questão da homossexualidade se constituíram como marcas da ideia de juventude, embora, até o surgimento da sociedade romana a vida fosse marcada por três momentos bem definidos: a infância, a idade adulta – adquirida por meio da maturidade – e a velhice.

No entanto, o reconhecimento da juventude enquanto uma fase específica que marca a existência humana estará vinculada à concentração da propriedade privada, ao capital e ao processo de escravidão, sendo fortemente difundida na sociedade romana. Esse modo de organização irá gerar um processo de urbanização, o qual ocasionou, por outro lado, o surgimento de uma “massa de despossuídos” que não usufruíram dos benefícios advindos desse processo.

Nesse cenário, a preocupação com a juventude se dá tendo em vista o entendimento dessa categoria, enquanto um período marcado pela dependência e pela necessidade de ocupar o tempo ocioso com a educação, como meio de se preparar para a vida adulta, entendida como uma fase de muitas responsabilidades. Portanto, já naquele período sinalizavam-se algumas percepções e iniciativas de controle sobre a juventude, por entendê-la como potencialmente perigosa no processo de desenvolvimento das cidades.

Assim, a noção de juventude inicia-se “[...] sob o signo de exclusão; ela vai surgir diretamente para os rapazes e, mais do que isso, apenas para aqueles oriundos dos segmentos dominantes da sociedade.” (CASSAB, 2001, p. 66). Ou seja, estará presente nessa noção de juventude, uma relação desigual entre homens e mulheres, logo, uma questão de gênero, tendo em vista que ser jovem do sexo feminino implicava, nesse contexto, não ter sequer reconhecida sua existência enquanto pessoa humana.

Outra característica que marca as relações sociais e a concepção sobre a juventude na sociedade romana, também posteriormente em outras sociedades, é o recorte de classe, uma vez que, nesse dado momento histórico ser rapaz pobre ou rico era um elemento determinante para o reconhecimento deste enquanto jovem. Desse modo, não eram considerados jovens os rapazes pobres e escravos no mundo romano. A questão da juventude estava vinculada, nesse contexto, ao poder aquisitivo daqueles que usufruíam de muita riqueza.

No percurso histórico de construção da categoria juventude, destaca-se que na Idade Média, a juventude passa a assumir outras conotações. Na verdade, como assevera Cassab (2001, p.67), trata-se de um momento histórico em que “[...] a juventude não era reconhecida enquanto período de preparação para a vida e de desenvolvimento do corpo e do intelecto, deixando, portanto, de lhe ser atribuída qualquer característica peculiar.” Não há nesse momento, nenhuma delimitação etária, apenas considerava-se um período da vida em que se devia privar pela liberdade.

A educação, assim como no mundo romano, não aparecia como uma prioridade a ser experienciada por todas as pessoas e tão pouco se ligava a uma determinada faixa etária, o que acabara por deixar de fora do processo educativo uma importante parcela da juventude.

Com a emergência da Modernidade, nos primórdios da industrialização, provocará mudanças significativas em torno da noção de juventude, ou seja, do que é ser jovem. Essas mudanças, na verdade, acompanharam a dinâmica de transformações que ocorreram na vida dos sujeitos e nas suas relações com o advento da sociedade moderna (capitalista).

No que se referem as mudanças ocorridas em torno da categoria juventude destacam-se algumas. Uma delas, diz respeito ao afastamento dos jovens ricos – filhos da burguesia – do mundo do trabalho e a sua aproximação com um processo de escolarização sistemática que inclui, inclusive, o acesso à universidade. Aos jovens pobres, restava-lhes à dura imposição de inserção no serviço militar.

Vale ressaltar, porém, que houve várias reações desses jovens quanto à obrigatoriedade ao alistamento militar. Embora, mais adiante “[...] o serviço militar passa a ser visto como uma oportunidade de liberação do trabalho, em que os rapazes já estavam muitas vezes desde os sete anos, e de autonomização frente a autoridade paterna [...]” (CASSAB, 2001, p. 68).

Tais transformações revelam o quanto o recorte de classe definia, e ainda define claramente a condição juvenil². Aos/as jovens pobres nenhuma oportunidade de escolarização

² “Existem, pelo menos, cinco elementos cruciais para a definição da condição juvenil em termos ideais-objetivo maior de políticas: i) a obtenção da condição adulta, como uma meta; ii) a emancipação e a autonomia, como

lhes era proporcionada, restava-lhes então, a inserção no mundo do trabalho. E mais do que isso, para esses/as jovens, filhos e filhas de famílias pobres, além de terem sido compelidos, desde tenra idade, a trabalhar para ajudar no sustento familiar, chega a juventude e ainda continuam submetidos as piores formas de trabalho.

Em outros termos, isto implica dizer, que além do “direito à infância lhes terem sido subtraídos quando crianças” (ARAÚJO, 2006), para os/asfilhos/filhas de famílias pobres, a fase de vida correspondente àjuventude, simplesmente não existia. O que existia de fato nesse contexto, era a inserção no mundo do trabalho de forma extremamente precarizada.

De acordo com Aparecida Cassab (2001, p.69),

A ambigüidade que a identidade dos jovens carrega, nas sociedades industriais, oscilante entre esperança e ameaça, vai produzir, nas instituições especializadas para lidar com esse segmento etário, um tipo de prática de supervisão compulsiva sobre eles. [...] a juventude passa a ser identificada como um período de emoções violentas, agressividades, instabilidade emocional e curiosidade sexual sem limites.

Percebe-se com isso, que historicamente a juventude foi alvo de ações baseadas no controle e na repressão, principalmente, do ponto de vista moral, uma vez que, por muitos ângulos foi vista apenas como um momento da vida que precisa ser vigilantemente observado. Não se trata, porém, de uma preocupação com a sua proteção, com o seu bem-estar, nem tampouco de dar as garantias necessárias para o seu desenvolvimento nas dimensões física, intelectual, econômica, social e cultural.

O que se constata, no entanto, é que ao longo da história a preocupação central em torno da juventude girava em torno das “ameaças” que os jovens, nesse caso pobres, principalmente, do sexo masculino, poderiam representar para o bom e ‘harmonioso’ desenvolvimento das cidades e do modo de produção capitalista, que fincava suas bases estruturantes e se fortalecia nas sociedades industriais.

Esse cenário se agrava mais ainda, se no centro dessas ações encontram-se os jovens pobres, compelidos desde muito cedo a trabalharem, geralmente a partir dos 10 anos e submetidos às piores formas de trabalho, ou seja, as piores formas de violação de direitos humanos. Como situação degradante, cita-se a falta de acesso à escola, principalmente para os jovens pobres. Assim, para esses jovens a universalização do acesso à escola como um direito humano fundamental simplesmente não existia.

trajetória; iii) a construção de uma identidade própria como questão central, iv) as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e v) as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização.” (UNESCO, 2004, p. 26)

A questão da iniciação precoce no mundo trabalho chegou a ser citada por Marx e Engels, na “A Ideologia Alemã”. Naquela ocasião os autores destacaram que,

[...] a personalidade do proletário em particular e as condições de vida que lhe são impostas, quer dizer, o trabalho, é lhes perfeitamente perceptível tanto mais que tem sido sacrificado desde a sua mais tenra juventude e não poderá alcançar, dentro da sua classe, as condições que lhe permitiriam passar para outra classe. (MARX; ENGELS, 1982, p.82).

Diante disso, passar pela juventude nesse período implicava viver um tempo de renúncia e de aniquilamento dos seus desejos, sonhos e esperanças atingindo, sobremaneira, os/as jovens filhos/filhas da classe trabalhadora.

No contexto, entreo final do século XIX e o início do século XX, a imagem do vagabundo, do libertino e do rebelde estará muito vinculada à juventude. “Surge neste momento, a figura do delinquente juvenil, aquele que, inconformado com a condição de pobreza de seus pais e alimentando desejos de consumo, ocupa as ruas das cidades.” (CASSAB, 2001, p. 70).

A construção da figura de “delinquente juvenil” terá como principal aliada a mídia escrita, que se esforçará para reservar as páginas policiais de seus jornais, a fim de veicular notícias que envolvessem esses sujeitos. Algo que se estende e amplia-se, é claro que com outras nuances, até os dias atuais.

1.1.2 As concepções contemporâneas acerca da juventude a partir do advento da Modernidade

Ao analisar historicamente, percebe-se que a juventude está associada na Modernidade à sua inserção no mundo do trabalho, ou seja, serão caracterizados jovens aqueles/as que vivem um momento de transição para se tornarem maduros e devidamente aptos, a partir de traços físicos, para o trabalho.

Sobre esse aspecto vale ressaltar, ainda que de forma breve, o fato de que no início do século XX na expansão do capitalismo monopolista, marcado pela intensificação do trabalho nas indústrias, “[...] da força de trabalho industrial de São Paulo uma terça parte é constituída de mulheres, metade aproximadamente são operários e operárias menores de 18 anos e 89 menores de 14 anos.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 129), sob o agravante da intensa

jornada de trabalho de 14 horas diárias. Não só a juventude, mas mulheres e crianças inseridas no mundo do trabalho apresentam condições de sujeição.

[...] mulheres e crianças estarão sujeitas à mesma jornada e ritmo de trabalho, inclusive noturno, com salários bastante inferiores. O operário contará para sobreviver apenas com a força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. [...] Não possuirá também garantia empregatícia ou contrato coletivo, pois as relações de trabalho permanecem estritamente no campo privado, constituindo contrato particular entre patrão e empregado, regido pelo Código Civil. [...] Para as suas necessidades de ensino e cultura ficarão, basicamente, na dependência de iniciativas próprias ou da caridade e filantropia. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 129-130).

O nível de desproteção social da classe trabalhadora em que se insere a juventude é marcante, tendo em vista que compoendo uma importante força produtiva no contexto do capital monopolista, tem sua vida usurpada pelo processo de exploração característico desse sistema.

Outro aspecto a chamar atenção nesse período da história diz respeito à condição e o contexto vivido pelas jovens mulheres. Ao considerar que a *onipresença de gênero perpassa todas as relações sociais* e, como tal, ocorre em todas as classes sociais (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995; ARAÚJO, 2006), ser jovem e mulher, implica vivenciar experiências bem diferenciadas. A vigilância familiar sobre sempre foi intensamente realizada. As questões colocadas, impositivamente, sobre as jovens nesse período giram em torno da predestinação para o casamento e para os serviços manuais e domésticos, até mesmo quando estavam inseridas nas fábricas. Além disso, o desejo de aprender algum ofício era comumente cerceado. Portanto “[...] a juventude era um tempo pensado sempre no masculino.” (CASSAB, 2001, p.71).

Assim, nota-se que o gênero é uma categoria universal que estrutura relações sociais a partir da oposição feminino/masculino e, por conseguinte, constitui “[...] uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo da sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses” (LAVINAS, 1997, p. 16). Desse modo, torna-se imprescindível evidenciar a dimensão de gênero em torno das discussões acerca da categoria juventude e das políticas públicas destinadas a adolescentes e jovens.

Embora a questão gênero não se constitua como categoria central deste estudo, ressalta-se a relevância de considerar essa dimensão de gênero nos estudos acerca da

juventude, ou melhor, sobre crianças, adolescentes e jovens, uma vez que também pela discussão de gênero, entendida como uma das categorias fundamentais da organização social é possível entender como indivíduos se inserem socialmente.

Para Araújo (2006) a questão de gênero também é determinante ao longo da vida, tanto no usufruto de oportunidades, como no momento das escolhas, no percurso de vida percorrido, além do fato de que a partir do gênero os indivíduos participam de certas experiências e ocupam lugares específicos.

Portanto, o gênero diferentemente do sexo, é uma relação que se constrói socialmente, e que no processo de construção da identidade juvenil acaba por ser determinante já que, existem diferenças no modo de viver a juventude por parte de ambos os sexos (masculino/feminino), independente da classe social a que pertençam.

Ainda sobre a temática de gênero nos estudos sobre juventude, recorre-se as considerações de Novaes (2003, p.122), ao destacar o fato de que,

Gênero e raça são outros dois recortes que interferem nas trajetórias dos jovens. As moças pobres se “beneficiam” do crescimento do emprego doméstico, mas as moças de classes sociais diferentes ganham menos que os rapazes quando ocupam os mesmos postos de trabalho. Mas se a “boa aparência”, exigida para certos postos de trabalho, exclui os jovens e as jovens mais pobres, esse “requisito” atinge particularmente jovens negros e negras. Enfim, ser pobre, mulher e negra ou pobre, homem e branco faz diferença.

A breve inserção em torno da categoria de gênero torna-se importante, que se espera contribuir no avanço do debate teórico, bem como na compreensão de práticas sociopolíticas mais inovadoras rumo à desconstrução desse paradigma histórico social, que têm balizado práticas sociais diferenciadas no tratamento das questões que atingem homens e mulheres.

Do ponto de vista do debate teórico intenta-se contribuir para a construção de novas relações sociais em que se reconheça a importância da questão de gênero como uma dimensão que permeia a vida social de forma efetiva. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Porquanto, os papéis e os lugares ocupados por homens e mulheres não são o produto de um destino biológico, mas de inserções culturais subjetivamente diferenciadas, construídas em sociedade (ARAÚJO, 2006).

Assim, afirma-se a relevância da questão de gênero nos estudos, pesquisas, nas práticas sociais (intervenção), e nas políticas públicas destinadas aos/as jovens.

Diante do exposto, assinala-se que, de um modo geral a noção de juventude é tecida a partir do contexto histórico e das mudanças ocorridas no bojo das sociedades imprimindo,

assim, à juventude características bem peculiares. É na Modernidade, com a expansão e o desenvolvimento da industrialização, que a juventude ganha visibilidade enquanto uma fase de transição importante para o desenvolvimento da vida dos sujeitos.

A criação das instituições modernas do século XIX e XX – como a escola, o Estado, o direito, o mundo do trabalho industrial etc. – também se baseou no reconhecimento das faixas etárias e na institucionalização do curso da vida. [...] a modernidade é também o processo histórico-social de construção das juventudes como hoje as conhecemos. (GROPPO, 2000, p. 12)

De fato, a juventude é hoje resultado de processos histórico-sociais, político, econômicos e culturais de longa duração. Pelo exposto, nota-se que a condição juvenil sempre esteve muito ligada à espera da fase adulta, principalmente, por esta se caracterizar como um momento de amadurecimento físico e intelectual e de aquisição de experiências. Geralmente, não se tratava de um momento vivido com muito prazer, principalmente, pelos jovens pobres devido ao controle exercido pelas instituições, como a família e a escola, quando estes tinham acesso à mesma.

O processo de aquisição de experiência se constitui em uma fase difícil e árdua. “A juventude era mais um período de privações, com pouca autonomia e constrangido pelas convenções sociais [...], a inserção definitiva no mundo adulto era antes esperada com impaciência por parte dos jovens [...]” (ABAD, 2003, p. 25).

As mudanças societárias contemporâneas ocorridas ocasionam alterações significativas no bojo das instituições e na vida em sociedade, imprimindo, assim, características bem peculiares à condição juvenil. Dentre essas mudanças destacam-se: a crise da família tradicional e o surgimento de novos arranjos familiares; as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho; o surgimento de novos atores sociais no cenário político e social, entre estes, jovens de ambos os sexos; o avanço do processo de globalização que põe em xeque as idéias de Nação e Território, dentre outras mudanças.

A fase da adolescência, geralmente, entendida como o momento de interlocução entre a infância e a juventude tem chegado com muita rapidez, tornando a infância um período muito curto da vida. Enquanto isso, a juventude passou a ser entendida como um momento vivido em um maior espaço de tempo. Muitas pessoas atualmente querem ser jovem, mesmo aquelas que já passaram dos 30 anos de idade. Esse fenômeno pode ocorrer, especialmente, devido a ideia de uma cultura juvenil intensamente divulgada pelos meios de comunicação

que, na verdade, aliados à lógica de mercado, busca estimular o consumo por esse segmento da sociedade.

Para Abad (2003, p.25), em consequência de todas essas mudanças pode-se afirmar que,

A nova condição juvenil se constrói sobre o pano de fundo da crise das instituições tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta hegemônica [...]. Essa nova condição juvenil se caracteriza por uma forte autonomia individual (especialmente no uso do tempo livre e do ócio), pela avidez em multiplicar experiências vitais, pela ausência de grandes responsabilidades de terceiros, por uma rápida maturidade mental e física, e por uma emancipação mais precoce nos aspectos emocionais e afetivos, ainda que atrasada no econômico, com o exercício mais precoce da sexualidade.

Dessa forma, percebe-se o quanto a juventude na contemporaneidade se diferencia das gerações anteriores, seja na relação com o mundo dos adultos ou nos aspectos relacionados à questão política, econômica e afetiva-sexual. Nesse contexto, porém, o mercado assume a primazia das relações sociais, em função da lógica neoliberal, e a juventude passa a ser um dos principais alvos do discurso calcado na ideia de liberdade e do narcisismo, que só se concretiza a partir dessa nova doutrina econômica – o neoliberalismo –, centralizada no fetiche do consumo.

Sob essa ótica, compreende-se que a juventude se inscreve no movimento dinâmico da sociedade passando, assim, a assumir características diferenciadas de acordo com o tempo e o espaço. Ou seja, o fato de ela estar inserida nesse movimento dialético, torna-se mais difícil generalizar um conceito próprio para esta categoria. Porém, é possível apresentar nesse percurso algumas características universais que marcam a juventude.

Ainda sobre essa temática, Souza (1999) afirma que a juventude se constitui a partir de duas perspectivas: como preocupação social e como um problema sociológico.

Na primeira perspectiva, da juventude como preocupação social, caracteriza-se a juventude

[...] como uma fase da vida dos indivíduos marcados por circunstâncias de instabilidade, associada a determinados problemas que vão se evidenciando como próprios, embora compartilhados por uma mesma faixa de idade em momentos que se constituem como uma cultura juvenil. (SOUZA, 1999, p.17)

A partir dessa compreensão, a juventude passa a ser analisada nas suas particularidades, de modo a identificar nesse contexto os aspectos referentes às demandas específicas no campo social, econômico e cultural apresentadas de forma distinta por esse

segmento da sociedade e determinadas pelo modo como as relações sociais são produzidas e reproduzidas. Sendo assim, como preocupação social a juventude ganha espaço no campo do debate político e da intervenção dos poderes públicos nas questões relativas a essa fase da vida.

Por outro lado, ao partir da concepção da juventude como preocupação social, vários setores da sociedade passam a desenvolver ações de caráter repressivo e de controle junto aos/as jovens. O que revela um traço conservador e simplista na forma de compreender e atender às reivindicações dos/as jovens.

Como problema sociológico, o que marca a juventude, segundo Souza (1999), são as abordagens teóricas que buscam explicar as possibilidades de semelhanças entre jovens ou grupos de jovens, como também as diferenças sociais existentes entre os mesmos.

Sobre esse aspecto é importante registrar que ao longo da história, a produção teórica acerca da categoria juventude ocorreu de forma muito tímida. É também, com o advento da Modernidade, que essa produção ganha um escopo mais amplo, inclusive, os campos do saber que passaram a investigar mais sistematicamente a juventude enquanto uma categoria social.

Dialogando com a referida autora, Carrano (2000) assevera que seria mais adequado compreender a juventude na sua complexidade que não é estática, porém variável. Além disso, trata-se de uma categoria que se distingue por suas muitas maneiras de existir nos diferentes tempos e espaços.

Assim, torna-se pertinente relativizar o critério etário na definição sobre a juventude e estar atento, por outro lado, as questões relacionadas à classe social, gênero, etnia, geração, dentre outros aspectos que acabam sendo determinantes na construção da identidade juvenil no curso do tempo.

Nesse sentido, já existe nos estudos sobre essa categoria uma defesa pelo reconhecimento da noção de juventude no plural – juventudes –, por se tratar de uma fase da vida experimentada de forma diversa.

Para Sposito (2003), essa interpretação ocorre devido à diversidade de situações existenciais que marcam a vida dos jovens. Em outros termos pode-se dizer que, as pessoas que se encontram nessa fase da vida não a experimentam da mesma forma, ou seja, ela é vivenciada de forma heterogênea de modo a considerar os vários aspectos que constitui a vida de qualquer ser humano, que vão desde a questão biológica às condições sócio-econômicas desses sujeitos. Não se quer, contudo, atribuir uma visão fragmentada de tipos de jovens, tendo em vista ser possível identificar elementos comuns que marcam as juventudes.

De acordo com Groppo (2000, p.15),

Esta concepção alerta-nos sobre a existência na realidade de grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sócio-cultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero etc. – saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios.

Dessa forma, a interpretação do que é ser jovem ocorre de acordo com a vivência e a identidade construída no espaço social, histórico, econômico, político e cultural, da maneira específica de cada juventude. Um exemplo dessa visão ocorre à medida que se pergunta para a juventude do *skate*, do *hip-hop*, do futebol, dentre outras, o que seria “ser jovem?” A resposta trará marcas significativas do contexto sócio-cultural em que os jovens de ambos os sexos estarão inseridos.

Sendo assim, Abramo alerta para o fato de que é preciso falar de “[...] *juventudes*, no plural, e não de *juventude*, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição” (*grifos da autora*) (2005, p.43). Nota-se, então, que não se pode atribuir a essa categoria em estudo um sentido ou conceito único devido ao universo juvenil se apresentar na contemporaneidade de forma multifacetada.

Souza (1999, p.23), afirma que “[...] são muitas e diversas as formas sociais de conflito e solidariedade envolvendo os jovens que vivem um momento biológico e social transitório, e por tanto provisório, para o estabelecimento de relações estáveis”.

Em torno desse debate, Dayrell (2003, p. 42) traz uma contribuição importante, tendo em vista que para ele,

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social.

Portanto, entende-se a necessidade e a importância de compreender a juventude a partir de uma perspectiva histórica, na sua totalidade e na mediação com os aspectos micro e macrosociais, uma vez que essa categoria se configura a partir de traços marcantes da realidade social, sob o agravante da interferência capitalista que a todo tempo modifica e altera a natureza das relações econômicas, sociais, políticas e culturais, atingindo sobremaneira, no contorno da categoria social juventude.

Feita essa introdução conceitual, cabe ressaltar que este estudo centra sua análise investigativa em torno da juventude pobre, geralmente sujeitos usuários/as dos programas sociais governamentais, portanto, a quem se destinam as ações das atuais Políticas Públicas de Juventude.

1.2 O papel do Estado no processo de desenvolvimento do capitalismo e a emergência das políticas sociais

Tendo como objeto de estudo a (Des) Proteção Social da Juventude, compreende-se ser de suma importância refletir o papel do Estado no processo de desenvolvimento do sistema capitalista e a constituição das políticas sociais.

Para tanto, justifica-se uma abordagem em torno das formas de regulação social que outrora marcaram e atualmente determinam as relações sociais. Nessa perspectiva, se faz necessário - ainda que de forma breve -, tecer algumas considerações em torno da relação entre Estado, capital e trabalho, de modo a permitir e/ou identificar alguns elementos fortemente presentes no processo histórico, que contribuíram para a constituição das políticas sociais.

Sendo assim, recorre-se inicialmente, as considerações de Pereira (2001), que ao abordar esse assunto chama atenção para algumas evidências recorrentes, identificadas no decorrer da história contemporânea. A primeira refere-se ao fato de que “[...] o Estado não é um fenômeno unívoco, isto é, igual ou idêntico em todos os momentos históricos e em todos os contextos socioculturais e, por isso, não expressa um conceito universal e absoluto.” (PEREIRA, 2001, p.25).

De acordo com essa citação pode-se afirmar a necessidade de ao tratar-se de Estado, situá-lo num contexto social, político, econômico e cultural, entendendo que essas dimensões serão preponderantes na formação e atuação do Estado.

Um segundo aspecto a ser considerado diz respeito ao surgimento do Estado diretamente vinculado à origem da sociedade. Em outros termos significa que “[...] o Estado não é criador da sociedade, mas, ao contrário, é criatura desta (ou de frações desta) [...]” (PEREIRA 2001, p.26).

Ocorre, porém, que ao assumir configurações distintas, por vezes, autoritária, liberal, social, neoliberal (sendo esta a mais atual), esse mesmo Estado, criatura da sociedade, busca

dominá-la e se impor através de mecanismos e aparelhos distintos. Para tanto, segundo Netto (2007), o Estado atua como um importante agente no processo de organização da economia. O citado autor ainda complementa, ao asseverar que no contexto do capitalismo monopolista,

[...] pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda escala societária. (NETTO, 2007, p.29)

1.2.1 O Estado capitalista e as políticas sociais

Diante das considerações registradas anteriormente, parte-se da compreensão do Estado enquanto um fenômeno histórico e dinâmico, perpassado por processos conflituosos de disputas no interior das classes existentes em determinadas sociedades, no qual tais disputas se dão a partir das defesas dos interesses antagônicos das classes sociais.

Outra reflexão importante diz respeito às distintas concepções em torno do Estado, que vão desde ao trato de sua função social às relações com a sociedade de modo geral. Nesse debate em torno do Estado, há um ponto comum entre as concepções teóricas existentes sobre o tema. Trata-se do relevante papel atribuído a ele, enquanto instância maior de regulação da vida social.

Hobbes é o precursor dos primeiros estudos que delimitam o surgimento do Estado Moderno. A conformação desse modelo de Estado, para Couto (2004), em Estado de Direito é condição imprescindível “[...] para o estabelecimento dos direitos civis e políticos, pois a enunciação desses direitos é base de sustentação desse tipo de Estado.” (p.59). Assim, nesse momento, o Estado se configura enquanto esfera privilegiada no campo dos direitos políticos e civis.

Outra concepção a considerar acerca do Estado se estabelece, com vistas à definição mais voltada para sua intervenção efetiva na sociedade, especificamente, no campo que garanta a reprodução social. Trata-se do Estado social capitalista, que tem sua emergência vinculada à necessidade de dar respostas às demandas postas pela classe trabalhadora, diante

da contraditória relação capital x trabalho, expressa no agudizamento da “questão social”³ no século XIX, sendo uma das respostas emitidas a tais contradições vêm em forma de políticas sociais.

Por conseguinte, parte-se do entendimento de que nessa tensa relação entre Estado, capital e trabalho é possível identificar distintas formas de regulação, que ora se expressam na predominância do Estado enquanto provedor de direitos, ora se apresentam fortemente no estabelecimento das condições necessárias ao processo de acumulação capitalista.

A partir disso, Netto (2007, p.30) vem afirmar que por meio da política social “[...] o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da ‘questão social’ de forma a atender às demandas da ordem monopólica [...].”

Assim, as políticas sociais serão direta ou indiretamente determinadas por essas particularidades, entendidas na sua gênese como mecanismo de reprodução social e de manutenção e reprodução da sociedade capitalista. Tal contexto ocorre num momento histórico marcado pela intensificação do trabalho e aumento das forças produtivas, mediante a expansão do processo de industrialização e de ocupação massiva dos grandes centros urbanos.

A emergência das políticas sociais está vinculada à necessidade do desenvolvimento capitalista, “[...] trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios [...]”. (NETTO, 2007, p.19). Tal contexto acarretará mudanças significativas no tecido social, uma vez que o capitalismo monopolista “[...] recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana.” (NETTO, 2007, p. 19).

Por outro lado, não se pode omitir nesse processo, a intensificação e organização política da classe trabalhadora na luta por melhoria em suas condições de vida e trabalho, exercendo forte pressão política e social em torno do Estado e da burguesia. Assim, as políticas sociais também precisam ser analisadas como resultado da correlação de forças existentes em dado momento histórico, logo, como resultado da luta de classes.

Sobre este último aspecto, Couto (2004, p.60) reforça que as políticas sociais são “[...] um campo privilegiado de concretização das demandas postas pelos trabalhadores ao Estado.

³ Segundo Iamamoto e Carvalho (2007, p.77) “[...] A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.”

Suas características estão atreladas às formas de constituição desse mesmo Estado, tendo papel importante no processo de reprodução da força de trabalho.”

Porém, cabe ressaltar que mediante o aspecto da contradição que atravessa as políticas sociais – desde sua gênese a sua implementação – elas representam, por um lado, uma série de conquistas à vida do proletariado, mas, “[...] também funcionam como refluxo na luta contra o capitalismo, uma vez que não alteram a base de exploração e alienação do trabalho, sendo resultado da relação capital/trabalho.” (HOTZ, 2010, p.11).

Em torno dessa discussão, vale ressaltar algumas concepções no trato das políticas sociais. De um lado são vistas como concessão, na medida em que buscam a legitimação do capital, contribuindo com a manutenção da acumulação capitalista e reprodução da força de trabalho. E de outro lado, são analisadas como conquista, mediante a organização política e o poder de pressão da classe trabalhadora.

Essa última compreensão situa as políticas sociais “[...] como campo contraditório, onde as demandas dos trabalhadores e sua disputa por ampliar direitos sociais ganham visibilidade, introduzindo aí a idéia de que elas se constituíram numa conquista” (VIEIRA *apud* COUTO, 2004, p.60).

Nesse sentido, percebe-se o quanto essas duas concepções estão presentes na constituição das políticas sociais, que assumem características específicas de acordo com o momento histórico e com a correlação de forças presente na sociedade na qual são efetivadas, de modo a considerar na tessitura das políticas sociais, os determinantes estruturais como as questões de ordem econômica, política, cultural e social.

Ademais, parte-se do entendimento da política social enquanto instrumento estratégico de legitimação do Estado capitalista, como também uma conquista histórica da classe trabalhadora, a exemplo das lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores ao longo da história, especialmente as ocorridas em meados do século XIX, especificamente na França em 1848 na luta pelo direito ao trabalho, e nos idos do século XX (a partir de 1920), no contexto dos países de economia capitalista desenvolvida. Portanto em torno desse debate,

Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas. Entretanto, a dinâmica das políticas sociais está longe de esgotar-se numa tensão bipolar – segmentos da sociedade demandantes/Estado burguês no capitalismo monopolista. De fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessadas por contradições, confrontos e conflitos. (NETTO, 2007, p.33).

Pode-se afirmar assim, ser condição imprescindível analisar as políticas sociais a partir de sua vinculação com o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, bem como articulado a um conjunto de elementos que a partir desse processo, imprimiu uma nova configuração as relações sociais.

Essa realidade faz parte de uma totalidade construída historicamente, mediante a capacidade de expansão das forças capitalistas, na qual as políticas sociais nascem desse processo e representam, consubstancialmente, uma pequena parcela de parte do que é produzido socialmente, como também resultado das importantes mobilizações e lutas travadas pela classe trabalhadora contra os interesses da burguesia.

Partindo da perspectiva de que as políticas sociais cumprem também, o papel de reprodução social, ou seja, de dar as garantias mínimas de sobrevivência humana para manutenção e ampliação do trabalho e da acumulação capitalista observa-se que, a ampliação de tais políticas depende fortemente do avanço das forças produtivas capitalistas “[...] pois o modo de produção capitalista evolui na sua capacidade de exploração do trabalho.” (HOTZ, 2010, p.9).

Em síntese, mas, não encerrando esse debate, dada a sua complexidade, verifica-se que, a emergência das políticas sociais coloca-se no sentido de atender uma demanda do próprio capitalismo, tendo como principais protagonistas no processo de implementação das políticas sociais o capital, o Estado e o trabalho (HOTZ, 2010)

Assim,

As políticas sociais surgem no capitalismo monopolista, onde a figura do Estado vai se constituindo como imprescindível à manutenção do capitalismo, inclusive fazendo uso estratégico das políticas sociais para a reprodução da força de trabalho e para o consumo. (HOTZ, 2010, p.10).

Portanto, mediante a necessidade de situar e compreender o papel do Estado no contexto do desenvolvimento do capitalismo e de sua intervenção para a garantia da reprodução social, discutem-se, a seguir, as conformações assumidas pelo Estado.

1.2.2 A intervenção do Estado capitalista sobre a ótica do liberalismo, do Welfare State e do neoliberalismo

Para Behring e Boschetti (2007, p.62), a intervenção do Estado liberal “[...] deve restringir-se a regular as relações sociais com vistas a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado.” Essas características são, portanto, próprias do liberalismo frente ao papel do Estado na regulação das relações sociais.

As concepções liberais restritas à tímida intervenção do Estado, por meio das políticas sociais, trouxeram como traço marcante, políticas de caráter fragmentado e residual, engendradas a partir da ótica do mercado ou da filantropia.

Nota-se que esse modelo de Estado, segundo seus pressupostos, tem como papel central o de mediador civilizatório. Dessa forma, estaria colaborando para que o mercado alcançasse os seus objetivos e promovesse de maneira satisfatória o bem-estar geral.

O Estado liberal tem como princípios o individualismo, o bem estar- individual como potencializador para o bem-estar coletivo, o predomínio da liberdade e competitividade, naturalização da miséria, predomínio da lei da necessidade, manutenção de um estado mínimo e as políticas sociais são vistas como medidas paliativas (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Ressalta-se entre os princípios supracitados, o fato de que o liberalismo é defensor da ideia de que o Estado deve ter suas funções restritas, ou seja, a atuação dele deve ser mínima, a ponto de transferir a provisão dos direitos ao âmbito do mercado e do próprio indivíduo.

Assim, a partir da perspectiva liberal,

[...] o Estado não deve garantir políticas sociais, pois os auxílios sociais contribuem para reproduzir a miséria, desestimulam o interesse pelo trabalho e geram acomodação, o que poderia ser um risco para a sociedade de mercado. [...] como na perspectiva liberal, a miséria é insolúvel e alguns indivíduos (crianças, idosos e deficientes) não tem condições de competir no mercado de trabalho, ao Estado cabe apenas assegurar assistência mínima a esses segmentos, como um paliativo. (BEHRING; BOSCHETT, 2007, p.62).

A partir da perspectiva liberal, tudo que se refere à economia deve ser competência exclusiva do mercado, logo, o Estado só é convidado a intervir caso ocorra alguma lacuna que possa comprometer a acumulação do capital, conseqüente do próprio sistema econômico. Fica evidente o quanto o mercado, a partir da lógica liberal, tem supremacia na tomada de

decisões, que cotidianamente traz implicações para a vida social. Todos esses desdobramentos são legitimados com base no discurso do respeito à liberdade individual e aos direitos naturais.

Nas palavras de Behring (2000), o Estado Liberal é controlado por aquilo que o próprio liberalismo conceitua como “virtuosa sociedade civil”, ou seja, a partir dos interesses individuais. Nesse entendimento, ao Estado que assume funções restritas, logo é mínimo, caberia três funções básicas: a de defender a nação do ataque de outras nações; a criação de mecanismos de proteção de todo o indivíduo contra as injustiças que possam ser cometidas por outros homens; e por último o provimento de organismos públicos de utilidade ao bem-comum que não possam ser criados por particulares.

Nota-se, portanto, o quanto essas características próprias do Estado Liberal expressam uma leitura conservadora da sociedade, fortemente presente nas ideias defendidas por Adam Smith, ao difundir de forma exitosa a não existência de contradição entre o processo de acumulação de riqueza capitalista e a coesão social.

Assim, o pensamento liberal ao naturalizar a inserção dos indivíduos na sociedade foi responsável também pelo aprofundamento da desigualdade social, tendo em vista que, nesse universo ideológico as leis de proteção social eram responsabilizadas pelo aumento do número de pobres e pelos gastos de recursos desnecessários para com aqueles que, segundo esse pensamento são responsabilizados pela própria condição de pobreza.

Outro aspecto importante da influência liberal incide na relação com os trabalhadores. A concepção predominante é a de que, nesse universo, não deve haver nenhuma interferência na relação capital x trabalho, sob pena de provocar alterações “[...] nos movimentos naturais e equilibrados da oferta e da procura no âmbito do mercado. Trata-se da negação da política e, em consequência da política social”. (BEHRING, 2000, p.24).

Em outros termos, as políticas sociais são vistas, nesse contexto, com limitações profundas, a fim de garantir o poder competitivo da sociedade. Nessa lógica, toda a proteção propiciada pelo Estado seria ameaçadora ao desenvolvimento do capitalismo.

Vale ressaltar, no entanto, que as ideias liberais encontram no desenvolvimento da sociedade burguesa um aporte significativo para se tornarem hegemônicas durante muito tempo. Apenas no final do século XIX e início do século XX, mediante o poder de pressão e organização da classe operária (atualmente diluída em vários segmentos, da classe trabalhadora), através de suas reivindicações por melhores condições de vida e trabalho é que as ideias liberais passam a ser problematizadas, mediante o agravamento das expressões da “questão social”. Fato este que demonstra a fragilidade do mercado auto-regulável e a necessidade de uma intervenção mais efetiva do Estado.

Diante dessa realidade,

A sociedade européia do século passado vive um dilema em face das diversas manifestações da questão social. Assumir que pobreza e riqueza são faces da mesma moeda e que os problemas sociais são inerentes à própria forma de organizar a sociedade, ou seja, são decorrentes do padrão dominante de relações entre as classes sociais. Ou buscar os fundamentos para a desigualdade social na suposta ordem natural que hierarquiza os seres humanos em ricos e pobres [...] ignorando ou procurando escamotear as determinações históricas da injustiça social. (SILVA, 2000, p. 58)

Esse dilema se expandiu para outras partes do mundo, na medida em que o capital vivenciou, até aquele momento, a sua maior crise econômica no ano de 1929. Essa crise teve início no sistema financeiro norte-americano e se expandiu rapidamente em nível internacional, gerando uma redução brusca do comércio mundial.

Para Behring e Boschetti (2007), além do reconhecimento da crise de 1929 como um divisor de águas, o enfraquecimento das bases do liberalismo foram resultados de alguns processos político-econômicos. Dentre eles, o crescimento do movimento operário com poder de pressão sobre o reconhecimento dos direitos de cidadania política e social, bem como a concentração e monopolização do capital.

Nesse cenário as ideias do economista Keynes ganham força e expressão por questionar o conceito de equilíbrio econômico defendido pelo liberalismo, no qual a economia é auto-regulável.

Sobre este assunto afirma Pereira (2001, p.30) que,

[...] o Estado capitalista, até por uma questão de sobrevivência, renunciou à sua posição equidistante de árbitro social para torna-se francamente interventor. E, nesse papel ele passou não só a regular com mais veemência a economia e a sociedade, mas também a empreender ações sociais, prover benefícios e serviços e exercer atividades empresariais. (PEREIRA, 2001, p. 30)

Dando origem, assim, ao *Welfare State*, o qual sua emergência está vinculada ao debate em torno dos direitos sociais, característica presente no século XX, sobretudo, no pós-Segunda Guerra Mundial. A construção desse novo modelo de Estado, com traços diferenciados do Estado Liberal (século XIX), se deu a partir da necessidade de se criar melhores condições de vida e de trabalho para a classe operária, bem como se tratou também de uma estratégia capitalista que, baseada nas ideias do economista Keynes, visava evitar

crises do próprio sistema, e de maneira mais estratégica a própria reprodução do modo de produção capitalista.

Nas explicações de Behring e Boschetti (2007, p.63) não houve nesse contexto uma ruptura radical entre o Estado Liberal e o Estado social capitalista, o que ocorreu foi uma mudança na perspectiva do Estado que, “[...] abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e da luta de classes, assumindo um caráter mais social com investimentos em políticas sociais.” Tal constatação significa que, embora se reconheçam avanços entre o Estado Liberal e o dito Estado Social, sua intervenção de forma mais efetiva no atendimento das demandas da classe trabalhadora, se dará nos limites do capital. O Estado assume nesse contexto um papel de “mediador” entre os interesses conflitantes dos trabalhadores e os da burguesia.

Para Marx e Engels (1982, p.40),

Por outro lado, o combate prático destes interesses particulares, que se chocam constante e realmente com os interesses coletivos e ilusoriamente coletivos, torna necessário a intervenção prática e o refreamento através do interesse ‘universal’ ilusório sob a forma de Estado.” (p.40).

Diante dessa contradição, inerente a sociedade capitalista, o Estado passa a assumir funções importantes na garantia de padrões mínimos de sobrevivência da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que estará garantida por meio de todo o seu aparato legal, a reprodução do sistema capitalista.

Nessa perspectiva, afirma Couto (2004) que, as idéias keynesianas no campo econômico propõem uma intervenção efetiva do Estado na economia através do investimento no mercado produtivo e na promoção do bem-estar. “Segundo Keynes, é necessária a intervenção do Estado através de um planejamento, para que as condições de acumulação capitalista sejam restabelecidas.” (COUTO, 2004, p.65).

Assim, com base nessas ideias consolidou-se na Europa após a Segunda Guerra Mundial a proposta do Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*, ressaltando, porém, as peculiaridades de cada país onde ele foi implantado.

O *Welfare State*, diferente da política social como sinônimo genérico de proteção aos pobres, não existiu nas sociedades pré-capitalistas. Sua gênese está vinculada ao final do século XIX, no marco da emergência da “questão social”. O que implica dizer que as políticas sociais adotadas pelo Estado capitalista nos países de economias desenvolvidas – ou nos chamados países centrais - têm uma conotação histórica, institucional e normativa com

características muito específicas, o que o diferencia e o distancia das velhas fórmulas de proteção social que o procederam.

Sendo assim, “[...] o Estado de Bem-Estar Social é erigido sobre o princípio de que os governos são responsáveis pela garantia de um mínimo padrão de vida para todos os cidadãos, como direito social. É baseado no mercado, mas com ampla interferência estatal.” (SILVA, 2000, p. 60).

A partir dessa concepção a extensão da cidadania não se consolida apenas no campo civil, mas passa também para o político, além de ocorrer a desfocalização das políticas sociais na pobreza extrema e na incapacidade individual e social para o trabalho. A partir disso, a proteção social passa a ser vista como um conjunto de deveres e direitos e as políticas sociais se transformaram num estímulo para a participação política.

Os elementos fundamentais sobre os quais se assenta o pacto de classe expresso no *Welfare State*, segundo Pereira (2002) são: o compromisso com o pleno emprego (se bem que masculino) como objetivo político central, no qual se concretizaria por meio da regulação estatal no mercado; a introdução e ampliação de uma série de serviços sociais de caráter universal categorizados como direitos, bem como de benefícios fiscais e do bem-estar ocupacional provido pelas empresas aos seus empregados; e o estabelecimento de uma rede de segurança com a função de impedir que as pessoas socialmente vulneráveis baixassem o padrão de vida considerado satisfatório pelo conjunto da sociedade.

Sobre esse assunto, Netto (2007) chama atenção para um aspecto fundamental que precisa ser considerado ao se analisar o *Welfare State*. Ele afirma, em consonância com o pensamento marxista, que “[...] as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras não alteravam a essência exploradora do capitalismo [...]”. De fato, a essência das relações sociais não é alterada, uma vez que a exploração continua sendo pedra fundante desse sistema. O que se negocia e concede é o mínimo necessário à própria reprodução social, logo, à reprodução capitalista.

Na verdade, ao mesmo tempo em que o *Welfare State* foi responsabilizado pelo sucesso e crescimento do processo de acumulação do capital durante o pós-guerra, também foi apontado como precursor da crise vivida pelo capitalismo na década de 1970. Porquanto, vários argumentos serão utilizados para justificar a referida crise, que por consequência também se refletiu no *Welfare State*.

Dentre os determinantes apontam-se algumas mudanças estruturais ocorridas no interior desse processo, como o uso capitalista da alta tecnologia que inviabilizou o compromisso com o pleno emprego. Outro agravante está relacionado ao aumento das

atividades industriais intensivas em trabalho, estimulando, assim, o desemprego e prejudicando a atuação dos sindicatos, que perdiam força na mobilização da classe trabalhadora e na eficácia de suas ações.

No que se refere às mudanças econômicas, um dos fatores preponderantes para o desembocar da crise foi a internacionalização da economia caracterizada por mercados, moedas e capitais globalizados desestruturando dessa maneira, uma das bases mais importantes do *Welfare State*, o Estado-nação.

Ainda sobre esse assunto, outro aspecto não menos relevante para a crise do *Welfare State* processa-se no mundo do trabalho, a partir das mudanças também em curso nesse universo referentes à própria configuração da classe trabalhadora e da organização política e social desta. Tais aspectos trouxeram fortes conseqüências no âmbito das políticas sociais, tendo em vista que, estas se estruturavam em torno da população inserida no mundo do trabalho.

Netto (2007, p. 159), sintetiza bem o que representou esse período:

Na entrada dos anos setenta, esgotou-se a *onda longa expansiva* da dinâmica capitalista. À redução das taxas de lucro, condicionadas também pelo ascenso do movimento operário – que alcançara significativas vitórias naqueles anos e nos anos imediatamente anteriores –, o capital respondeu com uma nova ofensiva política [...]. [...] a conjunção ‘globalização’ mais ‘neoliberalismo’ veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum ‘compromisso social’ – o seu esforço para romper com a regulação política, extramercado, tem sido coroado de êxito. (NETTO, 2007, p.159).

Em termos gerais, vislumbra-se que em meados da década de 1970 se instaurou uma nova crise do padrão de acumulação capitalista. Essa crise foi marcada por uma forte queda das taxas de lucros e altos índices de inflação estabelecendo com isso, as bases necessárias para o desenvolvimento de um novo paradigma teórico, o neoliberalismo.

Nesse contexto, insere-se o atual papel do Estado na implementação das políticas sociais, bem como as transformações político-ideológicas e econômicas que incidiram, sobremaneira, no cerne dessas políticas a partir do processo de reestruturação produtiva do capital, de modo específico, no contexto neoliberal

Para o neoliberalismo, as crises sofridas pelo capitalismo nesse período tiveram forte influência do *Welfare State*. Nesse sentido, “[...] a crítica do aparato teórico neoliberal ao Estado é centrada naquilo que é identificado como excesso de poder do Estado, tanto em relação ao mercado como à sociedade” (COUTO, 2004, p. 69).

Nota-se, que um dos objetivos iniciais das teses neoliberais foi reagir contra o papel do Estado intervencionista e de bem-estar. Foi uma reação teórica e política. A partir disso, qualquer limitação dos mecanismos de mercado por iniciativa do Estado foi denunciada como uma ameaça à liberdade econômica e política.

Ao idealizar o neoliberalismo Friedrich Hayek irá combater principalmente o keynesianismo, como também o poder dos sindicatos, e de um modo geral o movimento operário que, segundo ele, era o responsável pelas pressões exercidas sobre o Estado e pelo aumento cada vez maior com os gastos sociais. Outro alvo do neoliberalismo consiste no sistema de proteção social, sendo este acusado de promover o paternalismo e o desestímulo ao trabalho.

Assim, a estratégia neoliberal em reduzir o papel do Estado dentro do processo de reestruturação produtiva tem por objetivo apontar soluções frente à crise do capitalismo. Tal investida se inicia como uma necessidade de superar a crise do modelo fordista, levando a substituição ou a adequação do binômio taylorismo/fordismo a um novo padrão de acumulação, que pudesse atender as necessidades advindas do mercado, e, principalmente, a intenção de elevar a taxa de lucro capitalista.

Para isso, adotou-se o modelo de produção “flexível” e específica, o Toyotismo. A partir desse modelo, vislumbra-se um processo de inovação tecnológica e organizacional no processo produtivo, no qual os trabalhadores serão substituídos por máquinas, através da automação. Além disso, no período fordista se investiu muito mais em capital produtivo, ou seja, na criação de indústrias que por consequência geravam muito mais postos de trabalho, o que não ocorrerá no toyotismo.

Na medida em que se passa a valorizar o capital na esfera financeira – traço característico no toyotismo -, que nem cria riqueza material, nem cria trabalho, têm-se o aumento significativo do desemprego e o acentuamento da desigualdade social. Portanto, uma das principais mudanças sucedidas do fordismo para o toyotismo, na maioria dos países foi a flexibilização do trabalho, ou seja, muda-se a forma de gerir as relações trabalhistas. Assinala-se nesse processo para o fato de que,

[...] a flexibilidade invade a organização da produção, fragmentando e desqualificando o trabalho, promovendo o desemprego e reemergência de velhas formas de trabalho precarizado, que se expressam, sobretudo pelo deslocamento de muitos postos de trabalho do núcleo formal para a informalidade, em que o trabalho cumpre a mesma função para o capital sem os custos sociais correspondentes. (TAVARES, 2004, p.18).

Nota-se com essa reflexão, que o fim capitalista continua o mesmo – a busca por lucro – o que mudou foram as formas de extração e valorização desse lucro. Mudaram-se, portanto, as relações sociais.

Assim, “[...] o fetichismo dos mercados financeiros, que apresenta as finanças como potências autônomas frente à sociedade, obscurece o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e investidores financeiros sobre o conjunto dos trabalhadores.” (IAMAMOTO, 2008, p.24). Ou seja,

A transferência de riqueza entre classes e categorias sociais e entre países está na raiz do aumento do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial, da chamada “flexibilidade” das condições e relações de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social. (IAMAMOTO, 2008, p.25).

Percebe-se que no atual contexto, torna-se mais difícil analisar a sociedade capitalista, tendo em vista o fato de que as relações não estão muito transparentes – embora se ressalte que estas em nenhum momento foram transparentes – porém, diferem-se do período fordista, em que nitidamente se identificava quem eram os trabalhadores, os gestores, os capitalistas.

Nesse sentido, diretamente vinculado a esse novo ciclo do capitalismo, inicia-se o processo de “reforma” do Estado, também com o objetivo de corroborar com a reestruturação capitalista. Em outros termos, a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e a reestruturação produtiva lançam mão da “reforma” do Estado, particularmente na sua desresponsabilização da intervenção na resposta às sequelas da “questão social”.

Para Almeida (2004, p.66) “[...] a Reforma do Estado subtende a adoção de um novo paradigma, até então marcado pelo Estado Moderno, face à emergência do Estado Pós-Moderno, cujo alvo central de ataque dá-se em cima dos direitos sociais.”

Essa “reforma” acontece em moldes completamente desvinculados da ideia originária, pois como afirma Nogueira (2004), esse processo se desenrola em virtude de o capital conseguir desmobilizar através do neoliberalismo,

[...] aquilo que a ideia de reforma democrática do Estado tem de mais essencial: a proposição de um sistema (político, técnico, ético, jurídico e administrativo) que supere o formalismo da democracia liberal mediante uma inovadora combinação de representação e participação, que elimine as práticas de privatização do que é público, que facilite a introdução de novas e melhores “tecnologias de gestão” e que garanta o alcance de padrões consistentes de eficiência, produtividade e justiça nas políticas estatais. (NOGUEIRA, 2004, p.60).

Sendo assim, compreende-se que o que está em andamento não corresponde com o verdadeiro sentido de reforma, haja vista, que esse termo deve ser empregado diante da necessidade de melhoria, de dar qualidade ao que se propõe reformar.

Portanto, aspa-se o termo “reforma”, pela necessidade de uma leitura crítica do mesmo, já que este, da forma como vem sendo utilizado representa uma “[...] nova ofensiva burguesa que refuncionaliza o papel do estado e provoca processos regressivos como reforma.” (KRÜGER, 2004, p.167).

Na verdade, a “reforma” do Estado, ainda em curso, está relacionada a uma estratégia capitalista fundada no discurso neoliberal, que visa a redução do Estado e valorização do mercado. E para garantir a efetivação desse projeto, o Estado tem desqualificado cada vez mais sua atuação enquanto instância reguladora das relações sociais.

Outra característica fundamental refere-se à desresponsabilização do Estado no trato da “questão social”, a partir do momento em que ele transfere o papel de prover as necessidades sociais para a sociedade civil e para o mercado. Em outros termos, isso quer dizer que o Estado, na contemporaneidade “[...] passa a ser ‘reduzido’ na satisfação das necessidades das grandes maiorias, visto que o fundo público é canalizado para alimentar o mercado financeiro.” (IAMAMOTO, 2008, p. 26).

O Estado assume essas características, principalmente, pelo fato de o neoliberalismo buscar na reconstituição do mercado a solução parcial para a crise capitalista, sendo necessária então, a partir dessa lógica, a redução ou até eliminação da intervenção social do Estado em diversas áreas ou atividades que são tidas como essenciais para a vida humana.

Porquanto, no retraimento do Estado enquanto provedor no atendimento das demandas sociais acentua-se ainda mais, o processo de desproteção social da juventude, problemática a ser analisada a seguir.

1.3 A (Des) Proteção Social da juventude no atual contexto do capital: uma análise à luz da realidade brasileira

A formação sócio-política e econômica da sociedade brasileira caracteriza-se pelo caráter de dualidade no acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. Apenas um terço da população tem oportunidade de acesso a tais bens e serviços, desse modo, a maioria é desprovida destes, o que confere ao país um dos piores indicadores de desigualdade no mundo.

Essa realidade deriva não apenas de sua herança colonial, como ao fato de que no Brasil a afirmação de um sistema de proteção social numa perspectiva de direitos dá-se tardiamente, apenas no final do século XX. Como afirma Silva (2000, p.62), “[...] a política social teve um desenvolvimento lento, débil e tardio. Primeiro a questão social foi tratada como questão de polícia.”

Apenas com o reconhecimento no campo político das desigualdades sociais, geradas no contexto de expansão das forças capitalistas é que emergiram lentamente algumas ações voltadas a atender, nos limites dos interesses capitalistas, parte das reivindicações pautadas pela classe trabalhadora, nos embates contra os interesses antagônicos da burguesia.

Assim, tendo o mundo do trabalho como referência para o desenvolvimento das políticas sociais no contexto do capital monopolista, a juventude da classe trabalhadora, quando inserida, poderá usufruir de proteção social que, aos trabalhadores em geral será garantida. No entanto, estando fora desse espaço, pouca ou nenhuma garantia, ou melhor, proteção do ponto de vista de direitos lhes serão assegurados.

Como será exposto a seguir é notório que no processo de construção do sistema de proteção social brasileiro, durante um longo período de tempo, não houve lugar para o atendimento das demandas da juventude, especialmente, para os/as jovens pobres, o que tornou visível as péssimas condições de vida a que estiveram, e ainda estão sobrevivendo milhares de jovens brasileiros/as.

Portanto, para dar visibilidade a essas questões propõem-se, a seguir, algumas discussões em torno de aspectos que caracterizam o sistema de proteção social no Brasil, bem como da forma como a juventude usufruiu ou não desse processo, e das ações políticas, que nos últimos anos vem sendo desenvolvidas voltadas ao segmento juvenil.

1.3.1 Alguns aspectos marcantes da construção do Sistema de Proteção Social Brasileiro

A legislação social do Brasil é elaborada, predominantemente, nos dois períodos ditatoriais: “Estado Novo” instaurado por Getúlio Vargas (1937-1945) e a Ditadura Militar de 1964-85. Em decorrência desse cariz autoritário, a legislação social caracteriza-se pelo conservadorismo com práticas clientelistas e assistencialistas.

Segundo a construção histórica do sistema de proteção social brasileiro destaca-se que de 1930-1945 e posteriormente de 1950-1954, se consolida neste país a “Era Vargas” ou “Era Vargasista”, por corresponder ao período em que o Brasil foi governado pela mão forte e autoritária de Getúlio Vargas.

Cabe observar que,

A regulamentação das relações entre capital e trabalho foi a tônica do período, o que parece apontar uma estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social. Toda a legislação trabalhista criada na época embasava-se na idéia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava harmonia entre empregados e empregadores. (COUTO, 2004, p. 95)

Configura-se, portanto, nesse momento histórico, a construção de um sistema de proteção social brasileiro de caráter conservador, assistencialista e clientelista embasado em instrumentos de regulação formal, no qual a legislação criada intencionava implementar políticas sociais, com vistas à legitimação de um Estado autoritário.

Nesse contexto, os benefícios eram dirigidos apenas as pessoas que se encontravam numa situação de trabalho formal, privilegiando, assim, os trabalhadores dos grandes centros urbanos e aumentando cada vez mais a exclusão através da desproteção social, de milhares de camponeses/as que desenvolviam atividades nas áreas rurais.

Nessa realidade, vislumbra-se um fenômeno ocorrido nesse período com bastante intensidade – o deslocamento de trabalhadores rurais para as cidades (êxodo rural) – com o sonho de encontrar nos grandes centros urbanos, melhores condições de trabalho e de vida.

Para Couto (2004), a novidade no campo da legislação trabalhista, embora autoritária e controladora, se configura um avanço no que concerne à relação capital *versus* trabalho, ou seja, entre trabalhadores, burguesia e Estado, tendo em vista até aquele momento a inexistência de garantias nessa relação.

Todavia, outro aspecto relevante a ser apontado, diz respeito ao processo de sindicalização tanto dos trabalhadores, quanto dos empregadores. É, principalmente, nessa relação com os sindicatos que o Governo Vargas revela sua face autoritária e controladora. O controle se dá por meio de fiscalização intensa, na qual através dela, os sindicatos tornavam-se submissos e dependentes financeiramente. Assim, o Estado se organizava de tal forma, a ponto de atrelar os sindicatos ao seu controle, tornando-os cada vez mais, em organizações sem autonomia.

A Constituição promulgada em 1934 veio de forma estratégica referendar todo o aparato legal criado até aquele momento, em torno das relações trabalhistas. Na área dos direitos, essa Constituição reafirmou os direitos civis em consonância com a ideologia liberal. Nela, mendigos e analfabetos serão proibidos de votar, ao mesmo tempo em que os direitos no campo social foram ampliados, especialmente, no que toca ao trabalho formal e urbano.

Em 1937 a constituição de 1934 é substituída, por meio de um ato autoritário de Getúlio Vargas, que deu um golpe de Estado e implantou no Brasil, uma ditadura que durou até 1945. Esse período é denominado como Estado Novo.

A legitimação do Estado Novo foi sustentada pela criação de um projeto social de recorte autoritário, com sua ação voltada para a arena dos direitos sociais, entendidos como necessários ao processo de industrialização em curso no país. Buscava também a institucionalização da pressão da classe operária, transformando-a de categoria social marginalizada, cuja súbita intervenção política autônoma podia torna-se perigosa, em um setor controlável, no jogo das forças sociais. (SOLA *apud* COUTO, 2004, p. 100).

No Brasil, portanto, nos anos da Ditadura Varguista, experienciava-se um período repleto de contradições. Por um lado, o Estado conseguiu avançar de fato na construção dos direitos sociais e na sua ampliação destacando-se, portanto, algumas ações importantes realizadas nesse período, como: a regulamentação do salário mínimo, a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), reestruturação do Ministério da Educação e Saúde, criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), da nova legislação sobre acidentes de trabalho, criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), criação do Departamento Nacional da Criança e da Comissão Nacional de Alimentos.

É ainda desse período a criação de todo Sistema “S” que corresponde ao Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) a fim de promover um tipo de formação profissional específica, que atendesse aos interesses dos setores industriais em evidência. Além dessas

iniciativas, a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) representou a tentativa do governo de buscar a sua legitimidade junto à população pobre.

Todavia, a atenção dispensada à área social veio acompanhada por um controle e uma intervenção mais rígida por parte do Estado, tendo em vista que essas ações do governo tinham como objetivo preparar o caminho para o desenvolvimento industrial, logo, para a expansão do capital monopolista, sem interferência da sociedade brasileira, especificamente, da classe trabalhadora.

De um modo geral destaca-se que,

Os governos que se sucederam de 1946 a 1964 tiveram uma orientação política com características democráticas trabalhistas de orientação populista, mantiveram o Estado de cunho liberal e priorizaram um trabalho voltado para a política de expansão da indústria e para políticas dirigidas às oportunidades educacionais. (COUTO, 2004, p. 104-105)

Entre os anos de 1964-1979, o Estado assume uma nova formação autoritária, de forte cariz tecnocrático e centralizador. Será um período marcado por reformas institucionais, crescimento econômico e contraditoriamente, de aprofundamento da desigualdade social (empobrecimento da população e concentração de riqueza). Nesse conturbado cenário, a política social tornou-se extensão da política econômica, contrária a prática do populismo.

De acordo com Pereira (2002, p.135) pode-se afirmar que, “[...] das principais características verificadas no período, ressalta em primeiro lugar a que expressa uma nítida modificação no conteúdo do Estado, o qual deixa de ser uma organização eminentemente populista para torna-se tecnocrática e centralizada [...]”.

No período em que se instalou a Ditadura Militar, o Brasil foi governado por cinco militares, que se diferenciaram na condução do país durante o Regime. O primeiro foi Castelo Branco (1964-1966), responsável pela instalação do regime autoritário e antidemocrático.

Verifica-se também que os primeiros anos da Ditadura foram marcados, no campo político por muita resistência por amplos setores da sociedade, dentre eles destaca-se com maior vigor o movimento estudantil, o movimento operário, partidos políticos e movimentos sociais em geral. Entretanto, essa resistência não sofreu adesão da maior parte da população e logo foi abortada pelo endurecimento do regime, através de seus aparelhos repressores e das estratégias políticas de cancelamento dos canais de participação política.

Outro aspecto significativo a considerar nos primeiros anos da Ditadura, diz respeito às ações na área social, considerando o fato de que a postura desse governo nessa área foi de

dar continuidade aos programas e projetos existentes. Entre as ações do governo Castelo Branco na área social cita-se a criação do Estatuto da Terra, a adoção do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) que contribuiu para a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Vale ressaltar, entretanto, que essas últimas ações beneficiaram em larga escala a classe média, tendo em vista que a população pobre não dispunha de recursos, por exemplo, para o financiamento de moradias.

O segundo governo da Ditadura Militar teve como principal representante, o presidente Costa e Silva (1967-1969). Nesse período, a elite brasileira do país vivenciou uma de seus melhores momentos, haja vista que no cenário econômico registrou-se um crescimento significativo, conhecido como “milagre econômico”, ao mesmo tempo em que se decretou no país uma das formas mais perversas e autoritárias de condução do regime, o Ato Institucional 5 (AI5) que enrijeceu ainda mais o regime militar.

Evidencia-se, no entanto, que,

Nesse subperíodo a política social esteve mais fortemente submetida ao critério da rentabilidade econômica, negligenciando sobremaneira qualquer intento da satisfação de necessidades básicas. [...] Isso sem falar da intensificação da interferência de Agências Internacionais na definição de políticas sociais economicamente rentáveis, contribuindo, assim, para produzir as seguintes conseqüências: desigualdade social e recrudescimento de movimentos sociais autonomizados que foram alvo de forte repressão estatal. (PEREIRA, 2002, p. 139).

Tais elementos demonstram o quanto o processo de expansão das políticas sociais, nesse momento está vinculado à estratégia de legitimação do regime, uma vez que tal processo ganha maior visibilidade, justamente no contexto em que as ações estatais se tornam mais implacáveis com qualquer tipo de mobilização popular.

Dando continuidade, o governo seguinte foi assumido por um dos militares mais truculentos de toda a vigência do regime autoritário, o general Médici que governou o Brasil de 1970-1973. Sua tirania foi evidenciada por meio do aprofundamento da repressão política. Sobre esse assunto, acrescenta Carvalho (2008, p.162) que, “[...] as medidas repressivas atingiram seu ponto culminante. A nova lei de segurança nacional foi introduzida, incluindo a pena de morte por fuzilamento.” Intensificou-se também no governo Médici, a censura aos meios de comunicação (rádio, televisão e jornal), os quais eram veementes proibidos de veicular notícias que comprometessem o regime.

Com o objetivo de fortalecer o regime e ainda mais a economia, o governo Médici criou dois Planos de Governo, o de Metas e Bases para a Ação do Governo, e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), o que subsidiou os projetos desse governo. A questão agrária, mais uma vez, foi escamoteada e tratada de forma residual através da criação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA), bem como do Fundo do Trabalhador Rural para a Previdência Social (FUNRURAL).

Além dessas ações, também foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN) e no campo da proteção trabalhista a custo do próprio trabalho, destaca-se a criação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), “[...] os quais representavam mais um mecanismo de poupança a serviço da reprodução do capital e da harmonia entre capital e trabalho do que uma tentativa de integração do trabalhador ao desenvolvimento econômico”. (PEREIRA, 2002, p. 141)

Umacaracterística relevante identificada nesse período diz respeito ao crescimento na área econômica. Sobre esse momento Carvalho afirma que,

[...] a coincidência do período de maior repressão com o de maior crescimento econômico era perturbadora. [...] o aumento da desigualdade não era evidente na época. A rápida expansão da economia veio acompanhada de grandes transformações na demografia e na composição da oferta de empregos. (2008, p. 168-169).

No entanto, as conseqüências desastrosas desse período serão sentidas no decorrer dos anos seguintes, com o agudizamento das expressões da “questão social”, fruto de um processo acentuado de produção de riqueza, e ao mesmo tempo, de muita concentração e desigualdade social.

Assinala-se que no período seguinte (1974-1979), assume a condução do regime autoritário o governo de Geisel, o qual fundamentou todas as suas ações no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Nesse governo, o modelo autoritário ainda se sustentava por meio dos instrumentos estatais existentes de controle político e popular, e as políticas sociais desenvolveram-se, nesse contexto, como respostas aos significativos focos de insatisfação social, devido às primeiras conseqüências produzidas pela desaceleração da economia, em meados da década de 70, e pelo endurecimento do regime enquanto esteve sobre o governo de Médici.

Tem-se início a partir de 1974, um lento processo de abertura democrática, na medida em que algumas ações são realizadas pelo governo Geisel, como a diminuição as restrições à propaganda eleitoral e a revogação do AI5 em 1978.

Tal processo de abertura democrática incide em grande medida e de forma muito evidente, em função do surgimento de novos/as atores no cenário político, tais como: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira da Imprensa (ABI), Igreja Católica Progressista, União Nacional de Estudantes (UNE) dentre outras segmentos específicos da população brasileira, bem como por meio de pressões internas do próprio regime militar.

Nesse momento de forte mobilização nacional, a juventude organizada, principalmente, no movimento estudantil, teve um papel fundamental no processo de redemocratização do país. Muito embora, cabe ressaltar que durante todo o período de Ditadura Militar os/as jovens foram duramente reprimidos pela violência desencadeada pelos aparelhos repressores do Estado, inclusive, sob o uso de prática de torturas, cujas inúmeras vidas foram ceifadas e muitos/as jovens encontram-se desaparecidos/as até os dias de hoje.

Esse cenário demonstra o fato de que entre os segmentos mais penalizados com as ações repressivas do regime e com o agravamento da desigualdade social, está o segmento juvenil. Um exemplo dessa realidade é o fato de que, no campo social, as políticas tinham como foco de ação a redução da pobreza que se alastrava no País, como consequência de um processo de desenvolvimento que se realizou de forma desigual, gerando concentração de riquezas para poucas pessoas e empobrecimento para a maior parte da população, dentre elas a juventude.

Assim, na tentativa de aliviar e atacar esses efeitos, vários órgãos estatais foram criados, entre eles o Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), Ministério da Previdência e Assistência Social, Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, dentre outros.

Sabe-se, porém, que essas ações de longe alteram a estrutura e dinâmica da vida social, permeada nesse contexto, pelos interesses da burguesia, completamente submissa às determinações da ordem capitalista.

Não se pode, no entanto, deixar de reconhecer a importância dessas instituições, pelo fato de ter se tratado de iniciativas importantes no campo da ampliação de serviços na área social, tendo como objetivo o atendimento de algumas demandas da classe trabalhadora, muito embora, haja a compreensão que isso se processe no limite dos interesses capitalistas.

Ora, esses fatos, revelam que se tratou de um período em que se vivenciou no Brasil, uma de suas maiores contradições no cenário econômico, político e social. Pois, de um lado os direitos civis e políticos foram duramente atacados devido ao caráter autoritário e antidemocrático do novo regime, haja vista que ganharam espaço no contexto da ditadura militar, os mecanismos de controle que visavam antes de tudo, silenciar a população e erradicar qualquer aresta que pairasse sobre o comunismo.

Outro objetivo das práticas repressivas nesse período visava desmontar as propostas dos governos populistas que assumiram o governo anterior ao golpe, e especialmente, silenciar as manifestações populares, crescentes na luta por melhores condições de vida e trabalho. Para isso, o regime recorreu à repressão, a práticas de tortura, a censura, seja dos meios de comunicação ou das manifestações artísticas variadas (teatro, dança, música etc.).

Entretanto, por outro lado é notório que os direitos sociais durante a ditadura militar foram expandidos, embora se saiba que essa expansão fez parte da estratégia de legitimar o novo formato assumido pelo Estado nesse momento histórico.

De acordo com Couto (2004, p. 136),

Pode-se então demarcar que do ponto de vista dos direitos políticos, civis e sociais, os governos que sucederam de 1964 a 1985 primaram por aniquilar os dois primeiros e por, novamente, acionar, de maneira restrita, medidas na área social, desenhando o perfil limitado e autoritário na concepção dos direitos sociais, onde os mesmos tinham a finalidade de assegurar a sustentação política do regime.

Nessas condições, entende-se que no período que correspondeu ao regime militar destacaram-se ações na área social, principalmente, no que se refere à construção de um corpo de instituições que atuavam na dimensão do planejamento, implementação e execução das políticas sociais. No entanto, concorda-se com Couto (2004), quando esta se refere a lógica perversa e repressiva que permeou essas ações.

A perspectiva dos direitos, de fato não foi a lógica recorrida pelo Estado autoritário, que durante vinte e um anos governou o Brasil. Ao contrário, esse mesmo Estado foi orientado a atuar na área social numa perspectiva de controle da sociedade e de concessão no campo das políticas sociais gerando, assim, políticas celetistas, focalizadas e fragmentadas.

O Estado durante a Ditadura Militar, além de produzir uma das maiores taxas de concentração de renda e má distribuição da riqueza socialmente produzida, perpetrou outras formas de violência contra todos os cidadãos/ãs (homens e mulheres) que ousaram se opor ao Estado autoritário dos militares.

Assim, “[...] as soluções políticas para as grandes decisões que presidiram a condução da vida nacional têm sido orientadas por deliberações de ‘de cima para baixo’ e pela reiterada exclusão das classes subalternas, historicamente destituídas da cidadania social e política.” (IAMAMOTO, 2008, p.30).

Ademais, esse contexto, gerou uma forte oposição à Ditadura Militar. Portanto, o fim da Ditadura no início da década de 1980 foi provocado por determinantes diversos, tanto de ordem econômica, como política e social. Dentre estes determinantes enumeram-se alguns, como a forte recessão econômica (nacional e internacional), gerando o crescimento da dívida externa e a emergência da anunciada “crise fiscal do Estado”, bem como o agravamento da “questão social” no País.

No cenário político, a efervescência dos movimentos populares e a ascendente pressão da sociedade civil em defesa da democracia e da ampliação da cidadania tornaram o regime militar insustentável, diante da incapacidade de dar respostas efetivas a todas essas demandas. A partir desses aspectos, vislumbrou-se um contexto permeado por avanços significativos no campo sociopolítico, embora não seja possível dizer o mesmo na área econômica, ou do ponto de vista macroeconômico.

Verificou-se nesse período o processo de restabelecimento do Estado democrático, o qual possibilitou a retomada da organização de vários segmentos da sociedade – sindicatos, partidos, movimentos sociais, dentre outros – silenciados pelo autoritarismo do antigo regime. As lutas sociais por eleições diretas, conhecidas como “Diretas Já” em 1984, ganham expressão no âmbito político, contando com o apoio e o nascimento de partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores – PT (1980).

A partir dessa movimentação, entram em cena novos sujeitos políticos, como por exemplo, as organizações sindicais (o novo sindicalismo brasileiro) com forte poder de mobilização da classe trabalhadora, a OAB, Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), movimento feminista, movimento negro, e, tantos outros personagens e, representantes da sociedade civil que de forma articulada travam o debate político em torno de questões como: proteção dos direitos humanos, democracia, cidadania, justiça social, dentre outras. As reivindicações eram as mais variadas possíveis, sejam elas, a luta por terra, por moradia, por reposição das perdas salariais, pelos direitos humanos, criança e adolescente, juventude, através do movimento estudantil, dentre outros.

Esses novos personagens não apenas buscaram publicizar essas temáticas, mas sobremaneira, colocaram na agenda política do País preocupações até então pouco relevantes. E, mais, buscaram inscrever no direito positivo brasileiro, isto é, no novo marco jurídico ou

na Constituição de 1988 os seus postulados, quais sejam: instalação do Estado Democrático de Direitos, cujos princípios estivessem pautados na promoção e proteção dos direitos humanos e, da cidadania para todos/as os/as cidadãos/cidadãs brasileiros/as.

Em outros termos, o país vivenciou no campo sociopolítico, o que Silva (2000) chama de revigoração da sociedade civil durante o processo de abertura democrática, explicitado nas inúmeras manifestações populares presenciadas no decorrer desse processo. Enfim, “[...] instaura-se um amplo processo de discussão em torno das grandes questões nacionais que iriam convergir, posteriormente, para o Congresso Nacional na promulgação da nova Constituição Federal”. (SILVA, 2000, p. 65)

Desse modo, a implementação do Sistema de Seguridade Social, apenas concretiza-se através do artigo 194 da Constituição Federal de 1988, como uma das principais conquistas no campo dos direitos sociais. Segundo esse artigo da nova Constituição, “[...] a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, p. 117).

A concepção de seguridade social brasileira pressupõe a responsabilização do Estado frente às políticas sociais de Saúde, Previdência e Assistência Social, especialmente, (as que constituem a seguridade social) bem como traz como marca a perspectiva dos direitos sociais no acesso a essas políticas sociais.

Para Couto (2004), a área social passa a ser concebida de forma mais ampla, tendo em vista que, por meio da seguridade social, busca-se romper com a lógica e a prática fragmentada no manejo das políticas sociais. Esse rompimento acontece com vistas a ampliação dos direitos sociais e da inserção da noção de que o Estado é o principal responsável no processo de implementação e efetivação dessas políticas.

Logo, a década de 1980 representou para o Brasil um período fecundo na garantia dos direitos sociais em resposta aos movimentos sociais derivados do processo de amadurecimento político da sociedade civil que se materializa, com a promulgação da Constituição de 1988. Essa Constituição expressa significativos avanços na concretização dos direitos sociais.

Na área social, as novas diretrizes contidas na Constituição previam: maior responsabilidade do Estado na regulação, financiamento e provisão de políticas sociais; universalização do acesso a benefícios e serviços; ampliação do caráter distributivo da seguridade social, como um contraponto ao seguro social, de caráter contributivo; controle democrático exercido pela sociedade sobre os atos e decisões estatais; redefinição dos

patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; e adoção de uma concepção de “mínimos sociais” como direito de todos. (PEREIRA, 2002, p. 153)

Essa autora evidencia o fato de que diferentemente da experiência européia do *Welfare State*, a proteção social no Brasil não teve como base o compromisso com o pleno emprego, com o princípio da universalização dos serviços sociais, nem tampouco conseguiu constituir, até os dias de hoje, um sistema de proteção capaz de atuar na tentativa de diminuição e impedimento da reprodução da profunda desigualdade social que assola este país.

Segundo Couto (2004, p.67), tal fato se deu em vista de que a consolidação do *Welfare State* não aconteceu de forma unívoca. Pelo contrário, ocorreu de forma distinta e diversa, uma vez que nos países europeus onde a organização dos trabalhadores demonstrou maior capacidade de pressão política, por meios de seus sindicatos, foi possível visualizar e materializar de forma mais efetiva a conquista de direitos.

Por outro lado, nos países, sobretudo do capitalismo periférico, que apresentaram uma mobilização não muito expressiva por parte dos trabalhadores, como é o caso brasileiro, o processo de construção de um sistema de proteção social encontrou grandes dificuldades de se constituir como tal.

1.3.2 A (Des) proteção social da juventude

Embora a nova Constituição sinalizasse avanços significativos no campo dos direitos sociais com vistas à ampliação da cidadania, as demandas específicas da juventude se diluíram na introdução de uma nova concepção no campo da proteção social. Uma vez que, não se tinha até o momento o entendimento da juventude enquanto uma categoria social, merecedora de um tratamento específico no atendimento de suas necessidades, ao contrário, por exemplo, do que ocorreu na década de 80 do século XX, com as questões relacionadas a criança e adolescente.

Desse modo, ao enfatizar a análise da trajetória das políticas sociais no Brasil, o que se verifica, é que neste País diferente do caminho percorrido por outros países de capitalismo avançado, não foram garantidos sequer padrões mínimos de sociabilidade para a maioria da população.

Apesar de a economia brasileira ter subido da 14^a em 2005, para a 8^a economia mundial em 2010, ainda são profundos os níveis de desigualdade social, expressos dentre outras formas, pela realidade de pobreza e de exclusão social da maioria da população, sobretudo, do segmento juvenil. No País, com relação aos demais segmentos populacionais, o número de jovens ainda é bastante significativo. A população constituída por jovens com idade de 15 a 29 anos de idade representa atualmente, segundo o IBGE (2008), 26,4% da população total brasileira.

Embora se constitua um segmento demograficamente representativo, o sistema de proteção social brasileiro, pouco ou quase nenhuma efetividade tem dado para o atendimento político das demandas advindas da juventude. Ademais, merece registrar que, desde o início o que embasa a concepção desse sistema de proteção social “[...] é seu estreito vínculo com o mundo do trabalho, vale dizer, com aqueles segmentos sociais já inseridos na sociedade”. (CONH, 2004, p.161)

Sobre essa questão, Silva (2007, p. 60) comenta que,

No caso da juventude mais pobre essa realidade é mais perversa, pois os indicadores sociais apontam para o fato de que ela se situa entre os setores mais atingidos pela falta de **políticas públicas**, demonstrando assim uma situação de abandono por parte do Estado que, historicamente, não tem cumprindo com as funções sociais que lhe são próprias (de acordo com a ótica das/os trabalhadoras/es). (grifos do autor)

Um dado que agrava essa realidade é que na contemporaneidade, a “questão social” passa a assumir novas configurações, sobretudo, a partir da nova lógica capitalista de corte neoliberal, forjada por uma forte articulação das forças reacionárias e conservadoras do País que defendem como agenda privatista atuar nas diversas frentes: política, econômica e social.

No Brasil, a adesão e influências das teses neoliberais se deram por meio das opções políticas dos governos que sucederam após a promulgação da nova Constituição em 1988, principalmente com a eleição de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e os dois mandatos, de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). Esses governos põem em risco todas as garantias constitucionais até então conquistadas pela sociedade brasileira.

Observa-se, ademais, que não se tratou de um fenômeno ocorrido apenas no Brasil. Na verdade, quase todos os países do mundo tiveram a influência do neoliberalismo no decorrer dos anos de 1980, haja vista a necessidade de o próprio sistema capitalista rever suas bases de sustentação em decorrência da eminência da crise do capital nos anos de 1970. Ressalta-se, no

entanto, que as implicações dessa nova investida capitalista (o neoliberalismo), vai se ocorrer de forma diferenciada, ou seja, a partir da realidade de cada país.

Portanto o Brasil, de modo particular, terá repercussões muito negativas e comprometedoras na área social, uma vez que “[...] essa linha teórica coaduna-se com a herança oligárquica, patrimonialista e autoritária dos governos de compreensão do Estado brasileiro.” (COUTO, 2004, p. 145).

Acrescenta-se ainda o fato de que, no caso brasileiro, a consolidação de um sistema democrático estava em vias de implementação e as discussões sobre a universalização da cidadania ganhavam lentamente espaço no cenário político e social.

Nessas condições, as conseqüências do neoliberalismo no contexto brasileiro,

[...] expressam-se pelo acirramento das desigualdades, encolhimento dos direitos sociais e trabalhistas, aprofundamento dos níveis de pobreza e exclusão social, aumento da violência, agravamento sem precedentes da crise social que, iniciada nos anos 80, aprofunda-se amplamente na década de 90. (RAICHELIS, 2000, p.60)

Além disso, a “questão social” passa assumir novas configurações nessa nova lógica capitalista. Nesse sentido, a orientação neoliberal na área social se dá com vistas ao desmonte do sistema de proteção social vigente. Para tanto, a intervenção do Estado sobre as reais expressões da “questão social” a partir da lógica neoliberal, devem ser mínimas e transferidas para o mercado e para a sociedade civil.

Em síntese, pode-se constatar que na área social, essa nova lógica se expressa através do desmonte do sistema de proteção social vigente, com vistas à destruição dos direitos sociais conquistados historicamente por meio de muita luta e organização política da classe trabalhadora. Desse modo, a adoção e a consolidação do Estado neoliberal – acentuam a desproteção social a partir da redução das políticas sociais governamentais.

Assim, “[...] sem a proteção do Estado, o homem volta a sentir com toda a força sua dimensão de desamparo. [...] os cidadãos continuam esperando que seus Estados resolvam suas carências e os apóiem em suas aflições”. (DUPAS *apud* ASSUNÇÃO; ALMEIDA, 2006, p.244).

Desse modo, o Estado tem desqualificado cada vez mais sua função política enquanto instância reguladora das relações sociais, em face da estratégia neoliberal adotada, de redução ou até de eliminação da sua intervenção social em diversas áreas ou atividades. Dessa forma, a desregulamentação e a “flexibilização” das relações sociais e trabalhistas adquirem uma

ponderação significativa com a “reforma” do Estado que se expressa, particularmente, na sua desresponsabilização frente às sequelas da “questão social”.

Os aspectos fundamentais decorrentes da “Reforma” do Estado brasileiro – cujo Plano Diretor data de 1995 - efetivam-se, sobremaneira, na flexibilização e na descentralização dos serviços sociais que se tornaram secundários diante da importância que assume o mercado para o Estado. Assim, a diminuição do Estado a partir do processo de “reforma”, ocasiona de forma perversa e, extremamente articulada, o esfacelamento e a privatização das políticas sociais. E a partir do momento em que o Estado transfere a função de proteção social para a sociedade civil e para o mercado acentua-se cada vez mais, o processo de desproteção social, até então existente.

Para Montaño (2002), à medida que as respostas às expressões da “questão social” deixam de ser uma responsabilidade do Estado e passam a ser uma opção do voluntário, de “ajuda ao próximo” oculta-se de forma significativa o acesso às políticas sociais numa perspectiva de direitos.

Além disso,

Cabe observar que a política neoliberal em vigor desde os anos 90 vai ser um fator fundamental para o crescimento da violência criminal em nosso país. [...] A desigualdade social aumentou, enquanto a maioria viu suas oportunidades de vida minguarem. Ao mesmo tempo, os valores tradicionais da solidariedade, da cooperação, da ética foram sendo solapados [...]. Criou-se o caldo de cultura propício à expansão do tráfico, do crime organizado – que atinge principalmente os jovens. (LESBAUPIN, 2003, p.21)

Constata-se, então, que no contexto neoliberal a juventude tem sido um dos segmentos mais penalizados pela ausência do Estado no atendimento de suas principais demandas. As políticas sociais desenvolvidas, já fragmentadas e precarizadas não conseguiram criar mecanismos efetivos que visem a superação da pobreza no País, o que agrava cada vez mais a vida dos/as jovens da classe trabalhadora que não têm acesso ao trabalho, a uma educação de boa qualidade, ao lazer, à segurança, etc. Tem-se, portanto, o agudizamento da desproteção social da sociedade brasileira, e, especialmente, do segmento juvenil.

Tal processo se expressa de forma variada, com base principalmente, nos baixos indicadores sociais que caracterizam a realidade da juventude brasileira.

O fenômeno da violência tem sido um dos aspectos mais preocupantes com relação à população juvenil. Com base no “Mapa da Violência 2010”, verifica-se que no ano de 2007,

as vítimas de homicídio na faixa de 15 a 29 anos de idade representaram 54,7% do total de homicídios, e o mais preocupante é que esses índices vêm aumentando ao longo do tempo.

O Brasil, com referência aos homicídios de jovens na faixa de 15 a 29 anos de idade, ocupa a sexta posição entre os 91 países listados, e só fica abaixo de nações com notórios problemas com suas gangues juvenis, como El Salvador e Guatemala, ou países com histórico de guerrilhas e narcotráfico, como a Colômbia. Mas a situação do Brasil, com 50,5 homicídios em 100 mil jovens, é muito distante da realidade da maior parte do mundo. (WAISELFISZ, 2010, p.106)

De acordo com Soares (2004, p.131),

Em algumas regiões das grandes cidades, marcadas pelo drama da desestruturação familiar, do desemprego, da degradação da auto-estima, da falta de acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, os números chegam a patamares ainda mais alarmantes.

As situações de violência em que apresentamos/as jovens sejam como vítimas, sejam como protagonistas nesse processo tem sido um aspecto extremamente preocupante. A juventude de um modo geral vivencia as mais diversas e cruéis formas de violência. Não se trata aqui de priorizar qual a pior dentre elas, mas destacar a nocividade das mesmas na vida da juventude.

A violência se expressa, especialmente, pelo não acesso da juventude à riqueza socialmente produzida, num contexto em que se estimula para esse público específico a ilusão da possibilidade de consumo de grandes marcas criadas pelo capital. Tal violêncialimita o acesso a bens culturais importantes e fundamentais para o desenvolvimento da vida desses sujeitos. Além disso, as oportunidades surgidas nessa determinada fase da vida para os/as jovens pobres são geralmente muito escassas e precárias, as quais dificilmente conseguem mudar suas trajetórias de vida, que por sinal serão muito parecidas com as de seus familiares.

Em virtude dessa gravidade, faz-se necessário a seguinte observação:

A insegurança da existência se impõe à idéia de seguridade social, num ambiente marcado por momentos de inquietação pública nas grandes metrópoles, onde se concentra a pobreza, hoje mais urbana que rural. Essa inquietação pública articula duas lógicas: a insurreição contra a discriminação e a injustiça social e contra a privação econômica e as desigualdades sociais. Tais rebeliões são desencadeadas pela juventude da classe trabalhadora, de forma violenta, em resposta – na maioria das vezes

de forma desorganizada – à *violência que vem de cima* e que é estrutural sobre os pobres. (grifos da autora). (BEHRING, 2008, p.58).

Constata-se a partir desses aspectos que, a violência sofrida pela juventude no atual contexto é realmente assustadora. Sabe-se que de uma forma geral, esse fenômeno vem atingindo não só a juventude pobre, residentes das periferias das grandes cidades. Trata-se de um fenômeno que atinge uma parcela significativa da população, ou seria melhor dizer que, ninguém está imune a tais problemas.

Essa problemática, no entanto, precisa ser analisada de forma contextualizada e articulada a uma perspectiva histórica no bojo das sociedades capitalistas, em que pesa desde seu processo de acumulação primitiva (MARX, 1984) o uso de uma série de métodos violentos para consolidação do seu projeto de expansão.

Marx (1984, p. 293) explica bem esse processo ao colocar que na fase de acumulação primitiva do capital “[...] a expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinhamente odiosas.” (p.293). Tais aspectos não se diferenciam muito das formas utilizadas pelo capitalismo no atual contexto. Uma vez que a concentração de riqueza e a exploração intensiva da força de trabalho são geradores de muita pobreza e desigualdade, deixando de fora da “partilha do bolo” a maior parte dos trabalhadores/as responsáveis pela produção da riqueza social. No Brasil, de herança escravocrata, patrimonialista e centralizadora, as conseqüências desse processo foram realmente desastrosas.

O que hoje se constata em relação à violência, não é senão uma reação a todo esse processo histórico de opressão e injustiça social. Aqueles/as que durante toda história se viram a margem dos benefícios do desenvolvimento, inconformados/as com a “*violência estrutural que vem de cima*” (BEHRING, 2008), reagem e acabam, mais uma vez, sendo vítimas dessa sociedade opressora e perversa. No conjunto da população vitimizada por esse processo de violência estrutural, a juventude se destaca dentre aqueles/as que mais sentem as conseqüências desse processo excludente e concentrador.

Além desse aspecto, apresentam-se outros também determinantes na realidade da juventude brasileira. Trata-se da questão da escolaridade e do trabalho. Pois, segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania em 2003, que apresentou o “Perfil da juventude brasileira”, houve um aumento expressivo da escolaridade dos jovens no Brasil, tendo em vista que 63% dos/as jovens estavam estudando durante o levantamento.

No entanto, segundo Sposito (2005, p. 102),

Apesar do incremento da escolaridade, o que em tese aproximaria os jovens das condições socioculturais de um modelo moderno da condição juvenil, caracterizado pelo acesso aos sistemas de ensino dissociado do mundo do trabalho, os investigados situam-se majoritariamente na órbita do trabalho, pois para 76% dos jovens essa dimensão está em seu horizonte vital [...]. Do conjunto dos investigados, 36% trabalhavam no momento do levantamento dos dados e 40% declararam estar desempregados.

Esses dados revelam que para a juventude da classe trabalhadora impõe-se, na maioria das vezes, como única alternativa o fato de ter que conciliar o estudo à necessidade de lutar pela sua sobrevivência, por meio do trabalho. Essa realidade condiciona a juventude pobre a experimentar o processo educativo de forma muito limitada, quer seja pela difícil condição material, pelo desfavorável contexto familiar e sócio-cultural vivido pela maioria dos/as jovens, ou até mesmo, devido – numa análise mais complexa – a estrutura dos atuais sistemas de ensino público, também marcado pela precarização por que passam as políticas sociais no neoliberalismo.

Com relação ainda ao aspecto educacional a Pnad 2007 aponta dados mais recentes acerca dessa questão. De acordo com a referida pesquisa, cerca de 82% dos/as jovens de 15 a 17 anos estavam na escola, entretanto, 44% não haviam concluído o ensino fundamental e apenas 48% deles cursavam o ensino médio. “Portanto, a defasagem escolar continuava alta entre os jovens dessa faixa etária, pois já deveriam ter finalizado a educação fundamental.” (IPEA, 2008, p.12). Se forem levados em conta os índices por regiões, verifica-se que as Regiões Nordeste e Norte continuam a apresentar uma taxa de frequência escolar considerada baixa (34,5% e 36,%, respectivamente), na comparação com as outras regiões brasileiras. (IPEA, 2008)

Portanto, no que toca à educação escolar, “[...] é verdade também que a escola voltada para os mais pobres continua ainda desinteressante, longe da realidade dos/as alunos/as, mal equipada, com profissionais mal remuneradas, sem uma política de formação continuada, trabalhando em condições precárias.” (SILVA, 2006, p.88).

No que se refere ao trabalho - quando é possível a inserção da juventude nesse espaço –, tal processo se dará da forma mais precarizada, “[...] desse modo, os jovens que não trabalham nem estudam tendem a inserir-se na sociedade via subempregos. Eles se tornam itinerantes permanentes em busca de oportunidades (leia-se primeiro emprego).” (SILVA, 2009, p.22).

Em face dessas questões, constata-se o quão desafiadora é a realidade vivida pela juventude brasileira, no atual contexto do capital, em que as condições de vida da maioria da população jovem se agravam, “[...] em especial os setores mais vulneráveis: jovens negras e homens jovens moradores de espaços populares [...]” (IBASE; PÓLIS, 2005, p. 08). Trata-se de um momento em que se inspira muita insegurança em relação à condição juvenil, devido a uma série de questões que atravessam, principalmente, a realidade da juventude pobre. Essa realidade, porém, não pode ser analisada de forma isolada como algo particular à realidade juvenil. Sabe-se que se trata de questões que interferem no conjunto da vida social.

Mas, diante da necessidade de dar visibilidade ao contexto em que se encontra a juventude, filhos/as da classe trabalhadora é que se faz necessário salientar o fato de que,

O modelo de desenvolvimento econômico implantado no Brasil, especialmente nestas últimas décadas, tem negado a esses/as jovens a condição de sujeitos de direitos. Atualmente, a situação se tornou ainda mais grave, pois [...], elevaram-se ainda mais a pobreza, a violência, a miséria, a baixa escolarização e o desemprego juvenil. (SILVA, 2009, p.22).

Portanto, com base nesses aspectos e em outros que expressam a realidade juvenil brasileira, é que se vem afirmar que a juventude – no atual contexto de desenvolvimento do capitalismo, e diante da configuração das políticas sociais – vive uma preocupante situação de desproteção social, em especial a juventude pobre, uma vez que os atuais programas/projetos/ações de Proteção Social direcionam-se na perspectiva conservadora e excludente. O pressuposto dessa hipótese parte da constatação empírica de que predomina a manutenção da situação de desproteção social vigente, em alguns aspectos até mais acenada, como a violência, sobretudo, a partir da adoção da lógica neoliberal pelo Estado brasileiro, no qual “[...] nesse processo, muitos (as) jovens vêm pagando o preço das políticas econômicas que os(as) excluem das possibilidades de incorporar-se de maneira produtiva e cidadã à sociedade.” (IBASE; PÓLIS, 2005, p. 08).

Assim, os atuais programas/ projetos/ ações de Proteção Social afastam-se de uma perspectiva política crítica, capaz de promover a cidadania e a autonomia da juventude, de modo a reverter o atual quadro de desproteção social em que ela se encontra no País.

Diante desse cenário acentua-se a importância de avaliação de programas/projetos e ações de Proteção Social em vigência nos dias atuais, na perspectiva de que o ato de avaliar, dentro de um processo investigativo, assume conotação política, não apenas intervencionista e acadêmica.

CAPÍTULO 2 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E A CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA PROJÓVEM

Desde as últimas duas décadas do século XX, a temática da juventude vem sendo alvo de reflexão de uma gama de estudos teóricos que passaram a dar visibilidade a uma diversidade de questões pertinentes ao universo juvenil. Tal aspecto, possivelmente foi motivado pelo fato de a realidade juvenil apresentar situações tão características do contexto de desigualdade social do País.

Ao retomar a discussão iniciada no capítulo anterior desse trabalho volta-se a afirmar que a juventude foi e tem sido um dos segmentos mais vulnerabilizados em face do processo de desproteção social que marca a trajetória histórica do Brasil e que continua se agravando no atual contexto do capital tardio.

Nesse cenário, constata-se cotidianamente situações de desrespeito à vida da juventude brasileira, à medida que se nega direitos básicos como o acesso à educação de qualidade, seja no nível da educação básica e mais ainda, quando se trata da possibilidade de acesso ao ensino superior público, que embora se reconheça sua expansão nesses últimos anos, ainda permanece muito restrito se for comparado à quantidade de jovens que concluem o ensino médio e permanecem fora das universidades.

Além disso, a condição de pobreza a que milhares de jovens estão submetidos/as desde a infância, limita de forma significativa as oportunidades que ao longo da vida possam surgir, no sentido de mudar estruturalmente esta realidade. Tal contexto acaba por gerar situações constantes de violência, que ora o/a jovem apresenta-se como vítima, ora esse/a mesmo/a jovem é apontado como responsável por cometer atos violentos que se expressam das formas mais variadas possíveis.

Por outro lado, a análise da história brasileira demonstra que a juventude não se omitiu diante da opressora realidade em que viveu, e ainda vive. Ao contrário, em muitas situações a participação política da juventude exigiu o seu reconhecimento enquanto sujeito social, logo, detentor de direitos.

Em vista disso, neste Capítulo se esboçará a trajetória histórica da participação da juventude em momentos importantes da vida política do País, no qual sempre de forma criativa tornou pública as situações de opressão, violência e pobreza em que parcela expressiva da juventude sobrevive.

Assim, pressionada pelos apelos juvenis, que publicizam suas péssimas condições de vida de forma organizada, a sociedade brasileira, ou melhor, setores da sociedade brasileira deram início em meados da década de noventa do século passado, ao debate em torno da juventude à luz das políticas públicas sociais, conforme será analisado neste Capítulo.

O Estado, ao sentir-se pressionado passa a emitir algumas respostas políticas as demandas juvenis por meio da implantação de alguns programas sociais destinados a esse segmento. Ao longo do tempo, várias ações, projetos e novos programas sociais foram criados nas distintas esferas dos entes federativos.

Não muito destoante dos programas vinculados às políticas sociais já existentes, as ações destinadas à juventude seguem características muito parecidas com o que reza a atual cartilha da política neoliberal. Em sua maioria são programas focalizados, voltados aos segmentos mais vulnerabilizados da população jovem.

Contudo, se reconhece a importância dessas iniciativas e a necessidade de avaliá-las numa perspectiva crítica, haja vista as consequências na vida da juventude do processo de desigualdade social que marca a trajetória histórica do Brasil e da necessária intervenção estatal frente a esse processo. Portanto, dentre as mais recentes ações destinadas à juventude, destaca-se o Programa Projovem, especialmente a modalidade Projovem Urbano, fonte de estudo desta pesquisa.

2.1 As Políticas Públicas de Juventude no Brasil: avanços e retrocessos

Como se aludiu anteriormente, as condições de vida de uma parcela significativa da população jovem brasileira são marcadas pelos agravos decorrentes do histórico processo de desigualdade social do país. Atualmente, dados do IBGE (2008) apontam a existência de mais de 50 milhões de jovens (homens e mulheres), que imprimem à sociedade brasileira características muito peculiares e diversas, que durante muito tempo estiveram submersas ou diluídas nas demandas sociais de uma forma geral.

É recente, portanto, o atendimento político por parte do Estado de algumas necessidades que os/as jovens presentes na cidade e no campo, organizados ou não, manifestam por meio dos movimentos sociais juvenis, grupos artísticos e culturais, ou mesmo pela forma mais cruel, que seria através da violência e do uso crescente de drogas.

Diante desse quadro, é fato que as ações destinadas ao segmento juvenil, ou melhor, à parcela mais vulnerável desse segmento – os/as jovens pobres – se analisadas numa perspectiva crítica configuram-se, enquanto medidas paliativas sem efeito de mudança estrutural na vida dos sujeitos sociais jovens, e na dinâmica da ordem burguesa capitalista.

Tal constatação, porém, não tira a importância de analisar as Políticas Públicas de Juventude como algo fundamental na efetivação dos direitos humanos básicos a que à juventude possui, bem como na tentativa, por meio da organização política desses sujeitos, em ampliar tais direitos, embora, o atual contexto do capital sinalize um caminho contrário, qual seja a destruição dos direitos já conquistados.

Sendo assim, as discussões a seguir buscam situar de que forma a juventude por meio da organização política reagiu a tais processos excludentes impostos pelo modo de produção capitalista, e a emergência do debate acerca das Políticas Públicas de Juventude no âmbito do Estado e da sociedade brasileira em geral.

2.1.1 A importância da participação juvenil no cenário político

O debate sócio-político em torno da juventude no contexto brasileiro é de fundamental importância para situar historicamente como se deu o processo de mobilização das juventudes frente aos elementos de ordem social, política, econômica e cultural que culminaram com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, por conseguinte, pela compreensão de uma nova ordem jurídico-institucional para a população juvenil.

Esse debate também é pertinente para situar de que forma o Estado reconheceu as demandas próprias dessa fase tão importante da existência dos sujeitos jovens. Desse modo, é relevante destacar que as particularidades históricas do País, em muito se diferenciaram da realidade, por exemplo, da vivida pelos/as jovens da Europa. Pesa no contexto brasileiro, a herança de práticas patrimonialistas e arcaicas, e de uma sociedade marcada pela pobreza e pelas desigualdades sociais, que acompanham o Brasil desde sua colonização.

Segundo Cassab (2001, p. 86-87), os/as jovens pobres no Brasil do século XIX,

[...] não eram, como os europeus e norte-americanos, operários fabris, moradores das cidades. Eles eram escravos, ou aqueles brancos e livres, que trabalhavam em pequenos serviços artesanais, sem acesso à escolarização e sem função muito clara na vida social. Apenas na primeira metade do século XX começou a surgir a figura do jovem trabalhador urbano e ainda

assim branco, pois a condição de vida e de trabalho dos negros pouco mudou em relação à sua situação anterior de escravos.

Uma das preocupações da sociedade brasileira nesse momento para com os/as jovens girava em torno da constante vigilância sobre aqueles/as inseridos/as no mercado de trabalho, especialmente, nas fábricas, dada a constante ameaça do anarquismo e comunismo.

Soma-se a isso, a veiculação nos espaços urbanos da imagem ameaçadora do malandro e do vagabundo, figuras geralmente, atribuídas aos/às jovens pobres e negros/as, que fruto de um regime escravocrata e de um processo desigual na recente industrialização, não conseguiam ocupar espaço na sociedade.

Na verdade, em sua maioria tratava-se de jovens ainda adolescentes vivendo numa situação de pobreza extrema e de abandono. No entanto, a situação desses/as jovens não era reconhecida como uma expressão concreta da “questão social”, pois esta era reconhecida até as primeiras décadas do século XX, sobretudo no contexto da República Velha, como “caso de polícia”.

A preocupação maior da sociedade, naquele momento, se dá em torno do controle social sobre esses/as jovens. Fato que irá se concretizar por meio da ação jurídica, com a criação do primeiro juizado de menores em 1923 e posteriormente com a instituição do Código de Menores de 1927.

A ideologia que permeou essas ações é inegavelmente de cunho positivista-funcionalista, uma vez que se culpabilizava esses/as jovens pobres, pela degradante situação vivida por eles/as. E a ideia de que era necessário retirá-los/as da sociedade “perfeita” através do sistema de internação e reclusão para, mais tarde, se reintegrarem ao sistema vigente, foi fortemente difundida por essa ideologia de corte higienista.

A criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) em 1941 é um dos exemplos da postura do Estado frente à situação vivida pelos/as jovens e até por crianças. Para Pereira (1998, p.21),

[...] a implantação do SAM veio muito mais no sentido de responder a uma preocupação do governo com a instituição de uma nova ordem social do que com a busca em assistir aquelas crianças e adolescentes que necessitassem de apoio material e educacional.

Em substituição ao SAM, anos mais tarde, exatamente em 1964 foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que se caracterizou na prática como uma ação voltada para o controle dos/as jovens adolescentes pobres.

Assim, diante desses aspectos verifica-se o quanto, “a história dos jovens pobres no Brasil neste século, se confunde com as iniciativas que o Estado implementou na tentativa de controlá-los” (CASSAB, 2001, p. 88).

Por outro lado, na década de 1950 e início dos anos 60, a preocupação com os/as jovens abastados/as das famílias dos setores urbanos médio, girava em torno de sua inserção no modelo de modernização em vigor. Assim, o acesso ao sistema educativo passava a ser uma das políticas de Estado dirigidas ao público jovem ressaltando-se, porém, que se tratava de jovens do sexo masculino, brancos e ricos.

Enquanto isso, o contingente de jovens em situação de abandono e pobreza ficava de fora dessas ações ligadas ao processo de escolarização, uma vez que a atenção do Estado dirigida a esses jovens se dava na perspectiva do controle social.

No entanto, ressalta-se que o acesso dos jovens à educação, embora se tenha o recorte de classe, gênero e etnia, trouxe aspectos positivos para o cenário sociopolítico do período que corresponde a década de 1960 e início dos anos 70.

De acordo com Bango (2003, p. 42)

Com a crescente incorporação de jovens no sistema educacional, especialmente nos níveis médio e superior, teve maior força a mobilização juvenil organizada que rapidamente assumiu postos claramente contestatórios, desafiando ao sistema político existente e em resposta à conflitiva situação pela qual atravessavam as sociedades latino-americanas.

A década de 60 do século XX se constitui como um marco no cenário político-social internacional, no que diz respeito ao surgimento da juventude como um novo ator social. Essa novidade dá-se especialmente, pelo fato de a classe operária do final do século XIX ser composta em sua maioria por jovens trabalhadores.

Para Santos (2008, p.67), os movimentos ocorridos no ano de 1968, na Europa, tornaram-se emblemáticos, “[...] em face do movimento popular liderado por estudantes na França, ‘o Maio de 68’, de onde emergiu a força contestatória da juventude e sua política de recusa às normas e aos padrões convencionais, [...]”. Daí a estreita relação entre os ideais revolucionários advindos da Revolução Francesa e a juventude. É nesse contexto, que a imagem da juventude estará vinculada a mudança e a revolução, numa perspectiva mais radical.

Apesar de esse momento histórico representar bem o posicionamento desses/as jovens, especialmente, estudantes que buscavam ir de encontro a idéia de que havia se instaurado um processo de revolta juvenil, “[...] é relevante considerar que os limites mais profundos da

sociedade burguesa não foram postos em evidência por estes sujeitos coletivos em suas lutas e narrativas contra as formas de opressão particulares [...]”(SANTOS, 2008, p. 67). Contudo, esse aspecto não tira o mérito dessas lutas, já que elas foram fundamentais para colocar em evidência a não viabilidade do projeto societário a que se propunha o capitalismo.

No que concerne à juventude, a ideia de que existe uma profunda diferença entre o mundo dos adultos e o mundo da juventude foi largamente difundida, a ponto de se criar uma independência entre esses mundos. O protagonismo juvenil⁴ nesse período tornou-se evidente em diversos campos da sociedade, com destaque para o campo da cultura que tomou proporções volumosas nesse período.

De acordo com Cassab (2001, p.72), “[...] no cinema, na música, na moda, na linguagem cotidiana, surgem ícones que identificam a juventude e com os quais ela se identifica.”

Havia, portanto, uma grande visibilidade de jovens na sociedade forçando-a, assim, a admitir a juventude como uma fase definitiva da existência humana e mais do que isso, como sujeitos sociais (DAYRELL, 2003).

A juventude a partir desse momento passou a ser vista como aquela que detinha um maior acúmulo de conhecimento, principalmente, devido ao avanço tecnológico sucedido em meados do século XX, como também se enxergava na juventude um grupo em potencial para o mercado capitalista.

Além disso, o surgimento das lutas feministas se coloca como outro aspecto importante na composição desse cenário, uma vez que, as questões que envolvem a dimensão de gênero e sexualidade passam a ser pautadas numa outra esfera.

Possivelmente pela primeira vez, desde o surgimento da idéia de juventude, as jovens eram percebidas como sujeitos particulares, com desejos e direitos sobre o seu corpo e seu destino. A sexualidade lhes foi restituída e a juventude começa a deixar de ser pensada apenas no masculino (CASSAB, 2001, p. 73).

De modo geral, a imagem da juventude nesse período esteve muito ligada aos processos de mudança social e a ideia de que era preciso se preocupar com esse segmento da sociedade, por ser ele o responsável pelo progresso e continuidade da sociedade.

⁴Sobre Protagonismo Juvenil ver: SILVA, Rosemary Marinho da. Juventude e ações protagonistas. In.: CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da. (org.). **Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz: Juventude GerAção da Paz**. João Pessoa: Ed. Idéia: Setor juventude da Arquidiocese da Paraíba, 2007.

A contestação dos/as jovens à ordem vigente se dava das formas mais variadas, com ênfase aos padrões estabelecidos no campo da moral. Um exemplo dessas contestações são as bandeiras erguidas em favor do sexo livre e do uso indiscriminado de drogas. A questão política e social também passou a ser alvos de contestações dos/as jovens dessa época.

No Brasil, as repercussões desse movimento foram sentidas, primeiramente, no âmbito das produções culturais que passaram a incorporar uma linguagem popular do cotidiano juvenil da classe média urbana formada, especialmente, por universitário/as. Esse contexto incitará jovens de ambos os sexos, principalmente universitários, a sonhar com processos de mudanças revolucionárias durante a década de 60 do século XX.

Assim, a mobilização do movimento estudantil ganha corpo e se soma a outros movimentos populares, como os sindicatos que tinham uma atuação mais efetiva nas cidades. É possível identificar também uma relação do movimento estudantil com o movimento camponês, em evidência nesse período pelo seu poder de organização e mobilização dos trabalhadores rurais, principalmente na Região Nordeste do País, através das chamadas “Ligas Camponesas”.

Além dessas organizações observa-se no cenário sociopolítico antes de 1964, a presença de jovens militantes da Igreja Católica que atuavam através da Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Essas organizações já trabalhavam numa perspectiva de conscientização política e das condições de vida, em que se encontravam a juventude e a sociedade de modo geral.

Embora se perceba que a década de 1960 se inicia no Brasil com esse espírito reformista social e de mudanças no rumo da política, com o Governo de Goulart (1961-1963), o que se vislumbra, na verdade, com a instauração e a consolidação da Ditadura Militar (1964-1985) é um aumento expressivo do controle, seguido de repressão e supressão dos direitos civis e políticos, em resposta às mobilizações não só dos setores juvenis, mas de todos os setores da sociedade brasileira.

Violentemente silenciados pela mão repressora do regime militar, os movimentos populares só começaram a entrar novamente em cena no final da década de 1970, mediante o processo de abertura democrática ou transição democrática dos governos militares. Como consequência do regime, o país mergulhava numa dívida externa cada vez maior e passava por um momento de forte recessão econômica, aprofundado cada vez mais o processo de desigualdade social no País.

Essa situação vivida pela população é tida como o estopim para a retomada das organizações populares nos quatro cantos do Brasil. Surgem nesse cenário, novos atores

sociais na luta pelo restabelecimento da democracia e pela garantia dos direitos básicos (humanos políticos e sociais).

Tais direitos irão se materializar com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, o que representou para a população brasileira um momento de avanços significativos na garantia dos direitos e na participação do povo nos processos decisórios do País. Sobre o surgimento de novos/as atores sociais no cenário sociopolítico na década de 70 do século XX, Souza (1999, p.80) afirma que,

Os meados desta década foram marcados por um novo tipo de expressão coletiva que introduzia outros atores sociais organizados sob outras referências não ligadas as tradicionais [...], redescobrimo novos modelos de intervenção social que exigiria um novo olhar sobre a expressão política do cidadão comum. (p. 80).

No cenário mundial, até a década de 60 do último século, as lutas sociais contemplavam, de maneira mais efetiva, questões ligadas aos interesses de classe social, evidenciando dessa forma a luta de classes⁵ existente (SOUZA, 1999). Assim, as pautas sociais desses movimentos, giravam de maneira mais incisiva em torno do enfrentamento ao modo de produção capitalista e na defesa pela construção de um novo modelo de sociedade. Com esse objetivo, homens, mulheres, jovens, negros e brancos constituintes da classe trabalhadora se somavam por um mesmo ideal: um mundo de justiça social e igualdade para todas as pessoas, que só se tornaria real com a supressão do modo de produção capitalista.

No entanto, com o processo da reestruturação da economia capitalista mundial, denominada como “reestruturação produtiva”, “globalização”, “mundialização da economia” ou “reestruturação do capital” (KAMEYAMA, 1999, p.9) e, de seu corolário político, o neoliberalismo, novos sujeitos entram no cenário político em oposição às transformações societárias em curso, principalmente as ocorridas no mundo do trabalho.

No caso brasileiro, é precisamente no contexto da década de 1980, ou década “perdida” do ponto de vista econômico, que um novo movimento ganha força política. O processo de revitalização da sociedade civil ou das forças sociais organizadas ganha força política, não apenas pelas lutas em prol da redemocratização do País, mas também por todo o debate sociopolítico que se travou nesse contexto.

Temas como desigualdade social, direitos humanos, cidadania, violência contra a mulher, crianças e adolescentes e população negra ganham força no cenário político brasileiro

⁵ A luta de classes aqui é entendida como resultado da relação antagônica entre capital *versus* trabalho.

e, como tal, tornaram-se pauta na agenda política do País. Para muitos autores não se trata do surgimento de “novos” movimentos sociais, devido à existência destes em outros momentos da história. O que acontece na verdade é que na década de 1980 as lutas desses movimentos ganham maior visibilidade para todo o conjunto social.

Vale ressaltar, porém, que permanece ou deveria permanecer a perspectiva de classe no horizonte de atuação desses movimentos sociais, articulada a outras questões como, gênero, etnia, de geração etc. O que se diferencia, portanto, é que mesmo considerando a relevância de tais dimensões, é possível identificar necessidades próprias dos sujeitos que constituem um determinado grupo social, como é o caso da juventude.

Porém, antes de tratar especificamente da juventude ressalta-se o fato de que entre os movimentos com maior poder de pressão política e de organização na década de 1970, no contexto brasileiro, ganham ênfase as lutas em defesa dos direitos da criança e adolescente.

Essa movimentação se dá, especialmente, devido à realidade de abandono e miséria de milhares desses brasileiros, visivelmente expostos pela situação de vulnerabilidade pessoal e social. Uma vez que, as péssimas condições de vida e até a perda de vínculos familiares, tornou-se insustentável aos olhos da opinião pública, foi reforçada pela intervenção de alguns organismos internacionais como a ONU e UNICEF.

Sendo assim, as lutas sociais desencadeadas em favor desse segmento da população brasileira ganharam proporções significativas provocando, assim, uma sensibilização no cenário político e social para a situação das crianças e adolescentes.

Como consequência desse forte movimento social, em 1988 com a nova Constituinte ocorreu a substituição da Doutrina da Situação Irregular em vigor desde a década de 1920, pela Doutrina da Proteção Integral sintetizada no artigo 227 da Constituição. Essa doutrina provocará mudanças substanciais no atendimento a esse público no campo da proteção e dos direitos.

Sobre a Doutrina da Proteção Integral, Cunha (1998, p.41) chama atenção para o fato de que,

Em primeiro lugar, abandona-se a preconceituosa visão menorista para se admitir que o atendimento deve ser voltado à toda criança e adolescente, sem discriminações econômicas, sociais, étnicas ou de qualquer outra ordem. [...] antes (na Doutrina da Situação Irregular) se considerava a sociedade sempre correta e as crianças/adolescentes como incapazes, agora (na Doutrina da Proteção Integral) entende-se que se uma criança/adolescente não conseguiu se adaptar à cidade, o problema é da própria sociedade que não criou condições para que suas crianças/adolescentes se desenvolvessem plenamente. (p. 41).

O ápice dessa nova perspectiva de atendimento à criança e adolescente ganhou corpo com a promulgação da Lei Federal nº 8.069 em 13 de julho de 1990 que cria o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

O ECA representa uma mudança radical no direcionamento da política voltada para esse segmento, tendo em vista que a partir da adoção do princípio da doutrina da proteção integral, crianças e adolescentes passam a ser vistos como sujeitos de direitos, sobre os quais a família, a sociedade e o Estado devem assumi-los como uma prioridade absoluta.

Nesses termos, assim está escrito no artigo 227 da Constituição de 1988 e no artigo 4ª do ECA,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda formade negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL/SENADO, 1988, p.131)

Esse debate em torno do ECA se faz necessário, tendo em vista que se trata de um marco legal dirigido a todas as crianças e adolescentes com idade entre 0 – 17 anos 11 meses, e, embora a questão etária não se constitua como elemento determinante na definição ou conceituação da categoria juventude, esse aspecto será adotado nesse momento a fim de estabelecer uma relação entre o ECA e uma das categorias em estudo, qual seja: juventude.

Diante dessa questão, destaca-se que o ECA acabou contemplando a juventude que em termos etários se encontra entre os 15 e 17 anos e 11 meses, ou seja, uma parcela muito pequena do segmento juvenil existente na sociedade brasileira, já que dentro do recorte etário para a UNESCO são jovens aqueles ou aquelas com idade entre os 15 e 29 anos de idade.

Portanto, faz-se necessário reconhecer a importância e o avanço significativo advindo com a implementação do Estatuto da Criança e Adolescente, no entanto, a juventude de modo geral continuou numa situação de desproteção social, uma vez que muitas das suas demandas não foram atendidas ou reconhecidas enquanto direitos pelo ECA, devido ao campo de atuação do mesmo ter um recorte etário muito bem definido. Ou seja, “[...] além das conquistas já enunciadas pelo Estatuto, o foco das atenções, ao se voltar para os adolescentes, deixou na sombra como sujeitos de direitos os jovens que atingiam a maioridade legal”. (SPOSITO, 2003, p. 64-65).

Ainda sobre esse processo em que a juventude ficou desacobertada no que diz respeito a um marco legal, como foi o ECA, faz-se necessário uma observação relevante sobre o assunto. Segundo Abramo (2007, p.14-15)

[...] nesse momento a juventude não se colocou como questão política, como tema para os direitos e para as políticas públicas; ficou como tema, fora desse processo, embora muitos jovens e organizações juvenis tenham participado ativamente da luta pela redemocratização e muitos jovens tenham participado da construção dessas pautas, no interior desses outros movimentos.

Por isso, a necessidade de retomar as discussões acerca do debate sociopolítico em torno da categoria juventude, para situar como jovens de ambos os sexos foram ocupando espaços na sociedade, exigindo, assim o seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos.

Faz-se necessário recordar que, este estudo está pautado na compreensão da juventude enquanto uma construção social e como tal, ela adquire maior ou menor expressão nos momentos históricos, a partir de contextos que envolvem a dimensão de classe, gênero, raça, geração etc. Sendo assim, “[...] além de receberem influências variadas, os/as jovens participam na dinâmica da sociedade através de estratégias diferentes, seja como atores sociais e políticos ou manifestando diversas formas de expressão e identidade.” (UNESCO, 2004, p. 31)

Nesse contexto são vários os grupos juvenis que vão se destacando e ao mesmo tempo exigindo o reconhecimento, no campo econômico, político e social das necessidades que lhe são próprias. Até a década de 1970, por exemplo, a atuação da juventude no cenário político esteve muito ligada ao movimento estudantil que, tinha a participação de estudantes universitários e do ensino médio. Outro movimento importante desse mesmo período é o movimento da juventude do campo.

No entanto, com o desenvolvimento das cidades perde visibilidade no final dos anos 70 e início dos anos 80 o movimento da juventude do campo, dando espaço, assim, a organização da juventude urbana (ganges, hippies, galeras, movimentos culturais etc.). Ressalta-se, porém, que embora haja uma decaída no movimento da juventude rural, ainda assim, a participação de jovens nas lutas travadas no campo é bastante expressiva nos últimos anos, a exemplo do Movimento dos Sem Terra, que consegue aglutinar e formar muitos/as jovens. Além desses grupos juvenis, outros que se destacaram, e continuam se destacando são aqueles ligados à luta pelos direitos das mulheres e dos grupos étnico-raciais.

Portanto, dentre os movimentos expressivos ocorridos na década de 1980 – período de grande efervescência no campo político e social na sociedade brasileira – que denunciavam as condições de vida do povo, e mediante o cenário político da época, destaca-se o quanto a participação juvenil teve um papel expressivo, na luta pelo retorno da democracia e por ampliação no campo da cidadania.

Tal como afirma Bango (2003, p.40),

A maior presença da questão juvenil na agenda pública está relacionada em primeiro lugar, com a visibilidade que os jovens ganharam nos processos de democratização ocorridos na América Latina no final da década de 1980. As aberturas democráticas tiveram os jovens como principais protagonistas. Por meio de suas participações em revitalizados movimentos estudantis, partidos políticos e movimentos sociais, os jovens desempenharam um papel importantíssimo em prol do retorno da democracia.

Assim, somente por meio da organização política da juventude é que se tornam visíveis as pautas reivindicatórias dos diversos grupos juvenis. Nesse contexto, questões ligadas à educação, ao trabalho, a cultura e ao lazer são colocadas no centro dos debates. Além disso, as péssimas condições de vida da maior parte da população brasileira, e em especial, da população jovem é colocada como algo escandaloso. Já não dá mais para omitir a existência, por parte do poder público, de demandas específicas dos/as jovens brasileiros/as.

2.1.2 A emergência das Políticas Públicas de Juventude no contexto brasileiro

Na medida em que a juventude passa a ter uma expressão mais forte e consolidada no cenário público e político, mais precisamente nas últimas décadas, favorecida pelo aumento expressivo no Brasil de jovens de ambos os sexos, a sociedade parece, enfim, acordar para uma questão que deve ser colocada na agenda política do País a fim de emitir respostas concretas e efetivas para as demandas postas por este segmento.

Assim, o aspecto demográfico precisa ser considerado neste debate uma vez que,

Atualmente, segundo projeções da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE), de 2007, o país conta com uma população de 183 milhões 987 mil 291, sendo 131 milhões 251 mil com mais de 18 anos de idade (70% do total). [...] o peso da população juvenil, embora menor que em outros períodos, é

ainda bastante grande: são 49,7 milhões de brasileiros(as) com idade de 15 a 29 anos, o que corresponde a 26,2% da população total (Pnad, 2008); destes, 40 milhões têm de 18 a 29 anos, representando 21,1% da população total. (IBASE/PÓLIS, 2010, p. 16).

Esses dados revelam que mais de um ¼ da população brasileira atualmente é formada por jovens com idade entre 15 e 29 anos, e que, portanto, a população jovem brasileira tem um papel e peso fundamental nas questões que dizem respeito ao cotidiano da vida social.

Diante dessa realidade, verifica-se que a juventude passa a ser vista nas últimas décadas – com maior evidência a partir dos anos 90 –, no bojo da sociedade brasileira, enquanto “objeto de preocupação de políticas sociais através de intervenções públicas do Estado no sentido de uma cobertura institucional para este segmento, que vive uma condição de transição.” (SOUZA, 1999, p. 17).

Essas iniciativas se desenrolam na medida em que a juventude é reconhecida como uma fase importante da vida que vai além da adolescência e principalmente, a partir do momento em que os/as jovens exigem seu reconhecimento político, como sujeitos de direitos.

Segundo Abramo, esse reconhecimento se dá principalmente,

[...] pelo aparecimento de novos atores juvenis, em grande parte dos setores populares, que vieram a público, por meio de expressões ligadas a um estilo cultural, colocar questões que afetam e preocupam, diferentes daquelas colocadas pelas gerações juvenis precedentes, e para as quais não havia nem mesmo formulações elaborada no plano da política. (2005, p.39).

Reafirma-se, portanto, que o debate em torno das políticas públicas de juventude no Brasil é muito recente e, além disso, saindo do campo do debate e recorrendo as ações governamentais voltadas ao segmento juvenil, nota-se que há muito por fazer.

Segundo Novaes (2003), diferente de outros países o Brasil vive um atraso no conhecimento de sua juventude e no desenvolvimento de políticas públicas de grande dimensão para esse segmento, o que acaba sendo visto como um contra-senso por ser o Brasil um dos países que concentra uma parcela expressiva de jovens.

Embora o foco de análise centre-se no contexto brasileiro, considera-se significativo apontar, mesmo que de forma breve, alguns aspectos referentes ao processo de construção e implementação das Políticas Públicas de Juventudes (PPJs) em alguns países da América Latina.

Para isso, toma-se- por referência alguns dados da mais recente pesquisa intitulada “*Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*”

realizada em 2009 por uma rede parceira de entidades de países Sul-americanos, que no Brasil esteve sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – Pólis.

Essa pesquisa revela o quanto a preocupação com o segmento juvenil vem se expandido por todas as partes do mundo. No universo acadêmico, por exemplo, é visível o aumento de produções que têm como tema a juventude e sua realidade. Destaca-se também o interesse de várias organizações da sociedade em sistematizar as experiências de trabalho que essas desenvolvem com os/as jovens.

É fato que do ponto de vista das intervenções do Estado frente às demandas sociais da juventude, vários aspectos marcam esse processo de forma distinta em cada país, se, por exemplo, tomar como referência alguns países da América Latina. Uma vez que tais processos serão determinados a partir dos aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos que marcam a história de cada país.

Na tentativa de ilustrar, ainda que superficialmente, como alguns países da América Latina avançaram na implementação de Políticas Públicas de Juventude passa-se a seguir a apresentar o quadro abaixo.

QUADRO 01 – Contexto das Políticas Públicas de Juventude em alguns países Sul-Americanos

País	Data de criação	Faixa etária	Institucionalidade / Atual	Mandato
Argentina	1987	14 a 29 anos	Diretoria Nacional de Juventude subordinada ao Ministério de Desenvolvimento Social	Coordenar, articular e executar PPJs
Bolívia	1997	15 a 24 anos	Vice-Ministério de Assuntos da Juventude, Infância e Terceira idade subordinado ao Ministério de Desenvolvimento Sustentável e Planejamento	Desenvolver normas e PPJs
Brasil	2005	15 a 29 anos	Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência	Integrar programas e ações do governo federal na área de PPJs
Chile	1991	15 a 29 anos	Instituto Nacional da Juventude, subordinado ao Ministério do Planejamento e Cooperação	Gerar e sistematizar informações sobre juventude, colaborar com o Executivo no desenvolvimento, planejamento e coordenação de PPJs
Paraguai	1994	15 a 29 anos	Vice-Ministério da Juventude, instância dependente do Ministério da Educação e Cultura	Orientar e desenvolver PPJs
Uruguai	1991	14 a 29 anos	Instituto Nacional da Juventude, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social	Planejar, desenvolver, assessorar, articular, supervisionar e executar PPJs

Fonte: *Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional* Ibase/Pólis, 2009.

Esse Quadro demonstra o quanto o Brasil foi tardio se comparado a outros países vizinhos, no reconhecimento institucional das demandas advindas do segmento juvenil. A Argentina nesse cenário apresenta-se como pioneira uma vez que, desde 1987 instituiu a Diretoria Nacional de Juventude com o objetivo de coordenar, articular e executar Políticas Públicas de Juventude.

Os outros países também estão à frente do Brasil no quesito “institucionalidade”, ou seja, na definição de uma estrutura institucional que estabelecesse enquanto política pública

ações destinadas ao público jovem. É bem verdade que se faz necessária uma análise mais profunda e histórica sob de que forma tais processos se desenrolaram nesses países citados no Quadro.

Porém, sobre esse assunto, Sposito e Carrano (2003, p.17) asseveram que no Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, as políticas públicas destinadas aos jovens “[...] tenderam a permanecer muito mais como estado de coisas do que como problemas de natureza política que demandam respostas.”

Mesmo diante dessa constatação, não se pode negar que algumas mudanças passam a surgir em torno desse debate. Especialmente, no final do século XX emergem lentamente ações que buscam contemplar as demandas pautadas pelos diversos grupos juvenis, na sociedade brasileira. Em torno dessas questões “[...] iniciativas públicas são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil, e as várias instâncias do poder executivo – federal, estadual e municipal – são mobilizadas.” (SPOSITO;CARRANO, 2003, p.17).

Essas ações, por vezes, se efetivam através da criação de secretarias, assessorias, coordenadorias, projetos e programas que têm como foco o desenvolvimento de políticas voltadas para o segmento juvenil. No entanto, por se tratar de ações recentes, esses espaços públicos passam por um processo ainda em construção, e por essa razão “[...] enfrentam desafios por suas diferenças em relação às políticas já consolidadas.” (FREITAS; PAPA, 2003, p. 08).

Em alguns lugares, onde a criação desses espaços pôde avançar, as dificuldades sentidas estão por vezes, ligadas à própria estrutura institucional e funcional observadas na ausência de recursos próprios para a garantia de desenvolvimento de suas ações, e ainda na dificuldade em garantir a participação juvenil nos processos de elaboração e controle das políticas de juventude (FREITAS; PAPA, 2003, p.08).

Vale ressaltar, porém, que o processo de construção de políticas públicas de juventude no Brasil é perpassado na atual conjuntura, pelas formas que vêm assumindo o Estado e as políticas sociais no contexto neoliberal.

Constatou-se no Capítulo anterior deste trabalho, ainda que de forma breve, alguns traços que marcaram a construção do Sistema de Proteção Social Brasileiro, bem como determinadas práticas que ao longo da história da vida brasileira foram sendo desenvolvidas no atendimento das expressões da “questão social”.

Assim, nos termos de Araújo (2006) a gestão das políticas sociais no Estado brasileiro está profundamente marcada pelo autoritarismo, pelo assistencialismo, pelo clientelismo e/ou paternalismo.

Agrava-se ainda, o fato de que o Brasil conseguiu acumular e aprofundar, ainda mais nas últimas décadas a desigualdade social, expressa na pobreza e na exclusão social decorrentes dos ajustes neoliberais, atingindo, sobretudo, a juventude.

Mesmo porque, constatou-se anteriormente que no processo de construção do sistema de proteção social brasileiro não houve muito espaço para o atendimento efetivo e político das necessidades juvenis, principalmente para os/as jovens pobres, sempre marcados/as pela ausência do Estado brasileiro.

Essa abordagem se faz necessária, uma vez que a política pública se refere a uma ação de competência do Estado e, no que se refere às políticas públicas de juventude, elas se situam com maior ênfase no campo social exigindo, assim, que os direitos conquistados historicamente como o direito à educação, ao lazer, à cultura, à moradia, ao trabalho, dentre outros sejam garantidos.

Para isso, é preciso que o Estado utilize-se de estratégias que possibilitem a garantia desses direitos e, um mecanismo que o mesmo deve lançar mão são as políticas sociais.

Assim, Sposito (2003) afirma que de um lado convive-se com a tentativa de superação de práticas clientelistas e fragmentadas e, por outro lado há um esforço no campo das lutas sociais de transformar as necessidades específicas do segmento juvenil em direitos. Tal como aconteceu com a infância e a adolescência, através da instituição do Estatuto da Criança e Adolescente.

Nesse sentido, e a grosso modo, considerando o fato dos jovens comporem o contingente populacional mais vitimizado pelas distintas formas de violência presentes no Brasil; enfrentarem enormes dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho; sofrerem impedimentos no acesso a bens culturais; não terem assegurado o direito a uma educação de qualidade e não receberem tratamento adequado no tocante as políticas públicas de saúde e lazer, o reconhecimento de seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia. Portanto, seu desenvolvimento integral é legítimo e de interesse de todo o conjunto da sociedade. (NOVAES *et all*, 2006, p. 07).

De modo geral, observa-se que o debate das políticas públicas de juventude deve se pautar em torno da perspectiva da universalidade e do reconhecimento dos/as jovens enquanto sujeitos de direitos. Soma-se a isso a necessidade de, a partir da perspectiva da universalidade,

garantir o respeito à diversidade que, se configura como uma marca muito presente no contorno da categoria juventude.

Essa diversidade, por vezes, se apresenta por meio da questão de classe, gênero, etnia, geração, dentre outras. No entanto, ela precisa ser reconhecida como algo determinante na elaboração das políticas públicas de juventude. O que se percebe, porém, é que muitos programas/projetos e ações que vêm sendo desenvolvidos para o segmento juvenil não têm considerado tal característica.

Além desses aspectos, vários autores (ABAD, 2003; BANGO, 2003; LÉON, 2003) apontam para um elemento fundamental que deve ser considerado no debate sobre as políticas públicas de juventude, a fim de garantir de fato o seu caráter público. Trata-se da questão da participação da juventude nos processos de implementação, execução e avaliação dessas políticas.

Em outros termos, “[...] não se pode mais imaginar políticas públicas suficientes e eficazes se elas não incorporam os atores diretamente interessados.” (LÉON, 2003, p.114). Para esse autor, as demandas juvenis devem ser vistas de forma mais ampla, uma vez que, essas fazem parte do conjunto de demandas postas pela própria sociedade através de outros segmentos e atores sociais.

A partir desse entendimento, também é importante considerar que na afirmação e constituição da identidade juvenil, a capacidade de interlocução com o outro é fundamental, principalmente, se tiver como horizonte a presença juvenil nos mais distintos espaços e canais de participação social em que se façam presentes outros atores sociais, de modo a estreitar os laços e ampliar o diálogo entre esses/as (LÉON, 2003).

A participação da juventude, portanto, deve ser estimulada tanto nos canais de participação constituídos formalmente, como os conselhos, fóruns, conferências, bem como em outros espaços que também promovam o diálogo entre os diversos segmentos organizados da sociedade. Atentando-se sempre para o fato de que, a preocupação com a participação nesses espaços, muitas vezes deliberativos, deve se aliar também ao processo de formação e informação obtido pelos atores sociais envolvidos.

Outra consideração a ser feita sobre as políticas públicas de juventude, diz respeito ao viés da intersetorialidade que estas devem assumir enquanto política pública, especialmente do ponto de vista de sua gestão. Tendo em vista que, as ações dirigidas ao segmento juvenil precisam ser pensadas por meio da lógica da integralidade. Ou melhor, o sujeito, nesse contexto deve ser compreendido a partir de sua totalidade.

Acentuar esses aspectos torna-se fundamental, para não correr o risco de implementar políticas fragmentadas, distantes da realidade e das reais necessidades dos/as jovens. Para tanto, as políticas públicas de juventude “[...] devem ser pensadas no marco das políticas sociais e dentro de um esquema de articulação com as políticas econômicas.” (BANGO, 2003, p. 49). Assim, o compromisso com o desenvolvimento e expansão dessas políticas, assim como de todas as outras, deve ser uma decisão política de Estado e não somente de governo.

Em duas palavras: a discussão sobre política pública de juventude pode ser catalogada como “técnica” e “programática”, radicada nos organismos técnicos sobre juventude instalados nas diversas repartições; deixando clara a premissa básica de que as políticas públicas são decisões e opções do tipo político ou ético-político em sua gênese, o que deveria, numa sorte de seqüencialidade, ser o ponto de partida para o desenho, geração e implementação programática. (LÉON, 2003, p. 78)

Em suma, o desafio que se apresenta na construção das políticas públicas de juventude é o de efetivá-las a partir de uma perspectiva crítica, ou seja, de promoção da cidadania de todos os sujeitos jovens que constituem esse segmento tão expressivo da sociedade brasileira.

Haja vista o fato de que,

Mesmo no interior do aparelho de Estado, as políticas de juventude comportam diversidade de orientações e podem disputar recursos e operar diferentes definições de prioridades em face de outras políticas. Podem estar mais próximas de modelos participativos e democráticos ou serem definidos com base no que, no Brasil, tradicionalmente foi designado como cidadania tutelada, ou apenas como forma de assistência e controle do Estado sobre a sociedade, sobretudo para os grupos que estão na base da pirâmide social. (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.20).

Diante dessas características, nunca é demais ressaltar que o processo de desenvolvimento das políticas públicas de juventude, também está permeado pela lógica neoliberal que, no atual contexto do capital, configura as políticas sociais.

Tais políticas tendem a se desenvolver num contexto marcado pela “[...] banalização da vida humana, desemprego, violação dos direitos humanos e exploração intensa da força de trabalho [...]” (SANTOS, 2008, p. 64).

Portanto, diante dessas constatações um dos grandes desafios, “[...] é reorientar as políticas de juventude na direção de um modelo de jovens cidadãos e sujeitos de direito, que deixe paulatinamente para trás enfoques como o do jovem-problema que ameaça a segurança pública” (BANGO, 2003, p. 50).

2.2 A Política Nacional de Juventude

A juventude sempre foi evidenciada na sociedade por razões distintas. Em muitas situações destacou-se o aspecto cultural presente no universo juvenil, em outras, a participação política e social da juventude e seu poder contestatório e revolucionário também foram tomados como objeto de estudo por muitos pesquisadores/as. Há ainda algumas situações em que a juventude é apresentada na mídia como irresponsável, imatura e violenta. Enfim, são muitas as expressões que configuram a realidade juvenil.

No entanto, demorou-se muito para que as expressões concretas da “questão social” que afetam os/as jovens fossem tomadas como objeto de intervenção política por parte do Estado.

Faz-se, a seguir, uma breve discussão de como no Brasil as ações no campo político tomaram corpo de um desenho institucional mais efetivo a partir da formulação da Política Nacional de Juventude, materializada na criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e na implantação do Programa ProJovem.

2.2.1 A construção da Política Nacional de Juventude

Pode-se dizer que apenas na década de 90 do século passado, o debate acerca das políticas públicas de juventude ganhou espaço de forma mais consistente, devido à participação de diversos sujeitos sociais interessados no assunto. Na verdade, esse processo fez parte de um movimento mais amplo desse período histórico, em que do ponto de vista político já não era mais possível negar os apelos expressos nas precárias condições de vida a que milhares de jovens estavam submetidos/as em todo o mundo.

De fato, as "políticas públicas de juventude" entraram na agenda pública mundial e da América Latina por motivos emergenciais: os jovens são os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI. No Brasil, o debate veio a público na década de 90, quando pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis e gestores municipais e estaduais passaram a enfatizar a singularidade da experiência social desta geração de jovens, com suas vulnerabilidades e potencialidades. (NOVAES, 2010, p.01)

Em torno das ações federais destinadas ao segmento juvenil no Brasil é relevante elucidar que estas emergiram mais expressivamente durante a gestão dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Embora essas iniciativas tenham origem nos diversos ministérios do governo, elas surgem de forma desarticulada e fragmentada, ou seja, não conseguem avançar para a construção de uma proposta consistente de política pública de juventude.

Segundo Sposito e Carrochano (2005, p.142), no final do mandato de FHC e no período de transição para o novo governo, “[...] a visibilidade do tema ampliou-se ainda mais com um intenso debate empreendido, sobretudo por organizações da sociedade civil que tinham como alvo o trabalho com os jovens”.

Nesse cenário, o governo Lula em seu primeiro mandato (2003-2006), pressionado pela agravante realidade juvenil e pela organização de alguns setores da sociedade demonstrou sensibilidade diante do tema das políticas públicas de juventude e sinalizou algumas iniciativas importantes no que se refere a criação de alguns espaços institucionais.

Nesse período vislumbra-se uma intensa movimentação em torno das questões ligadas à juventude por parte da sociedade, do poder legislativo e do executivo. Segundo Novaes (2010), o ano de 2003 pode ser considerado um marco importante, dado o fato de as iniciativas por parte da UNESCO, de várias ONGs e mesmo das universidades que ampliaram seu leque de produções e pesquisas sobre a temática juventude.

O Projeto Juventude desenvolvido pelo Instituto Cidadania também se evidencia pela pesquisa realizada nesse período, em que envolveu vários/as jovens, por meio da articulação com os movimentos sociais. De acordo com Novaes (2010), a partir dos resultados da pesquisa produções científicas foram elaboradas sobre a juventude e as contribuições advindas serviram de recomendação no processo de construção da Política Nacional de Juventude.

No que se refere ao Poder Legislativo, destaca-se a constituição da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara Federal que realizou algumas audiências públicas, e de um modo geral não se pode negar que “[...] as contribuições ali produzidas também apontavam para a necessidade de pensar à juventude como categoria social específica, como sujeito de direitos.” (NOVAES, 2010, p.01). Além disso, foi criado no final de 2003 um Grupo Interministerial formado por 19 Ministérios com o objetivo de realizar um diagnóstico acerca da realidade juvenil, a fim de subsidiar a construção da Política Nacional de Juventude.

Faz-se necessário também registrar as movimentações ocorridas nesse período pelos estados da federação brasileira em torno das principais demandas sociais pautadas pela juventude organizadas nos movimentos sociais.

Geralmente as reivindicações expressam a diversidade que permeia o segmento juvenil, por se tratarem de pautas elucidadas através de movimentos juvenis ligados à questão de gênero, etnia, cultura, esporte, educação, através do movimento estudantil universitário e secundarista, bem como por meio das contribuições das pastorais juvenis da Igreja Católica, das juventudes de outras igrejas e denominações religiosas, das juventudes dos partidos políticos e sindicatos, e da juventude do campo.

De forma bem particular foi possível acompanhar esse processo no Estado da Paraíba, na medida em que ao fazer parte do Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba esta pesquisadora participou da I Conferência das Juventudes da Paraíba realizada em junho de 2004, na cidade de João Pessoa. Na ocasião, representantes de vários segmentos jovens do estado paraibano esboçaram uma carta de recomendações das suas principais demandas, que logo em seguida seria apresentada no encontro nacional de jovens realizada também no mês de junho de 2004, na cidade de Brasília.

Esse encontro foi denominado enquanto Conferência Nacional de Juventude e foi provocada pelo Poder Legislativo com o objetivo de promover um momento de consulta aos segmentos juvenis. Esse momento mobilizou jovens de todos os estados brasileiros em torno do debate da necessidade de formulação de políticas públicas de juventude no campo da educação, cultura, trabalho, comunicação, segurança, lazer e outros temas. Foi de fato um momento importante para evidenciar a urgência do Estado Brasileiro em assumir de fato enquanto política pública as demandas sociais advindas da juventude.

Como participante dessa Conferência, a avaliação que se faz desse processo é que embora reconheça ser um canal importante de participação política conquistado pela sociedade brasileira a partir da Constituição de 1988, merece elaborar uma análise crítica diante dos encaminhamentos e do próprio desenrolar desses espaços, seja no processo de construção do próprio evento ou mesmo das representações que nele se fizeram presentes. Em muitas ocasiões, observou-se que pairava um clima de grande manipulação política por parte de alguns setores da sociedade e do próprio governo.

Ainda destaca-se um aspecto muito grave, que seria a falta de transparência quanto aos encaminhamentos concretos das propostas construídas nesses espaços. Ter acesso aos encaminhamentos e relatórios dessas ações não se constituiu tarefa fácil. Em muitas ocasiões

a sociedade precisa estar muito organizada para exigir o retorno efetivo de sua participação nos canais formalmente constituídos, e, ainda assim, há casos em que isso se processa.

Apesar disso é relevante ressaltar que direta ou indiretamente, todas as contribuições que emergiram nesse processo de construção coletiva tiveram papel relevante no desenho da Política Nacional de Juventude, instituída em fevereiro de 2005 por meio da Medida Provisória de nº 238 e convertida na Lei de nº 11.129/2005 pelo Congresso Nacional.

A respeito da Política Nacional de Juventude assinala-se uma observação fundamental. Se for tomada por referência a Lei 11.129/2005 constata-se que a PNJ se materializa na criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude, e de forma bastante detalhada na reformulação do Programa de Inclusão de Jovens, o Projovem. Além dessas medidas a lei também institui o Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho, bem como preconiza outras ações voltadas para jovens com idade entre 15 a 29 anos.

Em torno do aspecto etário preconizado pela Lei 11.129/2005 faz-se a seguinte observação:

Em termos gerais, ser jovem é uma condição social com qualidades específicas e que se manifesta de diferentes maneiras, segundo características históricas e sociais. No aspecto da categoria etária, ainda que se incorra em imprecisões – pois em algum nível toda categorização é, obrigatoriamente, imprecisa e injusta – é considerado jovem no Brasil o cidadão ou cidadã com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos⁶. No entanto, a classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência imprescindível e genérica para a elaboração de políticas públicas. (NOVAES et al. 2006, p.05)

A coordenação da PNJ ficou a cargo da Secretaria Nacional de Juventude. Em funcionamento desde o ano de 2005, essa Secretaria além de coordenar a PNJ tem também no âmbito da sua formulação o objetivo de promover uma maior articulação entre as políticas destinadas aos/às jovens nas áreas de educação, trabalho, cultura, lazer, esporte, saúde etc.

De acordo com a Lei 11.129/2005, artigo 11 compete à Secretaria Nacional de Juventude, dentre outras atribuições, articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos/às jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

⁶Esse é um padrão internacional que tende a ser utilizado no Brasil. Nesse caso, podem ser considerados jovens os adolescentes-jovens (cidadãos e cidadãs com idade entre os 15 e 17 anos), os jovens-jovens (com idade entre os 18 e 24 anos) e os jovens adultos (cidadãos e cidadãs que se encontram na faixa-etária dos 25 aos 29 anos). (NOVAES et al., 2010).

Além desse papel de integrar programas e ações do governo federal, a Secretaria deve ser a referência da população jovem no Governo Federal. Essa secretaria, que se insere na estrutura da Secretaria-Geral da Presidência, também deve ser responsável por iniciativas do governo voltadas para a população jovem de modo a considerar as características, especificidades e a diversidade da juventude (BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2010).

O papel de articulação atribuído a Secretaria Nacional de Juventude merece destaque, uma vez que um dos grandes problemas que se apresentam na efetivação das políticas sociais públicas – e às destinadas à juventude não são diferentes – diz respeito à dificuldade de interlocução com os diferentes espaços institucionais públicos. O que acaba por gerar problemas graves de fragilização e focalização dos programas sociais destinados aos/às jovens.

2.2.2 O Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE e a luta por direitos

No processo de construção da Política Nacional de Juventude, ressalta-se que a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) apresenta-se como uma iniciativa significativa e no que se refere ao aspecto da participação juvenil no controle social das políticas públicas de juventude.

Instituído a partir da Lei 11.129/2005 e regulamentado por meio do Decreto Presidencial nº 5.490/2005, o CONJUVE passou a desenvolver suas atividades no mesmo ano. Esse Conselho deve garantir a participação do governo, especialmente das áreas que desenvolvem ações voltadas para a população jovem, de organizações sociais e personalidades identificadas com a juventude e com as políticas públicas voltadas para a população jovem. Sua composição é de 60 membros, sendo 40 da sociedade civil e 20 do governo federal.

A propósito, Teixeira (2007) sublinha a importância de contextualizar o surgimento de tais conselhos, uma vez que essas estruturas não se apresentam como uma novidade. Sabe-se que o surgimento dos conselhos enquanto espaço de diálogo entre sociedade civil e o Estado está vinculado ao processo de promulgação da Constituição de 1988, no qual consequentemente estes “[...] tornaram-se parte do arranjo institucional da democracia brasileira.” (TEIXEIRA, 2007, p.10).

Após esse processo, várias experiências de conselhos se espalharam por todo o Brasil, imprimindo nesse cenário uma nova forma de participação política da sociedade no controle das ações do Estado, principalmente, no que diz respeito à formulação das políticas públicas.

É fato que,

Não há um único modelo de conselho. Ao contrário, eles apresentam diferenças em relação à composição, à forma de seleção de seus membros, às suas competências e atribuições, entre outros. [...] A existência dos conselhos, nesse sentido, é fruto de um projeto de participação que foi se desenhando aos poucos no decorrer da história e ao longo de uma série de processos de luta e disputa pelo Estado. (TEIXEIRA, 2007, p.10).

Tal observação também se aplica ao Conselho Nacional de Juventude, tendo em vista que desde sua instituição em 2005, este espaço tem representando um canal legítimo de encontro, diálogo e proposição de questões ligadas à juventude por parte de distintos atores da sociedade e do Estado.

Segundo Novaes *et al.* (2006, p.08),

Além de ser um arranjo, encontro ou encruzilhada entre a sociedade civil e o poder público – como têm sido comumente interpretadas as diversas experiências de conselhos da administração pública – o Conselho Nacional de Juventude expressa a relação entre gerações, etnias, religiões, regiões, orientações sexuais e gêneros atualizadas em diversos tipos de organizações, redes e trajetórias profissionais.

De acordo com a lei citada anteriormente, o CONJUVE tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas públicas para a juventude, bem como fomentar estudos e pesquisas sobre a realidade sócio-econômica juvenil (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2010).

A análise por parte de alguns/as autores/as, inclusive membros desse Conselho, como é o caso da Regina Novaes, que buscaram sistematizar os primeiros anos de funcionamento do CONJUVE, afirmam que a experiência do mesmo “[...] pode ser mais bem compreendida como um exercício social e político. Trata-se de um esforço criativo rumo ao reconhecimento dos direitos das juventudes e a conseqüente construção de políticas públicas que os garantam.” (NOVAES *et al.*, 2006, p.07).

Decerto é compreensível que o CONJUVE represente uma nova etapa no processo de diálogo entre os diversos atores políticos interessados em garantir na agenda pública a temática juventude. Por outro lado, não se pode deixar de lembrar que esse processo, também marcado por disputas em seu interior, representa a convivência de grupos sociais distintos

com posições e perspectivas diferentes, com projetos e concepções de mundo divergentes entre si, que a depender da dificuldade na resolução e no enfretamento de suas diferenças pode atrapalhar no avanço de suas ações.

Ademais, embora haja o reconhecimento de que o desenvolvimento da Política Nacional de Juventude coloca-se enquanto um avanço, do ponto de vista da inserção da temática juventude na agenda pública, faz-se necessária como medida urgente, a formulação de uma política pública consistente, capaz de definir claramente quais as diretrizes, os princípios, os objetivos e metas, e que acima de tudo, atue na perspectiva da garantia dos direitos básicos (humanos, sociais e políticos) da juventude.

Essa preocupação esteve presente entre os/as participantes da 1ª Conferência Nacional de Juventude⁷, convocada pelo poder executivo e realizada em 2008, na Cidade de Brasília. Dentre as principais reivindicações dos/as participantes estavam a criação do Plano Nacional de Juventude e a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 42/2008), que propunha a inserção do termo juventude no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, da Constituição Federal.

O que ocorre no Brasil, no entanto, é que até o momento atual, não se criou um marco legal para o segmento juvenil,

[...] que em, primeiro lugar, realizasse uma delimitação cronológica legal dessa faixa etária e, na mesma linha, definisse claramente o conjunto de direitos e benefícios a que este segmento deveria ter acesso, criando condições para a implementação de políticas públicas destinadas a juventude. (UNESCO, 2004, p. 86)

Cabe assinalar, no entanto, que no dia 07 de Julho de 2010 foi aprovado por unanimidade no Senado brasileiro a Proposta de Emenda Constitucional 42/08, mais conhecida como a PEC da Juventude, que altera o Capítulo 7 da Constituição Federal de 1988. O processo estava tramitando desde 2005 e com a mudança, o capítulo passa a ser intitulado como “Da família, da criança, do adolescente, **do jovem** e do Idoso”, ou seja, a inclusão do termo *jovem* permite a compreensão desse enquanto sujeito de direito, constitucionalmente reconhecido.

Para David Barros, presidente do CONJUVE, “[...] aprovar a PEC é abrir caminhos para um ciclo de prosperidade da juventude brasileira. É garantir aos jovens um instrumento de luta na reivindicação de direitos [...]” (CONJUVE, 2009, p.04).

⁷À respeito das 22 prioridades para a Política Nacional de Juventude, definidas nessa Conferência ver material em anexo.

De fato, trata-se, sobremaneira, de um avanço político desse segmento social, bem como, uma vitória dos movimentos juvenis que de forma organizada pressionaram o Poder Legislativo e o Estado, de forma mais ampla, a reconhecer formalmente as demandas próprias da juventude.

Sabe-se, que esse momento constituiu-se um passo importante, porém, vislumbra-se um longo caminho de construção de um marco regulatório que possa se materializar, naquilo, que vem sendo pauta dos movimentos juvenis: nos fóruns de discussão, na Conferência Nacional de Juventude, etc. Trata-se do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude que possam vir a funcionar como instrumentos legais na definição e na garantia dos direitos concernentes à juventude, bem como ser a referência na elaboração de uma Política Pública de Juventude consistente que, mesmo nos limites do capital, estabeleça melhoria na vida dos/as jovens brasileiros/as.

Enquanto essa melhoria não ocorre efetivamente, e é possível que isso se processe mais lentamente - devido ao contexto neoliberal de desmonte do já precário sistema de proteção social brasileiro - volta-se a análise crítica do que vem sendo efetivado enquanto política de juventude. Sem deixar de lado esse processo que se inicia com a aprovação da PEC 42/08, a garantia de direitos ao segmento juvenil e a sua ampliação dependerá da correlação de forças existentes, e acima de tudo da prioridade que o Estado dará a essa demanda legítima do segmento juvenil.

Ademais, diante do que foi exposto acerca da construção da Política Nacional de Juventude e de todo o esforço por parte do segmento juvenil para a ampliação de direitos, torna-se fundamental levantar outros aspectos.

Um dos aspectos a chamar atenção diz respeito ao fato de considerar esse processo expressivo, haja vista que a recente história brasileira demonstra forte ausência do Estado no desenvolvimento de políticas destinadas aos/às jovens brasileiras.

Porém, faz-se necessário uma análise crítica desse processo, pois, “[...] quando os direitos são conquistados e regulados na forma da lei, isso não significa a superação nem da desigualdade social nem das formas de opressão vigentes na vida cotidiana.” (BEHRING; SANTOS, 2009, p.280)

Além disso, parte-se da compreensão que tal processo não irá alterar de forma estrutural a vida dos sujeitos coletivos beneficiados por essas iniciativas. As mudanças, quando muito, reservam-se ao campo da vida cotidiana, em sua dimensão micro e de forma bem imediatista, como serão levantadas posteriormente nas análises a partir da pesquisa que subsidia este estudo.

Em torno dessa questão, Behring e Santos (2009, p. 280) salientam que,

É necessário compreender, portanto, que, apesar dos avanços democráticos e da organização de inúmeros sujeitos coletivos e suas lutas reivindicando direitos, temos que considerar a relação de determinação posta pela totalidade da vida social. As respostas dadas aos sujeitos em suas lutas são permeadas por interesses de classes. [...]. Longe de negar ou desvalorizar as lutas memoráveis pela realização dos direitos, o que está em jogo é a capacidade de o segmento do trabalho construir um projeto político emancipatório frente ao capital, ou seja, lutar por direitos, mas ir além dos direitos.

Aos/às jovens resta-lhes a esperança e o desejo de continuar lutando por vida digna e, nesse contexto, a luta por ampliação de direitos e por políticas públicas é passo fundamental. Por outro lado, fazer a leitura crítica de todo esse processo torna-se tarefa fundante.

Portanto, um dos desafios que se apresenta nesse cenário ao segmento juvenil – parte constitutiva da classe trabalhadora – é o de avançar nas suas lutas rumo à transformação da sociedade, sem exploração do trabalho e por consequência sem desigualdade. E isso só será possível por meio da ruptura com o modo de produção capitalista degradador da vida humana em sua plenitude, e porque não dizer, da vida da juventude.

2.3 O Projovem: “carro-chefe” da Política Nacional de Juventude

Segundo informações fornecidas pela Secretaria Nacional de Juventude (2010), existem atualmente no campo das iniciativas federais, 16 (dezesesseis) programas sociais que têm os/as jovens como público de suas ações.

Dentre os programas e projetos sociais existentes, 07 (sete) são da área de educação; 02 (dois) da área de educação e qualificação profissional; 02 (dois) da área de financiamento de crédito na área rural; 01 (um) de esporte; 01 (um) de esporte e educação; 01 (um) de meio-ambiente; 01 (um) de cultura e 01 (um) na área do trabalho.

Assim, para melhor elucidar esses programas apresenta-se o quadro a seguir:

QUADRO 02 – Programas Sociais destinado ao segmento juvenil

PROGRAMA	OBJETIVO	FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO ATENDIDA
Programa Integrado de Juventude (Projovem)	Visa ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos excluídos da escola e da formação profissional. Tem como meta sair dos atuais 467 mil jovens atendidos e atingir 4,2 milhões de jovens até 2010. Funciona nas modalidades Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador.	Jovens entre 15 e 29 anos
Programa Bolsa-Atleta	Apoiar financeiramente atletas com mais de 12 anos que não possuem patrocínio. O benefício é dividido em quatro categorias: estudantes, nacional, internacional e olímpica/para-olímpica e tem duração de um ano, prorrogável.	a partir de 12 anos de idade
Programa Alfabetizado Brasil	Promover a alfabetização para jovens acima de 15 anos. Os cursos são promovidos por instituições de ensino em um período de oito meses.	a partir de 15 anos de idade
Programa Escola Aberta	Proporcionar aos alunos da educação básica das escolas públicas e às suas comunidades espaços alternativos nos finais de semana para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania e ações complementares às de educação formal. Pagamento de bolsa a jovens que ministram oficinas.	não especificada
Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed)	Melhorar a qualidade e a eficiência do ensino médio, expandir sua cobertura e garantir maior equidade social.	jovens estudantes do ensino médio
Programa Juventude e Meio Ambiente	Promover a formação e fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens em cinco eixos: educação ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política. A capacitação é feita na forma presencial e à distância.	não especificada
Programa Primeira Terra Nossa	Linha de financiamento do Programa de Crédito Fundiário para aquisição de imóveis e investimentos em infra-estrutura básica. Voltado à jovens do meio rural com idade entre 18 a 28 anos. Visa estimular a permanência dos jovens e suas famílias no campo e possibilitar qualificação técnica.	jovens entre 18 e 28 anos de idade
Programa Cultura Viva	Disponibilizar recursos para montagem de pontos de cultura, com apoio à compra de material multimídia e à realização de atividades envolvendo iniciativas culturais já existentes. Visa fortalecer as	não especificada
Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)	Ampliar o número de vagas em cursos de educação profissional para jovens e adultos que concluíram o ensino fundamental, com no mínimo 21 anos de idade. Realização de cursos de formação técnica continuada, com validade de Ensino Médio (2.400 horas).	jovens a partir de 21 anos de idade e população adulta não especificada
Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)	Extensão da distribuição de livros didáticos de português e matemática para o ensino médio.	jovens estudantes do ensino médio
Projeto Rondon	Estudantes de ensino superior desenvolvem trabalhos nas áreas de estudo em regiões remotas do Brasil. Promove uma aliança entre estudantes universitários e comunidades na busca de soluções que melhorem a qualidade de vida da população assistida.	estudantes do ensino superior
Programa Jovem Pronaf	Linha de financiamento para filhos de agricultores familiares, com idade entre 16 e 25 anos. Os participantes devem ter concluído ou estar cursando formação em centros de alternância, ou escolas técnicas agrícolas, ou curso ou estágio de formação profissional.	jovens entre 16 e 25 anos de idade
Programa Universidade para todos (ProUni)	Conceder bolsas de estudos integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda e a professores da rede pública que não tenham formação superior. Alunos do ProUni em tempo integral recebem bolsa de um salário mínimo mensal.	não especificada
Projeto Cidadão Soldado	Atividades de formação e qualificação técnica para jovens egressos do serviço militar com o intuito de prepará-los para o mercado de trabalho.	não especificada

Fonte: Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude, 2010. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/programas>>

Sabe-se que além desses programas e projetos, outras inúmeras ações são desenvolvidas pelos diversos Ministérios, abrangendo a juventude como alvo de suas intervenções, a partir de objetivos distintos e para jovens com faixas etárias variadas, como foi apresentado no Quadro anterior.

Porém, por se tratar, em sua maioria, de iniciativas desarticuladas e pouco sistematizadas do ponto de vista da informação para a população em geral, não serão citadas neste momento, nem tampouco analisadas dada às limitações de ordem metodológica deste estudo, especialmente, no que diz respeito ao fator temporal, de ampliar tal análise para outros programas destinados à juventude, ademais, o objeto deste estudo centra-se na análise específica de um desses programas: o Projovem Urbano.

2.3.1 Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - Projovem⁸

A emergência do Projovem situa-se no bojo das iniciativas que marcam o período de 2003 a 2004. Como se apontou anteriormente tratou-se de um período de grande movimentação por parte de segmentos da sociedade brasileira interessados pela temática juventude. Dentre os/as principais protagonistas desse processo destacam-se os movimentos juvenis, as organizações sociais que tinham como os/as jovens como alvo de suas ações, pesquisadores/as acadêmicos, dentre outros.

Ressalta-se, no entanto, que embora essas iniciativas tenham sido motivadas pela sociedade há o reconhecimento que “[...] o foco dessa convergência foi o trabalho do Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude – GTI, [...] que produziu um diagnóstico e recomendou maior integração e complementaridade entre programas voltados para a juventude.” (BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2007, p.12).

Assim, esse Grupo Interministerial composto por 19 ministérios, além de Secretarias e outros órgãos técnicos sugeriu ao final de seus trabalhos a implantação de uma Política Nacional de Juventude que considerasse dentre outras ações o lançamento o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem.

De acordo com o Relatório de Atividades – 2006 do Projovem,

⁸O texto referente ao histórico do Projovem, bem como aos aspectos descritivos desse Programa tem por base materiais de divulgação do mesmo, como panfletos, revistas e o próprio material didático do Programa citados nas referências deste estudo.

O programa foi proposto em caráter emergencial, para atender à parcela desse público que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio, e em caráter experimental, por basear-se em novos paradigmas e em propor um currículo integrado que articula a formação geral, a qualificação profissional e a ação comunitária. (BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE 2007, p. 16).

A partir dessa perspectiva, o Projovem teve sua primeira versão no ano de 2005 e o seu surgimento coincide ao mesmo tempo com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, e com a instituição do Conselho Nacional de Juventude. Essas três ações foram instituídas através da Medida Provisória nº 238, de 01/02/2005, transformada na Lei 11.129, de 30/06/2005. Posteriormente, o Projovem foi regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/2005.

Em sua primeira versão, conhecida como Projovem original podiam participar desse Programa, jovens com idade entre 18 a 24 anos, sem o ensino fundamental, porém, que tivessem cursado até a 4ª série. Além desses critérios, os/as jovens não podiam ter vínculo formal com o mundo do trabalho.

A implantação do Programa foi justificada pela agravante realidade da juventude, que em função do acentuado processo histórico de desigualdade social que marca o País, esse segmento social foi transformado em um dos grupos mais vulneráveis entre a população brasileira, e que, portanto, não poderia mais deixar de ter suas demandas desconsideradas pelo Estado.

O Censo Demográfico realizado no ano 2000 revelou aspectos muito preocupantes acerca da população juvenil, que na época era cerca de 34 milhões de jovens com idade entre 15 e 24 anos⁹, faixa etária atendida pelo Projovem original.

Do ponto de vista econômico, o perfil sócio-econômico desse grupo construído à época de elaboração do Programa, demonstrava que “[...] a maioria dos jovens (68,7%) vivia em famílias que tinham uma renda per capita menor do que um salário mínimo, e dentre eles, 12,2% (4,2 milhões) eram de famílias com renda per capita de até ¼ do salário mínimo.” (BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2007, p.17).

Além desses aspectos, outros de suma importância também subsidiaram a implantação do Projovem, principalmente, os dados da PNAD/2003 que diziam respeito ao aspecto

⁹Segundo a PNAD/2007 existem 49,7 milhões de brasileiros/as com idade de 15 a 29 anos, o que corresponde a 26,2% da população total. (Pnad, 2008). No entanto, observa-se que a utilização dessa pesquisa quanto aos percentuais relativos a população jovem, dá-se pelo fato das pesquisas mais recentes (Pnad 2009) não considerarem a faixa etária adotada por este estudo, qual seja de 15 a 29 anos de idade.

educacional. O fato de 15,5 milhões de jovens com idade entre 18 a 24 anos estarem fora da escola representava por si só um problema muito sério a ser enfrentado pelo Estado brasileiro.

Não bastassem esses aspectos, outros também chamaram atenção no processo de implantação do Projovem acerca da realidade juvenil, pois, dos 15,5 milhões de jovens que estavam fora da escola:

- ✓ 753,4 mil (4,9%) eram analfabetos;
- ✓ 5,4 milhões (35,3%) não haviam concluído o Ensino Fundamental;
- ✓ 1,7 milhão (11%) haviam concluído o Ensino Fundamental;
- ✓ 1,2 milhão (7,8) haviam começado o Ensino Médio, mas não o haviam concluído;
- ✓ 5,8 milhões (37,5%) haviam concluído o Ensino Médio;
- ✓ 547 mil (3,5%) haviam cursado pelo menos um ano de Ensino superior.

(BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2007)

Não só as dificuldades relativas ao processo educativo tornam alarmante o contexto vivido por milhares de jovens no Brasil.

No cenário nacional a vida da juventude pobre, filhos/as da classe trabalhadora, tem sido marcada por problemáticas de toda ordem, entre as quais se destacam: as precárias condições de moradia; a ausência de espaços públicos adequados para a prática de esporte e lazer; a dificuldade de inserção e de permanência no mundo do trabalho, e quando o acesso é garantido ocorre muitas vezes de forma precarizada; o não acesso a determinados bens e serviços públicos, revelando a negligência do Estado; a violência, mais forte nos grandes centros urbanos, embora, também presente nas áreas rurais; a gravidez ainda na adolescência, cada vez mais crescente no Brasil; e o uso abusivo de drogas.

Portanto,

É esse conjunto de situações de vulnerabilidades e potencialidades que levou o governo federal a criar um programa emergencial e a definir o perfil dos jovens a serem atendidos por ele. Definiu-se, a seguir, que a implantação das ações seria progressiva, de forma a atender inicialmente a demanda localizada nas 27 capitais do país, e, a seguir, nas áreas metropolitanas. (BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2007, p.23).

Ainda de acordo com o Relatório que avaliou as atividades do Projovem durante o ano de 2006, existem algumas características que marcam os/as jovens participantes do Programa. Tais características foram consideradas no processo de implantação e de funcionamento do Programa em seus primeiros anos, tendo em vista que em geral o público participante do Projovem, segundo referido relatório são jovens:

- ✓ que moram nas periferias das grandes cidades;
- ✓ excluídos da escola e do trabalho;
- ✓ marcados por processos de discriminação étnica e racial, de gênero, geracional e de religião entre outros;
- ✓ que vivenciam experiência geracional inédita que os conecta a processos globais de comunicação e ao mesmo tempo, a complexas realidades locais de exclusão;
- ✓ que apresentam especificidades quanto a linguagens, motivações, valores, comportamentos, modelos de vida e, ainda, em relação ao trabalho, escola, saúde, religião, violência, questão sexual etc.;
- ✓ e que revelam trajetórias pessoais bastante diferenciadas entre si, marcadas pelos ditames da sociedade de consumo, por experiências de risco e por situações de violência, mas também por novas formas de engajamento social geradoras de autovalorização e construtoras de identidades coletivas. (BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2007, p. 25)

É bem certo, que essas características não representam apenas um retrato dos/as jovens participantes do Projovem. Infelizmente esses e tantos outros fatores, se apresentam na sociedade capitalista, enquanto expressões concretas da “questão social”, fruto dessa mesma sociedade e saturada de determinações de ordem macrosocietária, que se materializam na vida em particular da juventude, mas, também em toda a totalidade da vida e do tecido social.

Todavia, tal contexto demanda, num plano imediato, a interferência de efetivas políticas públicas de proteção social. Por outro lado, não se pode perder de vista a necessidade de organização política dos/as trabalhadores/as em torno de um projeto de sociedade emancipatório capaz de superar as desigualdades sociais, germinadas na contraditória relação capital *versus* trabalho.

Enquanto tal processo não se efetiva de fato busca-se a criação de estratégias políticas capazes de garantir, por meio da ação do Estado burguês, a reprodução social. E um dos mecanismos a que se recorre nesse contexto são as políticas sociais, aqui entendidas enquanto “[...] desdobramentos e até mesmo respostas – em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas e complexas da questão social no capitalismo.” (BEHRING; SANTOS, 2009, p.260.).

Assim sendo, no que se refere às políticas destinadas à juventude, o Projovem é compreendido como o programa “carro-chefe” da Política Nacional de Juventude. Depois de sua implantação, o Programa passou a ser parâmetro para a elaboração de novos programas, projetos e ações destinadas à população jovem, por parte do Estado brasileiro.

Em geral, o Projovem tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre elevação da escolaridade ofertada através da formação básica de 800 horas, qualificação profissional com carga horária de 350 horas, desenvolvimento de ações comunitárias correspondente a 50 horas, totalizando 1.200 horas presenciais, além de 400 horas de atividades não presenciais.

Outra característica do Projovem diz respeito à concessão de um auxílio financeiro no valor atual de R\$ 100,00 (cem reais), aos/às alunos/as matriculados/as no Programa, no qual seu recebimento está condicionado à frequência mínima de 75% nas aulas presenciais e na entrega de 75% dos trabalhos escolares previstos mensalmente.

No processo de implantação do programa destaca-se a criação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projovem – SMA, que está sob a coordenação da Universidade Federal de Juiz de Fora e trabalha em parceria com mais seis Universidades Federais de forma regionalizada.

O SMA desenvolve avaliações do Programa através de pesquisas quantitativas e qualitativas. Dentre os aspectos avaliados estão: o perfil dos alunos e dos educadores, a questão da aprendizagem, a permanência dos/as jovens no Programa, o material didático e o Projeto Pedagógico Integrado (PPI).

Entre os anos 2005 e 2006 o Programa teve como meta atuar em todas as capitais do Brasil, visando a expansão para as cidades com mais de 200 mil habitantes das regiões metropolitanas das capitais. Como balanço do processo de implantação do programa, até 2006 inscreveram-se 384.657 jovens e, desse total, 163.203 fizeram suas primeiras matrículas. (BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2007). Ainda segundo dados da *Revista “Projovem Urbano em revista”*, se for incluído o ano de 2007, esse número chega a mais de 240 mil jovens atendidos nas capitais e regiões metropolitanas do Brasil.

2.3.2 *Projovem Integrado: qual é a novidade?*

No ano de 2007 ao visar a ampliação do Programa, foi lançado o Projovem Integrado, que surge da junção dos seis programas que até aquele momento eram destinados especificamente à juventude pelo governo federal. A integração foi realizada a partir dos seguintes programas já existentes: o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), que até esse momento esteve sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República; Agente Jovem, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Saberes da Terra e Escola de Fábrica, coordenados pelo Ministério da Educação; Juventude Cidadã e Consórcio da Juventude, do Ministério do Trabalho.

A avaliação feita pelo governo federal é a de que esses seis programas quando em atividade atenderam uma média de 685 mil jovens entre 2007 e 2008 (BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2010).

A partir desse período, o Projovem Integrado inicia suas atividades em 2008 com um novo formato, passando a atuar com a modalidade *Projovem Urbano* (antigo Projovem original) sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude; *Projovem Campo* executado pelo Ministério da Educação; *Projovem Adolescente* sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social; e o *Projovem Trabalhador* do Ministério do Trabalho.

Em virtude desse processo, para melhor situar as especificidades e as diferenças de cada modalidade, passa-se a apresentar de forma sintetizada algumas características referentes as quatro modalidades constituintes do Projovem Integrado. A fonte utilizada para a descrição das modalidades do programa é do Governo Federal através do material “*Projovem Urbano em revista - 2010*”. (BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2010).

Projovem Urbano – Destina-se a jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever. Tem por objetivo elevar a escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, além da qualificação profissional e participação em ações de cidadania. Tem duração de 18 meses e é executado pela Secretaria Nacional de Juventude vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República. No segundo semestre de 2009, o Programa foi estendido às unidades prisionais, com projetos pilotos nas cidades do Rio de Janeiro (RJ); Belém (PA) e Rio Branco (AC). Para receber a bolsa mensal de R\$ 100,00 (cem reais), os jovens devem frequentar pelo menos 75% das aulas e entregar 75% dos

trabalhos escolares. De 2008 a 2009, a modalidade atendeu cerca de 350 mil jovens. Para 2010 a previsão é atender pelo menos 2000 mil jovens em todo o Brasil.

Projovem Adolescente - Executado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), destina-se a jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou integrantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Com duração de 24 meses, a modalidade oferece proteção social básica, assistência às famílias, visa elevar a escolaridade e reduzir os índices de violência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. Em 2008 e 2009, a modalidade beneficiou cerca de 512 (quinhentos e doze) mil jovens, devendo atender mais de 850 (oitocentos e cinquenta) mil em 2010.

Projovem Campo - Busca a elevação da escolaridade com a conclusão do ensino fundamental e à capacitação profissional de jovens de 18 a 29 anos que atuam na agricultura familiar. O curso tem duração de 24 meses e é ministrado conforme a alternância dos ciclos agrícolas, respeitando o período em que os alunos estão trabalhando no campo. A partir desses elementos, as aulas presenciais são alternadas com atividades educativas não presenciais. Executado pelo Ministério da Educação (MEC), o Projovem Campo atendeu 30 mil jovens em 2009. Em 2010 esse número deve chegar a 80 mil.

Projovem Trabalhador – Sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o programa objetiva preparar o jovem de 18 a 29 anos para o mercado de trabalho. Podem participar jovens desempregados e que integrem famílias com renda *per capita* até meio salário mínimo. Os alunos recebem o auxílio financeiro durante seis meses, mediante comprovação de frequência, e os cursos de qualificação são 600 horas-aula. Em 2008/2009 foram atendidos 162.960 jovens. Em 2010, a iniciativa deve contemplar pelos menos outros 217 mil jovens.

O quadro a seguir ilustra bem o total de jovens atendidos/as a partir das quatro modalidades do Projovem Integrado, bem como dos seis programas que deram origem ao mesmo.

TABELA 1 - Projovem Integrado

MODALIDADE	JOVENS ATENDIDOS			TOTAL
	2003/2007	2008/2009	2010	
Os seis programas que deram origem ao Projovem Integrado*	684.844	-	-	684.844
Projovem Urbano	-	350.000	200.711	550.711
Projovem Adolescente	-	511.675	859.275	1.370.950
Projovem Campo	-	30.000	80.000	110.000
Projovem Trabalhador	-	162.960	216.779	379.739
Total Geral	684.844	1.054.635	1.356.765	3.096.244

Fonte: BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2010.

* Os seis programas são: Projovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Juventude Cidadã, Escola de Fábrica e Consórcio Juventude.

Com o processo de integração dos programas, algumas mudanças ficaram nítidas, como é o caso da ampliação da faixa etária dos/as beneficiários/as, que antes atendia apenas ao público de jovens com idade entre 15 e 24 anos, e com o Projovem Integrado passou para a faixa de 15 a 29 anos.

Outra mudança após a integração refere-se à unificação do auxílio financeiro mensal no valor atual de R\$ 100,00 (cem reais). Em relação à gestão do Programa, essa passou a ser compartilhada pelos ministérios responsáveis pelas respectivas modalidades, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República.

Nota-se, a partir do Projovem Integrado outra mudança referente aos critérios para participação no Programa, uma vez que, em relação ao Projovem Urbano foi extinta a exigência de que o jovem precisava comprovar ter cursado até a 4ª série do ensino fundamental. Além disso, jovens trabalhadores/as com carteira assinada, a partir da reformulação do Programa, agora podem ser alunos/as do Projovem Urbano.

Do ponto de vista de sua formulação o Programa foi estruturado a partir da perspectiva de inclusão que permeia o processo de construção da Política Nacional de Juventude. O Projovem Urbano busca contemplar os 4,5 milhões de brasileiros/as de 15 a 29 anos que não têm o ensino fundamental, ou ainda, destina-se aqueles/as que não frequentam a escola e que estão fora do mercado de trabalho.

2.3.3 Especificidades do Projovem Urbano

O Projovem Urbano configura-se enquanto uma reformulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, e em geral está situado no bojo de um novo contexto de políticas integradas para a juventude, emergentes a partir do resultado de avaliações das ações, até esse dado momento, empreendidas pelo Projovem em sua versão original.

Com a reformulação do Projovem original houve outra mudança expressiva. A partir do segundo semestre de 2008, período em que passou a funcionar essa modalidade do Projovem Integrado, o Programa que antes era implementado apenas nas capitais e regiões metropolitanas passou a ser estendido para as diversas cidades do País, mediante convênio do governo federal com os governos estaduais e prefeituras municipais.

De acordo com Salgado (2008), é possível diferenciar alguns aspectos essenciais da proposta do Projovem Urbano, que incorpora, amplia e aprimora o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, objetivando:

- ✓ tratar a inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania, o que implica: afirmar o jovem como sujeitos de direitos; valorizar suas expressões culturais seus saberes, suas emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas; compreender a juventude na perspectiva de geração, que necessariamente aponta para novas relações inter e intrageracionais e pressupõe um diálogo produtor de escutas e aprendizados mútuos;
- ✓ desenvolver um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, em que o jovem atue como sujeito, construtor de um todo que faça sentido para ele. Nessa perspectiva, o currículo do Projovem Urbano se sustenta na integração de três funções fundamentais: a Formação Básica para elevação da escolaridade ao nível da 8ª série do ensino fundamental; a Qualificação Profissional, na forma de qualificação inicial em um Arco de Ocupações; e Participação Cidadã que envolve ações comunitárias, culturais, esportivas e de lazer;
- ✓ propor novas formas de organização do trabalho escolar, envolvendo diferentes instâncias da administração pública e da sociedade, de modo a viabilizar o desenvolvimento do currículo integrado, de organização dos tempos e dos espaços pedagógicos [...];
- ✓ definir estratégias de atuação na sala de aula com vistas a integrar as três dimensões do currículo, de acordo com os fundamentos e diretrizes do Programa, o que exige considerar o múltiplo e o plural implicados nas experiências e conhecimentos dos jovens, bem como seu percurso escolar anterior [...];
- ✓ formar educadores para responder aos desafios que se apresentam durante a execução do Projovem Urbano.(SALGADO, 2008, p. 13-14).

➤ Finalidades do Projovem Urbano

Em síntese pode-se dizer que as finalidades do Projovem Urbano são as mesmas do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Assim sendo, o Projovem Urbano busca proporcionar formação integral dos/as jovens, por meio de uma efetiva associação entre:

- ✓ Formação Básica para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;
- ✓ Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial;
- ✓ Participação Cidadã com a promoção de experiência de atuação social na comunidade.

A partir dessas finalidades, segundo Salgado (2008), o Programa visa a reinserção dos/as jovens no processo de escolarização, bem como potencializar as oportunidades de trabalho a partir de capacitação profissional. O estímulo à participação dos/as jovens em ações coletivas de interesse público e a ampliação dos/as jovens à cultura, também são finalidades específicas do Projovem Urbano.

➤ Redefinição do público do Programa

Na perspectiva de redefinir o público que será atendido pelo Projovem Urbano, a coordenação do Programa tomou por referência alguns dados da PNAD 2006 (do IBGE) sobre a população jovem e a população excluída. Assim, segundo esse estudo foi possível identificar a existência de cerca de nove milhões de jovens no Brasil na faixa etária de 18 a 29 anos, com um a sete anos de escolaridade. Desses nove milhões de jovens constatou-se que uma média de 6,4 milhões viviam nas regiões urbanas, distribuindo-se entre as cidades com mais de 200.000 mil habitantes, o que corresponde a cerca de 47% e nas cidades com até 200.000 mil habitantes 53%. (SALGADO, 2008).

Mediante a redefinição do público do Programa torna-se possível a inserção de da juventude de pequenas cidades onde exista uma concentração de jovens com o perfil traçado pelo Programa. Diante desses aspectos definiu-se que para participar do Projovem Urbano basta que os/as jovens com idade entre 18 e 29 anos que ainda não concluíram o ensino fundamental saibam ler e escrever, independente do tempo que tenham em sala de aula.

Além disso, o Projovem Urbano após o segundo semestre de 2009 foi estendido aos/às jovens que estejam em unidades prisionais ou socioeducativas de privação de liberdade, com

experiências iniciais nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Rio Branco (AC) e Belém (PA). “O objetivo é assegurar a esses jovens, de 18 a 29 anos, o direito à educação, contribuindo para sua reintegração após o cumprimento da pena. Nessa primeira etapa temos 500 jovens atendidos.” (BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2010, p.11).

➤ Gestão do Programa

Em nível nacional o Projovem Urbano conta na sua estrutura organizacional com um Comitê Gestor coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude. Além dessa secretaria, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome integram esse comitê.

A Coordenação Nacional do Projovem Urbano está vinculada à Secretaria Nacional de Juventude e assumiu a responsabilidade de executar as ações do Programa. Dentre as atribuições desta coordenação destaca-se o papel de: articular as gestões locais, a fim de que os princípios, os fundamentos e as diretrizes nacionais do programa sejam respeitados e cumpridos; coordenar a produção de materiais de ensino e aprendizagem; a formação de educadores/as e realizar o processo de monitoramento e avaliação externa do Programa como um todo.

Quanto à gestão local do Programa é interessante explicitar que cada estado, município ou DF que aderir ao Projovem Urbano deverá contar: com um comitê gestor local formado por representantes das instâncias de governo das áreas de juventude, educação, desenvolvimento social, assistência social e trabalho, dentre outras secretarias; e com uma coordenação local (estadual, municipal ou DF) que será responsável pela operacionalização do Programa em nível local.

As equipes de coordenação local devem ser formadas por um coordenador executivo, um coordenador pedagógico e pessoal de apoio técnico e administrativo. Compete a essa coordenação a função de gerenciamento do Programa, definição dos locais onde as atividades serão realizadas, apresentação do Programa aos parceiros, seleção e contratação dos/as educadores/as, matrícula dos alunos, organização da formação inicial e continuada dos/as educadores/as, dentre outras.

Outro aspecto que permeia a gestão do Programa diz respeito à perspectiva da intersetorialidade. De acordo com Salgado (2008, p.30):

Para viabilizar a concepção interdimensional do Projovem Urbano, é necessário que sua gestão seja intersetorial e compartilhada pelos órgãos de administração de políticas de juventude, educação, trabalho e desenvolvimento social, **em todos os níveis de implementação**. Nesse sentido, um aspecto crucial é a criação/implementação/potencialização de instâncias da juventude, tais como secretarias estaduais, municipais e do DF de juventude e conselhos que possam promover a transversalidade da política e dar sustentações às coordenações locais para articular, nesses níveis, as diferentes dimensões do Projovem Urbano. (*grifos da autora*)

➤ Pólos

O pólo é a menor instância de gestão do Projovem Urbano. Cada pólo compreende 16 núcleos que variam de 2400 até 3.200 alunos e possui uma equipe de gestão composta por: um diretor executivo, um diretor pedagógico e pessoal de apoio técnico e administrativo. Além disso, são lotados em cada pólo ou na coordenação local os/as educadores/as que trabalham nos núcleos: educadores de Formação Básica que possuem licenciatura plena; educadores de Qualificação Profissional, selecionados de acordo com os arcos¹⁰ ocupacionais de cada local; educadores/as de Participação Cidadã, com graduação em Serviço Social (SALGADO, 2008).

De acordo com fontes do Projovem Urbano, cada núcleo deve ter cinco turmas, compostas preferencialmente por 40 alunos cada, podendo variar em alguns casos em até 20 alunos. Em geral, um núcleo deve atender no mínimo 150 alunos e, no máximo, a 200 alunos.

➤ Matrícula – forma de acesso ao Projovem Urbano

Por se tratar de um Programa de abrangência nacional foram elaboradas algumas estratégias de matrícula, com base em diretrizes nacionais que servem de orientação para as coordenações locais no processo de matrícula dos/as jovens nos estados, municípios e DF. As diretrizes são as seguintes:

- ✓ em cada ano, o início de novas turmas só poderá ocorrer em momentos que serão definidos pela Coordenação Nacional do Projovem Urbano;

¹⁰ Entende-se por Arcos Ocupacionais as atividades formativas realizadas pelo Projovem Urbano na dimensão relativa à Qualificação Profissional. Esses arcos ocupacionais, segundo Salgado (2008, p.41) “[...] preparam o jovem para atuar no mundo do trabalho, como empregado, pequeno empresário ou membro de cooperativa. Baseando-se em concepções contemporâneas de organização do trabalho, [...]”

- ✓ a matrícula será realizada pelos estados/municípios/DF por meio de sistema informatizado, e será acompanhada pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- ✓ para matricular-se no Projovem Urbano, o jovem deverá ter entre 18 e 29 anos completos;
- ✓ é também condição para a matrícula que o jovem saiba ler e escrever, o que deve ser aferido por meio de teste de proficiência organizado sob a responsabilidade da Coordenação Nacional e aplicado localmente, com supervisão do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- ✓ haverá seleção, mediante sorteio público, em local, data e horário previamente anunciados, se o número de candidatos em um estado/município for maior do que o número de vagas disponíveis;
- ✓ o aluno será alocado, preferencialmente, em núcleo próximo a sua residência ou local de trabalho. (SALGADO, 2008, p. 31).

➤ Auxílio Financeiro

No valor atual de R\$ 100,00 (cem reais) esse auxílio é pago aos/às jovens usuários/as do Projovem Urbano durante 20 meses, no qual seu recebimento está condicionado à frequência de pelo menos 75% das atividades presenciais em cada unidade formativa e a entrega de 75% dos trabalhos escolares previstos para cada mês.

➤ O Currículo Integrado e as diretrizes curriculares

O currículo do Projovem Urbano está assentado no princípio da integração configurado no tripé entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, “[...] tendo em vista a promoção da equidade e, assim, considerando as especificidades de seu público: a condição juvenil e a imperativa necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram esses jovens [...]” (SALGADO, 2008, p.34).

Assim, de acordo com as diretrizes gerais relativas às dimensões curriculares do Projovem Urbano, a Formação Básica deverá garantir a aprendizagem que corresponde às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e, ao mesmo tempo, fundamentar a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã.

No que se refere especificamente à Qualificação Profissional as diretrizes gerais curriculares do Projovem Urbano pressupõem que esta deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, à medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos/as jovens. E ainda com base nas diretrizes curriculares do Programa a Participação Cidadã tem

como finalidade garantir aprendizagens sobre direitos sociais, promover o desenvolvimento de uma ação comunitária e a formação de valores solidários. (SALGADO, 2008).

Para isso, com base no currículo integrado as disciplinas, que possuem suas especificidades, devem trabalhar seus conteúdos de forma articulada com a vida e realidade dos/as jovens, bem como em sintonia com os demais conteúdos trabalhados em outras disciplinas, prevalecendo nesse contexto o viés da interdisciplinaridade.

➤ Eixos estruturantes e matriz curricular

Constituem-se enquanto eixos estruturantes do Projovem Urbano:

- ✓ Unidade Formativa I – Juventude e Cultura
- ✓ Unidade Formativa II – Juventude e Cidade
- ✓ Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho
- ✓ Unidade Formativa IV – Juventude e Comunicação
- ✓ Unidade Formativa V – Juventude e Tecnologia
- ✓ Unidade Formativa VI – Juventude e Cidadania

QUADRO 03 – Matriz Curricular do Projovem Urbano

Conteúdos	Ciências Humanas	Língua Portuguesa	Inglês	Matemática	Ciências da Natureza	Qualificação Profissional	Participação Cidadã
I. Juventude e Cultura	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
II. Juventude e Cidade	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
III. Juventude e Trabalho	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
IV. Juventude e Comunicação	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
V. Juventude e Tecnologia	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos
VI. Juventude e Cidadania	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos	Tópicos

Fonte: BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Disponível pela <http://www.projovemurbano.gov.br/site> (Acesso em 12/03/2010)

O componente Formação Básica desdobra-se em áreas ou disciplinas que segundo a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (1996), devem promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências indispensáveis para a vida na sociedade atual.

O componente Qualificação Profissional desdobra-se em três conjuntos de atividades: Formação Técnica Geral, Arcos Ocupacionais e Projeto de Orientação Profissional (POP).

No que se refere ao componente Participação Cidadã também constituinte do Currículo Integrado do Projovem Urbano, esse abrange dois conjuntos de atividades: reflexões sobre conceitos básicos para a participação cidadã e o Plano de Ação Comunitária (PLA).

➤ Objetivos gerais do Projovem Urbano

De acordo com Salgado (2008, p.37-38) espera-se que após o curso os/as jovens sejam capazes de:

- ✓ afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos;
- ✓ utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender, expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais;
- ✓ compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade;
- ✓ utilizar tecnologias de informática necessárias à busca de informações e à inserção cultural e profissional;
- ✓ desenvolver competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda;
- ✓ estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho;
- ✓ acessar os meios necessários para exercer efetivamente seus direitos de cidadania, tais como: obter ou renovar documentos pessoais, usar os serviços da rede pública disponíveis para os jovens e suas famílias etc.;
- ✓ assumir responsabilidades em relação ao seu grupo familiar e à sua comunidade, assim como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta;
- ✓ identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar iniciativas concretas visando a sua superação e participar da respectiva implementação e avaliação;
- ✓ refletir criticamente sobre sua própria prática;
- ✓ conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos;
- ✓ exercitar valores de solidariedade e cooperação, posicionando-se ativamente contra qualquer forma de racismo e discriminação;
- ✓ exercer direitos e deveres da cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática;
- ✓ continuar aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal quanto pela identificação e o aproveitamento de outras oportunidades educativas.

Percebe-se através dos objetivos apresentados, que há um conjunto de expectativas a serem alcançadas pelo Programa junto aos seus/as usuários/as. Essas expectativas se movimentam em torno de três aspectos predominantes, conforme a citação anterior: a aquisição de conhecimentos gerais como a escrita, a leitura e outras linguagens (formação

básica); o desenvolvimento de novas competências e/ou habilidades com vistas à construção de um projeto profissional (qualificação profissional); e a formação no campo da cidadania.

Diante dos aspectos citados, ressalta-se o fato de que os objetivos do Projovem Urbano precisam ser analisados numa perspectiva macrossocial, tendo em vista que se tomado de forma isolado o Programa não conseguirá almejar tais objetivos, dada a complexidade de determinações que conformam a realidade juvenil.

No conjunto dos objetivos apresentados, faz-se necessário uma pequena observação em torno de algumas distorções muito presentes nos programas destinados aos/às jovens pobres, no que diz respeito à perspectiva adotada acerca do protagonismo juvenil, em que por vezes se atribuem aos/as jovens a resolução de problemas, cuja responsabilidade é do poder público e não dos indivíduos.

Em torno dessa discussão, Sposito e Carrochano (2005, p.148) salientam algumas questões de extrema relevância no que se refere ao debate sobre o protagonismo juvenil.

Embora nesses fragmentos se reconheça certo potencial juvenil, são visíveis seus limites: primeiramente, a ênfase em certos aspectos comportamentais – como se todo e qualquer jovem em qualquer momento histórico e social fosse naturalmente predisposto a provocar mudanças -; em segundo lugar, essa mudança será realizada apenas se o mundo adulto reconhecer e criar condições para isso (...). Por fim, atribui ao jovem uma tarefa difícilíssima – a de transformar a sua “comunidade”, em geral desprovida de equipamentos públicos e serviços que assegurem um mínimo de qualidade de vida. (p. 148)

Após essas discussões, passa-se a analisar no Capítulo seguinte alguns aspectos específicos em torno do Projovem Urbano no município de João Pessoa, a saber: a caracterização do Programa a partir de sua gestão e a construção do perfil identitário e socioeconômico dos/as usuários/as do Programa.

CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DO PERFIL IDENTITÁRIO E SÓCIOECONÔMICO DOS/AS JOVENS USUÁRIOS/AS DO PROJovem URBANO NO MUNCÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB: TRAÇOS DA DESIGUALDADE E DA DESPROTEÇÃO SOCIAL

Este Capítulo estrutura-se a partir da análise de duas dimensões investigativas: a primeira consiste em caracterizar o Projovem Urbano do Município de João Pessoa/PB; e a segunda refere-se ao perfil identitário e sócio-econômico dos/as jovens usuários/as desse Programa.

Com relação à primeira dimensão investigativa serão analisados alguns dados acerca da gestão do Projovem Urbano no Município de João Pessoa/PB, disponibilizados pela coordenação local do programa.

No que diz respeito à segunda dimensão, salienta-se que ao traçar e analisar o perfil embasou-se em dois eixos investigativos: a análise dos dados pessoais dos/as usuários/as entrevistados/as; e a análise dos dados socioeconômicos, ambos reveladores de um contexto de desigualdade e desproteção social a que os/as usuários/as entrevistados/as estão submetidos/as.

A construção e análise dos dados do perfil referem-se ao universo de 39 (trinta e nove) jovens usuários/as do Projovem Urbano, especificamente do Núcleo Raimundo Nonato, situado no Conjunto Gervásio Maia, em João Pessoa/PB. A opção metodológica por esse Núcleo do Programa deu-se em função de o mesmo indicar, segundo estudo exploratório realizado anteriormente, aspectos importantes relativos ao processo de desproteção social da juventude, como: nível de pobreza, baixa escolaridade e desemprego.

O universo da pesquisa compõe-se de 39 (trinta e nove) jovens matriculados/as até o momento da pesquisa no núcleo Raimundo Nonato do Projovem Urbano e por estes/as apresentarem as seguintes características: situação de desemprego ou de trabalho informal e maior frequência nas atividades do Projovem Urbano entre os demais usuários/as do Programa.

Para obter o universo da pesquisa, foi realizado um estudo exploratório acerca do Projovem Urbano, do Conjunto Habitacional Gervásio Maia e do Núcleo do Projovem desse conjunto. Nesse processo recorreu-se a fontes secundárias junto à coordenação municipal do Projovem Urbano, vinculada a Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa/PB e do Núcleo Raimundo Nonato, além de dados primários diretamente obtidos junto aos/as gestores/as e executores/as desse Programa mediante o uso do diário de campo.

Nesse percurso investigativo recorreu-se ao uso de metodologias quanti-qualitativas nas fases de coleta dos dados e a análise dos dados. Com relação à coleta dos dados, buscou-se obter de forma sistemática informações diretas e indiretas, fontes primárias e secundárias, em torno do objeto de estudo. Nessa fase, no tocante as fontes primárias foram utilizadas o questionário com os/as usuários/as e a ficha cadastral do Programa, e como fontes secundárias, recorreu-se aos dados censitários e outros tipos disponibilizados pelo IBGE e IPEA, além de outras fontes bibliográficas.

No que se refere à análise dos dados, tratou-se do processo de organização, categorização e interpretação dos dados coletados por meio da leitura estatística descritiva para o tratamento das questões objetivas com o uso de tabelas, gráficos e quadros; e recorreu-se à análise de conteúdo por categorização temática (BARDIN, 2007) para o tratamento das questões subjetivas.

Acrescenta-se ainda que no processo analítico dos dados, buscou-se uma interlocução permanente entre as dimensões objetiva e subjetiva dos dados, bem como a constante interlocução entre as análises teóricas e empíricas que permeiam o objeto de estudo.

Torna-se relevante ainda endossar que este trabalho pautou-se, desde a construção do primeiro Capítulo, na concepção de análise que toma por referencial a perspectiva dialética marxista do objeto de estudo. Isso ocorre à medida que são considerados os aspectos micro e macrosociais dos sujeitos determinados pela realidade da classe trabalhadora cujo perfil dos/as usuários/as entrevistados/as a ser apresentado neste Capítulo, expressa as profundas contradições geradas pela sociedade capitalista.

Enquanto base filosófica do Marxismo, o *materialismo dialético* procura apontar explicações dos fenômenos sociais e do pensamento. Trata-se de uma concepção científica da realidade articulada à prática social humana. “Por sua vez, a *dialética* refere-se ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação.” (MINAYO, 2007, p.108).

A adoção da abordagem dialética torna-se possível a apreensão e maior compreensão da prática social exercida pelos indivíduos na realidade empírica, seja ela em determinado grupo ou classe social. Ou seja, a análise dialética possibilita um desmascaramento da realidade de forma crítica, de modo a tornar transparentes as relações sociais, os processos e as estruturas engendradas pelo capitalismo. Portanto, a dialética é antes de tudo uma ação reflexiva (TRIVIÑOS, 1987) que possibilita se materializar em uma dada realidade enquanto real pensado objetivado.

Com base nessa perspectiva, apresenta-se, a seguir, a análise da caracterização do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB e o perfil identitário dos/as jovens usuários/as entrevistados/as a partir dos dados pessoais e socioeconômicos.

3.1 O Projovem Urbano no Município de João Pessoa/PB

Conforme se discutiu no Capítulo anterior, o Projovem Urbano constitui-se em um programa inserido no contexto de expansão das políticas públicas destinadas ao segmento juvenil brasileiro.

Destaca-se que, com o processo de reformulação do Projovem Original – coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude e implementado no ano de 2005 – o Projovem Urbano passou a atender, a partir do segundo semestre de 2008, jovens de várias cidades do País, não apenas aqueles/àquelas das capitais e regiões metropolitanas.

No caso específico do município de João Pessoa, a cidade foi uma das primeiras capitais a implantar o Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, ainda em sua versão original, uma vez que, segundo informações diretamente obtidas na Prefeitura Municipal, o programa é gerenciado na cidade de João Pessoa pelo Governo Municipal desde o ano de 2005, através da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC).

A caracterização da gestão do Projovem Urbano no município de João Pessoa apresenta como ponto de vista temporal os anos de 2009 e 2010 a fim de tentar garantir a atualidade dos dados.

Ressalta-se que os dados, apresentados a seguir, foram disponibilizados pela atual coordenação do Projovem Urbano de João Pessoa através de questionário previamente elaborado para fins deste estudo, conforme apêndices.

3.1.1 Caracterização do Projovem Urbano no Município de João Pessoa/PB

Articulado à proposta do Projovem Urbano em âmbito nacional, na cidade de João Pessoa, o Programa tem como objetivo promover uma ação integrada que envolve a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a participação cidadã, como forma de reduzir a

exposição dos/as jovens usuários/as do Programa, a situações de risco e vulnerabilidade social.

Com esse objetivo, o Projovem Urbano no município de João Pessoa foi implantado no ano de 2005, ainda baseado na proposta inicial e com critérios de acesso diferentes dos que estão atualmente postos.

Assim, em âmbito local a partir de 2009, o Projovem Urbano buscou acompanhar as mudanças sugeridas pela Coordenação Nacional do Programa que visa expandir o número de jovens atendidos/as em todo o País. De acordo com informações da gestão do Programa, a forma de acesso do/a usuário/a ao Projovem Urbano em João Pessoa se dá por meio de inscrição e de matrículas realizadas diretamente nas escolas, onde funcionam os núcleos. Quanto aos meios de divulgação utilizados nesse processo são a TV, jornal, internet e carro de som.

Como meta para a cidade de João Pessoa no ano de 2009 estabeleceu-se atender a uma média de 5.200 (cinco mil e duzentos) jovens, com idade entre 18 e 29 anos que soubessem ler, mas que ainda não houvesse concluído o ensino fundamental.

A partir dos dados obtidos junto à Coordenação Municipal do Programa, constatou-se que as/os jovens matriculados/as nesse processo foram distribuídos/as em 26 núcleos, sendo formado cada núcleo em média por 200 jovens. Esses 26 núcleos formaram o Pólo “Atitude”, que passou a desenvolver suas atividades em várias escolas do município de João Pessoa, desde o mês de Abril de 2009, com duração de 18 meses.

No ano de 2010, deu-se início a um novo processo de matrícula que teve como meta atender 4.000 jovens da cidade de João Pessoa. Para tanto, foram formados 20 novos núcleos, dando origem, assim, ao Pólo “Coragem” que teve suas atividades iniciadas no mês de Maio de 2010, também com duração de 18 meses.

Para melhor ilustrar os nomes dos núcleos e os bairros de João Pessoa atendidos por esses Pólos, passa-se a apresentar o Quadro a seguir.

QUADRO 04– Núcleos do Pólo Atitude (2009) e do Pólo Coragem (2010) do Projovem Urbano por bairros de João Pessoa/PB.

NÚCLEOS DO PÓLO ATITUDE – 2009 (ESCOLAS MUNICIPAIS)	BAIRROS	NÚCLEOS DO PÓLO CORAGEM – 2010 (ESCOLAS MUNICIPAIS)	BAIRROS
David Trindade	Mangabeira - Procind	Ana Cristina Rolim Machado	Água Fria
Zumbi dos Palmares	Mangabeira – VI	Afonso Pereira da Silva	Mangabeira – Cidade Verde
João Gadelha	Mangabeira – VII	Francisco Pereira da Nóbrega	Cristo Redentor
Virginius de Gama e Melo	Mangabeira I	João Santa Cruz	Bairro dos Novais
Aruanda	Bancários	Cícero Leite	Valentina
Durmerval Trigueiro	Rangel	Leonel Brizola	Miramar
Santa Angela	Cristo Redentor	Santos Dumont	Varadouro
Leônidas Santiago	Rangel	Luiz Augusto Crispim	Bairro dos Ipês
Bartolomeu de Gusmão	Conj. INOCOP	Cantalice Leite	Bairro das Indústrias
João XXIII	Alto do Mateus	Anayde Beiriz	Bairro das Indústrias
João Santa Cruz	Bairro dos Novais	Moema Tinoco	Bairro das Indústrias
Luiza Lima Lobo	Cristo Redentor	Pedra do Reino	Grotão
Dom Marcelo	Paratibe - Condom. Liberdade Sonho Meu	Aníbal Moura	Cruz das Armas
Fenelón Câmara	Geisel	Luiz Vaz de Camões	Mangabeira IV
Damásio Barbosa	Varadouro	Fruituoso Barbosa	Ilha do Bispo
Pres. João Pessoa	Jardim Veneza	Luiz Mendes Pontes	Cristo Redentor
José de Barros	Mandacaru	Apolônio Sales de Miranda	Cruz das Armas
Hugo Moura	Padre Zé	Carlos Neves da Franca	José Américo
Violeta Formiga	Bairro dos Estados	Senador Rui Carneiro	Mandacarú
Nazinha Barbosa	Bairro São José	Santos Coelho	Praia da Penha
Celso Furtado	Conjunto João Paulo II	-	-
Raimundo Nonato	Conj. Gervásio Maia/ Colinas do Sul	-	-
Oscar de Castro	Cruz das Armas	-	-
Zulmira de Novaes	Cruz das Armas	-	-
Duque de Caxias	Costa e Silva	-	-
Castro Alves	Funcionários I	-	-

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa/Coordenação do Projovem Urbano. João Pessoa, 2009 e 2010.

Percebe-se a partir do Quadro acima, que os núcleos do Projovem Urbano, em sua maioria, situam-se em bairros periféricos da cidade de João Pessoa, quando não periféricos estão localizados em áreas marcadas pela pobreza e por baixos indicadores sociais. Tais características significam que o Programa atende a um público jovem originário de uma população marcada, principalmente, por problemas de ordem socioeconômica e os seus determinantes.

Além dos núcleos estarem situados nos bairros periféricos da cidade, a pesquisa revelou que 56,4% dos/as entrevistados/as nasceram na cidade de João Pessoa, conforme os dados da Tabela a seguir.

TABELA 02 - Local de nascimento dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

ZONAS	URBANA		RURAL		TOTAL GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CIDADES						
João Pessoa	20	51,3	02	5,1	22	56,4
Outros municípios paraibanos	11	28,2	04	10,3	15	38,5
Rio de Janeiro	02	5,1	-	-	02	5,1
TOTAL	33	84,6	06	15,4	39	100

Fonte: Primária.

De acordo com esses dados, destaca-se ainda que 84,6% dos/as usuários do Projovem Urbano nasceram em área urbana, e apenas 15,4% em zona rural.

Outro dado expressivo dessa Tabela demonstra que 38,5% nasceram em outros municípios da Paraíba, sendo deste percentual 28,2% da zona urbana e 10,3% da zona rural. Mais adiante novos aspectos serão apresentados na construção do perfil dos/as jovens participantes desta pesquisa.

Do ponto de vista da divisão administrativo-organizacional do Programa, este possui uma Coordenação Municipal, e, aludido anteriormente, o Projovem Urbano também se organiza através de Pólos que, por sua vez, são formados por vários núcleos de jovens.

Através das informações diretas advindas da Coordenação do Programa identificou-se a existência de parcerias na gestão do Projovem Urbano em nível local. Essa parceria ocorre com a Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba – FUNETEC/PB, caracterizada como entidade privada sem fins lucrativos de âmbito federal.

A existência de parcerias torna-se algo fundamental na gestão dos programas sociais. Segundo Wilhelm (1999, p.52), “[...] as parcerias freqüentemente constroem uma rede para executar suas tarefas em conjunto sem afetar as vinculações que cada uma mantém para outros fins.”

Nessa direção, a necessidade de estabelecer vínculos com outras instituições na efetivação de programas, a exemplo do Projovem Urbano, torna-se cada vez mais freqüente no cotidiano dessas instituições. A ideia do trabalho em rede, também se tornou uma nova estratégia de gestão adotada por várias entidades, sejam elas de natureza governamental ou

não. No entanto, é preciso atentar-se para os interesses e a quem essas novas estratégias estão a serviço, de modo que seja garantido aos usuários/as das políticas públicas o acesso público aos serviços sociais oferecidos na perspectiva dos direitos sociais.

No que diz respeito às atividades/ações implementadas pelo Projovem Urbano no município de João Pessoa, diante da proposta de promover a escolarização, qualificação profissional e participação cidadã, dos/as jovens usuários/as do Programa são desenvolvidas diariamente atividades voltadas para esse fim, nos diversos núcleos, vislumbrados no Quadro 05.

Além das atividades desenvolvidas em sala de aula, ou seja, nos núcleos, a Coordenação do Programa também destaca outras ações voltadas à participação de todos/as jovens usuários/as do Projovem Urbano de João Pessoa, dentre elas: a Semana de Vivência Curricular Integrada que são atividades pedagógicas desenvolvidas pelos/as jovens e apresentadas em espaços públicos da cidade; a Mostra de Arte e Cultura que tem como objetivo garantir um espaço para apresentações artísticas dos/as jovens do Projovem Urbano; o Evento Integrado de Qualificação Profissional (QP) e Plano de Ação Comunitária (PAC), realizados por duas vezes em 2009 e 2010, constituem-se em apresentações e exposições resultantes de atividades desenvolvidas nos Arcos Ocupacionais – ligados ao processo de qualificação profissional – e nas aulas de Participação Cidadã; e o Encontro de Lideranças, voltado para os/as representantes de turma com o objetivo de promover uma discussão acerca da liderança.

A gestão do Projovem Urbano no município de João Pessoa, atualmente estrutura-se por meio de uma coordenação formada por 01 (um) coordenador executivo, 01 (uma) coordenadora pedagógica, 01 (um) diretor executivo do Pólo I, 01 (uma) diretora executiva do Pólo I, 01 (uma) diretora executiva do Pólo II e 01 (uma) diretora pedagógica do Pólo II.

Outro aspecto relevante a ser apontado em relação à gestão do Programa em João Pessoa, diz respeito às características dos recursos humanos envolvidos. Dados disponibilizados pela coordenação local revelam a existência de 349 funcionários/as ligados/as ao Projovem Urbano, na condição de prestadores/as de serviço temporário.

Desse total em nível técnico são: 230 Educadores/as de Formação Básica (Licenciatura), 23 Educadores/as de Participação Cidadã (Assistentes Sociais e Psicólogos/as) e 76 Educadores/as de Qualificação Profissional (nível superior ou técnico). Cabe observar que esses profissionais de nível técnico se submetem a um processo de seleção simplificada para prestar serviço ao Programa por um tempo já determinado em contrato.

Quanto aos recursos humanos em nível operacional/administrativo foi especificada a existência de 06 profissionais de Apoio de Nível Superior e 11 profissionais de Apoio de Nível Médio (Administrativo).

Esses dados indicam um aspecto que merece breve registro, tendo em vista que, o atual contexto que permeia as políticas sociais aponta para um processo de precarização nas relações de trabalho - precarização referente à contratação, estabilidade no ambiente de trabalho, garantia de direitos sociais trabalhistas, dentre outros -, pactuadas entre os profissionais responsáveis pela execução dos programas sociais dessas políticas e o Estado, principal agente no estabelecimento dessas relações.

Em torno desse assunto chama-se atenção para o fato de que,

A experiência da precarização do trabalho no Brasil decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato etc) que emerge numa textura histórica específica – a temporalidade neoliberal. Ela é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal. (ALVES, 2009, p.189).

Tal processo acaba por interferir na qualidade e na permanência de programas sociais, a exemplo do Projovem Urbano, que embora constituído formalmente não garante uma relação de trabalho efetiva para os/as profissionais selecionados/as para desenvolver as atividades do Programa, gerando, dessa forma, muitas incertezas quanto à continuidade das ações que outrora foram iniciadas.

Ainda no tocante à caracterização do Projovem Urbano no município de João Pessoa apresenta-se a seguir alguns dados relativos ao financiamento desse Programa.

QUADRO 05 – Financiamento do Projovem Urbano (2009-2010). João Pessoa/PB, 2010.

FONTES 2009/2010	VALOR (R\$)	ALOCAÇÃO DOS RECURSOS INSTITUCIONAIS (RUBRICAS DEFINIDAS)	PERCENTUAL
Governo Federal – FNDE (2009)	15.444.000,00*	Pagamento de pessoal	75 %
Prefeitura Municipal de João Pessoa (Contrapartida com espaços físicos das escolas) - 2009	-	Formação inicial e Formação continuada dos/as educadores/as	5,7%
Governo Federal – FNDE (2010)	11.880.00,00*	Aquisição de gêneros alimentícios	8%
Prefeitura Municipal de João Pessoa (Contrapartida com espaços físicos das escolas) - 2010	-	Atividade de Qualificação Profissional	8%
-	-	Ajuda de Custo da Formação Inicial	1,3%
-	-	Pessoal de matrícula	2%
-	-	Aquisição de material	2%

Fonte: Coordenação do Projovem Urbano de João Pessoa/PB.

Nota: Recursos previstos no Plano de Implementação, mas que não são transferidos integralmente, haja vista o fato de o repasse ser feito a partir do número de alunos/as (usuários/as) frequentes.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 06 constata-se que o financiamento do Projovem Urbano no município de João Pessoa é proveniente em sua totalidade, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, haja vista o que, a participação da Prefeitura Municipal de João Pessoa ocorre por meio da garantia dos espaços físicos das Escolas Municipais, onde funcionam os núcleos do Programa. As transferências financeiras realizadas pelo FNDE são normatizadas por meio da Resolução/CD/FNDE N° 22 de 26 de Maio de 2008.

Constatou-se ainda que 75% dos recursos destinados ao Projovem Urbano são voltados para pagamento de pessoal, que envolve pagamento de professores de ensino fundamental, qualificação profissional e participação cidadã, bem como o pagamento de diretores de pólos, coordenadores locais e pessoal de apoio técnico-administrativo.

O investimento em formação inicial e no processo de formação continuada corresponde a 5,7% do financiamento. Embora corresponda a um percentual muito baixo do valor total, trata-se de um aspecto fundamental no desenho do Projovem Urbano. As formações promovidas ao longo do percurso do Programa subsidiam os profissionais

responsáveis em desenvolver suas atividades em relação às temáticas ligadas ao universo juvenil, bem como aos eixos que estruturam o currículo do Projovem Urbano.

Outro dado relacionado ao financiamento sinaliza que 8% dos recursos devem ser utilizados para aquisição de gêneros alimentícios destinados, exclusivamente, segundo a resolução do FNDE, para o fornecimento de lanche ou refeição aos alunos matriculados e frequentes no âmbito do Programa, de modo a garantir a qualidade compatível com a exigida no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Quanto à dimensão da qualificação profissional são alocados recursos equivalentes a 8% do financiamento total. De acordo com a resolução do FNDE está previsto o financiamento das seguintes ações: locação de espaços e equipamentos, aquisição de material de consumo, bem como pagamento de monitores para as atividades práticas de qualificação profissional.

Ainda de acordo com os dados apresentados no Quadro 06 verificou-se que até 1,3% dos recursos do Projovem podem ser utilizados como ajuda de custo no processo da formação inicial. Enquanto que 2% são destinados para pagamento de pessoal de apoio para auxiliar na etapa de matrícula local do Programa e até 2% dos recursos podem ser utilizados na aquisição de material.

3.1.2 Núcleo do Projovem Urbano “Raimundo Nonato” – Conjunto Gervásio Maia: traços característicos do lócus da pesquisa

Dentre os vários núcleos existentes do Projovem Urbano em funcionamento, no início de construção deste estudo, especificamente, no ano de 2009, definiu-se como lócus da pesquisa o Núcleo da Escola Municipal Raimundo Nonato, situado no Conjunto Gervásio Maia.

A necessidade de realizar um recorte entre tantos núcleos existentes no Programa se deu em função da clareza teórica do objeto de estudo, que tem como foco o interesse investigativo acerca da (Des) Proteção Social da Juventude. Sendo assim, recorreu-se à coordenação local do Projovem Urbano no município de João Pessoa, a fim de ter acesso a informações básicas sobre os/as jovens participantes dos núcleos, levantando a seguinte questão: em qual dos núcleos existentes do Programa o processo de desproteção social da juventude é mais latente?

Diante dessa questão, obteve-se como indicação para realização da pesquisa o Núcleo Raimundo Nonato no Conjunto Gervásio Maia, tendo em vista o recente processo de formação do Conjunto Habitacional, em que a juventude em particular apresenta suas especificidades como serão analisadas no item a seguir deste trabalho.

Além disso, constatou-se que a maioria dos/as entrevistados mora atualmente no Conjunto Gervásio Maia, de acordo com os dados da Tabela a seguir.

TABELA 03 - Local de moradia atual dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

CIDADES	ZONAS URBANA		RURAL		NÃO SOUBE RESPONDER		TOTAL GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Conjunto Gervásio Maia	13	33,3	08	20,5	02	5,1	23	58,9
Colinas do Sul	08	20,5	01	2,6	02	5,1	11	28,2
Grotão	03	7,7	-	-	-	-	03	7,7
Funcionários III	01	2,6	-	-	-	-	01	2,6
Gramame	-	-	01	2,6	-	-	01	2,6
TOTAL	25	64,1	10	25,7	04	10,2	39	100

Fonte: Primária.

A Tabela sinaliza a predominância do Conjunto Gervásio Maia entre os locais de moradia atual dos/as usuários/as do Projovem Urbano. O residencial desponta com 58,9%, seguido do Loteamento Colinas do Sul com 28,2%. Em relação à definição das zonas residenciais, 64,1% definiram seu local de moradia atual como Zona Urbana, 25,7% Zona Rural e 10,2% não souberam responder.

A propósito dessas análises, a Pnad 2007 constatou que 85% dos/as jovens brasileiros estão concentrados nas áreas urbanas, sendo a Região Sudeste a que apresenta um maior número, 94% de jovens vivendo em zonas urbanas, ao passo que a proporção de jovens vivendo em áreas rurais é maior no Nordeste (27%) e no Norte (22%).

Retornando a realidade desta pesquisa, a leitura dos dados relativos às zonas residenciais aponta discordâncias em relação a esse aspecto, tendo em vista que dos 58,9% que afirmaram morar atualmente no Conjunto Gervásio Maia 33,3% definiram ser este conjunto situado em zona urbana, 20,5% em Zona Rural e 5,1% não souberam definir.

Levando em conta tais aspectos sentiu-se a necessidade de apresentar de forma sucinta alguns traços característicos do Conjunto Gervásio Maia, área em que está situado o *locus* desta pesquisa.

O Conjunto Gervásio Maia é um dos mais recentes empreendimentos habitacionais públicos, construído na cidade de João Pessoa (2010). Localizado na Zona Sul da cidade é

parte constitutiva da área que corresponde ao Vale do Gramame. Inaugurado em Dezembro de 2007, o Residencial é constituído de 1.336 casas e equipamentos comunitários como escola com dez salas de aula, quadra esportiva coberta, Unidade de Saúde da Família, creche e praça.

Segundo informações da prefeitura municipal de João Pessoa (2007), a obra também conta com uma infra-estrutura que inclui saneamento, pavimentação das principais ruas e urbanização da área. O valor total da obra foi de R\$ 24.070.130,40, sendo R\$ 15.426.133,22 do Governo Federal e R\$ 8.643.997,18 do Governo Municipal.



Figura 01: Foto de satélite de toda área do Conjunto Gervásio Maia. João Pessoa/PB, 2010.

A figura 01 refere-se a uma visão panorâmica do Conjunto Gervásio Maia. Essa estrutura e o projeto de um modo geral sofreram muitas críticas por partes de setores da sociedade. O presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), José Virmond Suplicy Neto foi contundente ao analisar o projeto arquitetônico do conjunto Gervásio Maia. “O que vemos é um caos da repetição com todas as casinhas iguais, o que representa um modelo ultrapassado, já que, além de quantidade, é preciso se preocupar em criar uma identidade visual e infra-estrutura coletiva das cidades populares que se constroem no Brasil. (SUPLICY NETO, 2010, p.01).

Além desse aspecto, Suplicy Neto (2010) também criticou os processos de elaboração de projetos de habitação voltados para setores populares brasileiros, tendo em vista que tais projetos visam em sua maioria o barateamento dos custos, secundarizando, portanto, a questão da qualidade e do bem-estar dos/as beneficiários/as de baixa renda contemplados/as pela política de habitação no Brasil.

De fato, trata-se de uma observação importante, uma vez que as 1.336 famílias moradoras do Conjunto Gervásio Maia são oriundas de áreas distintas da cidade de João

Pessoa. Em geral são famílias que até então, residiam em acampamentos, diversos prédios públicos e outros locais que apresentavam péssimas condições de moradia, espalhados por toda a cidade de João Pessoa.

De acordo com informações da Prefeitura Municipal de João Pessoa (2009) as famílias moradoras do Gervásio Maia foram transferidas das seguintes comunidades: Cibrazem (Ilha do Bispo – 17 famílias); Prédio do INSS (Centro – 99); Prédio do Matadouro (Trincheiras – 26); Prédio da LBA (Cruz das Armas – 20); Distrito Mecânico (Trincheiras – 9); Titanic (Bessa – 22); Fábrica de Gelo (Varadouro – 8); Asa Branca (Róger – 20); acampamento Jorge Luis (Valentina – 208); acampamento Vila Vitória (Bairro dos Novais – 30); acampamento Pedro Teixeira (Bairro das Indústrias – 35); acampamento Chico Mendes (Bairro das Indústrias – 25); acampamento Margarida Maria Alves (Bairro das Indústrias – 25); acampamento Monte das Oliveiras (Cristo – 73) e o acampamento 19 de Maio (Alto do Mateus – 108 famílias). (, 2009).

No processo de distribuição das casas, 300 delas foram destinadas às famílias cadastradas no Programa de Crédito Solidário. Em sua maioria trata-se de famílias vinculadas ao Movimento de Luta por Moradia e a Central de Movimentos Populares. Houve ainda, a entrega de 77 casas a vendedores ambulantes e servidores municipais, igualmente selecionados por sorteio.

As casas foram construídas em uma área correspondente a 30 hectares (ou 300 mil metros quadrados). Na qual cada casa conta com dois quartos, sala de estar, jantar, cozinha, banheiro, conforme figura abaixo.



Figura 02: Casa do Conjunto Gervásio Maia. João Pessoa, 2009.

Atesta-se a partir dos aspectos apresentados se trata de famílias com um histórico de vida marcado pela negação de um direito humano e social básico, qual seja o acesso à moradia digna.

Ao ter acesso à moradia, essas famílias em princípio têm um de seus problemas resolvido, no entanto, tal aspecto torna-se insuficiente mediante o conjunto de problemáticas enfrentado cotidianamente. Geralmente a moradia é muito longe do local de emprego, o transporte coletivo é deficitário e também é difícil o acesso aos serviços públicos devido à distância ou mesmo em função da inexistência de alguns serviços, a exemplo dos hospitais públicos, e outros serviços como comércio, supermercado etc.

Em geral, essas famílias possivelmente fazem parte de um contingente maior de pessoas em que à moradia, se coloca como um dos muitos problemas enfrentados, no qual além desse, a questão da falta de trabalho, a baixa escolaridade, a pobreza e tantas outras questões relevam expressões concretas da “questão social”.

3.2 Perfil dos/as usuários/as do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB

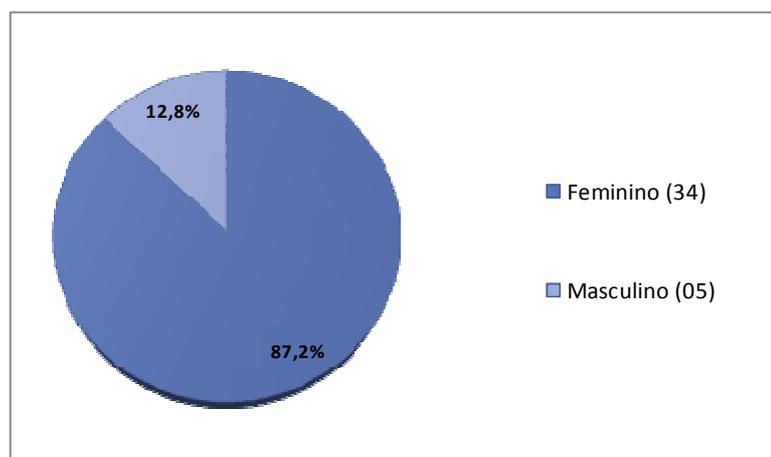
Conforme se aludiu, a construção do perfil dos/as usuários/as do Projovem é constituído de dois eixos de análise investigativa, quais sejam: a análise dos dados pessoais e os socioeconômicos.

Na verdade, entende-se que tais aspectos estão imbricados e possuem entre si uma interdependência. Portanto, a apresentação desses aspectos em itens distintos trata-se apenas de uma opção metodológica de melhor estruturar o trabalho, na tentativa de facilitar a leitura e a compreensão dos dados, que por si só estão carregados de complexidade, no qual as análises até o momento realizadas não dão conta por si só, de atender a totalidade tais aspectos apresentam.

3.2.1 Análise dos dados pessoais: traços da desigualdade social

A análise dos dados pessoais dos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano é constituída de um grupo de variáveis que inclui os seguintes aspectos: sexo, identificação étnico-racial (cor/raça), faixa etária, estado civil, papel exercido nas relações familiares, existência ou não de filhos/as, quantidade e condição escolar dos/as filhos/as e idade dos/as

filhos/as. Portanto, passa-se a analisar a seguir os dados referentes ao **sexo** dos/as usuários/as entrevistados/as.



Fonte: Primária

GRÁFICO 01 – Sexo dos/as usuários/as entrevistados/as.
João Pessoa, 2010.

Com relação à realidade desta pesquisa, os dados apresentados no Gráfico 01 revelam que 87,2% dos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano, no município de João Pessoa, são do sexo feminino. Enquanto que apenas 12,8% são do sexo masculino, demonstrando dessa forma, uma média de participação feminina bem superior a nacional.

Dados da Síntese de Indicadores Sociais 2010, comprovam que em 2009, havia 94,8 homens no país para cada 100 mulheres. Ao tratar dos aspectos relativos à razão de sexo, o IBGE aponta um declínio nessa relação devido à mortalidade masculina ser mais alta. Quanto às regiões metropolitanas, constatou-se que a menor razão de sexo estava em Recife (85 homens para cada cem mulheres) e a maior, em Curitiba (94,6). (IBGE, 2010).

Salienta-se que entre o público juvenil que acessa as políticas públicas de juventude, a participação das mulheres tem sido cada vez mais crescente. Por outro lado, a recorrência das mulheres aos programas sociais constitui-se em um indicativo significativo, haja vista o fato do segmento feminino ser um dos mais penalizados em função do agravante processo de desigualdade social.

No mundo todo, a situação das mulheres é preocupante. Em países pobres, às situações de miséria e de exclusão social que atingem homens e mulheres somam-se as discriminações de gênero, sexual, étnica e racial presentes nos distintos contextos socioeconômicos. Em todas as classes sociais, as mulheres são vítimas de violência (física, psicológica, moral e sexual),

enfrentam dificuldades de acesso ao trabalho e à geração de renda, à escolarização e à participação na vida política. (UFPB/EAD, 2009, p. 01).

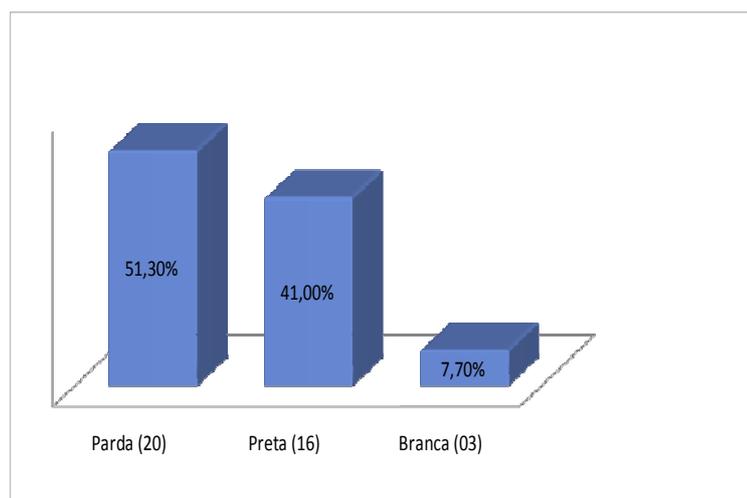
De fato faz-se necessário romper com o histórico ciclo de desigualdade social, política e econômica que durante séculos deixou de fora, um número significativo de mulheres do acesso a determinados serviços sociais, em especial, aquelas constituintes da classe trabalhadora. Um exemplo disso é que “[...] ainda hoje, as mulheres, sobretudo as jovens e de áreas mais periféricas, têm dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a políticas públicas eficazes para a superação destas dificuldades sociais.” (UFPB/EAD, 2009, p.02).

A condição feminina, sobretudo, as das jovens e pobres, merece uma intervenção efetiva do Estado. Uma vez que a difícil realidade enfrentada por elas em seu cotidiano é fruto de uma cultura excludente, machista e patriarcalista na qual,

Desde crianças, as meninas podem ser preteridas pelos pais em relação aos irmãos. Quando adultas, possuem menos oportunidades de acesso ao mundo público, suportam a sobrecarga de trabalhos domésticos e têm poucas chances de realizar sonhos que as conduzam à emancipação financeira ou social. (UFPB/EAD, 2009, p.02).

Diante dessa realidade, as mulheres em determinado momento da vida, precisam recorrer a programas sociais, a exemplo do Projovem Urbano, na tentativa de concluir ou iniciar tardiamente etapas importantes da vida, como a escolarização e a qualificação profissional, que, em função das limitações impostas por determinações diversas, não lhes foram oportunizadas.

Outro aspecto fundamental na construção do perfil dos/as usuários/as do Projovem Urbano, no município de João Pessoa/PB, relaciona-se à **questão étnico-racial**, conforme seguem os dados do Gráfico a seguir.



Fonte: Primária

GRÁFICO 02 - Identificação étnico-racial dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

Esses dados revelam que dentre os/as 39 entrevistados/as 92,3%, ou seja, 36 dos/as entrevistados/as se consideram pardos/as ou pretos/as.

Tais resultados se aproximam das projeções nacionais realizadas pelo IBGE (2010), à medida que se constata uma mudança na distribuição da população, segmentada por cor ou raça. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD “[...] mostram um crescimento da proporção da população que se declara preta ou parda nos últimos dez anos: respectivamente, 5,4% e 40,0% em 1999; e 6,9% e 44,2% em 2009.” (IBGE, 2010, p.226).

Ao analisar os dados apresentados pelos/as usuários/as do Projovem Urbano, no que diz respeito à auto-identificação da cor/raça, faz-se a seguinte citação:

Historicamente no Brasil há um trabalho ideológico no sentido do embranquecimento da população. Assim é que 41% dos jovens entre 15 e 24 anos são considerados oficialmente pardos e, portanto, não negros. Essa leitura dissimula e reforça o preconceito racial. Tal reforço advém da forma de a população negra subjetivar ou representar a si mesma como predominantemente parda. (FRIGOTO, 2004, p.188).

É possível que essa realidade esteja relacionada ao fato de crianças e adolescentes serem educados/as em vários espaços da sociedade, a valorizar tudo que tem como referência a cultura européia. E a escola, por sua vez, acaba por reforçar esse contexto de desigualdade e desvalorização de outras etnias tão importantes na formação do povo brasileiro, como é o caso dos/as índios/as e dos/as negros/as.

Esse aspecto corrobora para o fato de que muitas crianças, adolescentes, jovens e até mesmo adultos – por não serem educados/as numa perspectiva pautada na igualdade étnico-

racial tenham dificuldades em reconhecer, ou melhor, de se identificarem culturalmente com grupos étnicos que de fato constituem a formação de seu povo.

Esse dado é gerador de muitos aspectos preocupantes: primeiro, o fato de se negar o acesso por parte da escola e da sociedade em geral, a uma formação baseada nas relações étnico-raciais, dificulta a construção de uma identidade negra de boa parte da população brasileira, que ao invés de se assumirem como negros/as, assumem a identidade de “pardo”; um segundo aspecto é a incidência da prática do racismo como um dos graves problemas brasileiros, embora poucas pessoas assumam essa questão como algo que deve ser enfrentada, pois, afinal ela existe e é muito grave.

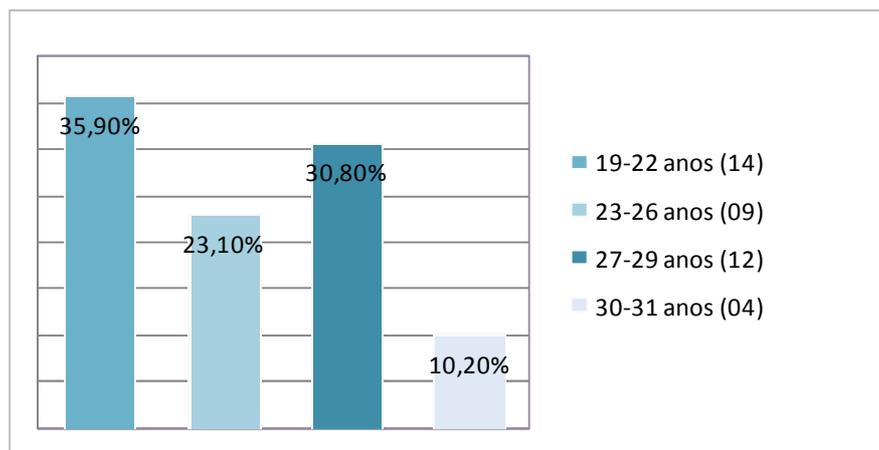
Assim, faz-se necessário transformar essa realidade que deixa a margem um número significativo de pessoas no Brasil, acentuando cada vez mais a desigualdade da população negra, dentre elas, a população jovem como confirma o Gráfico 02.

Cabe ressaltar, portanto, que “[...] as desigualdades sociais não são conjunturais, mas estruturais, da mesma forma que a discriminação não é individual, mas institucional.” (UFPB/EAD, 2009, p. 228).

Assim, no bojo da intensa desigualdade social caracterizada entre outros aspectos, pela injusta distribuição de renda no Brasil, também se reproduz outras formas de desigualdade, a citar a de gênero e a étnica-racial, já que “[...] a cor também é catalisadora de condições desiguais de vida.” (SOARES; RIZZINI; BUSH, 2010, p.36).

Nesse contexto, nota-se o quanto a juventude acaba sendo vítima desse processo de reprodução das desigualdades sociais, geradas pelo sistema capitalista, fazendo com que, a maior parte do segmento juvenil deixe de viver plenamente momentos significativos dessa fase da vida, em função da necessidade da sobrevivência, numa luta diária contra a pobreza.

Acrescenta-se a seguir os dados relativos à **faixa etária** dos/as entrevistados/as no Gráfico a seguir.



Fonte: Primária

GRÁFICO 03 - Faixa etária dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

Mediante a leitura dos dados apresentados no Gráfico 03, constatou-se que 35,9%, isto é, 14 (catorze) dos/as entrevistados/as situam-se na faixa etária entre 19-22 anos de idade, sobrepondo-se, então, a faixa etária de 27-29 anos que aparece logo em seguida com 30,8%, o que corresponde a 12 (doze) dos/as entrevistados/as. Porém, se somados os percentuais correspondentes à faixa etária entre 23-29 anos de idade verifica-se que 53,9%, ou seja, 21 (vinte e um) dos/as entrevistados/as possuem idade superior aos 23 anos de idade.

Nesse caso, é bom salientar que a definição etária consiste em um dos critérios para os/as jovens acessar determinadas políticas públicas. No Projovem Urbano, uma das condicionalidades para matrícula no Programa é ter entre 18 a 29 anos de idade.

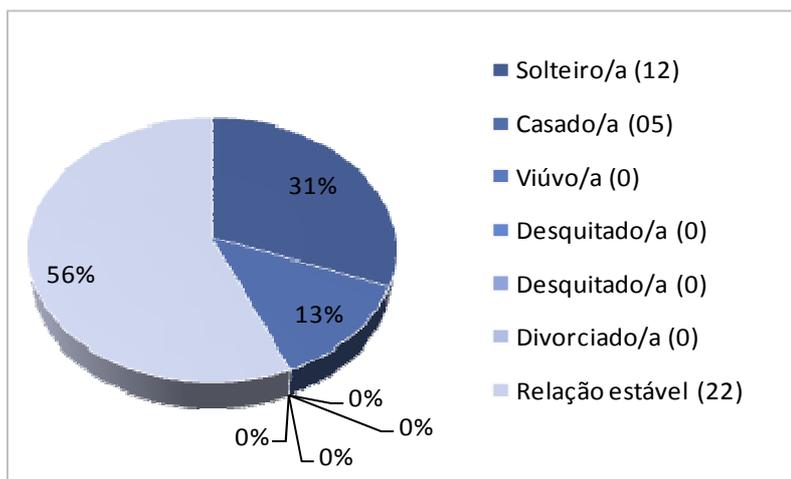
Ressalta-se, contudo, que nem sempre essa forma de acesso garante efetivamente a participação dos/as jovens a determinados programas sociais, pois ao priorizar exclusivamente o critério etário, “ [...] parte das políticas acaba por excluir um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioria, mas permanecem no campo possível de ações, pois ainda vivem efetivamente a condição juvenil.”(SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 19).

Acerca das questões ligadas a aspectos etários, a recente Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, de 2010, faz uma observação interessante:

[...] segundo os dados da PNAD, o Brasil tinha um total de quase 80 milhões de crianças, adolescentes e jovens até 24 anos em 2009 (cerca de 42% do total da população). Embora a população brasileira esteja envelhecendo, com redução sistemática, em termos relativos, dos segmentos etários mais jovens, conforme evidencia o Gráfico 6.1, o Brasil ainda deve ser considerado um país essencialmente jovem. As famílias que tinham pelo menos um membro na faixa etária de 0 a 24 anos representavam, em 2009, 2/3 das famílias brasileiras, sendo que aproximadamente 22% destas (13,4 milhões) estavam

no primeiro ciclo familiar (com pelo menos uma criança na primeira infância) (Tabelas 6.1 e 6.2). (IBGE, 2010, p. 149).

As análises seguintes correspondem a um conjunto de dados relativos ao **contexto familiar** em que estão inseridos/as os/as usuários/as do Projovem Urbano, no município de João Pessoa/PB. Para tanto, dá-se início a essas análises com os dados referentes ao **estado civil**, apresentados no Gráfico seguinte:



Fonte: Primário

GRÁFICO 04 - Estado civil dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

Na análise dos dados, verifica-se que 56%, isto é, 22 (vinte e dois) dos/as usuários/as afirmaram manter uma relação estável, no que diz respeito ao estado civil. Também foi significativo o número de entrevistados/as casados/as, cujo o percentual representou 31%.

Ainda sobre os dados do Gráfico 04, registra-se que apenas 12% estão na condição de solteiros/as. Sobre esse aspecto, vale ressaltar que o “[...] casamento tornou-se menos central na conformação da vida das pessoas, diferentemente do que ocorria em um passado recente, por vezes caracterizado pelo preconceito em relação às pessoas que não se casavam.” (IBGE, 2010, p.98).

Ainda assim, a questão do casamento no Brasil mantém percentuais muito altos. Em comparação à realidade brasileira o IBGE indica que em 2008, o total de casamentos registrados foi de 959. 901, cerca de 5% superior ao número observado em 2007. Deste, 97,5% dos casamentos foram de indivíduos de 15 anos ou mais de idade, ocorridos e registrados no ano de referência da pesquisa. Os demais envolviam pelo menos um cônjuge com menos de 15 anos ou foram realizados em anos anteriores ao do registro.

No caso específico desta pesquisa, faz-se necessário considerar algumas características apresentadas anteriormente que podem estar relacionadas ao alto índice de usuários/as que afirmou ter relação estável ou serem casados/as, principalmente, o fato de 53,9% dos/as usuários/as do Projovem Urbano situarem-se na faixa etária entre 23 a 29 anos de idade.

Considera-se este último dado importante, em função de se tratar de uma fase da vida, que exige dos/as jovens uma projeção mais definida em várias dimensões como a econômica, a profissional e a afetiva, tendo em vista que a “[...] a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro, e, por isso, de maneira geral, estaria inevitavelmente marcada por ambivalências [...]” (SOARES, RIZZINI; BUSH, 2010, p.24).

A constituição de uma família para muitos/as jovens acaba se tornando realidade muito cedo. Por vezes, tal processo se concretiza sem fazer parte de um projeto de vida mais amplo, em que sejam construídas as bases necessárias para a garantia do desenvolvimento dos sujeitos protagonistas desse processo.

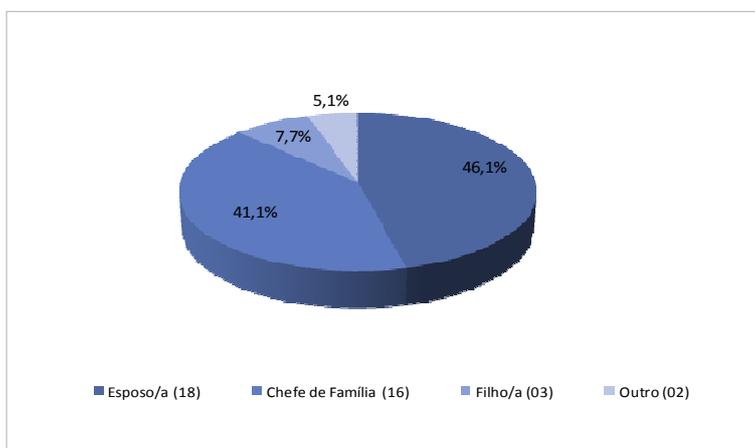
Em torno dessa discussão, Pereira (2006, p.36) faz algumas observações à respeito da família.

Em primeiro lugar, vale ressaltar o caráter contraditório da família, como um chamamento para o fato de que o núcleo familiar não é uma ilha de virtudes e de consensos num mar conturbado de permanentes tensões e dissensões. Afinal, a família, como toda e qualquer instituição social, deve ser encarada como uma unidade simultaneamente forte e fraca. Forte, porque ela é de fato um *locus* privilegiado de solidariedades, no qual os indivíduos podem encontrar refúgio contra o desamparo e a insegurança da existência. [...]. Mas ela também é frágil, ‘pelo fato de não estar livre de despotismos, violências, confinamentos, desencontros e rupturas [...]’. (PEREIRA, 2006, p.36)

Além desses aspectos, Paiva (2008) também contribui com esse debate à medida em que aponta a necessidade de analisar a família no contexto social, considerando seu funcionamento e sua organização. Nessa direção, a família também precisa ser vista no processo de reprodução das relações sociais “[...] até mesmo em função dos conflitos que o mundo capitalista vem impondo à população.” (PAIVA, 2009, p.129).

Nesse sentido, embora a instituição família tenha passado nessas últimas décadas por transformações significativas, a exemplo dos novos arranjos familiares característicos da contemporaneidade, os dados desta pesquisa revelam que a maior parte dos/as jovens entrevistados/as optaram pela constituição de famílias. No total, 87% afirmaram manter relação estável ou serem formalmente casados/as.

O Gráfico, a seguir, apresenta o **papel exercido nas relações familiares** pelos/as usuários/as entrevistados/as que se identificam com os resultados do Gráfico anterior.



Fonte: Primária

NOTA: A opção “Outros” corresponde aos seguintes papéis familiares exercido pelos/as usuários/as entrevistados/as: Dona de casa (01) e Neto (01).

GRÁFICO 05 - Papel nas relações familiares exercido pelos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

No que se refere ao papel exercido pelos/as usuários/as no contexto familiar destacou-se com maior evidência o de esposo/a com 46,1% e o de chefe de família com 41,1% sobre os demais papéis. Ressalta-se, entretanto, que desse percentual relacionado aos/as usuários/as que afirmaram ser chefe de família 87,5% são mulheres, e apenas 12,5% do sexo masculino. Em torno desse último aspecto, se faz necessária algumas observações relevantes.

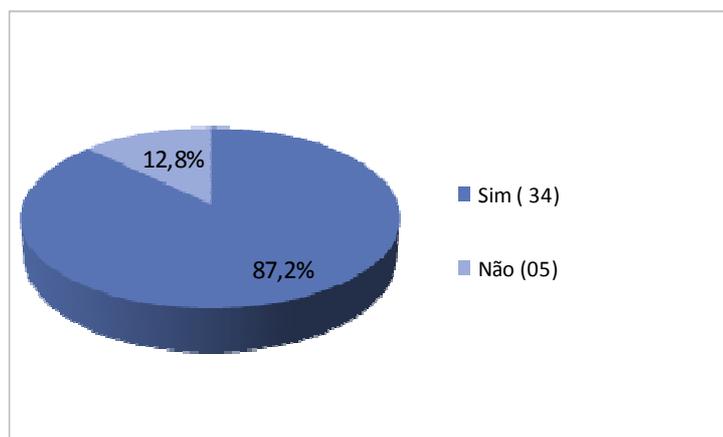
Com base na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, de 2009, observa-se que nesta última década houve um aumento considerável de mulheres que assumiram ser a pessoa de referência na família, passando de 25,9% em 1998 para 34,9% em 2008.

Para o IBGE (2009, p.95),

O que mais chama a atenção no período foi o crescimento da proporção das mulheres declaradas como pessoa de referência apesar da presença de um cônjuge (2,4% para 9,1%), [...]. Em certa medida, esses dados podem estar revelando aspectos importantes para a análise das transformações que vêm ocorrendo de forma substancial no contexto das relações familiares e de gênero, na maioria das sociedades atuais.

Nesse sentido, dentre as muitas transformações responsáveis por processos de reconfiguração das famílias, a questão dos/as filhos têm papel fundamental. Por isso, apresenta-se a seguir um bloco de dados, ainda ligado ao contexto familiar, porém, com características específicas sobre: **a existência ou não de filhos/as, quantidade, condição escolar e idade dos/as filhos/as.**

Em relação aos/às usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB, constatou-se que 87,2%, isto é, 34 (trinta e quatro) afirmaram ter filhos/as, e 12,8% afirmaram não ter filhos/as, tal como demonstra o gráfico a seguir.



Fonte: Primária

GRÁFICO 06 - Existência ou não de filhos/as segundo os/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

Os dados acerca da existência ou não de filhos/as apontam um índice considerável 87,2% de usuários/as com filhos/as, sinalizando, por um lado, diferenças em relação aos dados da Pnad 2009 (IBGE, 2010). De acordo com esses dados, em 2009 a taxa de fecundidade total foi de 1,94, atribuída, dentre outros aspectos, a um declínio da fecundidade ocorrido nas últimas décadas em todas as regiões na sociedade brasileira, atingindo, sobremaneira, vários grupos sociais, independentemente da renda, cor e nível.

Na maioria dos países, o primeiro filho, a entrada na maternidade/paternidade, acontece na juventude. Como a maioria das mulheres tem o primeiro filho entre os 15 e os 24 anos – uma consequência da queda da fertilidade na maioria dos países nas duas últimas décadas – os jovens estão conduzindo a transição demográfica dos países. Quando as meninas dos países em desenvolvimento chegam aos 25 anos, quase 60% delas já são mães (Figura 7). Os meninos fazem essa transição mais tarde. (BANCO MUNDIAL, 2010, p.09).

A Pnad (2010), baseando-se no decréscimo das taxas de fecundidade e no aumento da esperança de vida ao nascer, aponta para a redução do tamanho da família e do número de casais com filhos, e o crescimento do tipo de família formado por casais sem filhos.

Desse modo, contrariando, em certa medida, os dados do IBGE ao tomar por base as estatísticas nacionais, vê-se que a realidade desta pesquisa, embora, confirme a tendência de redução do tamanho das famílias na sociedade brasileira, aponta um aspecto instigante acerca da existência de filhos/as, haja vista 87,2% dos/as entrevistados/as indicarem a existência de

filhos/as, além do fato de 61,7% situarem-se na média de 02 a 04 filhos, conforme os dados apresentados na Tabela 03.

Sobre a questão da fecundidade, a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2010, p.30) acrescenta alguns aspectos fundamentais, a exemplo da escolaridade feminina.

No Brasil, mulheres com menos de 7 anos de estudo apresentam um padrão de fecundidade extremamente jovem (o grupo de 20 a 24 anos de idade concentra 37,0% da fecundidade total). A partir dele, a fecundidade declina rapidamente. Mostra-se, porém, mais dilatado o padrão de fecundidade de mulheres mais instruídas, com tempo de estudo superior a 8 anos: grupos de 20 a 24 e de 25 a 29 anos de idade próximas ou bem mais elevadas que as adjacentes. Concentram 25,0% e 24,8%, respectivamente.

Entre as mulheres com menos de 7 anos de estudo, o grupo de 15 a 19 anos de idade concentra 20,3% da fertilidade, uma proporção relativamente alta, que revela o lado cruel do aumento da fecundidade na adolescência. Esse fator acaba por dificultar o processo educacional e a inserção de adolescentes no mercado de trabalho.

De fato, tais aspectos podem ser verificados nesta pesquisa, haja vista, a baixa escolaridade dos/as usuários/as entrevistados/as, conforme será constatada nas análises seguintes, bem como a idade de seus/as filhos/as que indicam – considerando os dados relativos à faixa etária dos/as usuários/as – a experiência da fecundidade pelas mulheres, ainda na adolescência ou mesmo na fase inicial da juventude.

Em função da discussão apresentada acerca da fecundidade, também se torna relevante apresentar os dados referentes à existência ou não de aborto, segundo as usuárias entrevistadas, cujos resultados são os seguintes: das 34 entrevistadas do sexo feminino, 32%, isto é, (11) afirmaram a existência do aborto e 68%, ou seja, (23) delas disseram não ter feito aborto. Em relação ao número de usuárias que afirmaram ter realizado aborto, 54,5% indicaram ter sido espontâneo, 18,2% provocado e 27,3% realizaram os dois tipos (espontâneo e provocado), já que este último aspecto refere-se à proporção de usuárias que realizaram mais de um aborto.

A Tabela a seguir apresenta os dados concernentes **à quantidade de filhos/as e à situação escolar dos/as mesmos/as.**

TABELA 04 – Quantidade e condição escolar dos/as filhos/as dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

QUANTIDADE DE FILHOS/AS	FILHOS/AS ESTUDAM	SIM		NÃO		TOTAL GERAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Um filho/a		05	14,7	03	8,8	08	23,5
Dois filhos/as		11	32,3	04	11,8	15	44,2
Três filhos/as		07	20,6	-		07	20,6
Quatro filhos/as		03	8,8	-		03	8,8
Sete filhos/as		01	3,0	-		01	2,9
TOTAL		27	79,4	07	20,6	34*	100

Fonte: Primária

Nota: Esse número corresponde ao total de entrevistados/as que afirmaram ter filhos/as.

A análise dos dados apresentados na Tabela 04 demonstra a significância de 44,2% com uma média de 02 (dois) filhos/as. Além disso, a pesquisa também revelou que, 23,5% dos/as entrevistados/as têm apenas 01 (um) filho/a, 20,6% têm 03 (três) filhos/as e 8,8% 04 (quatro) filhos/as. Em suma, pode-se atestar que, a partir dos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano, no município de João Pessoa/PB prevaleceu uma média de 02 a 04 filhos/as nas famílias, pois, se somados os percentuais correspondentes a essas quantidades, chega-se a 61,7% do total.

Portanto, como já foi elucidado anteriormente, o número médio de filhos/as apresentado nesta pesquisa está um pouco acima da taxa de fecundidade total apresentado nacionalmente pelo IBGE, que em 2009 foi de 1,94 filho. Em relação ao estado da Paraíba, a taxa de fecundidade nesse mesmo período foi de 2,25, também um pouco acima da média nacional.

A leitura dos dados apresentados na Tabela 03 também indica que, dos/as entrevistados/as com filhos/as, 79,4% afirmaram ter o/a filho/a frequentando a escola. Desse total 77,8% estudam em escola pública, 11,1% em escola particular, 7,4% têm filhos/as estudando em escola pública e particular, e 3,7% não responderam. Ainda acerca deste aspecto, 20,6% disseram não ter os/as filhos estudando, justificado pelo fato das crianças não apresentarem idade escolar adequada.

Segue a apresentação dos dados relativos à **idade dos/as filhos/as dos/as usuários/as**.

TABELA 05 - Idade dos/as filhos/as dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

IDADE DOS/AS FILHOS/AS	Nº	%
0 – 2 anos	12	15,4
3 – 5 anos	15	19,2
Mais de 5 anos	51	65,4
TOTAL	78*	100

Fonte: Primária.

Nota: Esse número corresponde à soma total dos/as filhos/as dos/as 34 entrevistados/as que afirmaram ter filhos/as.

De acordo com os dados arrolados nesta tabela, verifica-se que 65,4% dos/as filhos/as dos/as usuários/as entrevistados/as têm acima de 05 anos de idade, seguido da faixa etária correspondente a 3-5 anos de idade, com 19,2%, enquanto apenas 15,4% têm de 0-2 anos de idade.

Ao relacionar os resultados obtidos nesta pesquisa com as análises desenvolvidas e divulgadas pelo IBGE (2010), através da Síntese de Indicadores Sociais, percebe-se que a composição etária da população brasileira é um dos principais indicadores que apontam para a diminuição das taxas de fecundidade e de natalidade no Brasil.

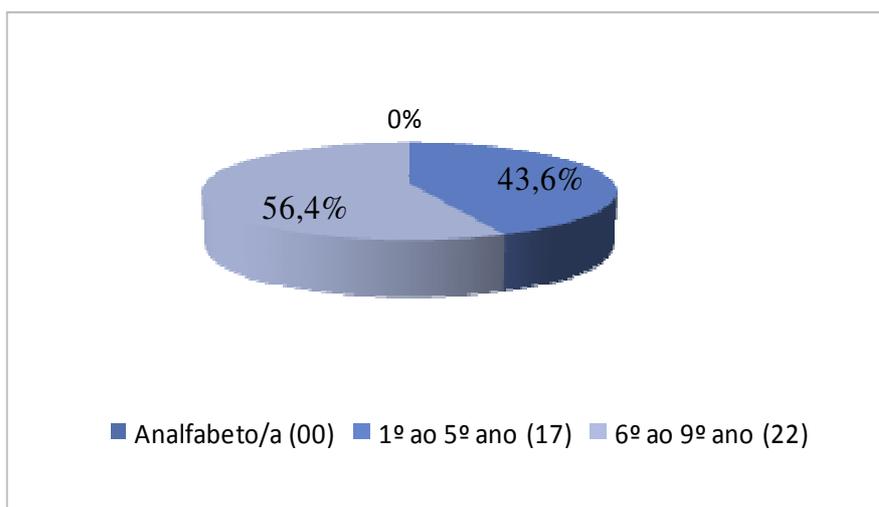
Assim, conforme o IBGE (2010) o estreitamento significativo ocorrido na base da pirâmide aponta para a redução do contingente das crianças e adolescentes de até 19 anos de idade. Enquanto, em 1999, a proporção desse grupo na população total era de 40,1%, em 2009, esta participação diminuiu para 32,8%.

Esses dados confirmam as projeções realizadas anteriormente que indicavam que, mesmo o Brasil sendo considerado atualmente um país de jovens, existe uma tendência constatada estatisticamente de envelhecimento de sua população.

3.2.2 Análise dos dados socioeconômicos: traços da desigualdade e desproteção social

Os presentes dados compõem o perfil socioeconômico dos/as usuários/as do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB. Para tanto, serão analisados os seguintes aspectos: escolaridade, inserção no mundo do trabalho, atividade de trabalho e vínculo empregatício, existência ou não de carteira de trabalho, valor da renda individual mensal, participação e formas de participação na renda familiar, valor da renda familiar mensal e atendimento das necessidades, recorrência a instituição ou programa social, condições de moradia, acesso ou não a serviços públicos básicos com relação à moradia e existência ou não de equipamentos sociais próximos à moradia.

Ao interpretar as variáveis do eixo investigativo socioeconômico do perfil dos/as usuário/as, inicia-se com **a escolaridade** como uma das principais características na construção desse perfil.



Fonte: Primária

GRÁFICO 07 – Escolaridade dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

A análise dos dados explicitados no Gráfico acima aponta que 56,4%, o que corresponde a 22 (vinte e dois) dos/as entrevistados/as, possuem escolaridade na faixa entre o 6º e 9º ano do Ensino Fundamental, seguidos de 43,6% que detêm o nível de mais baixo do 1º ao 5º Ano.

Ao analisar esses dados constata-se um número expressivo de jovens que, se quer conseguiu concluir o Ensino Fundamental I, compreendido entre as séries do 1º ao 5º ano. Essa realidade ocorre em um contexto contraditório, no qual, por um lado, se reconhece a

ampliação de anos de escolaridade por parte da juventude brasileira nas últimas décadas, aliado ao discurso da qualidade da educação e da necessidade de ampliação do acesso à escola de todos os segmentos populacionais.

Na sociedade contemporânea, a escolaridade cumpre o papel não apenas de formação, mas de construção das identidades sociais. Além disso, cumpre a função de delimitar marcos simbólicos nas fases de transição e transformação do jovem. Quando parte desta história é suprimida das trajetórias dos indivíduos, a possibilidade de mobilidade dos níveis educacionais entre as gerações, dentro de uma família, é pequena. (SOARES; RIZZINI; BUSH, 2010, p. 76).

O IPEA ao analisar os dados da Pnad 2007 referentes à população juvenil, indica uma mudança nesse quadro ao indicar que a taxa de analfabetismo entre pessoas na faixa de 15 a 17 anos era de 1,7%, entre jovens de 18 a 24 anos de 2,4%, e entre o grupo de 25 a 29 anos de 4,4% (IPEA, 2008).

No entanto, por outro lado, o acesso por si só não garante a conclusão dos estudos na idade considerada adequada ainda na juventude, haja vista, as inúmeras dificuldades que permeiam esse processo, principalmente, para os/as jovens oriundos/as de famílias pobres, em que geralmente prevalece a necessidade de sobrevivência de seus membros.

A Pnad 2007, também revelou que cerca de 82% dos jovens de 15 a 17 anos estavam na escola, mas 44% não haviam concluído o ensino fundamental e apenas 48% deles cursavam o ensino médio. Portanto, a defasagem escolar continuava alta entre os jovens dessa faixa etária, pois já deveriam ter finalizado a educação fundamental. Assinala-se que nas regiões Nordeste e Norte as taxas de frequência líquida – 34,5% e 36,%, respectivamente – permaneceram bem mais reduzidas do que no Sudeste e Sul entre 58,8% e 55,0%, respectivamente.

Ao se comparar aos dados mais recentes apresentados pelo IBGE (2010), através da Síntese de Indicadores Sociais 2009, as evidências estatísticas também revelam uma média muito baixa de anos de estudo concluídos entre a população brasileira, especialmente se considerada a outros países dos mesmos níveis de desenvolvimento econômico e social.

No Brasil, os/as jovens de 18 anos deveriam, idealmente, ter o ensino médio concluído e, aos 24 anos, o término do curso superior. Em 2009, o/a brasileiro de 15 anos ou mais de idade tinha, em média, 7,5 anos de estudo, ou seja, não conseguiu concluir o ciclo fundamental obrigatório, direito adquirido constitucionalmente. Mais uma vez as

desigualdades regionais aparecem, na medida em que na Região Sudeste, essa média atingiu 8,2 anos, na Região Nordeste, apenas 6,7. (IBGE, 2010).

Ademais, em relação à questão da escolaridade, os dados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, realizada em 2005 pelo Instituto Cidadania,

[...] não só confirmam como apontam um significativo crescimento do acesso à escola por parte da população juvenil. Essa abertura de oportunidades escolares acentuou-se na década de 1990 e ocorreu sob a égide de uma forte crise econômica que estagnou o crescimento, acentuou desigualdade e fez aumentar os índices de desemprego. [...] Por essas razões, muitos dos estudos de políticas públicas na área de educação concluem, com razão, que se tratou de uma oferta desprovida de qualidade e de condições materiais e humanas de funcionamento adequadas para as unidades escolares, atingindo a escola pública, única modalidade de acesso à educação escolar para a maioria dos jovens brasileiros. (SPOSITO, 2005, p. 96-97).

Além das questões ligadas ao desenvolvimento da Política de Educação no cenário brasileiro - atrevesado pela falta de investimentos adequados e suficientes, bem como as péssimas condições de trabalho dos/as profissionais da área, dentre outros aspectos - ressalta-se que, no caso específico deste estudo, precisa-se levar em consideração o fato de 87,2% das usuárias entrevistadas do Projovem Urbano serem do sexo feminino. Para a maior parte delas, a não conclusão dos estudos na idade correta estaria relacionada à gravidez e existência de filhos/as.

Acerca da questão da escolaridade das mulheres, Sposito (2005, p.101) chama atenção para o fato de que mesmo quando as jovens conseguem “[...] um percurso escolar sem tantas interrupções e com melhor rendimento, as mulheres jovens encerram mais rapidamente sua carreira escolar nos degraus básicos do ensino médio, continuando a apresentar sérias dificuldades de acesso ao ensino superior, como os rapazes.”

Além desses fatores, a necessidade de trabalhar, o casamento, ou mesmo a falta de interesse e motivação pelos estudos foram questões identificadas e sinalizadas pelos/as jovens durante o processo de entrevista realizado neste estudo investigativo.

Entretanto, um desses fatores evidencia-se em especial. Trata-se da relação escolaridade *versus* trabalho, já que para a maioria dos/as jovens brasileiros/as “[...] escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil.” (SPOSITO, 2005, p. 106).

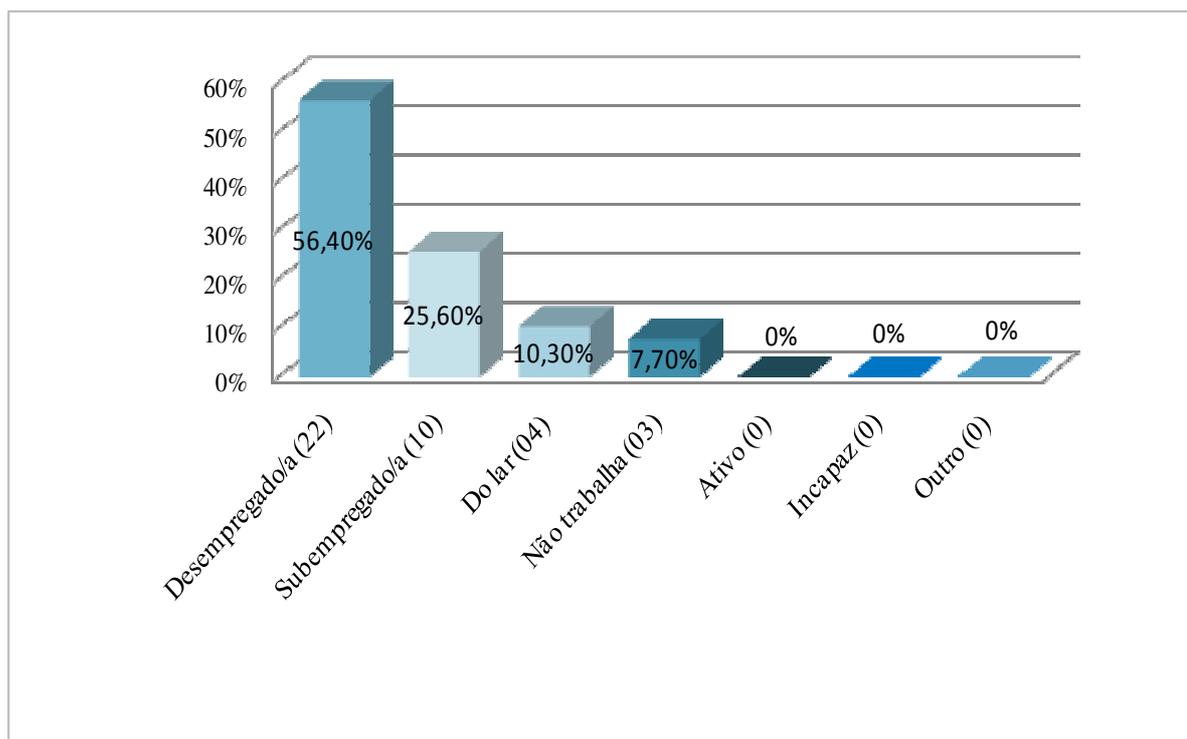
Significa que para um número expressivo de jovens no Brasil, conciliar estudo e trabalho torna-se tarefa muito difícil, principalmente, para os/as jovens pobres, como confirmam os dados a seguir.

O abandono do estudo começa a ficar mais evidente na medida em que a idade aumenta. Antes de completar 18 anos, muitos jovens já se dividem entre o estudo e o trabalho: no grupo de 15 a 17 anos 21,8% dos jovens o fazem. No grupo de 18 a 24 anos essa porcentagem se reduz para 6,2%. Observa-se também que na medida em que a renda aumenta, maiores são as chances de o jovem conseguir estudar e trabalhar ao mesmo tempo: no grupo de 18 a 24 anos pertencentes a famílias com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, apenas cerca de 10% estuda e trabalha; essa porcentagem alcança cerca de 29% no grupo com renda domiciliar *per capita* de 2 a 5 salários mínimos e 30% no grupo com renda domiciliar *per capita* igual ou acima de 5 salários mínimos. (IPEA, 2008, p. 12).

Além desses dados, a Síntese de Indicadores Sociais 2009 (IBGE, 2010) também revela que, entre as pessoas de 18 a 24 anos de idade, 14,7% declararam somente estudar, 15,6% conciliavam trabalho e estudo, 46,7% somente trabalhavam, 17,8% informaram realizar afazeres domésticos e 5,2% não realizavam nenhuma atividade.

Nessa direção, é possível afirmar que a questão do trabalho, ou melhor, a dificuldade de inserção no mundo do trabalho, coloca-se como um dos maiores dilemas vivenciado pela juventude brasileira nas últimas décadas. Sem sombra de dúvida, a juventude compõe um dos segmentos populacionais no Brasil, mais punido pela falta de emprego.

Assim, diante da importância que o trabalho assume para a juventude apresenta-se no Gráfico a seguir os dados relativos à **inserção no mundo do trabalho** dos/as usuários/as do Projovem Urbano, no município de João Pessoa/PB.



Fonte: Primária

GRÁFICO 08 - Inserção no mundo do trabalho dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

Fica evidente o quanto o desemprego é um dos graves problemas que marca a realidade da juventude brasileira. A partir da leitura dos dados do Gráfico 08 vislumbra-se o fato de 56,4%, ou seja, 22 (vinte e dois) dos/as usuários entrevistados/as afirmarem estar desempregados/as.

Vale ressaltar ainda, que 100% dos/as usuários entrevistados/as possuem a carteira de trabalho. Entretanto, desse total apenas 7,7%, isto é 03 (três) entrevistados/as, tiveram sua carteira de trabalho assinada.

Esse contexto atinge um contingente significativo de jovens em todo o país. Dados recentes publicados pelo IPEA, com base na Pnad 2007 (IBGE,2008) aponta aspectos relevantes acerca do desemprego juvenil, ao mostrar o quanto ainda são restritas as oportunidades de trabalho para os/as jovens.

De acordo com a pesquisa 4,6 milhões de jovens estavam desempregados em 2007, representando 63% do total de desempregados no País, sendo o desemprego juvenil 2,9 vezes maior que o dos adultos, uma vez que a taxa de desemprego juvenil era de 14%, enquanto a taxa de desemprego adulto era de 4,8%. Dentre os/as jovens mais afetados/as com o desemprego, encontram-se o grupo de 25 a 29 anos, para o qual foi constatada uma ligeira alta no desemprego, como mostra a Tabela a seguir.

TABELA 06 - Participação da população jovem no desemprego Brasil - 2006 e 2007 (%)

Faixa etária	2006	2007
15 a 29 anos	63,8	61,4
15 a 17 anos	9,6	9,4
18 a 24 anos	38,4	35,6
25 a 29 anos	15,8	16,3

Fonte: IPEA. Pnad /2007, 2008.

Diante desses percentuais, “[...] não é possível desconhecer que as desigualdades econômicas continuam a delimitar os horizontes possíveis de ação dos jovens nas suas relações com a escola e o mundo do trabalho.” (SPOSITO, 2005, p.103).

O fato é que para os/as jovens participantes desta pesquisa, a condição de desempregado/a torna-se ainda mais preocupante, tendo em vista a baixa escolaridade apresentada pelos/as jovens, além das novas exigências que as atuais transformações imputadas ao mundo do trabalho, pautadas pela lógica neoliberal, têm colocado aos que se propõem nele ingressar.

Exemplo dessa realidade é que no contexto da reestruturação produtiva do capital,

Para garantir o emprego é preciso que o trabalhador, especialmente o jovem, seja competente para aglutinar a polivalência, policognificação, multiabilitação, formação abstrata, formação flexível e os traços culturais, valores e atitudes de integração, de cooperação, empatia, criatividade, liderança, capacidade de decisão, responsabilidade e capacidade de trabalhar em equipe. (SILVA, 2009, p. 48).

Como consequência, verifica-se que um número expressivo de jovens constituintes da classe trabalhadora, porém desempregados/as, na medida em que não consegue atender a essas novas exigências, acaba impelido/a à esfera da precarização e da informalidade. Tal constatação pode ser verificada nos dados apresentados no Gráfico 06, em que 25,6% dos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano, do município de João Pessoa/PB afirmaram estar na condição de subempregado.

Para Antunes (2006, p.112), as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho em escala mundial apresentam aspectos preocupantes. Dentre esses, presencia-se,

[...] um processo crescente de exclusão dos jovens e dos trabalhadores considerados “velhos” pelo capital: os primeiros acabam muitas vezes

engrossando as fileiras de movimentos neonazistas, sem perspectivas frente à vigência da *sociedade do desempregoestrutural*. E aqueles com cerca de 40 anos ou mais, uma vez excluídos do trabalho dificilmente conseguem se *requalificar* para o reingresso. Ampliam os contingentes do chamado trabalho informal, além de aumentar ainda mais os bolsões do exército industrial de reserva. [*grifos do autor*]. (ANTUNES, 2006, p.112).

Não se pode negar que se trata de um contexto em que, especialmente, a juventude pobre é vítima. Tanto pelas poucas oportunidades surgidas no percurso da vida, capazes de proporcionar uma educação de qualidade, ou mesmo pela ausência de qualificação profissional que prepare os/as jovens para o enfrentamento das exigências impostas pelo capitalismo no que diz respeito às relações de trabalho, cada vez mais desiguais e excludentes.

Como correntemente essas condições não são garantidas, acentuando, dessa forma, o processo de desproteção social da juventude, vê-se o aumento do ingresso de jovens em atividades ligadas ao trabalho informal, a exemplo, dos 25,6% dos/as entrevistados/as que afirmaram estar subempregados/as.

A apresentação dos dados referentes às **atividades de trabalho** desenvolvidas pelos/as usuários/as afirmam o subemprego citado anteriormente.

TABELA 07 - Atividade de trabalho e vínculo empregatício dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

VÍNCULO EMPREGATÍCIO	FIXO		TEMPORÁRIO		AUTÔNOMO		TOTAL GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ATIVIDADE DE TRABALHO								
Vendas	-	-	-		03	30	03	30
Babá	-	-	02	20	-	-	02	20
Garçonete	-	-	01	10	-	-	01	10
Panfletagem	-	-	01	10	-	-	01	10
Manicure	-	-	-	-	01	10	01	10
Faxina Domiciliar	-	-	01	10	-	-	01	10
Construção Civil	-	-	-	-	01	10	01	10
TOTAL			05	50	05	50	10*	100

Fonte: Primária

Nota: Esse total de 10 corresponde ao número de entrevistados/as que afirmaram estar subempregados/as.

Como é possível notar, as relações de trabalho estabelecidas entre os/as entrevistados/as que afirmaram desenvolver algum tipo de atividade de trabalho caracterizam-se pela precarização dessas relações, haja vista que 50% dos vínculos são tidos como temporários, e os outros 50% situam-se no campo do trabalho autônomo.

Entre as atividades citadas na Tabela 07, a de maior recorrência está relacionada ao setor de vendas com 03 (três) casos, seguido de atividades realizadas no espaço doméstico, com destaque para os serviços de Babá, Manicure e Faxina Domiciliar, todas elas desempenhadas por jovens do sexo feminino.

Ao considerar esse último aspecto, ressalta-se que segundo o IBGE (2010), entre as jovens de 16 a 24 anos, 69,2% das ocupadas estavam em trabalhos informais no ano de 2009. As diferenças eram ainda mais expressivas na comparação regional: no Sudeste, 57,2% das mulheres jovens estavam inseridas em trabalhos informais e no Nordeste chegava a 90,5%.

Diante dessa constatação faz-se necessário assinalar algumas questões que esse processo - da precarização e do trabalho informal - traz como consequência para a realidade atual: a mercantilização daquilo que antes era direito (saúde, previdência, educação, etc.); a mobilização de menos tempo na realização da mais-valia, através da intensificação do trabalho; a transferência das responsabilidades, que antes eram da empresa para o trabalho, com o objetivo de reduzir os custos fixos e variáveis da produção para o capital (TAVARES, 2009).

Além dessas consequências para a realidade identifica-se outras tão nocivas para a realidade do trabalho quanto no campo teórico. Trata-se da divulgação da idéia do fim da esfera da produção, criando a ilusão de que agora o trabalhador é patrão, ou seja, todos são agentes econômicos que se encontram na esfera da circulação/mercado.

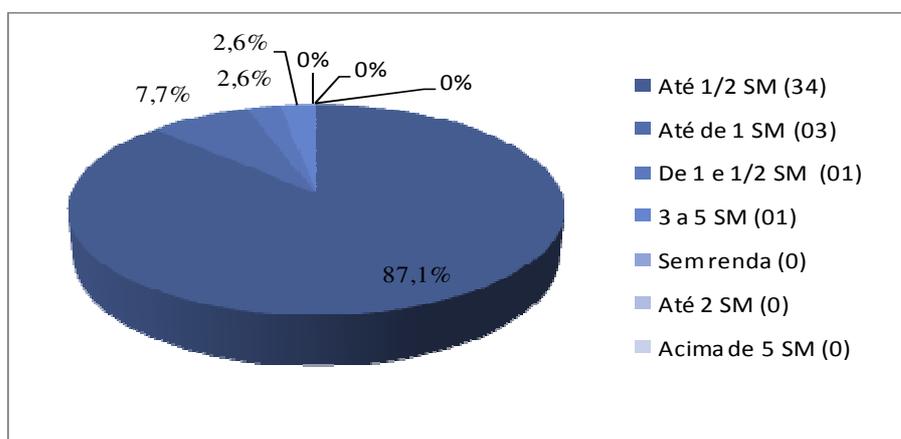
Cria-se também, a ilusão de que agora patrão é a mesma coisa de capitalista, quando de fato não é. Além disso, transformam-se trabalhadores em prestadores de serviços, ao mesmo tempo, em que se mascara a exploração da mais-valia, sob o discurso da autonomia e da independência que distancia cada vez mais, a classe trabalhadora do processo revolucionário, à medida que afragmenta.

Tavares observa que,

[...] Sob o discurso de que o trabalho flexível gera mais oportunidades para a classe trabalhadora, capital e Estado criam mecanismos que enfraquecem a forma contratual de trabalho com carteira assinada e proteção social, substituindo-a por formas aparentemente autônomas, como a cooperativa, o trabalho domiciliar, a prestação de serviços, o trabalho parcial, temporário etc., transferindo custos variáveis e fixos para o trabalhador e ainda, em muitos casos, usurpando os direitos sociais. (2009, p.97).

Assim, acentua-se o processo de desproteção social da classe trabalhadora, em especial dos/as jovens constituintes dessa classe, desproteção expressada dentre outras

características através da **renda**, seja ela individual ou familiar, conforme o conjunto de dados a seguir.



Fonte: Primária

GRÁFICO 09 - Renda individual mensal dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

Um dos aspectos mais característico da desigualdade social do País pode ser verificado a partir do processo de distribuição de renda. Conforme os dados apresentados nesse Gráfico constata-se que os/as jovens usuários/as do Projovem Urbano, no município de João Pessoa/PB fazem parte da grande massa de brasileiros/as afetados/as pela má e injusta distribuição de renda.

Como é possível notar, o Gráfico 09 demonstra que 87,1% dos/as usuários/as entrevistados/as possuem **renda individual** mensal de até $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo. Contudo é importante observar, que a renda indicada provém, em sua maioria, da bolsa oferecida pelo Projovem Urbano, no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Tal aspecto revela um dado preocupante, uma vez que esse benefício é oferecido em um espaço de tempo bem definido, ou seja, enquanto seus/as usuários/as estiverem ligados ao Programa. Portanto, com o desligamento do Programa é provável que haja um agravamento nas condições de vida desses/as jovens, dada a sua dificuldade de inserção no mundo do trabalho, tal como se constatou na análise dos dados anteriores.

Ao considerar a questão de gênero, dados da Pnad 2007 (IBGE, 2008) indicam que as jovens eram um pouco mais atingidas pela pobreza: 53% contra 47% no caso dos homens. E no plano regional, os jovens do Nordeste continuaram tendo menor renda, havendo um total de 53,4% de jovens nordestinos pobres. Também nessa Região, dos 27,2% jovens que viviam em áreas rurais, 74,4% eram pobres.

Para Alencar (2006, p.71),

Esse quadro torna-se mais grave quando relacionado ao processo de concentração de renda, observado na deterioração do poder de compra dos salários dos trabalhadores das famílias pobres em prol das famílias que tiveram um aumento expressivo da renda real. A consequência foi o crescimento da desigualdade de renda dos indivíduos e também de suas famílias. Dessa forma, a queda do nível do emprego formal e do poder aquisitivo do rendimento assalariado teve consequências na redução do padrão de vida das classes trabalhadoras. (p.71).

Vale lembrar, que além do baixo valor da renda individual dos/as usuários/as entrevistados/as, todos/as afirmaram participar da renda familiar.

Assim, de acordo com a Tabela seguinte, 94,9% deles/as participam parcialmente com os rendimentos mensais da família, enquanto 5,1% são totalmente responsáveis pela renda familiar recebida mensalmente.

TABELA 08 - Forma de participação na renda familiar dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

FORMA DE PARTICIPAÇÃO	PARCIAL		TOTAL		TOTAL GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PARTICIPAÇÃO NA RENDA FAMILIAR						
Sim	37	94,9	02	5,1	39	100
Não	-	-	-	-	-	-
TOTAL	37	94,9	02	5,1	39	100

Fonte: Primária

O fato de 100% dos/as entrevistados/as afirmarem participar de alguma forma da renda familiar faz suscitar a polêmica acerca do lugar dos/as jovens na família. Pois muito embora, a renda individual recebida pelos/as jovens entrevistados/as deva ser utilizada, mesmo que hipoteticamente, no atendimento de suas necessidades pessoais, para esses/essas jovens pobres, a família ainda representa um espaço de solidariedade e de compartilhamento de responsabilidades, ao menos no que diz respeito às questões de sobrevivência.

Nessa direção, “[...] a importância fundamental da família para o jovem está precisamente nessa possibilidade de manter o eixo de referências simbólicas que a família representa [...]” (SARTI, 2004, p.124).

Em geral,

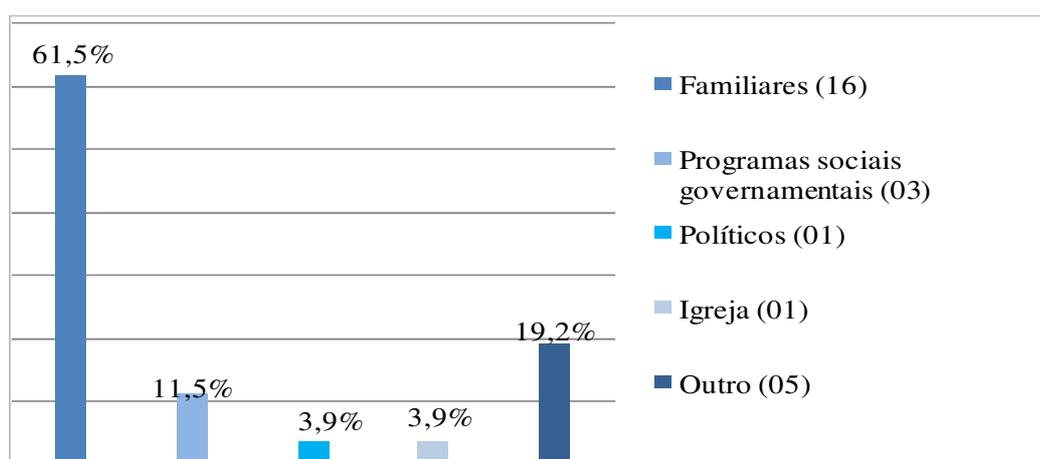
O papel da família na reprodução da sociedade é reconhecidamente muito significativo. É na família que a renda é reunida para organizar um orçamento comum que satisfaça as necessidades de cada membro. A renda adquirida pela família é, basicamente, o que define suas possibilidades de

desigualdade ainda muito elevados. Desse modo, a realidade dos/as jovens entrevistados/as confirmam um quadro de vulnerabilidade do segmento juvenil brasileiro, pois,

No que diz respeito à renda, a Pnad 2007 mostra que 30,4% dos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos poderiam ser considerados pobres porque viviam em famílias com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo; 53,8% pertenciam ao extrato intermediário, com renda domiciliar *per capita* entre meio e 2 salários mínimos; apenas 15,8% viviam em famílias com renda superior a 2 salários mínimos. (IPEA, 2008, p.13-14)

Pode-se afirmar que, esse contexto está relacionado a uma conjuntura macrossocial, determinada por elementos de ordem econômica, política e social, no qual nas últimas décadas se vivenciou, e ainda se vivencia processos cíclicos de recessão e estagnação econômica que, “[...] repercutiu nos níveis de renda e emprego, verificando-se um aumento da proporção de famílias com renda *per capita* abaixo da linha da pobreza.” (ALENCAR, 2006, p.71).

Para um número significativo de famílias pobres, os baixos rendimentos recebidos mensalmente não conseguem suprir as necessidades da família. Partindo da realidade desta pesquisa, os dados apresentados anteriormente na Tabela 06 demonstram que entre os/as usuários/as do Projovem Urbano entrevistados/as 66,7% afirmaram não ter suas necessidades atendidas com a renda familiar recebida. Nesse sentido, o Gráfico abaixo indica a quem essas famílias recorrem, como uma estratégia de sobrevivência.



Fonte: Primária

NOTA: Esse total de 26 corresponde ao número de entrevistados que afirmaram não ter as necessidades atendidas com a renda familiar recebida.

GRÁFICO 10 - A quem os/as usuários/as entrevistados/as recorrem no caso de não ter as necessidades da família atendida. João Pessoa, 2010.

A partir desses dados, conclui-se que dos/as 26 (vinte e seis), isto é, 66,7% dos/as entrevistados/as que afirmaram a renda não ser suficiente para o atendimento das necessidades da família, recorrem às seguintes estratégias:

✓ 61,5% pedem ajuda aos familiares: esse dado demonstra entre outros aspectos, por um lado, o quanto a família ainda constitui-se uma referência de solidariedade para os sujeitos sociais, e por outro, o não reconhecimento do Estado por parte dos membros da família, como aquele que deve garantir, por meio de instrumentos diversos, a exemplo das políticas sociais, a sua reprodução social.

Dessa maneira dilui-se a responsabilidade coletiva da proteção social e recoloca-se em cena a tese da responsabilidade dos indivíduos, ou melhor, de suas famílias na provisão do bem estar [...]. Ou seja, a crise do Estado de Bem Estar implicou na adoção de uma ‘solução familiar’ para a proteção social, quando se caminhou para a redução da dependência em relação aos serviços públicos e para a ‘redescoberta’ da autonomia familiar enquanto possibilidade de resolver seus problemas e atender suas necessidades. (MIOTO, 2008, p.139)

- ✓ 19,5% recorrem a outros: refere-se ao fato de não fazer nada diante das dificuldades, ou de fazer economia.
- ✓ 11,5% procuram os programas sociais governamentais: esses dados revelam uma contradição se comparados aos dados apresentados na Tabela seguinte.

A contradição em relação aos dados acima, dá-se especialmente pela baixa indicação acerca da recorrência aos programas sociais, uma vez que nos dados apresentados no Gráfico 07, 79,5%, ou seja, 31 (trinta e um) dos/as 39 (trinta e nove) usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano, afirmarem recorrer a alguma instituição ou programa social. Ou seja, os dados apresentados anteriormente representam um percentual bem superior aos atuais.

Em geral, percebe-se que várias famílias brasileiras que não têm suas necessidades satisfatoriamente atendidas, mesmo com o recebimento da renda, recorrem a outras estratégias ou a outras fontes.

Dados do IBGE (2010) revelam que na última década (entre 1999 e 2009), houve aumento da participação no rendimento familiar das chamadas “outras fontes” de rendimento, que inclui os programas de transferência de renda e rendimentos de juros, aluguéis, dividendos entre outros. Esse aumento deu-se nas famílias com rendimento familiar *per capita* de até 1/4 de salário mínimo. Para estas, os rendimentos de “outras fontes” representavam 28,0% do total do rendimento familiar em 2009, contra 4,4% em 1999. Para o total de famílias, as “outras fontes” representavam 5,0% do rendimento familiar em 2009,

76,2% correspondiam a rendimento do trabalho e 18,8% a rendimentos de aposentadoria e pensão.

Tal constatação fica evidente na tabela abaixo, ao indicar a **recorrência ou não à instituição ou programa social e, neste caso, a identificação do programa social**, por parte dos/as usuários/as entrevistados/as.

TABELA 10 - Recorrência ou não à instituição ou programa social e a identificação do programa social recorrido pelos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

RECORRE A INSTITUIÇÃO OU PROGRAMA SOCIAL			PROGRAMA SOCIAL RECORRIDO		
	Nº	%		Nº	%
Sim	31	79,5	Bolsa Família	10	32,3
Não	08	20,5	Pão e Leite	02	6,4
--	--	--	PSF	01	3,3
--	--	--	Bolsa Família e Pão e leite	16	51,6
--	--	--	Bolsa Família e PSF	02	6,4
TOTAL	39	100	TOTAL	31*	100

Fonte: Primária

NOTA: Esse total corresponde ao número de entrevistados/as que afirmaram recorrer a alguma instituição ou programa social

A análise desses dados revela ser o Programa Bolsa Família o mais recorrido pelos/as usuários/as entrevistados/as. Destaca-se que de forma espontânea o Programa Bolsa Família correspondente a 90,3%, dentre os programas sociais citados. Também aparece com destaque o Programa Pão e Leite, cuja coordenação é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba.

Esses dados confirmam as análises realizadas pelo IBGE (2010) que indicam a importância da expansão de programas sociais de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, à medida em que estes têm contribuído fundamentalmente no processo de redistribuição interna entre as diversas partes componentes do rendimento familiar total.

Em geral, o Programa Bolsa Família configura-se enquanto um programa social de transferência de renda inserido no bojo das estratégias de enfrentamento à pobreza pelo Estado brasileiro. Sendo assim, se for considerado o perfil traçado até o momento dos/as usuários/as do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB, se perceberá alguns aspectos relevantes que estão relacionados ao fato de 90,3% destes/as recorrerem a programas sociais, como o Bolsa Família.

A partir da análise dos dados apresentados anteriormente, constatou-se que 87,2% dos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano são mulheres e ainda, 92,3% do total

de entrevistados/as se auto-identificaram pretos/as ou pardos/as. Tal percentual aponta para uma dupla constatação: a primeira é que o acesso aos programas sociais tem cor, ou seja, são os negros e pardos que procuram mais tais programas porque constituem o segmento populacional mais empobrecido do País; e a segunda é a questão de gênero que perpassa também os programas sociais. No caso do Programa Bolsa Família contempla prioritariamente as mulheres no repasse de seus recursos financeiros, especialmente, por serem as mulheres responsáveis por seus núcleos familiares, tendo em vista que,

A pobreza afeta, de modo e em graus distintos, mulheres e homens, negras e brancas. As mulheres, em especial as mulheres negras, têm sido o grupo da população mais diretamente afetado pela pobreza e pela falta de acesso aos bens e serviços no Brasil.[...] Ainda que não se observe um crescimento (absoluto ou relativo) da pobreza no universo feminino ao longo do tempo, ou seja, a feminização da pobreza, os dados indicam que há, sem dúvida, uma sobre-representação das mulheres entre os pobres, [...]. (RODRIGUES, 2008, p. 223).

Assim, pode-se explicar um número tão expressivo de usuários/as entrevistados/as que recorrem ao Programa Bolsa Família, haja vista estes/as em sua maioria serem mulheres, negras ou pardas, com baixa escolaridade, numa situação de desemprego ou de subemprego, com renda individual de até ½ salário mínimo e renda familiar mensal em sua maioria entre 1 (um) salário mínimo e 1 e ½ (um e meio) salários mínimos, em um contexto em que a maior parte de suas famílias possui de dois a três filhos/as.

As análises seguintes centram-se em um conjunto de dados relativos **às condições de moradia** dos/as usuários/as entrevistadas/os do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB. Com tais dados, conclui-se a construção do perfil identitário dos/as jovens ao apresentar os seguintes aspectos avaliativos: posse de moradia, número de cômodos, acesso aos serviços básicos (condições de moradia) e existência ou não de equipamentos sociais próximos a moradia.

O direito à moradia é algo determinante na efetivação de um padrão de vida digno a todo ser humano garantido, inclusive, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como na Constituição Federal Brasileira, na perspectiva dos direitos sociais.

Para Morais (1999, p.109), embora haja o reconhecimento da importância e necessidade da habitação, e dos “[...] serviços urbanos adequados para a inclusão social e o combate à pobreza no país, as condições de moradia da população brasileira ainda são bastante precárias, sobretudo entre as camadas mais pobres.”

A Tabela, a seguir, introduz as análises referentes à **posse de moradia e ao número de cômodos**, levando em conta que 84,6% dos/as usuários/as entrevistados/as afirmaram morar em casa e 15,6% em casa popular.

TABELA 11 - Posse de moradia e número de cômodos das moradias dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

POSSE DA MORADIA	NÚMERO DE CÔMODOS							
	02 – 03		04 – 05		MAIS DE 05		TOTAL GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Própria	01	2,6	24	61,6	06	15,3	31	79,5
Alugada	-	-	02	5,1	02	5,1	04	10,2
Invadida	-	-	-	-	-	-	-	-
Cedida	01	2,6	02	5,1	-	-	03	7,7
Financiada	-	-	-	-	01	2,6	01	2,6
Outro	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	02	5,1	28	71,8	09	23,0	39	100

Fonte: Primária

Nesta Tabela, verifica-se a predominância da casa própria 79,5% e de casa alugada 10,2%, sobre as demais formas de acesso à moradia indicadas pelos/as usuários/as entrevistados/as. Há ainda, a incidência de 7,7% de casa cedida.

Quanto ao número de cômodos, dos/as que afirmaram ter casa própria 61,6% moram em casas com 04 (quatro) a 05 (cinco) cômodos, e 15,3% tem acima de 05 (cinco) cômodos. Em torno desse aspecto, prevalece em 71,8% o número de casas com 04 e 05 cômodos.

Em vários aspectos, os dados desta pesquisa coincidem com as estatísticas nacionais apontadas pela Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2010) ao indicar que 87,5% dos domicílios brasileiros constituíam-se de casas, e apenas 12,1% de apartamentos.

Em relação à questão da propriedade do domicílio constatou-se que, 73,1% dos domicílios urbanos no Brasil foram declarados como próprios, variando desde 66,8% na Região Centro-Oeste a 78,1% na Região Nordeste, o que demonstra que a realidade desta pesquisa corresponde ao contexto sinalizado pelos dados do IBGE (2010).

No que diz respeito à **densidade habitacional**, esta pesquisa revelou que 79,5% dos/as usuários/as do Projovem Urbano entrevistados/as moram em famílias constituídas por uma média de 02 a 04 membros e 20,5% de 05 a 07 membros. Esses dados estão um pouco acima da média apresentada pela Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (2010), ao indicar que no período de 1999 para 2009, o número médio de pessoas na família caiu de 3,4 para 3,1.

Entretanto, se for considerado o fato de as famílias dos/as usuários/as entrevistados/as apresentarem um baixo rendimento mensal, vê-se uma aproximação desses dados com a

realidade brasileira, uma vez que segundo o IBGE (2010) entre as famílias mais pobres, com renda mensal *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o número médio de pessoas por família chega a 4,2.

TABELA 12 – Composição da moradia por membros segundo os/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

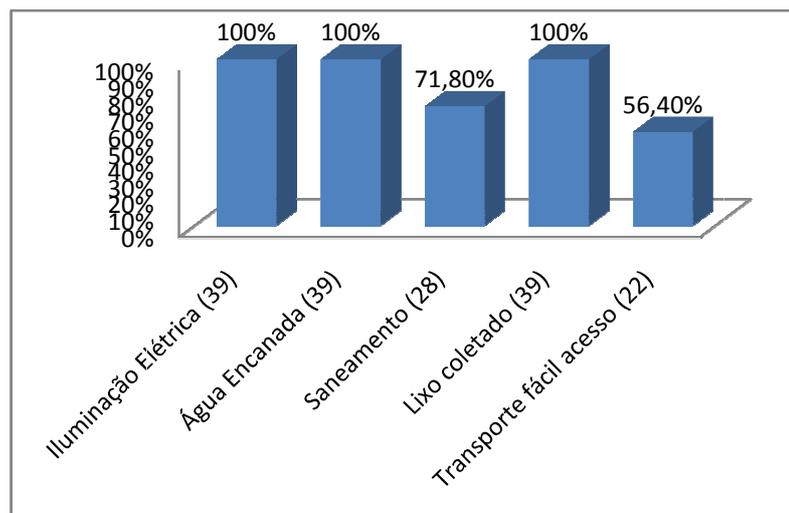
COMPOSIÇÃO DA MORADIA POR MEMBROS	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
Mulher/es	84	56
Homem/ns	66	44
TOTAL	150	100
Adultos	75	50,0
Criança/s	67	44,7
Adolescentes	08	5,3
Idoso/s	-	-
TOTAL GERAL	150	100

Fonte: Primária

Outro aspecto importante diz respeito à composição da moradia dos/as usuários/as do Projovem Urbano, no qual de acordo com a Tabela acima 56,0% é composta por mulheres e 44% por homens. Desse universo 50,0% são pessoas adultas, incluindo os/as jovens, 44,7% crianças e 5,3% adolescentes.

Diante desses resultados, considera-se relevante apresentar alguns dados da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2010) a respeito da participação demográfica de homens, mulheres, crianças e adolescentes no cenário brasileiro, no qual indica que em 2009, havia 94,8 homens no país para cada 100 mulheres, enquanto que, a participação das crianças e adolescentes de até 19 anos de idade na população caiu de 40,1% em 1999 para 32,8% em 2009.

Centra-se a análise seguinte dos dados concernentes às **condições de moradia**, com ênfase no acesso a alguns serviços considerados básicos para a população em geral.



Fonte: Primária.

GRÁFICO 11- Condições de moradia dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

No que se refere ao acesso das famílias dos/as usuários/as entrevistado/as a determinados serviços públicos, considerados essenciais para a garantia de uma moradia digna, o Gráfico acima revela que:

- ✓ **100% das moradias possuem iluminação elétrica e serviço de abastecimento de água encanada:** quanto ao percentual apresentado nesta pesquisa acerca do abastecimento de água encanada, os dados indicam um percentual um pouco acima da média nacional, ao considerar que em 2009 93,5% dos domicílios brasileiros tinham acesso a serviço de abastecimento de água por rede geral (IBGE, 2010);
- ✓ **71,8% têm acesso ao serviço de saneamento básico:** esse dado representa um número bastante expressivo, na medida em que esse serviço “[...] não permite que a água que foi utilizada no domicílio seja devolvida a natureza sem qualquer tratamento e torne-se um grande vetor de doenças. Tratar a água que sai do domicílio também é uma política coletiva básica, e, portanto, de responsabilidade da ação pública” (IBGE, 2010, p.83).
- ✓ **100% utilizam-se do serviço da coleta de lixo regular:** nota-se com tal dado, que a realidade investigada aproxima-se do contexto nacional, pois de acordo com o IBGE (2010) esse serviço encontra-se quase universalizado no Brasil, estando presentes em 98,5% dos domicílios.
- ✓ **56,4% consideram o serviço de transporte urbano de fácil acesso:** esse resultado apresenta um aspecto diferente em relação ao serviço de transporte público, uma vez que nos grandes centros urbanos brasileiros essa questão representa um dos problemas mais graves enfrentados pelas famílias pobres, que dependem, quase que, exclusivamente, desse tipo de

serviço. Contudo ao indicar esse percentual, nota-se ainda uma insatisfação de 44,6% dos/as usuários/as entrevistados/as no que diz respeito ao transporte coletivo público.

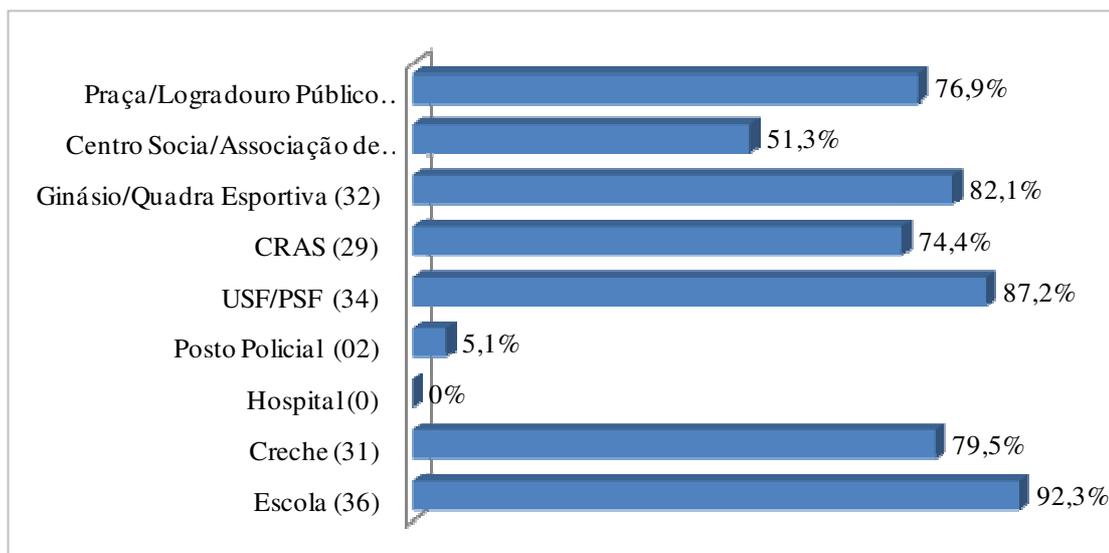
Conforme o IBGE (2010) um dos aspectos mais expressivos na conformação de moradias dignas, refere-se à oferta simultânea de serviços públicos de saneamento, incluindo ao mesmo tempo o acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário por rede geral, bem como a coleta de lixo. Assim, as mais recentes análises apontam que, “[...] somente 62,6% dos domicílios urbanos brasileiros encontravam-se nessa condição específica, indicando o quanto se tem que caminhar para alcançar níveis mais altos de melhor qualidade de vida para a população brasileira.” (IBGE, 2010, p.82).

Ao analisar os resultados desta pesquisa no que diz respeito às condições de moradia constata-se uma contradição se levada em conta à renda familiar apresentada pelos/as usuários/as entrevistados/as. O fato é que os dados relativos à moradia encontram-se acima das condições de renda dos mesmos/as, o que em tese seria uma contradição considerando-se que, quanto maior a renda *per capita* maior também será o acesso a determinados serviços que garantam condições dignas de moradia.

Dentre outros aspectos a Síntese de Indicadores Sociais 2010 ressalta que,

Ao se considerar as classes de rendimento, constata-se que esse quadro se apresenta de modo que quanto maior a faixa de rendimento, maior a proporção de domicílios com serviços de saneamento. Para a classe de rendimento médio de até ½ salário mínimo *per capita*, 41,3% dos domicílios possuíam os serviços simultâneos aqui considerados. Essa proporção cresce sistematicamente para cada classe até chegar em 77,5% para a de mais de 2 salários mínimos de rendimento domiciliar *per capita*. [...] Na média, o País teve um aumento de 9% no total de domicílios urbanos com serviços de saneamento, mas a Região Nordeste apresentou, de longe, o crescimento mais expressivo no indicador (46%). (IBGE, 2010, pp. 82-83).

Por fim, passa-se a analisar no Gráfico a seguir os dados relativos à **existência de equipamentos sociais próximos à moradia** dos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano, no Município de João Pessoa/PB.



Fonte: Primária

GRÁFICO 12 - Equipamentos próximos à moradia dos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa, 2010.

A leitura dos dados apresentados nesse Gráfico indica que: 92,3% das moradias têm escola próxima; 79,5% com creche próxima à moradia; apenas 5,1% possuem Posto Policial; 87,2% contam com Unidade de Saúde da Família/Programa Saúde da Família; 74,4% consideram ser o Centro de Referência da Assistência Social próximo à residência; e nenhum dos/as entrevistados indicou a existência de Hospital próximo à moradia. Com relação à existência de equipamentos sociais referentes ao lazer e à prática de esportes registrou-se a existência de quadra ou ginásio poliesportivo com 82,1%, Centro Social 51,3% e Praça (Logradouro Público) 76,9%.

Salienta-se, no entanto, que a existência de determinados equipamentos sociais próximos a moradia dos/as usuários/as entrevistados/as não se traduz, efetivamente na mesma proporção, em acesso a esses equipamentos.

Contudo, ressalta-se que em razão de 58,9% dos/as entrevistados/as morarem no Conjunto Residencial Gervásio Maia, ter sido construído com um conjunto de infra-estrutura e equipamentos comunitários, justifica-se a incidência significativa das boas condições de habitabilidade das moradias desses/as entrevistados/as. Esse aspecto, porém, não isenta a ocorrência de problemas com relação ao acesso, a qualidade e a efetividade desses equipamentos e serviços sociais.

Ao proceder às análises referentes ao perfil dos/as jovens usuários/as do Projovem Urbano, a partir dos dois eixos investigativos – dados identitário e socioeconômicos –

conclui-se que o perfil analisado dos/as jovens entrevistados/as expressa características muito peculiares do processo de **desigualdade social e de desproteção social**.

A desigualdade social foi evidenciada nos baixos rendimentos mensais, tanto individuais como nos rendimentos familiares insuficientes no atendimento das necessidades dos sujeitos investigados, levando as famílias a recorrerem às estratégias de sobrevivência diversas, inclusive, aos programas sociais de transferência de renda como o Bolsa Família. Além desses aspectos, o perfil traçado apresentou um “rosto” com sexo e cor bem definidos, no qual prevaleceu a incidência do sexo feminino e de jovens que se auto-identificaram pardos e/ou pretos. Tratou-se, portanto, da predominância de segmentos populacionais que ao longo da história brasileira sempre estiveram à margem do usufruto das riquezas sociais em virtude dos níveis acentuados de desigualdade social do País.

Traços da **desproteção social** também foram identificados na construção do perfil dos/as jovens usuários/as do Projovem Urbano no Município de João Pessoa, à medida que se constatou indicadores significativos com relação à baixa escolaridade e situação de desemprego, revelando assim, a ausência do Estado na garantia de direitos básicos de cidadania, a exemplo do direito ao trabalho e a educação de qualidade.

Apresenta-se no próximo Capítulo a Avaliação do Programa Projovem Urbano a partir dos indicadores de acessibilidade, qualidade e efetividade à luz de seus/as usuários/as no Município de João Pessoa/PB.

CAPÍTULO 4 – AVALIAÇÃO DO PROJÓVEM URBANO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB SEGUNDO SEUS/AS USUÁRIOS/AS: PROTEÇÃO OU DESPROTEÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE?

No Brasil, a partir das últimas décadas do século passado, sobretudo nos anos de 1990, a avaliação tem adquirido centralidade entre os procedimentos metodológicos de análise das políticas/ programas/ serviços e ações sociais tanto na academia – na produção intelectual – como em nível da gestão institucional através da atuação dos seus principais atores: financiadores, gestores, técnicos executores e usuários.

As produções científicas e as experiências de gestão sobre avaliação dinamizam e intensificam as discussões sobre Políticas Sociais, principalmente, nesse contexto conjuntural permeado por profundas transformações societárias que se expressam, sobremaneira, pelas alterações na sociedade salarial (CASTEL, 1998), derivadas da nova ordem do capital.

Essas transformações rebatem sobre a produção e reprodução da vida social: quer no mundo do trabalho frente à implantação da lógica da flexibilização produtiva; quer no Estado que instaura novas medidas administrativas e práticas institucionais de gestão embasadas na implementação da sua Reforma de cunho neoliberal direcionando os programas, serviços e ações sociais na perspectiva privatista; e quer na sociedade mediante a sua centralidade no trato das expressões da “questão social”.

Para Barbosa (2003), a lógica em curso passa a ser a redução da responsabilidade estatal com a proteção social e a sua estrutura organizacional apresenta-se como primeira exigência institucional para essa efetivação. Instaura-se a urgência de dotar a gestão das políticas sociais de maior eficiência e competitividade, de modo a atrair capitalização privada para o setor social e torná-la mais rentável. Desse modo, a ideia central que perpassa a redução do Estado e a limitar suas responsabilidades públicas processa-se por meio da trilogia descentralização, focalização e privatização.

Essa trilogia, fundada na gestão neoliberal, dita novas configurações às políticas/programas/projetos e serviços sociais que adotam uma conformação descentralizada, focalizada e privatista e se afastam da perspectiva da garantia, efetivação e universalização dos direitos sociais.

Diante desse contexto, ganha importância a avaliação das políticas/ programas/ projetos e serviços sociais. Muitas produções científicas e experiências no campo da gestão vêm sendo engendradas dentro de uma multiplicidade de objetivos, nas várias áreas do conhecimento e, portanto, com as mais diversas abordagens, desde as tradicionais (na relação

custo-benefício) às mais recentes que envolvem uma interpretação multidimensional por buscar apreender tanto o caráter subjetivo como objetivo, isto é, a importância do elemento individual e do social no ato de avaliar.

Trata-se da tentativa metodológica de captar as dimensões formal e participativa em torno de um sentido uno e múltiplo que perpassa os produtos e os processos avaliativos. (ALMEIDA, 2004).

Nessa direção, adota-se o entendimento de metodologia, enquanto “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.” (MINAYO, 2004, p. 16). Segundo essa autora, a metodologia constitui-se de concepções teóricas de abordagem investigativa sobre um dado objeto de estudo através do uso de um conjunto de instrumentos e de técnicas capazes de tornar possível o deslindar da realidade que, constantemente, se apresenta desafiadora e instigante.

No caso da operacionalização metodológica através do ato de pesquisar segundo Gil, o objetivo fundamental centra-se na busca por respostas aos problemas identificados na realidade empírica por meio de procedimentos científicos. Sendo assim, a pesquisa é definida como, “[...] processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.” (GIL, 2006, p.43).

Nesse sentido, a adoção de uma determinada metodologia pressupõe a escolha por um dado processo investigativo que orientará de forma sistemática a análise do objeto de estudo, que, neste trabalho, dá-se vinculada à perspectiva política de emancipação dos sujeitos.

Cabe ressaltar que dentre a diversidade de tipos de Avaliação existentes nos dias atuais, optou-se neste estudo pela Avaliação de Impacto ou de Efetividade, por compreendê-la como aquela que analisa “[...] mudanças significativas ou permanentes nas vidas das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações.” (ROCHE, 2000, p. 36).

Para tanto, em termos metodológicos recorreu-se ao Sistema de Indicadores de Avaliação dos Programas Sociais (SIAPS), criado pela Prof.^a Dr.^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida, enquanto uma metodologia investigativa de avaliação utilizada pelo Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEACOPS), no qual esta pesquisadora está vinculada, sob a coordenação da referida professora.

O SIAPS compõe-se de 03 (três) medidas avaliativas (ALMEIDA, 2004) em que se articulam instrumentos e técnicas quantitativas e qualitativas:

a) Análise Contextual – trata da construção de um quadro macrossocietário da realidade brasileira, no qual se elabora a contextualização histórica das Políticas Sociais

Brasileiras, neste caso específico, com o recorte em torno das Políticas Públicas direcionadas à Juventude. Esse eixo investigativo consiste pontua-se na análise qualitativa, inspirada na metodologia de **análise de conjuntura** em que são trabalhadas as categorias: acontecimentos, atores, cenários, correlação de forças e a relação estrutura e conjuntura, segundo Souza (2004) que perpassam o recorte temporal e espacial do objeto de estudo a ser investigado;

b) Relação Objeto/Sujeito da Avaliação – entendida como a tentativa de captar a relação dialética entre o objeto que problematiza a ação do sujeito e do sujeito que se torna problematizado pelo objeto. Nesta pesquisa, o objeto é a (Des) Proteção Social da juventude à luz da avaliação do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB segundo a visão dos/as seus/as usuários/as. Esse eixo investigativo desenvolveu-se conforme já elucidado no Capítulo anterior, mediante a interlocução analítica quanti-qualitativa entre os dados empíricos relativos à caracterização institucional do referido Programa social e à análise do perfil dos/as usuários/as entrevistados/as e investigados/as com a utilização da **leitura estatística descritiva**; e a **análise teórica** embasada nos/as autores/as que são referências na avaliação das políticas sociais direcionadas à juventude;

c) Avaliação dos Programas/ Projetos/ Serviços e Ações Sociais pelos/as usuários/as juvenis – analisada a partir de 03 (três) indicadores: acessibilidade, qualidade e efetividade. Para tanto, procedeu-se à articulação entre as metodologias quantitativa e qualitativa mediante a adoção da **análise estatística descritiva** com o uso das tabelas e gráficos, e, da **análise de conteúdo por categorização temática** (BARDIN, 2007) dos dados qualitativos relacionados aos depoimentos coletados junto aos sujeitos da pesquisa.

Entende-se como metodologia qualitativa a que se preocupa com a identificação e a explicação dos determinantes não quantificáveis, subjetivos que contribuem para a ocorrência de um determinado fenômeno; e a pesquisa quantitativa centra-se na descrição de dados quantificáveis sobre a realidade investigada.

Embora essas metodologias possuam naturezas diferentes, elas podem ser utilizadas numa perspectiva de complementaridade (MINAYO, 2004), de modo a melhor se aproximar da captura do objeto de estudo (ALMEIDA, 2004), que se constitui na avaliação da efetividade do Programa Projovem Urbano, segundo seus/as usuários/as no município de João Pessoa/PB.

Ademais, justifica-se a escolha dessa metodologia de caráter múltiplo em razão de buscar analisar as nuances objetivas e subjetivas, as dimensões micro e macrosocietária que perpassam a realidade do objeto de estudo (ALMEIDA, 2004).

Nessa perspectiva, com relação ao recorte teórico-metodológico, Minayo (2004, p. 40) chama atenção para o fato de que, “[...] a definição teórica e conceitual é um momento crucial da investigação científica. É sua base de sustentação. [...] devemos dizer que é imprescindível à definição clara dos pressupostos teóricos, das categorias e conceitos a serem utilizados.” Pode-se acrescentar ainda que a escolha por um dado recorte teórico-metodológico embasa-se na natureza do objeto de estudo a analisar e na perspectiva política que irá nortear a análise.

Diante disso, a perspectiva política adotada neste trabalho embasa-se na crítica à sociedade burguesa, em sua nova configuração de “capital fetiche” (IAMAMOTO, 2007), geradora das desigualdades sociais, entendidas como uma das emergentes expressões da “questão social”. Desse modo, adotou-se o referencial teórico-metodológico histórico-crítico à luz da leitura marxista de autores contemporâneos.

Em termos gerais, a partir da dialética e da história, o marxismo preocupa-se em analisar numa perspectiva crítica, as relações sociais estabelecidas no bojo da sociedade capitalista. Para isso alguns aspectos são determinantes nesse processo como a questão da totalidade e da luta de classes.

De acordo com Michael Lowy (1978), o método de Marx é essencialmente crítico e revolucionário, tendo em vista que o próprio Marx considerava sua ciência revolucionária e proletária, se opondo dessa forma à ciência conservadora e burguesa.

Nessa direção, a leitura marxista sobre o real implica buscar analisar o objeto de estudo na perspectiva de sua totalidade por considerar os aspectos históricos, políticos, econômicos, ideológicos, culturais e subjetivos que esse real constitui.

A partir do princípio da *especificidade histórica* a vida humana e social é compreendida dentro de um processo dinâmico, sujeitas a todo o momento a transformações e mudanças, podendo esta ser reconstruída, tendo em vista que a vida dos sujeitos e da sociedade não existe como algo eterno, fixo e absoluto.

No que se refere ao princípio da totalidade, Minayo (2007, p.115) afirma que,

Aperspectiva *totalizadora* tal como pensada pelo marxismo é heurística e exige a compreensão de relações reais: a) ao mesmo tempo que se observa a realidade como um todo coerente; b) compreendem-se e analisam-se as partes do todo, formando correlações concretas de conjuntos e unidades que contém determinações e condicionamentos gerais, afirmando-se a *complexidade* e as *diferenciações* presentes em todos os fenômenos, fatos e processos.

É a partir do princípio da totalidade, que para a análise da realidade objetiva exige-se a apreensão dos fenômenos a partir das várias mediações que o constituem. Assim, o *particular* explica-se pelo universal e o *universal* explica-se pelo particular e através das mediações necessárias o *singular* se torna universal.

Com base nessa perspectiva teórico-metodológica apresenta-se a seguir a Avaliação do Projovem Urbano no Município de João Pessoa/PB, na visão de seus/as usuários/as a partir de três indicadores sociais adotados pelo SIAPS no processo de avaliação dos programas sociais: indicador de **acessibilidade**, de **qualidade** e de **efetividade**.

4.1 O Programa Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as à luz do indicador de acessibilidade

A questão da **acessibilidade** no campo das políticas sociais tem sido na atual conjuntura, objeto de reflexão teórica e da gestão institucional, por ser esta uma condição inerente ao cotidiano dos sujeitos ao se tornarem usuários/as dessas políticas.

Embora o termo acessibilidade esteja muito vinculado as pessoas com deficiência, ou seja, relacionado apenas ao aspecto da utilização dos espaços físicos sejam eles público ou privado, neste trabalho parte-se de um entendimento mais amplo em que “[...] a **acessibilidade** agrega todos os aspectos da vida humana desde as mais simples às mais complexas formas de acesso aos bens e serviços da sociedade.” [grifos da autora]. (ALMEIDA, 2008, p.14).

Nesse sentido, a acessibilidade torna-se uma dimensão fundamental no que diz respeito à luta pela efetivação dos direitos sociais. Entretanto, tal processo torna-se possível à medida que forem garantidas formas de acesso democráticas as políticas sociais, o acesso transparente à informação em todos os níveis e as esferas da vida pública a que os/as usuários/as das políticas sociais têm direito e em estreita articulação com a perspectiva do controle social.

Como parte integrante do SIAPS o indicador de **acessibilidade** compõem-se de duas dimensões que se complementam: a oportunidade e a pertinência. Em suma pode-se dizer que a oportunidade subentende avaliar as formas de acesso de um determinado segmento, neste caso a juventude, a um dada política/programa /projeto/ serviço ou ação social; e a pertinência verifica se as necessidades postas pelos/as usuários/as são concernentes ao atendimento

previsto pela política (programa/projeto/serviço ou ação social). (ALMEIDA, 2002 *apud* ALMEIDA, 2008).

A partir desse entendimento, apresenta-se a análise dos dados referentes à avaliação do Projovem Urbano segundo a visão dos/as seus/as usuários/as à luz do indicador de acessibilidade. Para tanto, foram considerados os seguintes aspectos avaliativos:

- ✓ Motivação para participação no Projovem Urbano;
- ✓ Formas de acesso ao Projovem Urbano;
- ✓ Existência ou não de dificuldade para o acesso;
- ✓ Meios de informação sobre o Projovem Urbano;
- ✓ Recorrência ou não aos programas das políticas sociais e especificação da política social mais recorrida;
- ✓ Política social com maior dificuldade de acesso e especificação da dificuldade.

Em torno desses aspectos, passa-se a apresentar na Tabela a seguir, os dados referentes aos **motivos que levaram a participação** dos/as usuários/as entrevistados/as ao Projovem Urbano.

TABELA 13- Motivação para participação no Projovem Urbano segundo os/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa/PB, 2010.

MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA	Nº	%
Conclusão dos estudos (Ou possibilidade de voltar a estudar)	29	74,3
Capacitação para o trabalho	07	17,9
Influência de parentes	02	5,2
Bolsa	01	2,6
Necessidade financeira pessoal	-	-
Influência de amigos	-	-
Formação para cidadania	-	-
Outra/s	-	-
TOTAL	39	100

Fonte: Primária

A análise dos dados revelou que 74,3% dos/as usuários/as entrevistados/as citaram a oportunidade de concluir os estudos (ou a possibilidade de voltar a estudar) como o maior motivo para participação no Projovem Urbano. Em seguida, com 17,9% é indicada a proposta de capacitação para o trabalho como algo relevante no acesso dos/as jovens ao programa. Além dessas motivações também foram citadas a influência de parentes 5,2% e com um percentual ainda menor a questão do recebimento da bolsa, citada apenas por um/a entrevistada, ou seja, 2,6%.

Chama-se atenção para o fato de algumas variáveis levantadas no questionário – modelo em anexo – não serem citadas pelos/as entrevistados/as.

Expressa-se através desses resultados o quanto a questão de maior da escolarização e da necessidade de capacitação para o trabalho assume um sentido significativo para os/as jovens entrevistados/as.

Apesar de a educação ser uma das políticas mais afetadas no contexto neoliberal, ela representa para muitos/as jovens pobres, uma das poucas possibilidades de ascender socialmente. Significa que, “[...] a educação, sobretudo a escolar, é vista como passaporte para um ‘futuro mais estável’. É através dela que os(as) jovens ainda vislumbram possibilidades tanto de qualificação e inserção profissional, quanto de mobilidade social.” (ESTEVEZ, 2005 *apud* IBASE/PÓLIS, 2005, p.19).

Contudo, evidencia-se para a realidade de que apenas o acesso à escola não garante uma educação de qualidade a ponto de proporcionar alterações expressivas na vida dos sujeitos por ela atendidos. É preciso atentar-se para o tipo de escola pública, a qual os/as jovens pobres têm acesso, e aos processos desencadeados nessas últimas décadas, em especial a partir dos anos 1990, de desmonte da escola básica. (FRIGOTTO, 2004.)

Cabe observar, no entanto, um aspecto interessante relacionada ao contexto dos/as jovens entrevistados/as. A busca pela escolarização tardia por meio do Projovem Urbano demonstra se tratar de uma iniciativa que pode estar associada, indiretamente, a outras características próprias do Programa, como a questão do período menos prolongado de conclusão do ensino fundamental em apenas 18 meses e da oferta de qualificação profissional.

E apesar desta pesquisa não ter apontado nesta direção, o recebimento da bolsa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) pode também ser um dos determinantes, mesmo que não seja o principal, na busca pelo acesso ao Projovem Urbano, e não a outros programas de escolarização de jovens e adultos, a exemplo do Programa de Educação de Jovens e Adultos, mais conhecido como EJA.

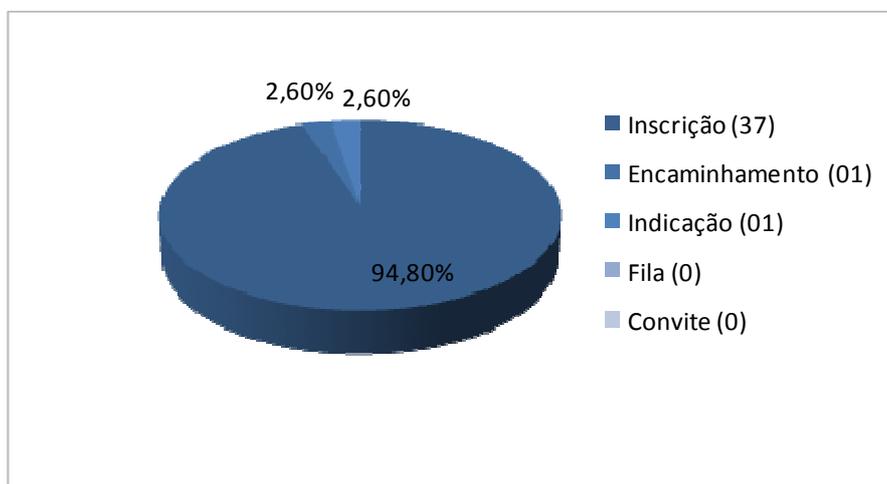
Por outro lado, a indicação das motivações apresentadas pelos/as usuários/as entrevistados/as para participação no Projovem Urbano, em que predomina a expectativa de conclusão dos estudos e a capacitação para o trabalho, relaciona-se a um quadro de determinações mais amplo.

As diferentes possibilidades e o alcance das políticas públicas, para fazer face aos problemas acima discutidos em relação aos jovens com o trabalho e a educação, estão inscritos na compreensão da especificidade da fase atual do capitalismo e das particularidades históricas do tipo de sociedade que

construímos no Brasil. Isso nos permite, de imediato, tanto a não naturalização do trabalho precoce, da educação dual e da mutilação de direitos quanto a não-adoção de uma perspectiva moralista em face desses problemas. (FRIGOTTO, 2004, p.194).

Sendo assim, são legítimas as expectativas apresentadas pelos/as usuários/as no que diz respeito à busca de inserção no Projovem Urbano, tendo em vista que a “[...] a preocupação no presente com o tempo futuro diz respeito, também, aos modos possíveis de inserção na vida adulta, sobretudo na chave da conclusão da escolaridade.” (SPOSITO, 2007, p.34).

Analisa-se, a seguir, os dados relativos **as formas de acesso** ao Projovem Urbano, em que prevaleceu o acesso por meio da inscrição, uma vez que 37 dos/as usuários/as entrevistados/as, isto é, 94,8% indicaram ser essa forma de acesso ao Programa.



Fonte: Primária

Gráfico 13– Formas de acesso ao Projovem Urbano segundo os/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa/PB, 2010.

Conforme elucidou o Gráfico, verifica-se que o acesso ao Projovem Urbano pautou-se prioritariamente por meio de inscrição, sendo essa variável indicada por 94,8% dos/as entrevistados/as. Quanto às formas de acesso por meio de indicação, 01 usuário/a, ou seja, 2,6% afirmou ter sido indicado/a pela comunidade; e 2,6% (01 caso) foi encaminhado pela direção da escola também situada no contexto da comunidade. Evidencia-se também nesse Gráfico duas variáveis não citadas pelos/as entrevistados/as: fila e convite.

Os resultados apontam um aspecto positivo em relação ao acesso ao Projovem Urbano com a predominância da inscrição. Uma vez que, tal critério pode ser considerado um dos mais democráticos, embora ainda de caráter seletivo por atender a um determinado número de jovens e focalizado em um público específico.

No entanto, o avanço se torna visível à medida que, para se ter acesso ao Programa não se faz necessário, *a priori*, o uso do tráfico de influência e nem de processos formais de seleção, por meio da aplicação de provas e outros meios.

Se comparada às formas conservadoras que caracterizam os critérios de acesso às políticas sociais brasileiras, vê-se que a inscrição, neste caso, representa, de fato, um critério menos injusto. Digo injusto, uma vez que o ideal seria o acesso universal a todas às políticas sociais.

Nesse sentido, Oliveira (2008) indica que uma das características que marcam a política social no Brasil,

[...] são as práticas clientelistas, nas quais o acesso dos usuários aos bens, recursos e serviços se realiza por meio de relações pessoais entre estes e representantes do poder público, a quem passam a dever favores freqüentemente pagos através da fidelidade e lealdade políticas, sobretudo em momentos eleitorais. Podendo ocorrer a não oferta de serviços em áreas cujos moradores não votaram no candidato vitorioso. [...] Entretanto, a relação social e política conservadora presente nestas práticas não é uma exclusividade do processo de execução das políticas sociais. É algo que conforma a cultura política brasileira inerente à história política, econômica e social do país, [...]. (OLIVEIRA, 2008, p. 112 -113).

Trata-se, decerto, de um ranço histórico que precisa ser superado a partir, dentre outras medidas políticas, sociais e econômicas, da adoção do acesso às políticas sociais por meio de critérios universalistas, pautados na lógica dos direitos sociais, em que prevaleça o princípio da justiça e da igualdade social.

A partir do indicador de acessibilidade, analisa-se ainda **a existência ou não de dificuldade** para acessar o Projovem Urbano e se os/as usuários/as entrevistados/as foram **atendidos/as na primeira vez** que tentou o acesso ao referido Programa.

TABELA 14 - Existência ou não de dificuldade para acessar o Projovem Urbano e se foi atendido/a ou não na primeira vez segundo os/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa/PB, 2010.

TEVE DIFICULDADE DE ACESSO	Nº	%	FOI ATENDIDO NA PRIMEIRA VEZ	Nº	%
Sim	04	10,3	Sim	37	94,9
Não	35	89,7	Não	02	5,1
TOTAL	39	100		39	100

Fonte: Primária

Em relação aos dados apresentados nessa Tabela, constata-se que 89,7% dos/as usuários/as afirmaram não ter tido dificuldade em acessar o Projovem Urbano, assim como

prevaleceu o percentual de 94,9% de usuários/as atendidos/as na primeira vez que recorreram ao Programa. Entre os 10,3% que citaram algum tipo de dificuldade, estas estiveram relacionadas aos seguintes aspectos: número de vagas limitadas e problemas com a documentação exigida.

No entanto, cabe observar que, os resultados desta pesquisa apontam um contexto diferenciado da realidade dos programas das políticas sociais no Brasil, em que correntemente se presenciam situações relacionadas à dificuldade de acesso e a demora no atendimento aos serviços, projetos, programas e ações públicas a que os/as usuários/as das políticas sociais têm direito.

Tal contexto se agrava, uma vez que a partir da lógica neoliberal,

[...] priorizaram-se os programas focalizados, os fundos sociais de emergência sociais compensatórios voltados para o atendimento dos grupos pobres e vulneráveis. Ao lado da ampliação desses programas sociais de corte assistencialista, predominou o aprofundamento de tendências históricas do sistema de proteção social brasileiro, qual seja, a tendência de privatização nas áreas da saúde, educação e, também previdência. (ALENCAR, 2008, p.74).

Dessa forma, não só a juventude, mas a população em geral tem sido constantemente penalizada pela falta de atendimento de suas demandas sociais mais latentes, a exemplo das necessidades relacionadas à política de saúde e do trabalho, como será analisado mais adiante.

Por vezes, essas dificuldades tendem a se agravar pela falta de informação acerca desses serviços, haja vista não ser uma preocupação constante da gestão pública das políticas sociais, o uso dos meios de informação disponíveis na sociedade no processo de democratização da informação em torno do funcionamento e da execução das políticas sociais. Tornando, dessa forma, o acesso a essas políticas cada vez mais restrito e difícil.

Em torno dessa preocupação, buscou-se investigar nesta pesquisa os meios pelos quais os/as usuários/as entrevistados/as obtiveram algum tipo de informação sobre o Projovem Urbano que favorecesse o acesso a esse programa.

Registra-se na Tabela a seguir, os **meios de informação** prevalentes entre as respostas.

TABELA 15 – Especificação dos meios de informação sobre o Projovem Urbano segundo os/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa/PB, 2010.

MEIO DE INFORMAÇÃO SOBRE O PROGRAMA	Nº	%	OUTROS	Nº	%
Televisão	15	38,5	Escola	07	29,2
Internet	-	-	Amigos/as	09	37,5
Rádio	-	-	Familiares	03	12,5
Correspondência	-	-	Cartaz	02	8,3
Jornal	-	-	Comunidades	02	8,3
Outros	24	61,5	Carro de som	01	4,2
TOTAL	39	100		24*	100

Fonte: Primária

Nota: Registra-se que 04 (quatro) variáveis não foram citadas entre os meios de informação sobre o Programa, conforme o questionário.

A garantia do acesso à informação, como um direito humano essencial, tem sido um campo privilegiado de debate em torno das políticas sociais brasileiras. A partir do processo de democratização do País e da promulgação da Constituição de 1988 foram estabelecidas as bases necessárias para conceber o acesso à informação como um direito garantido.

Nesse sentido,

O direito à informação é parte integrante de uma reivindicação pelo direito de comunicar, ou seja, do direito de apropriar-se de modo mais protagônico dos recursos simbólicos, do saber e do conhecimento e das informações que permeiam os fluxos das redes que organizam a sociedade contemporânea. O acesso às condições materiais e técnicas é um pressuposto para apropriação da informação, porque é nesse movimento de significar a informação que se realiza o direito de comunicar-se. É, portanto, na apropriação política da informação como direito que se percebe a comunicação também como direito. Essa concepção nos interessa no cenário da Sociedade da Informação em que informação/saber/poder formam um tripé para pensar a afirmação da cidadania e dos sujeitos nos espaços públicos mediados e mediatizados pelas novas tecnologias da informação e da comunicação. (SARDINHA; CHADAD, 2010, p.07).

Assim, de acordo com os resultados sistematizados na Tabela 14, atesta-se que 61,5% dos/as usuários/as indicaram “outros” meios de informação não previstos nos instrumentos de pesquisa, utilizados no decorrer da entrevista. Além disso, demonstrou-se que a televisão é o segundo meio de informação de maior alcance entre os/as entrevistados/as, com o percentual de 38,5%.

Com relação a esses dados apontados pelos/as usuários/as atestou-se que a informação sobre o Projovem Urbano, efetivou-se através dos seguintes meios, correspondentes a opção “outros”: 37,5% no contato com os amigos/as mais próximos da comunidade; 29,2% através

da escola na qual as atividades do programa seriam desenvolvidas; 12,5% através de pessoas da própria família; 8,3% por meio de cartazes e 8,3% de carro de som.

Tais resultados revelam que os meios de informação mais eficazes com relação ao Projovem Urbano foram os considerados informais. Ou seja, no caso desta pesquisa demonstra-se a importância das relações estabelecidas entre os/as jovens entrevistados/as com a rede social construída no seu entorno, a exemplo, do contato com os/as amigos/as e a relação parental existente.

Essa constatação levanta outra questão importante: de que forma os/as amigos/as, familiares e pessoas da comunidade em geral tiveram acesso à informação sobre o Projovem Urbano a ponto de socializá-la com os/as usuários/as entrevistados/as?

Portanto, por se tratar de uma questão que vai além dos recursos disponibilizados no decorrer do processo desta pesquisa, arrisca-se a induzir que é possível que os meios de informação não citados pelos/as usuários/as entrevistados/as – como a internet, o rádio, o jornal ou mesmo a televisão que obteve baixa incidência – não tenham produzido efeito esperado na disseminação de informação sobre o Programa, ou ainda de forma indireta, sobre seu público alvo, os/as jovens da comunidade.

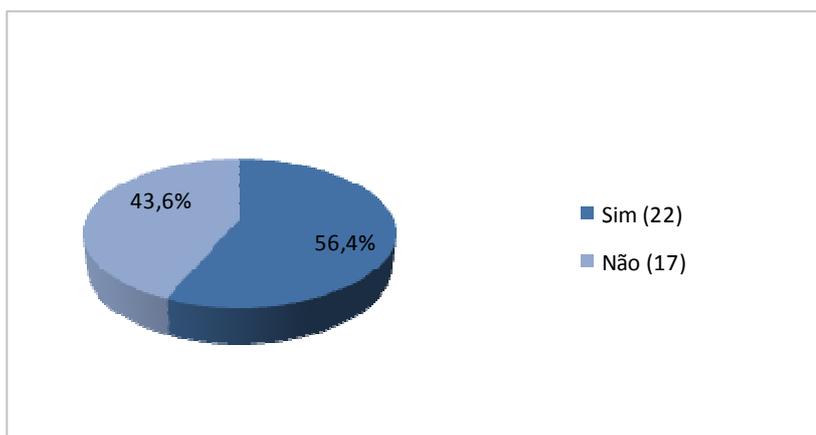
[...] existem alguns entraves impostos pela forma como os projetos, em especial em nível federal, são apresentados. A perspectiva universal dos projetos, em geral, cria dificuldades para adaptação a certas especificidades regionais e locais.

Pessoas de referência nas comunidades e representantes de associações de moradores apontaram para a importância de incorporar, no processo de divulgação dos projetos públicos, pessoas da própria comunidade. (SOARES, 2010, p.90)

A importância de pautar a questão da informação como um direito social, que precisa ser garantido e expandido, dentre outras razões, pelo fato de ser o acesso à informação uma das vias facilitadoras que permitem ao/a cidadão/ã acessar aos serviços, projetos e programas das políticas sociais. Desse modo, é preciso envolver nesse processo uma diversidade de sujeitos interessados pelo desenvolvimento dessas ações.

Nas discussões referentes à dimensão avaliativa do indicador social de acessibilidade constatou-se nos dados arrolados no Gráfico a seguir, que os/as usuários/as entrevistados/as, além de terem recorrido a um dos programas específicos para jovens, o Projovem Urbano, também apontaram outras demandas sociais a serem atendidas pelo conjunto das políticas sociais existentes.

Essa comprovação efetiva-se em 56,4% dos/as usuários/as que afirmaram **recorrer com frequência aos programas das políticas sociais**.



Fonte: Primária

GRÁFICO 14 - Recorrência com frequência ou não aos programas das políticas sociais segundo os/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano. João Pessoa/PB, 2010.

A análise desses dados demonstra que um percentual significativo de 56,4%, dos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano recorrem frequentemente aos programas das políticas sociais. Por outro lado, também é relevante o percentual de jovens (43,6%) que disseram não recorrer com frequência a outros programas sociais.

Ao considerar, portanto, o percentual de maior predominância, nota-se a necessidade de ampliar as ações destinadas à juventude brasileira, no sentido de ser garantido o acesso às políticas sociais mais amplas como a política de saúde, de educação, do trabalho, da cultura, do lazer, etc.

Entretanto, cabe observar, que tal contexto não exclui a necessidade de uma intervenção no campo das orientações políticas e programáticas, de desenvolvimento de ações que contemplem as demandas específicas do segmento juvenil, por meio das políticas públicas de juventude.

Por tais razões, Sposito (2007, p.14) afirma que,

[...] as intenções de constituição de uma específica forma de tratamento das iniciativas tendo por pano de fundo as peculiaridades do ciclo de vida e, em especial, da condição juvenil na sociedade contemporânea, incide sobre o tema de uma complexa articulação com as políticas setoriais. Estas, por sua vez, demandam uma estratégia global dos governos na gestão de seus projetos de desenvolvimento.

Diante dessa afirmação, ressalta-se a concepção de que o desenvolvimento das políticas públicas de juventude deve ocorrer, necessariamente, na articulação com as políticas sociais, considerando os determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais que permeiam essa complexa, porém, necessária relação.

Ainda em torno dessas questões é importante reforçar que,

Embora de cunho recente, a formação de uma agenda pública em torno das ações governamentais dirigidas aos jovens no Brasil tem evitado dissociar as iniciativas setoriais – educação, emprego, saúde, entre outras – do conjunto das denominadas políticas de juventude. Evita também, compor as perspectivas que definem as demandas juvenis apenas no universo simbólico ou expressivo, mesmo que se reconheça sua fragilidade como grupo de pressão no âmbito da esfera pública. (SPOSITO, 2007, p.14).

Partindo desse entendimento, verifica-se na Tabela abaixo, **a política social mais demandada** entre os/as usuários/as entrevistados/as que afirmaram recorrer com frequência a determinado programa social.

TABELA 16 – Política social mais recorrida pelos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano. João Pessoa/PB, 2010.

POLÍTICA SOCIAL MAIS RECORRIDA	Nº	%
Saúde	11	50
Trabalho	05	22,8
Educação	03	13,6
Assistência Social	03	13,6
Lazer	-	-
Esporte	-	-
Habitação	-	-
Outra	-	-
TOTAL	22*	100

Fonte: Primária

Nota: Esse total corresponde ao número de usuários/as que afirmaram recorrer com frequência aos programas das políticas sociais

A leitura desses dados comprova que entre as várias políticas sociais existentes, a de saúde foi indicada como a mais recorrida, com 50% entre os/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano. Em seguida, a política do trabalho aparece com 22,8%; educação 13,6%, e assistência social também com 13,6%. Tal constatação revela um aspecto peculiar com relação aos/às jovens entrevistados/as: a necessidade evidente de ações públicas no campo da saúde.

Em torno das questões que envolvem intervenções públicas de saúde voltadas ao segmento juvenil, o **Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2007** do Banco Mundial, traz alguns aspectos importantes a serem considerados. Segundo o Relatório, tem sido muito

freqüente o estabelecimento de comportamentos de riscos a saúde na fase correspondente à juventude.

Em geral é na juventude “[...] que as pessoas começam a fumar, a consumir álcool e drogas, iniciam a vida sexual e têm mais controle sobre a alimentação e a atividade física, ou seja, os comportamentos que persistem e afetam sua saúde futura.” (BANCO MUNDIAL, 2010, p.08).

Embora, a preocupação central do Banco Mundial ao elaborar esse Relatório centre-se no aspecto econômico, haja vista ter indicado que a falta de medidas preventivas privaria a economia de “capital humano produtivo” e aumentaria os custos da saúde pública, não se pode negar que o Relatório também chama atenção para questões vitais acerca da juventude.

Dentre essas questões, destaca-se a necessidade de políticas públicas voltadas para prevenção no campo da saúde que atinja, sobremaneira, o segmento juvenil, mandatário dessas políticas. Nessa direção, essas políticas poderiam “[...] ajudar muito os jovens a administrar esses riscos, especialmente se alertarem os jovens para as conseqüências de longo prazo a respeito daquilo que fazem hoje.” (BANCO MUNDIAL, 2010, p.08).

No entanto, sabe-se das dificuldades de acesso dos/as jovens às ações preventivas ou mesmo de atendimentos básicos relacionados à saúde pública. Seja em função do atual processo de precarização das políticas sociais, e em especial, a de saúde, ou pelo fato da gestão pública das políticas sociais não estarem devidamente estruturadas para o atendimento das demandas específicas da juventude.

Destaca-se na análise dos resultados da Tabela 16 a não referência às políticas sociais de lazer, esporte e habitação. Com exceção desta última que pode não se constituir ainda uma necessidade imediata aos jovens, entretanto, o mesmo não se pode afirmar em relação ao lazer e ao esporte que não foram citados pelos/as entrevistados/as.

O que se intui em relação a esse dado é que tais políticas – embora necessárias à fase da juventude – não são concebidas como necessidade em face de outras demandas mais premente.

Ainda na análise dos dados da Tabela 16 também demonstra que além da política de saúde, os/as jovens, sujeitos desta pesquisa, que afirmaram recorrer com freqüência aos programas das políticas sociais, também buscam acessar os serviços públicos relativos à política do trabalho (22,8%), educação (13,6%) e assistência social (13,6%).

Contudo, vale lembrar, que esses dados referem-se à expressão dos/as usuários/as entrevistados/as no que diz respeito as suas demandas no campo das políticas sociais. O que não significa, necessariamente, que no momento em que estes/as recorreram aos serviços

desenvolvidos por essas políticas tiveram de forma efetiva, o acesso e o atendimento garantido.

Por isso, além do interesse investigativo acerca da recorrência aos programas sociais e de qual a política social mais demandada, buscou-se levantar dentre as políticas sociais existentes a que apresentou maior dificuldade para o acesso dos/as usuários/as entrevistados/as.

Nessa direção, registra-se na Tabela, a seguir, **a política social com maior dificuldade de acesso e a dificuldade apresentada** segundo os/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano, no município de João Pessoa/PB.

TABELA 17 – Política social com maior dificuldade de acesso e a dificuldade indicada pelos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano. João Pessoa/PB, 2010.

POLÍTICA SOCIAL DIFICULDADE	SAÚDE		TRABALH O		LAZER		EDUCAÇÃ O		TOTAL GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Vagas limitadas	04	10,3	05	12,8	01	2,6	02	5,1	12	30,8
Pouca Informação	05	12,8	05	12,8	01	2,6	-	-	11	28,2
Distância entre a casa e o programa	-	-	02	5,1	01	2,6	-	-	03	7,7
Falta de qualificação	-	-	04	10,3	-	-	-	-	04	10,3
Falta de experiência	-	-	01	2,6	-	-	-	-	01	2,6
Precarização dos serviços	08	20,5	-	-	-	-	-	-	08	20,5
TOTAL	17	43,6	17	43,6	03	7,8	02	5,1	39	100

Fonte: Primária

De acordo com a leitura analítica desses dados constatou-se, segundo os/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano, que as políticas sociais com maior dificuldade de acesso foram: saúde e trabalho, respectivamente, com 43,6% cada uma delas; a política do lazer foi indicada por 7,8% dos/as usuários/as e educação por 5,1%.

Além disso, foram identificadas as dificuldades, apresentadas pelos/as usuários/as entrevistados/as em relação ao acesso a cada política social, conforme se analisa a seguir:

Saúde:

- ✓ 20,5% dos/as usuários/as apontaram com maior predominância a **precarização dos serviços** prestados no âmbito da política de saúde, como sendo uma das maiores dificuldades no acesso a essa política. A precarização, nesse caso, relaciona-se à demora no atendimento, falta de equipamentos, falta de médicos e medicamentos;

- ✓ 12,8% atribuíram a **pouca informação** recebida acerca dos serviços, programas e projetos desenvolvidos como uma dos grandes obstáculos no que diz respeito à política de saúde;
- ✓ Além disso, 10,3% indicaram como impedimento ao acesso à política de saúde a questão das **vagas limitadas**. Fato que se refere diretamente ao contexto de precarização por que vêm passando as políticas sociais em geral.

Com tais dados, pode-se dizer que se trata realmente, de um contexto muito preocupante em que não só a juventude, mas a população brasileira em geral, nestas últimas décadas, têm sentido as conseqüências do processo de desmonte dos direitos sociais, em especial, os que conformam a Seguridade Social, conquistados e garantidos constitucionalmente.

Ao analisar esse cenário, Boschetti (2009) aponta aspectos bastante característicos dos que foram indicados pelos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano de João Pessoa/PB, em relação à política de saúde.

No âmbito da política de saúde, os princípios do SUS, como descentralização e participação democrática, universalização e integralidade das ações estão sendo diluídos pela manutenção cotidiana, apenas de uma cesta básica, que não assegura nem os atendimentos de urgência. É notória a falta de medicamento, ausência de condições de trabalho, de orçamento e de capacidade de absorção das demandas, o que se evidencia nas longas filas de espera por uma consulta ou internação. (BOSCHETTI, 2009, p. 333).

No que diz respeito à dificuldade relacionada a pouca informação, salienta-se a importância de tratar o acesso à informação no campo das políticas sociais como um direito fundamental. Entretanto, nota-se que, quando tal direito não é efetivamente garantido, outros direitos acabam sendo violados, a exemplo do não acesso a determinadas ações, projetos e programas sociais, como apontaram os resultados desta pesquisa, com relação à dificuldade de acesso por parte dos/as usuários/as jovens entrevistados/as à política de saúde.

A gestão da informação, segundo assevera Luziele Tapajós (2006, p. 83-84) salienta que,

[...] a informação válida e, portanto, útil do ponto de vista da gestão de políticas públicas, é aquela que garante a ação técnica profissional para a sua melhor viabilização. Responder a este novo tempo pode significar a proliferação de iniciativas que sofisticem em agregar mais conteúdos e saberes em torno dessa atuação, e que oportunizem, em torno da

intencionalidade da ação, uma nova ausculta de demandas e das necessidades da população e incremento nos formatos da gestão, oportunizando assegurar os interesses legítimos dos grupos presentes nos processos da política, sobretudo do usuário de direitos.

Dando continuidade às análises referentes às dificuldades apresentadas pelos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano, no acesso às políticas sociais, registram-se, a seguir os aspectos correspondentes aos 43,6% dos/as jovens que indicaram dificuldade no acesso à política do trabalho.

Trabalho:

- ✓ A questão das **vagas limitadas** foi indicada por 12,8% dos/as usuários/as como uma das grandes dificuldades no acesso a política de trabalho;
- ✓ Apresentando o mesmo percentual, 12,8% atribuíram o acesso a **pouca informação** como um dos aspectos que mais prejudica os/as usuários/as entrevistados/as no momento em que estes/as recorrem ao trabalho;
- ✓ 10,3% indicam a **falta de qualificação** como um fator que tem dificultado o acesso aos serviços, projetos e programas desenvolvidos pela política de trabalho;
- ✓ E com percentuais bem menores, porém, representativos referem-se à questão da **distância entre a casa e o programa**, (5,1%) e a **falta de experiência** (2,6%), também foram indicadas como dificuldades no acesso a essa política.

Vê-se que o debate em torno do trabalho é mais uma vez colocada como uma questão central pelos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano do município de João Pessoa/PB. Tal contexto pode ser explicado, à medida que,

[...] o trabalho aparece como categoria mediadora dos dois tempos: possibilita para muitos uma experiência mais rica no presente e garante, também, os mecanismos básicos para a transição, pois, além do projeto de constituição da própria família, ele entra como fator para a conclusão em bons termos da própria trajetória escolar, assegurando um futuro. (SPOSITO, 2007, p. 35).

Todavia, as experiências dos/as jovens sujeitos desta pesquisa com relação ao trabalho, revela-se de forma nítida a desproteção social da juventude no que diz respeito a essa dimensão. Pois, de acordo com a construção do perfil traçado anteriormente, identificou-

se que 56,4% do total de jovens entrevistados/as encontram-se na situação de desempregado/a e 25,6% na condição de subempregado, ou seja, exercendo alguma modalidade de atividade informal, sem nenhum tipo de proteção com relação à legislação trabalhista.

Ademais, os aspectos que têm dificultado o acesso dos/as jovens, segundo os/as usuários/as entrevistados/as, à política de trabalho podem estar relacionados a conjunturas macrossociais, determinadas em primeira ordem pela estrutura econômica. Portanto, as vagas limitadas, a não socialização de informação ou a pouca informação, a falta de qualificação e a falta de experiência são problemáticas vivenciadas cotidianamente pela massa de trabalhadores/as desempregados/as.

Na análise de Silva (2009, p. 37-38),

Somos obrigados a (com) viver numa conjuntura constantemente contraditória: de um lado, o enorme crescimento da produtividade e da incorporação de novas tecnologias, principalmente da microeletrônica e da informática na organização da produção; de outro, a eliminação de postos de trabalho, levando à crescente exclusão um número cada vez maior de trabalhadores/as no/do mercado de trabalho, especialmente, os jovens, muito deles ainda em busca do primeiro emprego.

Tal quadro tende a ser agravado à medida que o não acesso ao emprego passa a ser justificado na/pela sociedade devido à baixa escolaridade dos/as jovens, vinculada a questão da falta de qualificação profissional e de experiência. Ou seja, culpabiliza-se quem na verdade é vítima de todo um processo histórico que negou a esses/as jovens a efetivação de direitos sociais básicos como: o acesso a educação de qualidade capaz de escolarizar na idade adequada, o desenvolvimento de políticas públicas que estimulem a criatividade e capacidade criadora desses/as jovens, além da formação no campo da cidadania, dentre outras ações.

De fato, os indicadores desta pesquisa comprovam o quanto os/as jovens brasileiros/as encontram dificuldades no atendimento de suas demandas sociais, não apenas no campo da saúde e do trabalho, conforme se constatou anteriormente, mas também nas áreas do lazer e da educação, como pôde ser verificado na Tabela 16.

Apresentam-se ainda os aspectos apontados por 7,8% dos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano que indicaram ter dificuldade de acesso as ações, projetos e programas oriundos da política de lazer.

Lazer:

- ✓ Dentre as dificuldades apresentadas pelos/as usuários/as entrevistados/as 2,6% relacionaram, mais uma vez, à questão **de pouca informação**, ou ainda do fato das informações recebidas e/ ou socializadas serem insuficientes, na garantia de acesso aos serviços, ora desenvolvidas no campo do lazer;
- ✓ A problemática referente às **vagas limitadas** também demonstra um viés seletivo e não universal no desenvolvimento da política de lazer, uma vez, que essa dificuldade foi apresentada por 2,6% dos/as usuários/as que afirmaram ter dificuldade em acessar essa política;
- ✓ A **distância entre a casa e o Programa**, representou também uma dificuldade no acesso físico ao lazer para 2,6% dos/as usuários/as entrevistados/as.

Tais dados evidenciam o quanto o acesso ao lazer tem sido um aspecto secundarizado com relação ao desenvolvimento de políticas públicas, que busquem atender as demandas da juventude numa dimensão da vida tão fundamental como essa.

Para Silva (2006, p.91), temas como a cultura e o lazer são muito importantes na construção da identidade juvenil, seja ela em seu aspecto individual ou coletivo, “[...] bem como significam espaços ricos de sociabilidade, nos quais as/os jovens compartilham experiências, sonhos, ampliando sua visão de mulher/homem, de mundo e de sociedade.”

Na perspectiva de contribuir com esse debate, Baptista (2008, p.105), salienta o fato de que, é papel do Estado ampliar o acesso ao lazer e fruição cultural “[...] além de garantir os meios necessários para a reprodução dos mais diferentes tipos de manifestações artísticas, tornando legítima a reivindicação dos jovens quanto ao acesso ao patrimônio material e imaterial produzido em nossa sociedade.”

Mesmo considerando tais questões, nota-se a partir dos dados desta pesquisa o quanto a juventude tem sido cerceada desse direito, tanto pela falta de informação, como por questões ligadas à seletividade da política, materializada nas vagas limitadas ou mesmo pela dificuldade de participar das ações ligadas ao lazer. Ou mesmo em virtude da distância entre a casa dos/as usuários/as entrevistados/as e o local onde se desenvolvem tais atividades de lazer.

Além dessas questões, Silva (2006 p. 91-92) chama atenção para o fato de que no contexto brasileiro nota-se,

[...] uma carência enorme de equipamentos culturais e de lazer — tais como os cinemas, bibliotecas populares, teatros, pistas de *skates*, espaços de produção e apresentação musical — direcionados às/aos jovens pobres das periferias e do meio rural. As bibliotecas, geralmente localizadas nas escolas, são insuficientes e com um acervo ultrapassado; os teatros e cinemas são distantes das condições da juventude; os espaços desportivos (quando há), em sua maioria se resumem a campos de futebol ou a quadras, quase sempre sem manutenção, atendendo prioritariamente aos jovens do sexo masculino. Existem ainda outros espaços freqüentados pelas/os jovens, tais como os barzinhos, os lugares de danças, os *shoppings* e *shows*, mas a restrição financeira não permite o acesso da grande maioria, pois funciona sob uma lógica mercantilista. (SILVA, 2006, p. 91-92)

Com efeito, tal contexto acaba por acentuar ainda mais, o processo de desproteção social da juventude, expresso dentre outros aspectos, na ausência de políticas públicas de lazer capazes de favorecer o bem-estar e qualidade de vida da juventude, bem como o desenvolvimento social, político, cultural e intelectual dos/as jovens brasileiros/as. Diante disso, “[...] a juventude reclama pela criação de políticas públicas para a ampliação de espaços de atividades culturais, de lazer e de esporte, levando em conta as tradições sociais de cada região.” (BAPTISTA, 2008, p.105)

Em conclusão das análises referentes aos dados apresentados na Tabela 16 verifica-se que, quanto aos/as entrevistados/as que indicaram ser a política de **educação** a mais difícil de acessar, o que representou 5,1% dos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano, estes/as apresentaram, mais uma vez, como maior dificuldade a questão das **vagas limitadas**.

Embora tenha apresentado baixa incidência, a questão da dificuldade de acesso dos/as jovens à política de educação coloca-se como um problema grave. De acordo com Baptista (2008), além de os/as jovens reivindicarem o direito do acesso universal ao ensino, também constituem suas pautas reivindicatórias a luta por uma educação de qualidade. Para isso, segundo essa autora, seria necessária “[...] a elaboração de novas práticas educacionais, a utilização na educação do desenvolvimento científico e tecnológico, maior qualificação dos profissionais e a equiparação entre a educação das instituições de ensino públicas e privadas.” (p.104).

Com esse último aspecto apresentado conclui-se a análise dos dados referente ao eixo investigativo/avaliativo do indicador de acessibilidade. Assim, em torno desse indicador concluiu-se que: no que se refere à dimensão da **oportunidade** percebeu-se que não houve dificuldade para o acesso ao Projovem Urbano, embora os meios de comunicação utilizados para divulgação do Programa não surtiram muito efeito, tendo em vista a prevalência de meios informais; e com relação à **pertinência** constatou-se maior dificuldade de acesso no

plano das políticas sociais, sendo a política do trabalho e saúde as mais difíceis de acesso na avaliação dos/as usuários/as entrevistados/as.

Passa-se a analisar, a seguir, os aspectos relativos ao **indicador de qualidade** na avaliação do Projovem Urbano do município de João Pessoa/PB à luz de seus/as usuários/as sob a perspectiva da Proteção ou Desproteção Social da juventude.

4.2 O Programa Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as à luz do indicador de qualidade

O discurso acerca da qualidade vem ganhado espaço em todas as dimensões da vida social. Desde os grandes projetos sociais, às pequenas ações do cotidiano de uma comunidade, têm-se buscado cada vez mais, a garantia de padrões de qualidade com o intuito de proporcionar bem-estar à população beneficiárias dessas ações.

Em virtude da visibilidade adquirida pela temática da qualidade na tessitura social, ressalta-se o fato de ser esse “[...] um conceito complexo, de conteúdo subjetivo, de caráter qualitativo, exprimindo juízos de valor, caráter ético e político.” (VITTE *et al.* 2002, p.40)

Nessa perspectiva, parte-se do entendimento de que,

A qualidade consiste em um parâmetro político de vida embasado nas condições dignas de vida, aqui entendidas como o atendimento das necessidades básicas, sociais, políticas, econômicas e culturais. Traduz-se em um processo de conquista humana permanente, desenvolvido historicamente e culturalmente contra todas as formas de opressão, desigualdade, preconceito e exclusão. Portanto, o conceito de qualidade extrapola os bens materiais (casa, comida, vestuário, dinheiro) por envolver a noção política da participação, da autonomia e da emancipação. (ALMEIDA 2002 *apud* ALMEIDA, 2008, p.)

Sabe-se que de um lado, a questão da ausência de qualidade nos serviços oferecidos pelas políticas sociais, apresenta-se como um de seus principais gargalos. Entretanto, por outro lado, se reconhece que a temática referente à qualidade dos serviços sociais prestados à população por meio dos programas sociais, ganhou nova expressão na agenda política do País.

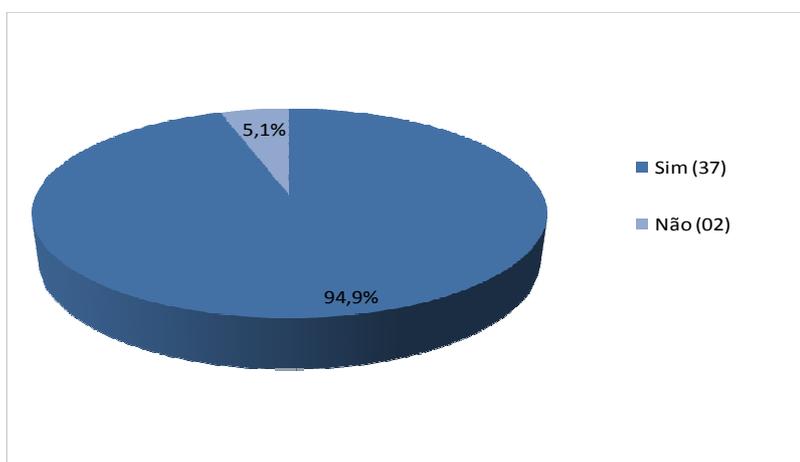
Nesse contexto, vislumbra-se no bojo das políticas públicas, que a discussão em torno da qualidade relaciona-se, dentre outros aspectos, aos objetivos a serem alcançados ou preservados por essas políticas. (VITTE *et al.* 2002).

Diante dessas questões é pertinente observar que,

A análise sobre a qualidade de vida envolve perspectivas múltiplas: uma delas seria a possibilidade de sua utilização no planejamento do desenvolvimento econômico, social e urbano; uma outra seria sua evolução ao longo do tempo, e por fim, a perspectiva de como uma dada comunidade considera e percebe a qualidade de vida. Assim, é um conceito complexo, de conteúdo subjetivo, de caráter qualitativo, exprimindo juízos de valor, caráter ético e político. (VITTE *et al.* 2002,p.40)

Com relação a este estudo, recorreu-se ao indicador de qualidade do SIAPS. Esse indicador constitui-se também de duas dimensões avaliativas: atendimento e satisfação. O atendimento compreende a qualidade com que as necessidades postas pelos usuários foram atendidas; e a satisfação (objetiva e subjetiva) consiste no atendimento pleno das necessidades postas pelos usuários. (ALMEIDA, 2002)

Portanto, partindo dessas concepções inicia-se, a seguir, a análise dos dados que constituem a dimensão avaliativa correspondente ao indicador de **qualidade**. Sendo assim, o primeiro aspecto a ser avaliado pelos/as usuários/as do Projovem Urbano à luz desse indicador refere-se à **qualidade ou não dos serviços oferecidos pelo Programa**, conforme demonstra o Gráfico a seguir.



Fonte: Primária

GRÁFICO 15 – Qualidade ou não dos serviços oferecidos pelo Projovem Urbano segundo os/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa/PB, 2010.

De acordo com a leitura analítica dos resultados acima, constata-se uma predominância absoluta (94,9%) de usuários/as entrevistados/as que avaliaram de forma positiva os serviços oferecidos pelo Programa, que revela a qualidade nos serviços prestados.

Contudo, chama-se atenção para o fato de que a qualidade atribuída pelos/as usuários/as, possivelmente está permeada por fatores distintos, dos quais deve se considerar

também as percepções subjetivas que cada um/a construiu e continua construindo ao longo de suas trajetórias de vida acerca da questão da qualidade.

Em outros termos pode-se dizer que, “[...] a qualidade de vida pode ser analisada pela forma como é percebida pelos indivíduos. [...] também deve-se levar em consideração as percepções individuais que sofrem influência da cultura e educação dos indivíduos.” (VITTE *et al.* 2002, p.40).

Verifica-se, a seguir, quais os aspectos levantados pelos/as usuários/as que estão relacionados à atribuição de qualidade no que diz respeito aos serviços oferecidos pelo Programa. Assim, a qualidade atribuída por 94,9%, (37) dos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano corresponde aos seguintes fatores¹² mais recorrentes:

- ✓ Competência dos/as educadores/as – indicado por 28 usuários/as (75,7%);
- ✓ Conhecimentos adquiridos - indicado por 15 usuários/as (40,5%);
- ✓ Recebimento da Bolsa - indicado por 08 usuários/as (21,6%);
- ✓ Instalações físicas do Programa – indicado por 01 usuário/a (2,7%);
- ✓ Qualidade dos/as alunos/as - indicado por 01 usuário/a (2,7%).

Diante dessas indicações, constata-se que a qualidade conferida pelos/as usuários/as ao Projovem Urbano centra-se em três aspectos predominantes: competência dos/as educadores/as, conhecimentos adquiridos e o recebimento da bolsa.

A análise desses dados traz um aspecto relevante em se tratando da perspectiva de avaliação de programas sociais. Trata-se do papel desempenhando pelos/as técnicos/as executores/as desses programas.

No caso desta pesquisa, esses/as técnicos/as assumem o papel de educadores/as, em virtude da especificidade e do objetivo que orientam as ações do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB. Portanto, segundo os/as usuários/as entrevistados/as desse Programa, a competência dos/as educadores/as desponta como o aspecto de maior predominância (75,7%) no momento de especificação de qualidade dos serviços oferecidos. Em torno desse aspecto levantado, ressalta-se que dentre as atividades desenvolvidas pelo

¹² Em algumas respostas referentes a essa questão foram indicados mais de um fator que estaria relacionado à qualidade nos serviços do Programa, haja vista, o questionário ter previsto mais de uma resposta (respostas múltiplas).

Projovem Urbano, a questão da formação continuada dos/as educadores/as coloca-se como um elemento indispensável.

De acordo com o Relatório de Atividades de 2006 do Projovem – em âmbito nacional -, a preparação dos/as educadores/as é desenvolvida da seguinte forma: 160 horas de formação inicial, ou seja, antes do início das atividades ou do curso; e 144 horas de formação continuada, ou seja, realizada ao longo das unidades formativas (BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2007).

Viu-se no capítulo anterior que, com relação a gestão do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB, 75% dos recursos institucionais alocados, por meio de rubricas já definidas na esfera federal, são destinados para pagamento de pessoal e 5,7% para formação inicial e formação continuada dos/as educadores/as. O que representa mais de 80% de investimento nos/as educadores/as do Projovem Urbano.

Mesmo considerando tais aspectos como um indicador relevante, faz-se necessário observar que com relação a algumas ações, projetos e programas destinados ao segmento juvenil ainda é comum o envolvimento de profissionais que trabalham em condições bastante precárias e, muitas vezes, sem apresentar formação adequada para atuar junto às demandas apresentadas pelos/as jovens.

Ao tratar dessa questão Sposito e Carrochano (2005) chamam atenção para o aspecto da informalidade, em que geralmente estão consolidadas as formas de contratação desses/as profissionais. Tal contexto ocorre tanto nos organismos públicos, a exemplo das prefeituras, geralmente responsáveis pela gestão dos programas sociais, como no interior das organizações não governamentais, também responsáveis pelo desenvolvimento de alguns projetos destinados aos/às jovens e pela contratação dos/as profissionais executores/as das ações.

Outro aspecto predominante na avaliação dos/as usuários/as entrevistados/as com relação à qualidade dos serviços oferecidos pelo Projovem Urbano, diz respeito aos conhecimentos adquiridos segundo 40,5% de recorrência. A ênfase dada pelos/as usuários/as a esse aspecto é coerente com as expectativas ou motivações iniciais apresentadas pelos/as jovens para inserção no Programa. Ao comparar os dados apresentados anteriormente, nota-se que a principal motivação para acessar o Programa refere-se à conclusão dos estudos ou a possibilidade de voltar a estudar, indicada por 74,3% (isto é, 29) dos/as usuários/as entrevistados/as.

Evidencia-se, o quanto a dimensão relacionada à construção do conhecimento ou da aprendizagem, proporcionada pelo retorno à escola, tem um significado especial para os/as jovens entrevistados/as.

Tal constatação se confirma nas falas a seguir:

- Aprendi muita coisa. Coisa que eu nem imaginava e eu aprendi. Se Deus quiser até terminar o Programa vou aprender muito mais. (Entrevista nº 29);
- O Projovem ensina coisas que eu ainda não aprendi, por isso é bom. (Entrevista nº 11).

Sobre esse aspecto, Mézaros (2005, p.47) traz uma reflexão essencial acerca do processo de aprendizagem a que todo ser humano está submetido, seja por meio de processos formais ou não.

A grande questão é: o que é que aprendemos de uma forma ou de outra? Será que a aprendizagem conduz à auto-realização dos indivíduos como 'indivíduos socialmente ricos' humanamente (nas palavras de Marx), ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal de emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar de maneira bem-sucedida, a auto-emancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento que apenas favorecem a concretização dos objetivos reificados do capital?

A partir dessa edificante provocação de Mézaros (2005), também se questiona: o que, de fato, os/as jovens inseridos/as em programas sociais que assumem características ligadas ao campo da educação, a exemplo do Projovem Urbano, ou de outros que desenvolvem ações socioeducativas têm adquirido com relação ao conhecimento? A serviço de qual projeto de sociedade tais perspectivas educativas se aliam? Em que medida, o conhecimento construído nesses espaços contribui para que os/as jovens apreendam de forma crítica a realidade em que estão inseridos/as e assim, ajude a transformá-la? Enfim, são muitas questões que, esta pesquisa não dá conta de responder, mas busca problematizá-las.

Retomando os aspectos avaliativos acerca da qualidade indicada pelos/as usuários/as entrevistados/as, 21,8% apontaram o recebimento da bolsa como um dos fatores predominantes para auferir qualidade aos serviços do Projovem Urbano, no município de João Pessoa/PB. Tal incidência se configura como um indicador expressivo entre os aspectos que dão qualidade ao Programa, na avaliação dos/as entrevistados/as:

- Porque ajuda em tudo, tem a **bolsa**, tem o curso e fora que a gente termina mais rápido. (Entrevista nº 15)
- Muita gente gosta por causa da **bolsa**, é um estímulo, e pra muita é uma porta, um estímulo pra voltar a estudar. (Entrevista nº 26)

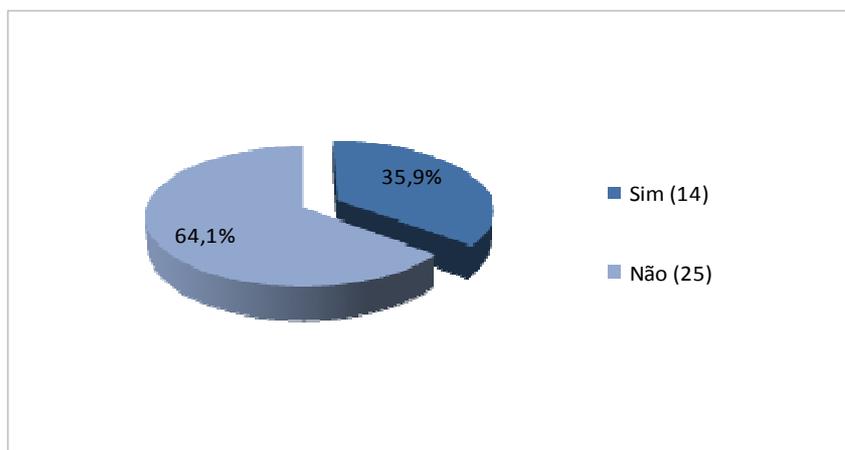
De fato, é essa especificidade que caracteriza o Projovem Urbano enquanto um programa social de transferência de renda para jovens no Brasil.

Na análise de Sposito e Carrachano (2005, p.141) existem alguns programas desenvolvidos no País, a exemplo do Projovem Urbano, que “[...] buscam oferecer, diretamente aos segmentos juvenis que constituem o foco das ações, *algum tipo de remuneração*, em geral entendida como ‘bolsa’, de duração variável, [...]” (grifo das autoras). Porém, de acordo com essas autoras, o principal objetivo dessa iniciativa não consistiria unicamente no processo de transferência de renda, mas na ideia de contrapartida que permeia as metas e ações de alguns desses programas.

Sabe-se, que iniciativas dessa natureza não costumam alterar estruturalmente a vida dos sujeitos usuários/as das políticas de transferência de renda, que carregam um histórico de vida marcada, essencialmente, pelo enfrentamento cotidiano de situações de pobreza. Entretanto, se reconhece que em virtude dos níveis de pobreza gerados pelo acentuado processo de desigualdade social, cujos jovens são afetados/as de todas as formas, seria no mínimo inconsequente se posicionar contrária a tais iniciativas.

Têm-se o entendimento de que se faz necessário avançar para a construção de bases sólidas (econômicas, políticas, sociais, culturais etc.), capazes de proporcionar a partilha comum das riquezas que diariamente são produzidas. E, dessa forma, nenhum cidadão ou cidadã precisará recorrer mais às ações sociais de caráter focalizado e pontual.

Após proceder às análises dos aspectos relativos às indicações de qualidade do Projovem Urbano, buscou-se verificar também, a partir da avaliação dos/as usuários/as entrevistados/as, a existência ou não de **problemas ou dificuldade** relacionados ao Programa. Em torno desse aspecto, prevaleceu 64,1% dos/as que não apontaram nenhum tipo de problema com relação ao Programa.



Fonte: Primária

GRÁFICO 16 – Existência ou não de problema/dificuldade no Projovem Urbano segundo os/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa/PB, 2010.

Contudo, é preciso considerar também o percentual significativo de 35,9% de usuários/as que apontaram alguns problemas ou dificuldades com relação ao Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB. No que diz respeito aos problemas ou dificuldades apresentadas por esses/as usuários/as, destacam-se os seguintes aspectos:

✓ 50% atribuíram a “**outras**” dificuldades não previstas no questionário, como: ausência de monitores/as para cuidar dos/as filhos/as dos/as usuários/as no horário das atividades; dificuldade de relacionamento com outras turmas; falta de segurança na escola; baixa qualidade do ensino; ausência do curso de informática e o ambiente barulhento que não favorece a concentração.

- ✓ 28,6% não gostam das atividades do Programa;
- ✓ 14,3% atribuem a dificuldade ou problema ao despreparo dos/as educadores/as;
- ✓ 7,1% apontam como um problema o baixo valor da bolsa, que atualmente é de R\$ 100,00 (cem reais).

Observa-se a partir dos dados, o quanto o processo de avaliação do Projovem Urbano, acerca do indicador de qualidade é dinâmico. Pois, ao mesmo tempo em que quase a totalidade, ou seja, 94,9% dos/as usuários/as entrevistados/as apresentaram aspectos relacionados à qualidade dos serviços oferecidos pelo Programa, também foram postas as dificuldades ou problemas enfrentados/as pelos/as usuários/as com relação ao mesmo.

Ao analisar os dados referentes às dificuldades apresentadas, nota-se que os aspectos levantados dizem respeito a uma exigência legítima dos/as jovens: o direito de ter garantido as condições básicas de oferta de uma educação pública de qualidade que passa, segundo os/as entrevistados/as por questões ligadas desde a estrutura física (disposição de equipamentos) e segurança da escola, à contratação de profissionais qualificados/as.

Nesse sentido, Baptista (2008, p.103) assevera que,

A bandeira da “educação” apresenta-se nos diálogos juvenis não apenas como uma forma de conclamação do direito - educação pública, gratuita e de qualidade - mas também como uma forma de denúncia - baixa qualidade das escolas públicas, desigualdades entre instituições públicas e privadas, programas educacionais sem continuidade.

Lembrando que no caso do Projovem Urbano, essas expectativas são colocadas na esperança, por parte dos/as jovens usuários/as do Programa, de conclusão do ensino fundamental (até o 9º ano), promoção de qualificação profissional inicial e estímulo a participação cidadã.

A análise dos dados a seguir trata do **conceito atribuído ao Projovem Urbano**, em que prevaleceu na avaliação dos/as usuários/as entrevistados/as o conceito de ótimo a bom com 89,7%, conforme demonstra a Tabela abaixo:

TABELA 18 – Nota e conceito atribuídos ao Projovem Urbano pelos/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa/PB, 2010.

NOTA	CONCEITO ATRIBUÍDO								TOTAL GERAL	
	ÓTIMO		BOM		REGULAR		PÉSSIMO			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
5,0	-	-	-	-	01	2,6	-	-	01	2,6
7,0	-	-	03	7,7	02	5,1	-	-	05	12,8
8,0	-	-	01	2,6	01	2,6	-	-	02	5,1
9,0	03	7,7	05	12,8	-	-	-	-	08	20,5
9,5	01	2,6	01	2,6	-	-	-	-	02	5,1
10,0	15	38,4	06	15,3	-	-	-	-	21	53,9
TOTAL	19	48,7	16	41,0	04	10,3			39	100

Fonte: Primária

No que se refere a uma avaliação de cunho mais quantitativo, embora também esteja permeado o aspecto subjetivo, verificou-se a predominância de atribuição das notas de 9,0 a 10,00 com relação ao Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB.

Tomando-se por referência as justificativas apresentadas pelos/as usuários/as no momento de definição do conceito **ótimo** (48,7%) e **bom** (41,0%) sobre o Programa, verifica-

se que as justificativas apresentadas relacionam-se aos seguintes aspectos: oportunidade de terminar os estudos/aprendizagem, capacitação para o trabalho, qualidade do ensino do ofertado pelo Programa, competência dos/as educadores/as e boa relação com os mesmos/as, questões de ordem pessoal e outras, e recebimento da bolsa.

Desse modo, registram-se a seguir, as justificativas correspondentes à atribuição dos conceitos ótimo e bom, a partir dos seguintes aspectos, citados anteriormente:

a) Oportunidade de terminar os estudos/aprendizagem (10 entrevistados/as)

- Considero ótimo porque oferece muita coisa, principalmente a questão de terminar os estudos. (Entrevista nº 01)
- É um programa que dá oportunidade a quem quer terminar os estudos, a quem não pode pagar uma escola. (Entrevista nº 03)
- Ajuda a terminar o ensino fundamental mais rápido. (Entrevista nº 04)
- Porque é uma maneira de aprender um pouco, desenvolver o que ficou para trás [...] hoje me sinto ser humano, socialmente falando. Deveria ser melhor [o Programa]. (Entrevista nº 09)
- Porque eu tou interessada em aprender, o professor tá ensinando. Só acho chato a ‘zueira’, o barulho dos alunos. (Entrevista nº 35)
- Porque quando eu era mais nova não tive a oportunidade de estudar e aqui minha chance de voltar os estudos [...] incentivou mais. (Entrevista nº 13)
- Em termos assim [...] foi um programa que inventaram que foi muito bom porque quem parou na 4ª série pode adiantar logo. Isso é muito bom. (Entrevista nº 19)

- “Porque é bom estudar, vir pra escola.” (Entrevista nº 22)
- Porque aprendi muita coisa. Coisa que eu nem imaginava e eu aprendi. Se Deus quiser até terminar o Programa vou aprender muito mais. (Entrevista nº 29)
- Por causa da minha necessidade que eu tenho de aprender. As aulas do Projovem não é como uma aula do colégio normal porque é muita coisa, aí fica difícil. Porque eu estudei até a 4ª série e muita gente estudou até o 2º ano [...] imagina como fica difícil. (Entrevista nº 33)

b) Relação da aprendizagem com o trabalho/emprego (06 entrevistados/as)

- Porque está dando oportunidade a quem quer aprender. O Projovem é importante porque dá capacitação. A melhor coisa que esse governo fez foi o Projovem. (Entrevista nº 10)
- O Projovem é aonde eu tenho aprendido alguma coisa, uma profissão. Se não fosse o Projovem eu não ia terminar os meus estudos. (Entrevista nº 12)
- Porque a gente tá concluindo os estudos e está capacitando para o emprego. (Entrevista nº 23)
- Porque é um programa cheio de informação. Um programa que futuramente vai nos ajudar num emprego. (Entrevista nº 24)
- Porque ele oferece uma oportunidade para cada interessado, concluir o estudo fundamental e se qualificar profissionalmente. (Entrevista nº 32)
- Prepara a gente para o mercado de trabalho. Os professores são legais, nem todos... eu tenho novos amigos porque antes eu nem tinha amigos. Vivia dentro de casa. (Entrevista nº 38)

c) Qualidade do estudo ministrado no Programa (02 entrevistados/as)

- Por que eu gostei do Projovem? Porque eu achei o estudo melhor. (Entrevista nº 34)
- O Projovem ensina coisas que eu ainda não aprendi, por isso é bom. (Entrevista nº 11)

Evidencia-se, mais uma vez, a partir da avaliação dos/as usuários/as entrevistados/as a importância que assume o Projovem Urbano, em função de ele representar uma possibilidade concreta de conclusão de uma etapa concernente à escolarização do Ensino Fundamental, também foi demonstrado uma vinculação entre aprendizagem e trabalho/emprego, e aspectos ligados à qualidade do ensino ofertado pelo Programa.

Para além dessa questão, vislumbra-se na análise dos conteúdos apresentados nas falas, o encantamento com o processo de aprendizagem, com o que se coloca como novidade no campo da construção do saber. Essa constatação faz lembrar Paulo Freire (2002, p. 14): “[...] o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se ‘dispõe’ a ser ultrapassado por outro amanhã.”

Talvez essa questão esteja relacionada dentre outros aspectos, ao fato do currículo do Projovem Urbano apresentar diferenças com relação ao currículo desenvolvido nas salas de aulas regulares. Trata-se do Currículo Integrado que articula os conteúdos do Ensino Fundamental, qualificação profissional e a participação cidadã, muito embora, esse último aspecto – da participação cidadã – não tenha aparecido nitidamente nas falas dos/as usuários/as entrevistados/as.

É possível também perceber, o quanto esse processo de tentativa de conclusão dos estudos coloca-se como um grande desafio para os/as jovens na medida em que, tendo interrompido por razões diversas, essa etapa importante da vida – de escolarização na idade adequada – esses/as jovens aliam a conclusão dos estudos ao processo de qualificação profissional. Acreditando com isso, aumentar suas chances de inserção no mercado de trabalho.

Para Baptista (2008, p. 104), “[...] este dado é interessante para ressaltar a importância que a educação ocupa nos diferentes níveis sociais, importância esta que na maioria dos casos está pautada na preocupação com o mercado de trabalho.”

Entretanto, faz-se necessário evidenciar um aspecto expressivo acerca dessa relação escolaridade/formação profissional. Para Silva (2009, p.50) essa relação “[...] se transformou no fetiche capaz de romper a exclusão social.”. Contudo, torna-se imprescindível

problematizar esse aparente consenso existente entre trabalho e educação como sinônimo de mobilidade social e de ruptura com processo de desigualdade social.

O desemprego crescente de jovens escolarizados, principalmente nos setores mais modernos da sociedade 'é tomado com um dos argumentos para tornar relativa essa perspectiva instrumental da educação que se expressa como se fosse capaz de garantir o emprego, ou até mesmo, o trabalho. (SIGNINI, 2000 *apud* SILVA, 2009, p. 50)

d) Competência dos/as educadores e boa relação dos/as usuários/as com os mesmos/as (08 entrevistados/as):

- Por causa dos professores que ensinam bem e estão sempre dispostos a ajudar. (Entrevista nº 02)
- É ótimo por causa dos professores, das aulas... (Entrevista nº 08)
- Porque a gente aprende tanta coisa. Os professores são tão competentes. Eles ajudam muito. Eles têm muita paciência, eles fazem por gosto. Querem ver o aluno crescer. Ver o aluno subir. (Entrevista nº 30)
- Porque eles [os educadores] dão muita força, pra gente não desistir do que a gente quer. (Entrevista nº 31)
- Porque os professores são educados, atendem bem a gente e os alunos também. E a gente participa muito com eles. (Entrevista nº 36)
- Porque a relação dos professores com os professores, com os amigos [...] às vezes você quer desabafar com o professor e ele escuta. (Entrevista nº 37)
- Porque os professores são ótimos, ensinam muito bem. Não tenho o que reclamar. (Entrevista nº 39)

A análise de conteúdo realizada a partir das justificativas dos/as usuários/as, com relação aos conceitos atribuídos ao Projovem Urbano de bom a ótimo revela um traço predominante no que se refere à avaliação dos/as usuários/as a partir do indicador de qualidade. Trata-se da avaliação positiva acerca dos/as educadores/as do Programa.

De acordo com as análises das justificativas apresentadas, nota-se que o aspecto referente à boa avaliação dos/as educadores/as do Programa não ocorre, exclusivamente, pelo fato desses/as profissionais serem competentes, mas também pela postura que estes/as assumem frente aos usuários/as do programa.

A partir das questões levantadas, nota-se a importância atribuída pelos/as usuários/as, ao tipo de relação estabelecida entre os/as educadores/as e os/as jovens, revelando sutilmente, aspectos interessantes da prática educativa desses/as profissionais.

Em torno desse assunto, Freire (2002) alerta para o fato de que, vários saberes colocam-se como necessários à prática educativa, dos quais destacam-se o respeito, a autonomia e à dignidade de cada um/a, o respeito à liberdade, a questão da generosidade e do

comprometimento, além de um conjunto de outros saberes tão bem elucidados por este autor na sua obra: “ Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.” (FREIRE, 2002).

Diante disso, pode-se afirmar que “[...] a maneira como o educador enxerga os jovens é em grande parte determinante da maneira como ele se relaciona com eles e busca educá-los.” (DAYRELL; LEÃO; REIS, 2005, p. 72).

Mais do que isso, ao estabelecer uma relação de respeito e confiança com os/as usuários/as do Projovem Urbano, os/as educadores/as acabam por contribuir para que o Programa seja valorizado e bem avaliado por seus/as usuários/as.

e) **Questões de ordem pessoal e outras questões (07 entrevistados/as):**

- Porque pra mim foi uma bênção ter conseguido uma vaga. Foi muito bom. (Entrevista nº 05)
- Não é excelente, é algo bom. É difícil achar algo excelente no meio público. (Entrevista nº 06)
- Não é ótimo porque não tem com quem deixar as crianças. (Entrevista nº 07)
- Bom, devido à dificuldade das diferenças da série. (Entrevistada nº 14)
- Tem tudo pra dar na mão, é só você aproveitar. (Entrevista nº 16)
- É por causa dos jovens. É uma ajuda bastante para os jovens. (Entrevista nº 18)
- Acho bom em tudo. Acho uma diversão [...] é divertido também. Eu gosto. Fico imaginando quando acabar. Vou sentir uma falta grande do Projovem. (Entrevista nº 20)
- Podia ser ótimo, mas por causa da escola [...] fica sem aula, por causa das confusões no Gervásio Maia. (Entrevista nº 27)

No decorrer do processo avaliativo do Projovem Urbano, à luz do indicador de qualidade, é possível perceber o quanto a dimensão subjetiva está imbricada em todo o processo. Fato que se confirma nas análises decorrentes do conteúdo apresentado pelos/as usuários/as entrevistados/as do Programa.

Embora esse tipo de avaliação não tenha sido predominante, pois, apenas 07 usuários/as justificaram o conceito atribuído em função de questões pessoais, trata-se sem dúvida, de um dado relevante, tendo em vista que, para muitos/as jovens usuários/as dos programas sociais destinados ao segmento juvenil, essas iniciativas constituem-se espaços privilegiados de socialização e interação social.

Geralmente, as atividades desenvolvidas nesses programas favorecem o encontro, a convivência e a construção de vínculos de amizade. Enfim, em muitas situações amplia-se a rede de relações sociais desses/as jovens.

Para Dayrell, Leão e Reis (2005, p. 72), “[...] não podemos esquecer que o grupo de pares, o lazer e a diversão aparecem como elementos constitutivos da singularidade da condição juvenil das camadas populares.”

Nota-se também, que além dos aspectos já mencionados, ao atribuir conceito ótimo ou bom ao Programa, os/as usuários/as consideraram alguns aspectos que, por vezes, até apresentam dubiedade ao referir-se também a questões negativas, tais como: problemas na escola, não ter com quem deixar as crianças (os/as filhos/as). Contudo, percebe-se que tais questões não os/as impediram de procederem a uma avaliação positiva do Programa.

f) Recebimento da bolsa (02 entrevistados/as)

- Porque ajuda em tudo, tem a bolsa, tem o curso e fora que a gente termina mais rápido. (Entrevista nº 15)
- Muita gente gosta por causa da bolsa, é um estímulo, e pra muita é uma porta, um estímulo pra voltar a estudar. (Entrevista nº 26)

O recebimento da bolsa constitui-se outro aspecto favorável na atribuição de conceito de ótimo a bom entre os/as usuários/as entrevistados. Esse benefício foi avaliado por um dos/as usuários/as como um estímulo para participação no Programa. Esse aspecto, porém, será discutido mais adiante à luz do indicador de efetividade.

Apresentam-se, a seguir, as justificativas indicadas pelos/as usuários/as entrevistados/as que auferiram conceito **regular** ao Projovem Urbano, o que representa 10,3%, isto é, 04 dos/as usuários/as entrevistados/as.

- Porque o que mata é o arco, o professor não faz ‘porra’ nenhuma. Diz que o ‘cara’ vai aprender, mas até agora não aprendi nada. (Entrevista nº 21)
- Porque eu acho que eles [os educadores] deveriam se dedicar mais, porque tem gente que tem muita dificuldade de aprender. (Entrevista nº 25)
- Tem muita coisa que precisa melhorar. Os professores são bons [...] mas acho que nem é culpa do Projovem. É do colégio mesmo. Esse curso mesmo, o Projovem deveria mandar o professor de informática. (Entrevista nº 28)
- Porque me sinto incomodada com os professores falando o tempo todo na bolsa. Isso é uma humilhação! (Entrevista nº 17)

Ao proceder à análise de conteúdo consubstanciada nas justificativas apresentadas acima, vê-se que o conceito atribuído relaciona-se às dificuldades com relação aos/as educadores/as e com a escola na qual as atividades do Programa são desenvolvidas.

De acordo com as justificativas apresentadas nas entrevistas 21, 28 e 17 as dificuldades com os/as educadores/as ocorrem tanto pela ausência do professor de informática, o que demonstra uma fragilidade do Programa, haja vista, ser este um eixo de formação importante, como também, por questões de metodologia de trabalho, e ainda, por problemas de relacionamento entre o educador/a e o/a usuário/a do Programa, em virtude do recebimento da bolsa.

Diante disso, percebe-se mais uma vez, o quanto o perfil dos/as educadores/as e a postura desses/as frente às demandas apresentadas pelos/as usuários/as, têm um papel determinante na avaliação que os/as usuários/as fazem do Programa. E embora as justificativas relativas ao conceito regular incidam numa avaliação negativa acerca de alguns educadores/as, cabe ressaltar que de uma maneira geral, estes/as foram bem avaliados/as pelos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano.

Pode-se ainda acrescentar que os/as usuários/as entrevistados/as qualificaram de forma expressiva as ações e atividades do Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB. Para tanto, e de modo conclusivo, registra-se a seguir a síntese dos resultados referentes ao indicador de qualidade, a partir das duas dimensões avaliativas utilizadas pelo SIAPS: o atendimento e a satisfação.

Com relação ao **atendimento** verificou-se que as necessidades apresentadas pelos/as usuários/as foram atendidas com qualidade. Segundo a avaliação dos/as usuários tal constatação se expressa, de modo peculiar no momento em que 94,9% indicaram qualidade nos serviços prestados, com destaque para os aspectos ligados à competência dos/as educadores/as e os conhecimentos adquiridos.

Quanto a dimensão avaliativa referente à **satisfação**, 89,7% atribuíram conceito de ótimo a bom ao Projovem Urbano, revelando, com isso uma avaliação (objetiva e subjetiva) que também atesta qualidade aos serviços oferecidos pelo Programa.

Passa-se a analisar o último indicador social acerca do Projovem Urbano, qual seja: o indicador de **efetividade**.

4.3 O Programa Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as à luz do indicador de efetividade

No contexto das políticas sociais, um dos debates que tem sido recorrente refere-se à necessidade de monitoramento e avaliação das ações, projetos e programas sociais desenvolvidas por essas políticas. De modo específico, aponta-se a importância de monitoramento e avaliação dessas ações, no sentido de identificar suas reais implicações no cotidiano, ou melhor, na vida dos sujeitos demandatários da intervenção pública estatal.

Com relação às políticas destinadas à juventude, também se faz necessário empreender um conjunto de medidas avaliativas a fim de avaliar a **efetividade** dessas políticas no atendimento das necessidades sociais dos/as jovens.

Traduz-se como avaliação de efetividade ou de impacto, aquela que busca analisar se a ação social desenvolvida junto aos sujeitos produziu impactos no sentido de mudança qualitativa em sua condição de vida. Em outros termos, isso significa que, “[...] a efetividade de um programa se mede pelas quantidades e níveis de qualidade com que realiza seus objetivos específicos, isto é, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide.” (DRAIBE, 2001, p. 36)

Nesse sentido, a avaliação desenvolvida à luz do indicador social de efetividade ou de impacto possibilita que a avaliação da gestão de uma dada política social contemple a sua dupla dimensionalidade: a objetiva (em torno dos resultados) e a subjetiva (a partir do processo de implementação) dessa política (ALMEIDA, 2008).

Acrescenta-se ainda que a avaliação de um dado programa, projeto, serviço ou ação social não se restringe tão somente a sua dimensão técnica que afere o impacto quantitativo, objetivo e imediato. Por se tratar de avaliação de políticas sociais envolve uma dimensão de cunho político que oferece subsídios sobre os resultados que implica em mudança na qualidade de vida dos seus usuários. Assim, possui uma dimensão subjetiva no tocante ao nível de satisfação desses usuários em relação ao atendimento das necessidades demandadas. (ALMEIDA, 2008, p.12)

A aplicação do indicador avaliativo de impacto ou de efetividade do Projovem Urbano segundo seus/as usuários/as, no município de João Pessoa/PB fundamenta-se na viabilidade política e técnica em analisar os seguintes aspectos: à luz do indicador social de efetividade:

- ✓ Atendimento ou não das necessidades sociais dos/as usuários/as entrevistados/as;

- ✓ Gaus de satisfação das necessidades dos/as jovens usuários/as do Programa;
- ✓ Mudança na vida dos/as usuários/as após participação no Programa;
- ✓ Participação política dos/as usuários/as entrevistados/as;
- ✓ Compreensão acerca da cidadania;
- ✓ Formas de utilização do benefício oferecido pelo Programa;
- ✓ Compreensão acerca dos/as responsáveis pelo atendimento das necessidades juvenis.

Discuti-se, a seguir, a efetividade do Projovem Urbano a partir da especificação ou não do **atendimento ou não das necessidades** dos/as usuários/as entrevistados/as.

Como se pode vislumbrar na Tabela 17 os dados indicam a predominância de usuários/as, (84,6%), que afirmaram ter suas necessidades atendidas pelo Projovem Urbano.

TABELA 19 – Atendimento ou não das necessidades e os aspectos positivos citados/as pelos/as usuários/as em relação ao Projovem Urbano. João Pessoa/PB, 2010.

ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES			ASPECTOS POSITIVOS		
	Nº	%		Nº	%
Sim	33	84,6	Entrada no mercado de trabalho	19	57,6
Não	06	15,4	Educacional	08	24,2
-	-	-	Financeiro	04	12,1
-	-	-	Formação para a cidadania	02	6,1
-	-	-	Outros	-	-
TOTAL	39	100	TOTAL	33*	100

Fonte: Primária

Nota: Este total corresponde aos/as usuários/as que afirmaram ter suas necessidades atendidas pelo Programa.

De fato, é expressivo o número de usuários/as que consideraram ter suas necessidades atendidas em algum aspecto pelo Programa investigado, ou seja, 84,6%. Em termos quantitativos apenas 06 dos/as 39 entrevistados/as, isto é, 15,4% indicaram o não atendimento de suas necessidades.

Em torno desse primeiro aspecto avaliativo cabe uma ressalva. Sabe-se que, são muitas e diversificadas as necessidades sociais pautadas pela juventude no atual contexto do capital. Vale lembrar também, que o acirramento dos níveis de desigualdade social no País foi responsável pela acomodação de uma realidade perversa para os/as jovens brasileiros/as nestas últimas décadas, marcada dentre outros aspectos, pela violência e desemprego.

Tal contexto produziu entre os/as jovens “[...] um discurso e uma prática reivindicatória em torno de alguns temas e de algumas bandeiras que os particulariza nos dias presentes.” (BAPTISTA, 2008, p.103). Dentre essas reivindicações, a luta pela ampliação de

políticas públicas na área da educação, trabalho, lazer dentre outras despontam como uma necessidade concreta por parte da juventude.

Portanto, ao analisar a indicação do atendimento das necessidades por parte dos/as jovens usuários/as do Projovem Urbano nota-se que a efetividade do Programa, neste caso, refere-se a alguns aspectos específicos, em que predominou – conforme os dados da Tabela 18 – com 57,6% na avaliação dos/as usuários/as, o atendimento de suas necessidades no que diz respeito à **entrada no mercado de trabalho**.

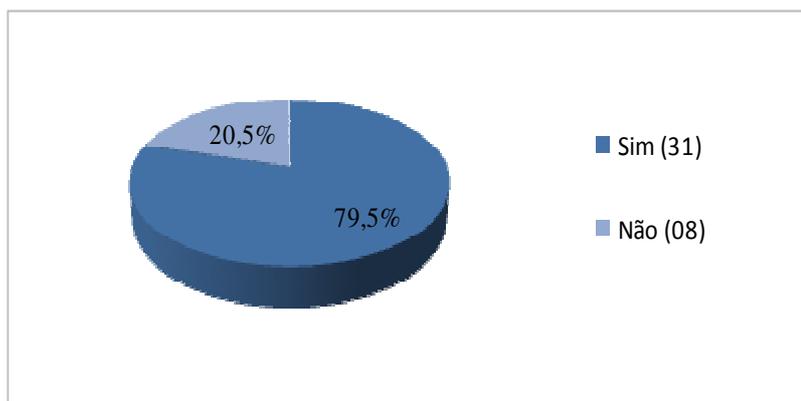
Esse resultado, não significa que os/as jovens usuários/as entrevistados/as, após sua participação no Programa se inseriram no mercado de trabalho. O atendimento de suas necessidades, neste caso, está relacionado à formação recebida na área da qualificação profissional. Diante disso, ressalta-se que “[...] os jovens reconhecem que a necessidade de capacitar-se está relacionada a todo um conjunto de habilidades necessárias que nem são garantidas pelo sistema formal, nem estão disponíveis em seus cotidianos de relação [...]” (SOARES; RIZZINI; BUSH, 2010, p. 83).

Como é possível notar, existe de fato uma preocupação exacerbada dos/as jovens com a questão da inserção no mundo do trabalho. “Essa preocupação não é pautada apenas pela necessidade de ajuda à família, mas também como um fator que possibilita a vivência da condição juvenil em outras esferas sociais extremamente valorizadas por eles [...]” (DIAS; GUIMARÃES, 2007, p. 109). Dentre essas esferas sociais valorizadas pela juventude, na qual por meio do trabalho eles/as podem ter acesso, destacam-se a questão do lazer, da cultura e do consumo de determinados bens materiais, amplamente divulgados pela mídia, a exemplo do consumo de grandes marcas de roupas, calçados, equipamentos eletrônicos etc.

Evidencia-se ainda os 24,2% dos/as usuários/as que afirmaram ter suas necessidades atendidas com relação ao aspecto **educacional**. Ou seja, para estes/as jovens o Programa cumpre um papel importante, na medida em que as ações voltadas para a conclusão do Ensino Fundamental, tal como proposto pelo Programa, atende às expectativas já registradas anteriormente, nos dados relativos às motivações para acessar ao Programa.

Diante desses resultados, cabe observar que, “[...] a educação é um tema abordado tanto por jovens que já têm o ensino médio concluído e aspiram cursar o nível superior, quanto por jovens que querem concluir o nível fundamental e seguir os estudos para terem a oportunidade de saírem do trabalho braçal.” (BAPTISTA, 2008, p.104).

Outro aspecto a ser analisado à luz do indicador de efetividade diz respeito ao **grau de satisfação** dos/as usuários/as com relação aos serviços oferecidos pelo Projovem Urbano no município de João Pessoa/PB.



Fonte: Primária

GRÁFICO 17 – Grau de satisfação ou não dos serviços oferecidos pelo Projovem Urbano segundo os/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa/PB, 2010.

De acordo com esse Gráfico, atesta-se que 79,5% dos/as usuários/as entrevistados/as disseram estar satisfeitos/as com os serviços do Programa. Assim, quando perguntados/as de que forma essa satisfação se traduzia, estes/as optaram em dar as seguintes respostas:

- ✓ 41,9% (13 usuários/as) avaliaram estar satisfeitos em virtude de o Programa ter conseguido **aumentar sua auto-estima**;
- ✓ 32,3% (10 usuários/as) relacionaram a satisfação com o programa pelo fato dele **criar boas expectativas de vida**;
- ✓ 12,9% (04 usuários/as) consideraram que o Programa **prepara para a vida adulta**, por isso a indicação de satisfação;
- ✓ 6,5% (02 usuários/as) indicaram satisfação com relação às atividades do Programa, haja vista o fato deste **retirar da rua ou da ociosidade**.
- ✓ 3,2% (01 usuário/a) relacionou o seu grau de satisfação com relação ao Programa, ao fato de **sentir-se valorizado com o recebimento da bolsa**;
- ✓ 3,2% (01 usuário/a) demonstrou satisfação devido aos **conhecimentos adquiridos**.

Em face desses resultados, verifica-se a efetividade do Programa a partir da satisfação das necessidades da maioria os/as usuários/as entrevistados/as, em que predominaram os aspectos ligados a dimensão subjetiva: aumento da auto-estima (41,0%) e cria boas expectativas de vida (32,3%).

Tal constatação vem enfatizar o fato da avaliação de efetividade também considerar os aspectos subjetivos como um elemento importante no processo de avaliação dos programas sociais, tendo em vista que a partir do indicador de efetividade social busca-se identificar se o

programa conseguiu projetar algum efeito concreto nos indivíduos usuários/as desses programas ou não (BAKER, 2001).

Com relação a esta pesquisa vê-se, segundo os dados apresentados acima, que a efetividade do Projovem Urbano se processa predominantemente através do aumento da auto-estima dos/as jovens nele inseridos/as como ao fato de criar boas expectativas de vida. Ressalta-se também que além desses aspectos, foram citados outros que também contribuíram para uma avaliação positiva desse Programa

Trata-se de um aspecto relevante ao considerar o perfil dos/as usuários/as do Programa, bem como os seus objetivos. Pois, como vem sendo detectado ao longo deste estudo, e em especial no Capítulo anterior, a maioria dos/as jovens entrevistados/as encontram-se desempregados/as, com uma renda individual muito baixa e a renda familiar considerada insuficiente para o atendimento das necessidades da família. Além disso, coloca-se também o fato de a totalidade dos/as usuários/as entrevistados/as apresentar baixa escolaridade.

A partir dessa reflexão, destaca-se a importância desse indicador como um fator de resistência a essa conjuntura. Pois, à medida que o Projovem Urbano contribui para elevar a auto-estima e criar boas expectativas de vida dos/as jovens usuários/as, estes/as poderão – lembrando que se trata apenas de uma possibilidade – estabelecer ao longo de suas trajetórias de vida, formas mais efetivas de enfrentamento às dificuldades existentes.

Contudo, compreende-se que do ponto de vista de uma mudança estrutural não compete apenas aos indivíduos, e em especial à juventude, criar as condições para tal transformação, embora estes/as tenham que participar ativamente desse processo. Mesmo, porque, tais mudanças dependem de profundas determinações macrossociais, nas áreas econômicas, política, social, cultural da sociedade capitalista.

Portanto, ao avaliar o Projovem Urbano, segundo seus/as usuários/as à luz do indicador de efetividade, busca-se uma aproximação dos “[...] seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou seu fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições de vida das pessoas atingidas pelo programa social sob avaliação”. (ALMEIDA, 2008, p. 07).

Nessa perspectiva, verifica-se, a seguir, a efetividade do Projovem Urbano a partir de **mudança ou não na vida dos/as usuários/as entrevistados/as** após a participação no Programa. Para essa questão, um percentual expressivo de 94,9% de usuários/as atribuiu mudança em sua vida, em virtude da participação no Projovem Urbano/PB, conforme os dados da Tabela seguinte.

TABELA 20 – Mudança ou não na vida e os aspectos positivos citados pelos/as usuários/as entrevistados/as após participação no Projovem Urbano. João Pessoa/PB, 2010.

ESPECIFICAÇÃO DE MUDANÇA OU NÃO	Nº	%	ASPECTOS CITADOS	Nº	%
Sim	37	94,9	Reinserção no processo de escolarização	28	75,7
Não	02	5,1	Melhoria na qualidade de vida	07	18,9
-	-	-	Maior participação política e social	01	2,7
-	-	-	Inserção no mundo do trabalho	-	-
-	-	-	Outros (<i>Forma de se relacionar com as pessoas</i>)	01	2,7
TOTAL	39	100		37*	100

Fonte: Primária

Nota: Este total corresponde aos/as usuários/as que indicaram de forma positiva alguma mudança em sua vida após participação no Projovem Urbano.

A leitura analítica dos dados sistematizados na Tabela 20 indica que dos/as 37 (94,9%) usuários/as que afirmaram ter havido alguma mudança, esta ocorreu efetivamente por meio dos seguintes aspectos:

a) Mudanças ocorridas com maior incidência

✓ **Reinserção no processo de escolarização (75,7%):**

De acordo com a avaliação dos/as usuários/as a mudança mais expressiva após a participação no Projovem Urbano ocorreu em função do retorno ao processo de escolarização. Voltar a estudar representou para esses/as jovens a abertura de novas oportunidades, além de estar submersa nessa indicação de mudança alguns aspectos citados anteriormente, relativos aos graus de satisfação, como a elevação da auto-estima e da criação de boas expectativas de vida.

Desse modo, “[...] na sociedade contemporânea, a escolaridade cumpre o papel não apenas de formação, mas de construção das identidades sociais. Além disso, cumpre a função de delimitar marcos simbólicos nas fases de transição e transformação do jovem.” (SOARES; RIZZINI; BUSH, 2010, p. 76).

✓ **Melhoria na qualidade de vida (18,9%)**

Como se constatou, para 18,9% dos/as usuários/as entrevistados/as a participação no Programa proporcionou melhoria na qualidade de vida, sendo este o segundo aspecto indicado

com maior incidência na avaliação dos/as usuários/as. Trata-se de uma questão difícil de ser mensurada, tendo em vista que a melhoria na qualidade de vida indicada pelos/as usuários/a pode estar relacionada a um conjunto de fatores ou mesmo a um fator isolado correspondente, por exemplo, ao bem estar físico, mental, psicológico e emocional, bem como a fatores de cunho social como o acesso a determinados bens e serviços sociais como saúde, educação, lazer, as relações familiares e de amizade ou ainda o aspecto do consumo.

Esse resultado revela coerência com a avaliação do Projovem Urbano realizada pelos/as usuários/as acerca do indicador social de qualidade, na qual a maioria atestou qualidade aos serviços oferecidos pelo Programa.

Tal constatação demonstra a articulação que existe entre os indicadores avaliativos de qualidade e efetividade, uma vez que um está contido no outro. Ou seja, torna-se fundamental para que haja efetividade nas ações de uma determinada política social, que seus projetos e programas desenvolvam suas ações com qualidade.

b) Mudanças com menor incidência

✓ Na forma de se relacionar com as pessoas (2,7%)

Entre as mudanças com menor incidência na vida dos/as usuários/as após a participação no Projovem Urbano, encontra-se o aspecto ligado a “forma de se relacionar com as pessoas”, citado por 01 usuário/a. Verifica-se com esse resultado a contribuição do Programa no que diz respeito à criação de espaços que podem favorecer a interação social dos/as jovens e à formação de vínculos que possibilitem a sociabilidade geracional.

✓ Participação política e social (2,7%)

Apenas 01 usuário/a (2,7%) indicou a efetividade do Programa relacionada à maior participação política e social. Tal resultado apresenta uma fragilidade do Programa tendo em vista que a “Participação cidadã” constitui um dos componentes que integra o currículo do Projovem Urbano, cuja compreensão acerca desse aspecto é a seguinte:

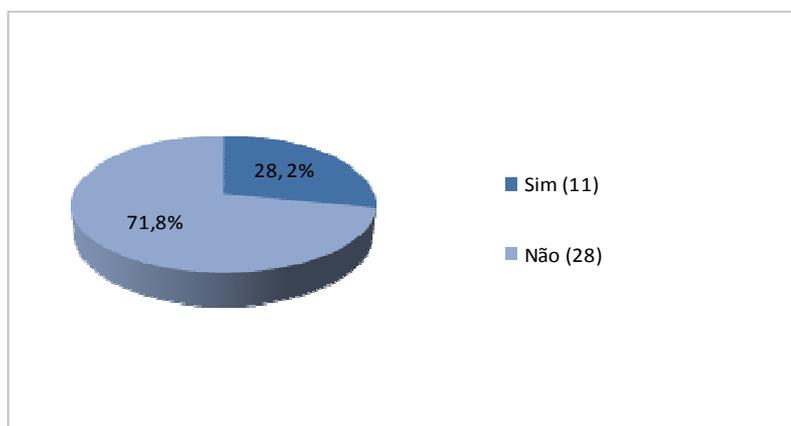
A participação cidadã é compreendida como ação socioeducativa que abrange múltiplas aprendizagens no âmbito da convivência entre os jovens, da sociabilidade e de participação na vida pública. No currículo do Projovem Urbano, a Participação Cidadã visa a contribuir para o reconhecimento pelos

jovens de seus direitos e deveres cidadãos e para o desenvolvimento de potencialidades que resultem no exercício da cidadania ativa, criadora de novos direitos, de novos espaços participativos e comprometida com a democracia. (SALGADO, 2008, p.84).

Sendo um eixo estruturante do currículo ou da proposta pedagógica do Programa, a dimensão relacionada à participação política e social dos/as usuários/as tem a mesma importância que os demais componentes curriculares, qual seja: o ensino fundamental (escolarização) e qualificação profissional. Contudo, vem-se observando, no caso desta pesquisa, que a efetividade ou os impactos do Projovem Urbano relacionam-se predominantemente em torno do aspecto da escolarização e da qualificação profissional, segundo a avaliação dos/as os/as usuários/as entrevistados/as.

Assim, embora a dimensão do Programa ligada a “Participação cidadã”, seja considerada um aspecto extremamente relevante na formação juvenil, o Projovem Urbano não conseguiu de acordo com esta pesquisa, produzir mudanças efetivas na vida dos/as jovens no que diz respeito a essa dimensão.

Tal constatação é confirmada na análise dos dados a seguir referente à **participação dos/as jovens na comunidade** em que se verificou a predominância de 71,8% de jovens que **não** participam de nenhuma organização social.



Fonte: Primária

GRÁFICO 18 – Participação ou não em organizações da comunidade segundo os/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano. João Pessoa/PB, 2010.

De fato, os dados sinalizam que apenas 11 jovens, ou seja, 28,2% dos/as jovens indicaram participar de algum tipo de organização na comunidade. Dentro desse percentual foram especificadas as seguintes organizações: (07) participam de Igreja Evangélica; (01)

participa de Grupo Musical; (01) participa do Grupo de Mães do Conjunto Gervásio Maia e (01) participa do Projeto Fogão Escolar/CRAS.

Atesta-se, portanto, que ao especificar o tipo de organização social a qual os/as jovens estão inseridos/as prevalece um número significativo de jovens participantes de Igrejas Evangélicas, dado que aponta para uma realidade cada vez mais crescente entre os/as jovens.

Sobre esse aspecto, Baptista (2008), chama atenção para importância de analisar com muito cuidado a inserção das famílias marcadas pela pobreza nos espaços de natureza mística. Haja vista uma tendência muito comum de esvaziamento da cidadania e de despolarização da vida pública própria dos dias de atuais.

Ressalta-se, porém, que tal reflexão não pode ser generalizada a todas as organizações religiosas, dada à importância histórica de participação política da juventude, emergentes em grupos e movimentos religiosos.

Para Novaes (2005, p. 264-265)

Os jovens brasileiros, nascidos do final da década de 1970 para cá, encontraram um mundo mudado. Eles fazem parte de uma geração pós-industrial, pós-Guerra Fria e pós-descoberta da ecologia. Vivem as tensões e os mistérios do emprego, da violência urbana e do avanço tecnológico. Em um contexto de intensificação da difusão de informações, a cultura midiática também oferece espiritualidades. Para os jovens de hoje, multiplicam-se igrejas e grupos de várias tradições religiosas. Para eles também existem possibilidades de combinar elementos de diferentes espiritualidades em uma síntese “pessoal e intransferível”. Em síntese: nos dias atuais, surgem constantemente novas possibilidades sincréticas que, ao mesmo tempo, (re) produzem identidades institucionais e até novos fundamentalismos.

Em geral, os dados desta pesquisa com relação à participação juvenil - em que predominou com 71,8% o percentual de jovens sem nenhum tipo de participação política e social na comunidade – expressa uma característica cada vez mais crescente da sociedade brasileira em que se verifica a apatia da população no envolvimento político das grandes pautas de interesse coletivo. Mesmo para o enfrentamento de questões relativas aos problemas do cotidiano de uma determinada comunidade, percebe-se a dificuldade de mobilização social.

Tal situação torna-se preocupante, uma vez que “[...] a participação política dos indivíduos, principalmente quando organizados, tem sido, e é uma condição fundamental para a transformação e democratização do poder e das relações estabelecidas na contextura social.” (SILVA, 2006, p.55)

Portanto, diante do atual quadro de desmobilização social frente às expressões concretas da “questão social” – materializada na pobreza, no desemprego, na violência, etc. – torna-se fundamental o revigoramento das lutas coletivas sociais capazes de mobilizar “[...] os sujeitos que vislumbram uma alternativa para além do capital, o que exige comprometimento, criação/retomada das estratégias de luta, por parte desses sujeitos, para que possam assegurar a conquista do objetivo em pauta.” (SILVA, 2006, p. 61).

Na tentativa de articular os aspectos ligados à questão da cidadania a partir do indicador de efetividade, perguntou-se aos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano do município de João Pessoa/PB se estes/as se sentiam um cidadão ou uma cidadã? Como resultado dessa indagação 94,9% (37) dos/as jovens responderam **sim**, e apenas 5,1% (02) disseram **não** se sentir cidadão/ã.

Diante disso, apresenta-se a seguir as justificativas apresentadas pelos/as usuários/as entrevistados/as com relação ao questionamento realizado.

Ao proceder à análise das justificativas¹³ apresentadas pelos/as jovens acerca da pergunta “você se sente um cidadão/ã?”, percebe-se a incidência de falas que vincula o fato de sentir-se cidadão/ã a questões morais e a aspectos de caráter pessoal, no qual os/as jovens atribuem a questão da cidadania como uma responsabilidade individual, ou seja, ao esforço pessoal de se relacionar bem com os seus pares e de respeitar o/a outro/a, conforme pode ser observado nas falas a seguir:

✓ **Cidadania na perspectiva de questões pessoais/subjetivas – (11 entrevistados/as)**

- Porque me sinto uma pessoa do bem. (Entrevista nº 01)
- Sou, porque me respeito e porque quero repassar a educação que recebi dos meus pais para os meus filhos. (Entrevista nº 02)
- Porque [...] depois de ter filho a pessoa muda bastante. (Entrevista nº 11)
- Porque eu sou gente, ser humano. (Entrevista nº 15)
- Porque sou uma pessoa do bem, batalhadora, guerreira. (Entrevista nº 20)
- Porque já venci tanta coisa na vida, tanta coisa que eu nem imagino. (Entrevista nº 29)
- Porque se a gente tentar erguer a cabeça e ir pra frente, você nunca vai fazer parte de nada da cidadania. (Entrevista nº 30)
- Porque eu respeito os outros e espero ser respeitada. (Entrevista nº 31)
- Porque eu sou uma pessoa do bem. (Entrevista nº 34)
- Porque eu vivo com dignidade. Eu não vivo com safadezas de roubo, de droga. (Entrevista nº 35)
- Porque tenho respeito, solidariedade. (Entrevista nº 36)

¹³Dos/as 37 entrevistados/as que afirmaram sentir-se cidadão/ã, 03 deles/as não apresentaram justificativa para a resposta. Em função disso, procedeu-se a análise das justificativas, correspondentes aos/as 34 usuários/as que assim o fizeram.

Além dessas perspectivas pessoais, verificou-se também que muitos/as jovens apontaram aspectos importantes acerca da concepção de cidadania, envolvendo elementos constituintes do binômio *direitos e deveres*.

Contudo, nota-se que em algumas justificativas, a ênfase ocorreu apenas em torno do *direito* – à educação, ao trabalho, a um benefício, a documentação e a participação - e, por vezes apenas em torno da perspectiva do *dever* – pagamento de impostos e respeito às leis. –, de modo a tornar um aspecto desvinculado do outro. Porém, algumas justificativas apresentaram as duas dimensões concomitantemente.

Nesse sentido passa-se a apresentar as justificativas dos/as usuário/as entrevistados/as que confirmam tais constatações:

✓ **Cidadania apenas na perspectiva do dever (06 entrevistados/as)**

- Porque respeito às leis. (Entrevista nº 03)
- Porque sou um cidadão normal, pago as contas em dia, não devo nada a ninguém, e posso ir aonde eu quiser. (Entrevista nº 10)
- Porque eu gosto de seguir as leis do Estado, obedecer às autoridades. (Entrevista nº 13)
- Porque pago os meus impostos. (Entrevista nº 17)
- Cumpro com os meus deveres de cidadã, pago os meus impostos. (Entrevista nº 26)
- Porque estou no bairro e na comunidade. Tenho que participar de algumas vezes. (Entrevista nº 24) (a participação é vista como dever, neste caso.)

✓ **Cidadania apenas na perspectiva do direito (11 entrevistados/as)**

- Eu tenho vários benefícios que um cidadão pode ter [...] documentos registrados. Sou brasileiro. Sei que não tenho todos os benefícios que deveria ter, mas ainda sim sou cidadão brasileiro. (Entrevista nº 06)
- Porque estou terminando meus estudos, estou fazendo um curso e vou atrás de um emprego. (Entrevista nº 12)
- Porque a pessoa que é cidadã é quando tem documentos, porque a pessoa sem documento não é cidadã. (Entrevista nº 16)
- Porque já voto, participo das coisas, né? (Entrevista nº 18)
- Tenho nome, tenho pai, tenho mãe, só não tenho emprego, mas me sinto uma cidadã como qualquer outra. (Entrevista nº 19)
- Porque só da pessoa ta vindo pro colégio é muito bom. (Entrevista nº 22)
- Sou cidadã, mas não tenho condições de ser cidadã. (Entrevista nº 27)
- Porque cidadã é estudar, não estar nas drogas, procurar um emprego [...] buscar uma vida melhor pra você, sua família.” (Entrevista nº 28)

- Porque participo da comunidade. (Entrevista nº 32) (a participação vista como direito)
- Porque eu sou importante pro mundo. Posso trabalhar e dar uma vida melhor pra mim mesmo e ter uma vida melhor pra mim e meus filhos. Meu maior sonho é ter uma casa e um trabalho de carteira assinada. (Entrevista nº33)
- Porque eu tenho todos os direitos. (Entrevista nº 38)

✓ **Cidadania na perspectiva do direito e do dever (06 entrevistados/as)**

- Porque tenho registro, identidade, porque participo do Bolsa Família, Projovem. Porque pago os meus impostos. (Entrevista nº 05)
- Porque eu luto pelos meus direitos, pago os meus impostos. (Entrevista nº 07)
- Porque sou igual a todo mundo, porque trabalho. Ajudo o meu esposo e sou solidária. (Entrevista nº 14)
- Porque eu contribuo com os impostos e procuro ir atrás dos meus direitos. Procuro emprego, saúde. (Entrevista nº 23)
- Porque eu pago os meus impostos. Porque eu estudo, tenho acesso à saúde, precária, mas tenho. (Entrevista nº 25)
- Porque eu tenho meus documentos, me relaciono bem com as pessoas, respeito a comunidade. (Entrevista nº 37)

Diante do exposto, pode-se dizer que a noção de cidadania construída pelos/as jovens usuários/as do Projovem Urbano, transita de forma predominante entre a perspectiva do direito e do dever.

Com relação ao *dever* fica evidente o quanto o “sentir-se cidadão/ã” nessa perspectiva está relacionado ao cumprimento de uma obrigação formal, que se dá dentre outras coisas, por meio do pagamento de impostos, do respeito às autoridades e às leis.

Ressalta-se, entretanto, uma tendência de justificativas mais vinculadas apenas à perspectiva do *direito*. De modo específico, há uma elucidação maior acerca do direito social que nas falas dos/as jovens aparecem através das políticas sociais do trabalho (emprego), da educação e da habitação.

Assim, algumas justificativas apresentadas revelam a desproteção social da juventude com relação a esses direitos à medida que estes lhe são negados, ou por vezes garantidos de forma precária e com pouca efetividade. Como também, verificou-se o fato de esses mesmos direitos serem publicizados pelos/as jovens, em função de tê-los assegurados, mesmo que seja no plano institucional de sua formalização.

Portanto, dialogar sobre cidadania, tendo como foco o segmento juvenil, pressupõe um (re)pensar atento sobre o lugar das juventudes mais pobres no

cenário sócio-político atual, visando com isto a sua redefinição e, conseqüentemente, a apropriação, por parte destas juventudes, dos direitos que lhes pertencem. Pressupõe, também, o reconhecimento de que o modelo de sociedade vigente não tem sido capaz de responder aos dilemas sociais, principalmente no que diz respeito à universalização dos direitos de cidadania. Logo, a sua superação é uma necessidade urgente que se impõe a todas/os que sonham com um mundo melhor: “Um outro mundo é possível!” (SILVA, 2006, p.55).

Apresenta-se a seguir as justificativas apresentadas pelos/as (02) usuários/as que disseram não se sentir cidadão/ã:

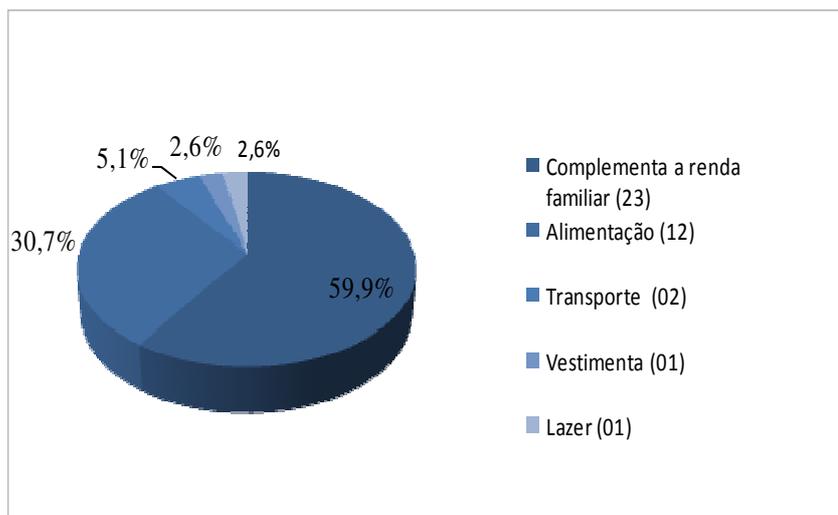
- Cidadã é aquela que sai da sua casa para um emprego, mas você não tem um emprego, você não tem nada. Como ser cidadã desse jeito? [...] eu não preciso de muita coisa pra ser feliz. Preciso apenas de um emprego, um empreguinho. (Entrevista nº 09)
- Porque eu não vou do lado da justiça, não gosto da justiça. (Entrevista nº 21)

Constata-se na fala da entrevista nº 9 o quanto a concepção de cidadania vincula-se ao direito ao trabalho ou de ter um “emprego”. Para essa usuária, o trabalho/emprego assume uma centralidade significativa em sua vida, inclusive, a condicionalidade para alcançar felicidade, segundo a fala da entrevistada, passa pelo acesso ao trabalho/emprego. Ao analisar o conteúdo apresentado nessa justificativa, verifica-se o quanto o trabalho apresenta-se como uma das grandes preocupações dos/as jovens brasileiros/as. Na verdade a ausência de oportunidades para inserção no mundo do trabalho ganha o centro das discussões de muitos/as jovens, tendo em vista que,

O desemprego entre os(as) jovens brasileiros/as é significativamente superior ao do restante da população. Ainda que tenha havido, ao longo dos anos, aumento das médias de escolarização dos(as) jovens, não houve aumento proporcional na oferta de empregos. Postos de trabalho que eram tradicionalmente ocupados por jovens sem experiência profissional são hoje ocupados por adultos(as) com prévia experiência – esta uma exigência para ocupação de vagas cada vez mais recorrente e inibidora do acesso dos(as) jovens aos postos de trabalho. (IBASE/PÓLIS, 2005, p.29).

Além desse aspecto do trabalho, verificou-se na fala do entrevistado 21 que o não “sentir-se cidadão” relaciona-se ao fato desse usuário não ter uma boa relação com a justiça.

Dando prosseguimento as análises em torno do indicador social de efetividade, vislumbra-se, a seguir, os dados relativos **às formas de utilização do benefício do programa** pelos/as usuários/as entrevistados/as.



Fonte: Primária

GRÁFICO 19 – Forma de utilização do benefício oferecido pelo Projovem Urbano segundo os/as usuários/as entrevistados/as. João Pessoa/PB, 2010.

No que se refere ao benefício oferecido pelo Projovem Urbano, os/as usuários/as indicaram utilizá-lo da seguinte maneira: 59,9% complementam a renda familiar; 30,7% utilizam o benefício com alimentação; 5,1% nas despesas com transporte; 2,6% na compra de vestimentas (roupas e calçados) e 2,6% em gastos com lazer.

Ao analisar esses dados constata-se que a maioria dos/as jovens entrevistados/as utilizam o benefício do Programa correspondente ao valor de R\$ 100,00 (cem reais), como complementação da renda familiar (59,9%) e se for considerado o segundo aspecto, ou seja, os gastos com alimentação (30,7%) chega-se a conclusão que mais de 80,0% dos/as usuários/as entrevistados/as utilizam o benefício com despesas familiares.

Tal incidência pode ser justificada pelo fato de a maioria das famílias dos/as usuários/as entrevistados/as apresentarem renda de até 01 salário mínimo. Deve-se advertir que, ao avaliar a renda familiar dos/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano já estava incluso no valor total da renda, o benefício do Programa.

Embora, configure-se como um valor muito baixo, esse benefício constitui-se para muitos/as dos/as jovens entrevistados/as como única fonte de renda individual, haja vista a situação de desemprego que afeta a esses/as jovens.

Embora o montante auferido, seja percebido mais como privilégio do que como direito, ele constitui um dos principais motivos, ainda que não o único, para permanência dos jovens nos programas. Para muitos, o pequeno valor recebido, a incerteza diante da continuidade da iniciativa, de sua

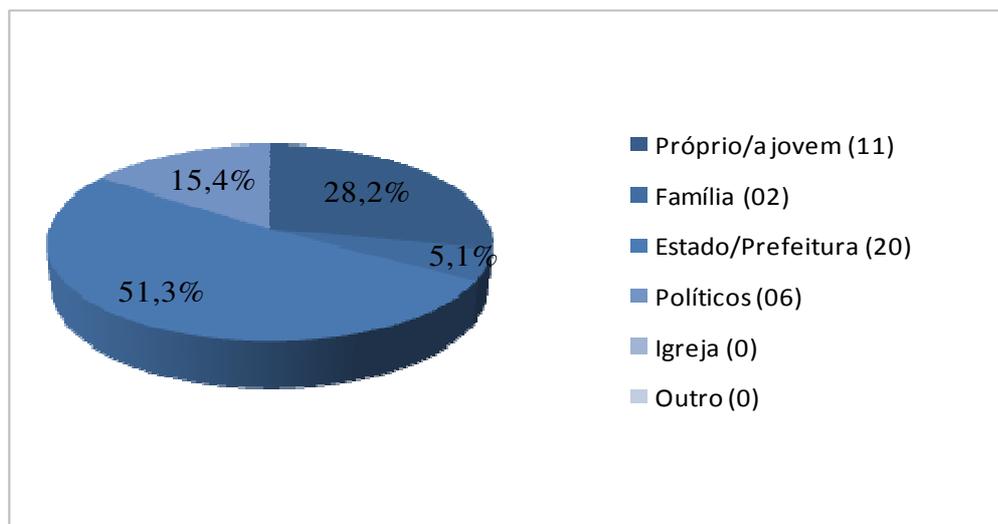
permanência como beneficiários, e o desejo de não ser “dependentes” do Estado reiteravam a necessidade e a prática de continuar procurando trabalho ou de realizar atividades precárias.” (CEDEC, 2003; CAMACHO, 2004, LEÃO, 2004 *apud* SPOSITO, 2007, p. 19-20).

Em face dessa realidade, um dos aspectos que atestam a efetividade do Projovem Urbano está relaciona-se ao processo de transferência de renda, não só para os/as seus/as usuários/as, mas também para o núcleo familiar o qual esses/as jovens estão inseridos/as.

Ademais, esses dados também apontam para um contexto perverso que se vive atualmente. O fato é que a concentração de riqueza e renda nesse País ainda se apresenta como um elemento assustador e inaceitável. No que toca ao segmento juvenil esse dado é ainda mais grave, posto que inseridos/as em famílias com baixo poder aquisitivo os/as jovens são levados/as a um processo de privação de suas necessidades mais candentes como é o caso do acesso à cultura, ao esporte, ao lazer, dentre outras demandas próprias desse segmento da sociedade brasileira. Pois, como foi possível averiguar através desta pesquisa, apenas 2,6% dos/as usuário/as entrevistados/as do Projovem Urbano utilizam o benefício para atividades de lazer, enquanto 2,6% utiliza para necessidades pessoais, isto é, na compra de roupas, calçados etc.

Além desses fatores, um aspecto também relevante a ser enfatizado decorrente do processo de desigualdade social e concentração das riquezas produzidas socialmente – emblemático da sociedade capitalista – refere-se ao fato de jovens de famílias de baixa renda, a exemplo da realidade desta pesquisa, serem praticamente obrigados/as a ingressar de forma precoce e precária no mundo de trabalho para subsidiar e complementar a renda de suas famílias. O que não acontece, em sua maioria, com os filhos e filhas de famílias ricas.

No Gráfico, a seguir, passa-se a analisar o último aspecto referente ao indicador de efetividade que trata da opinião dos/as usuários/as acerca de a quem cabe a **responsabilidade de atender as necessidades juvenis**.



Fonte: Primária

GRÁFICO 20 – A responsabilidade para atender as necessidades juvenis segundo os/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano. João Pessoa/PB, 2010.

Ao analisar os dados apresentados constata-se que 51,3% dos/as jovens entrevistados/as atribuíram ao Estado, aqui identificado em suas esferas (estadual e municipal), a responsabilidade em atender as demandas sociais da juventude.

Nesse sentido, coloca-se a necessidade do Estado brasileiro, avançar no sentido de adotar políticas públicas mais efetivas, a fim de que estas atuem, a partir da lógica dos direitos sociais, na redução dos “[...] excessos e de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos.” (CARVALHO, 2008, p.10). Considerando dentre a diversidade de demandas existentes, aquelas provenientes do segmento juvenil.

Em seguida, a família foi indicada por 28,2% dos/as usuários/as como a responsável em atender as necessidades apresentadas pela juventude. E também com uma forte incidência, 15,4% dos/as entrevistados/as atribuíram essa responsabilidade ao próprio/a jovem.

Embora seja preocupante esse aspecto que indica na avaliação dos/as jovens entrevistados/as ser a família e o próprio jovem responsáveis pelo atendimento das necessidades juvenis, faz-se necessário uma observação. Ao analisar com cuidado essa indicação não se quer com isso, isentar as famílias brasileiras e a sociedade em geral de assumir suas responsabilidades para com os/as seus/as jovens. No entanto, afirma-se ser esta uma responsabilidade essencial do Estado, a saber: garantir as condições econômicas, sociais, políticas e culturais para que, tendo as mesmas condições de igualdade no usufruto das riquezas produzidas socialmente, todos/as possam se desenvolver e reproduzir-se socialmente.

Porém, o que se verifica com relação às famílias brasileiras, e em especial as famílias pobres – e por conseqüência com os/as jovens membros dessas famílias – é a

desresponsabilização do Estado no atendimento de suas necessidades, transferindo para a órbita privada responsabilidades públicas estatais.

Nestas famílias o comprometimento da capacidade de assegurar as condições mínimas de reprodução social dos seus membros produz necessidades de atenção e proteção social, a saber: saúde pública de qualidade, educação escolar de qualidade, creches de qualidade, cultura, lazer e esportes, oportunidade de desenvolvimento das capacidades com autonomia e criatividade, ações que o Estado sob a égide neoliberal não se propõe a ofertar. Assim as famílias são obrigadas a adotar as mais diversas formas e alternativas para sobrevivência física, material e psíquica. (BAPTISTA, 2008, p.102).

Assim, ao transferir suas responsabilidades no atendimento político das necessidades postas pelos mais diversos segmentos sociais, o Estado provoca um contexto de desproteção social, atingindo, sobremaneira o segmento juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas neste estudo investigativo evidenciam a centralidade que vem ganhando a temática **juventude** na sociedade brasileira, em virtude de uma série de transformações político-sociais, econômicas e culturais no mundo contemporâneo com profundos rebatimentos na sociedade brasileira.

Dados da Pnad 2007 analisados pelo IPEA (2008) confirmam que 26,4% da população brasileira é constituída por jovens com idade entre 15 e 29 anos. O que representa exatamente 50,2 milhões de jovens brasileiros/as, dos quais, mais da metade dessa população, ou seja, 14,0 milhões podem ser considerados/as pobres por viverem em famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo.

Além desses dados, também se chama atenção para o fato de apenas metade dos/as jovens pertencentes ao grupo de 15 a 17 anos freqüentar o ensino médio e cerca de 4,6 milhões de jovens encontrarem-se na condição de desempregados/as. Embora esses dados apontem uma realidade desafiadora, na análise do IPEA (2008, p.11), “[...] ao longo dos anos, as condições de vida juvenil têm melhorado em diversos aspectos: a formalização do trabalho vem se intensificado, o nível de escolaridade aumentando e as diferenças e desigualdades no que se refere à cor/raça e gênero diminuindo.”

Contudo, ainda são muito acentuados os níveis de desigualdade e pobreza que afligem o segmento juvenil, derivado de uma formação sócio-histórica excludente e fortemente dual, agravados pelo Estado brasileiro ter optado por um tipo de modelo econômico concentrador e subalterno aos interesses capitalistas dos países centrais. Nesse contexto, deixou-se de fora da partilha das riquezas socialmente produzidas pelo País, a maior parte da população, e de maneira, específica, a juventude.

Esse quadro contextual se potencializou ao longo dessas últimas décadas, sobremaneira, em virtude do processo de reestruturação das relações capitalistas que têm no projeto neoliberal sua maior expressão. A partir do arcabouço neoliberal, desencadeia-se no Brasil uma série de estratégias com o objetivo de estabelecer as bases necessárias para o desenvolvimento dessa nova ordem capitalista mundial, engendrada pelo capital financeiro.

Na área social as conseqüências advindas da conjuntura neoliberal são desastrosas, especialmente, no que diz respeito ao agravamento das condições sócio-econômicas e das alterações do mundo do trabalho. Têm-se uma redução gradativa da base social do Estado que atinge a gestão das políticas sociais e uma intensa precarização dos serviços sociais prestados

por estas políticas, além de ser comum a adoção de ações de caráter fragmentado e sem continuidade no trato das expressões da “questão social”.

Para Silva (2009), no contexto neoliberal as políticas sociais são atingidas triplamente pelos seguintes aspectos: redução de recursos, o que interfere diretamente na qualidade dos serviços básicos prestados à população usuária; diminuição da adoção de políticas universalistas; e generalização da implementação de programas/projetos sociais focalizados. Esses aspectos são implementados através das reformas sociais de cunho privatizantes.

Este estudo se coloca como uma possibilidade investigativa de analisar determinadas implicações que as atuais transformações societárias impuseram ao segmento juvenil.

Em face à agravante realidade juvenil são muitas as análises que se elaboram no sentido de melhor compreender as particularidades que o universo juvenil representa. Por vezes, tal interesse se dá exclusivamente na esfera das produções acadêmicas em estudos que a cada dia vêm ampliando e aprofundando essa temática; e a emersão de iniciativas públicas na forma de programas e projetos sociais direcionadas a população jovem que se dimensionam nas últimas décadas, em especial, a partir do final dos anos 1990.

Embora tais iniciativas sejam consideradas de extrema relevância, de um modo geral, elas não conseguiram alterar de forma efetiva o atual quadro de desproteção social que se encontra a juventude brasileira, no qual se destacam perversas expressões concretas da “questão social” como a violência, a miséria, o desemprego juvenil, a concentração de riqueza, dentre outras.

No processo de construção desta pesquisa partiu-se da compreensão de juventude enquanto categoria social, tomada em sua historicidade. Trata-se, de uma juventude multifacetada, constituída pelo recorte de classe, gênero, raça e etnia, ou seja, a juventude não é uma só face, porém, múltipla do ponto de vista de seus interesses e demandas específicas no campo social, cultural, político e econômico.

A partir do entendimento de que a juventude é marcada por traços plurais, vivida pelos sujeitos de forma diferenciada, torna-se necessário, por outro lado, a compreensão de que as Políticas Públicas, destinadas aos/as jovens, sejam elaboradas e implementadas de modo a considerar todas as mediações que perpassam essa categoria. Além disso, que essas Políticas Públicas de Juventude, embasadas na perspectiva dos direitos e da construção de espaços democráticos, devam ser capazes de promover o desenvolvimento do segmento juvenil em todas as dimensões da vida.

Ainda no que tange às Políticas Públicas de Juventude, ressalta-se a importância de estas serem pensadas e articuladas no bojo das políticas sociais. Segundo Bango (2003, p.49),

“[...] se as políticas de juventude e as políticas sociais não forem pensadas desde esse marco estratégico, então serão incapazes de superar a limitação de serem políticas de compensação social.” O marco estratégico mencionado por esse autor, diz respeito a um projeto mais amplo do ponto de vista social e econômico, no qual o Estado coloca-se como principal protagonista na condução das políticas sociais.

No entanto, a investida neoliberal capitaneada pelo grande capital financeiro atua na perspectiva de redução gradativa do papel do Estado, enquanto maior responsável pela provisão na área social. Nesse contexto, Novaes (2003, p.141) chama atenção para o fato de que,

É preciso garantir a universalização de acessos e lidar com a diversidade sem cair na fragmentação. O primeiro passo será lembrar sempre que pobreza e desigualdades sociais se retroalimentam, mas são resultados de dinâmicas sociais específicas. O desenho de políticas públicas dirigidas para a multifacetada juventude brasileira deve ser feito de maneira a universalizar direitos e acessos sem reproduzir desigualdades.

Na perspectiva de monitorar as políticas e os seus programas, projetos e ações sociais vêm se desenvolvendo, nas últimas décadas, estudos e mecanismos de avaliação. Nesse caso, a avaliação apresenta-se como um instrumento relevante no sentido de analisar os aspectos que caracterizam a gestão das atuais ações programáticas de políticas sociais.

Assim, este estudo investigativo objetivou avaliar a efetividade do Projovem Urbano segundo a ótica da (des) proteção social da juventude. Para tanto, recorreu-se metodologicamente a um número específico de sujeitos – 39 jovens usuários/as do núcleo Raimundo Nonato do Projovem Urbano, situado no Conjunto Habitacional Gervásio Maia, na cidade de João Pessoa/PB. As análises elaboradas a partir da opinião desses sujeitos contribuíram de forma significativa com este estudo.

O Projovem Urbano – programa social avaliado neste estudo - conforma-se como uma modalidade do Projovem Integrado, que busca proporcionar a formação integral aos/as jovens por meio de uma efetiva associação entre: a Formação Básica, para elevação da escolaridade com vistas à conclusão do Ensino Fundamental; a Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial; e a Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade. (SALGADO, 2008).

Para operacionalizar a avaliação desse Programa recorreu-se ao instrumento metodológico do Sistema de Indicadores de Avaliação de Programas Sociais (SIAPS). O SIAPS compõe-se de 03 (três) medidas avaliativas, em que se articulam instrumentos e técnicas quantitativas e qualitativas: a Análise Contextual, a Relação entre objeto e

Sujeito e a Avaliação e Avaliação de Programas Sociais através da acessibilidade, qualidade e efetividade (ALMEIDA, 2004). No caso desta pesquisa, procedeu-se à Avaliação do Projovem Urbano no Município de João Pessoa/PB segundo os/as seus/as usuários/as.

A partir dessa metodologia, embasada pela leitura da realidade na perspectiva marxista, elaborou-se a análise contextual. Nesse quadro contextual, delineou-se uma análise de conjuntura acerca dos acontecimentos contemporâneos que configuram as relações globais e a sociedade brasileira, e em especial, do atual contexto que perpassa as políticas sociais, com ênfase aos aspectos da realidade juvenil no bojo do neoliberalismo.

A segunda dimensão analítica – a Relação entre Objeto e Sujeito optou-se pela construção do perfil identitário e sócio-econômico dos/as usuários/as do Projovem Urbano. Em torno dos aspectos desse perfil, destacam-se os seguintes traços:

a) Dados pessoais (identitários):

- ✓ 87,2% dos/as usuários/as entrevistados/as são do sexo feminino, percentual que demonstra a significância da participação feminina;
- ✓ 51,3% dos/as entrevistados/as se auto-identificaram pardos/as, 41% de cor preta e 7,7% brancos/as. Esses dados revelam que dentre os/as 39 entrevistados/as 92,3% (ou seja, 36) dos/as entrevistados/as se consideram pardo/a ou preto/a, o que não difere dos demais usuários/as dos programas sociais que relacionam a condição de pobreza e a negritude da pele;
- ✓ 35,9% (isto é, 14) dos/as entrevistados/as situam-se na faixa etária entre 19-22 anos de idade, sobrepondo-se à faixa etária de 27-29 anos que aparece logo em seguida com 30,8%;
- ✓ 56% (isto é, 22) dos/as usuários/as afirmaram manter uma relação estável, no que diz respeito ao estado civil. Também foi significativo o número de entrevistados/as casados/as, cujo o percentual representou 31%; apenas 12% indicaram a condição de solteiros/as;
- ✓ No que se refere aos dados relativos ao papel exercido pelos/as usuários/as no contexto familiar destacou-se o de esposo/a com 46,1% e o de chefe de família com 41,1% sobre os demais papéis. Do percentual relacionado aos/as usuários/as que afirmaram serem chefes de família 87,5% são mulheres, apontando para a atual tendência de feminização pela responsabilidade familiar;

- ✓ 87,2% (isto é, 34) afirmaram ter filhos/as o que evidencia a maternidade/paternidade precoce e em condições econômicas precárias;
- ✓ 44,2% das famílias têm em média 02 (dois) filhos/as.
- ✓ 79,4% afirmaram ter os/as filhos/as frequentando a escola. Desse total, 77,8% estudam em escola pública, 11,1% em escola privada, 7,4% têm filhos/as em escola pública e privada, e 3,7% não responderam;
- ✓ 65,4% dos/as filhos/as dos/as usuários/as entrevistados/as têm acima de 05 anos de idade.

b) **Dados sócio-econômicos**

- ✓ 56,4% possuem escolaridade na faixa média entre o 6º e 9º ano do Ensino Fundamental, seguidos de 43,6% que têm escolaridade do 1º ao 5º ano;
- ✓ 56,4% (ou seja, 22) dos/as usuários entrevistados/as afirmaram estar desempregados/as. Ressalta-se ainda, que 100% dos/as usuários entrevistados/as possuem a Carteira de Trabalho e, desse total, apenas 7,7%, (isto é, 03) entrevistados/as, têm sua Carteira assinada;
- ✓ 25,6% dos/as entrevistados/as afirmaram estar subempregados/as, dos quais 50% dos vínculos são temporários e os outros 50% situam-se no campo do trabalho autônomo. Entre as atividades ocupacionais citadas pelos/as entrevistados/as, a de maior recorrência relacionou-se ao setor de vendas com 30%, seguido de atividades realizadas no espaço doméstico, com destaque para os serviços de Babá de Crianças (20%) e Faxina Domiciliar (10%), desempenhadas por jovens do sexo feminino;
- ✓ 87,1% possuem renda individual mensal de até ½ (meio) Salário Mínimo. Contudo é importante atestar, que a renda indicada provém, em sua maioria, da bolsa oferecida pelo Projovem Urbano, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais;
- ✓ 94,9% deles/as participam parcialmente da renda mensal da família, enquanto 5,1% são totalmente responsáveis pela renda familiar mensal;
- ✓ 41,0% das famílias dos/as usuários/as recebem até 1 (um) Salário Mínimo e 30,8% tem rendimento de 1 (um) a 1 e ½ (um e meio) SM;
- ✓ 66,7% afirmaram a renda não ser suficiente para o atendimento das necessidades da família. Nesse caso, 61,5% delas afirmaram buscar ajuda de familiares;
- ✓ Dos/as usuários/as que afirmaram recorrer a programas sociais 51,6% indicaram o Bolsa Família e Pão e Leite (concomitantemente); 32,3% apenas

ao Bolsa Família e 6,4% aos programas Bolsa Família e PSF (concomitantemente). Dessa forma, o Programa Bolsa Família correspondeu a 90,3%, dentre os programas sociais citados;

- ✓ 79,5% possuem casa própria; 61,6% moram em casas com 04 (quatro) a 05 (cinco) cômodos, e 15,3% tem acima de 05 (cinco) cômodos. Em torno desse aspecto, prevalece com 71,8% o número de casas contendo entre 04 e 05 cômodos;
- ✓ 79,5% dos/as usuários/as do Projovem Urbano entrevistados/as moram em famílias constituídas por uma média de 02 a 04 membros e 20,5% de 05 a 07 membros;
- ✓ 56,0% das moradias são compostas por mulheres e 44% por homens. Desse universo 50,0% são pessoas adultas, incluindo os/as jovens, 44,7% crianças e 5,3% adolescentes. Não houve a incidência de pessoas idosas;
- ✓ 100% das moradias possuem iluminação elétrica e serviço de abastecimento de água encanada; 71,8% têm acesso ao serviço de saneamento básico; 100% utilizam-se do serviço da coleta de lixo regular; 56,4% consideraram o serviço de transporte urbano de fácil acesso;
- ✓ Com relação aos equipamentos sociais e comunitários próximos à moradia: 92,3% têm escola; em 79,5% há existência de creche; 92,3% não possuem Posto Policial; 87,2% contam com alguma Unidade de Saúde da Família/Programa Saúde da Família; 74,4% têm Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); 82,1% afirmaram a existência de quadra ou ginásio poliesportivo; 51,3% possuem Centro Social; e 76,9% indicaram a existência de Praça.

A terceira dimensão analítica do SIAPS centrou-se na Avaliação do Projovem Urbano segundo os/as seus/as usuários/as através dos indicadores sociais de acessibilidade, qualidade e efetividade. Apresentam-se os resultados levantados a partir desses indicadores:

a) Indicador Social de Acessibilidade

- ✓ 74,3% dos/as usuários/as entrevistados/as citaram a conclusão dos estudos (ou a possibilidade de voltar a estudar) como o maior motivo para participação no Projovem Urbano;
- ✓ o acesso ao Projovem Urbano pautou-se prioritariamente por meio de inscrição, sendo essa variável indicada por 94,8% dos/as entrevistados/as;

- ✓ 89,7% dos/as usuários/as afirmaram não ter tido dificuldade em acessar o Projovem Urbano, assim como prevaleceu o percentual de 94,9% de usuários/as atendidos/as na primeira vez que recorreram ao Programa;
- ✓ 61,5% dos/as usuários/as indicaram “outros” meios de informação não previstos nos instrumentos de pesquisa, como meio de obter informação sobre o Programa. Dentre esses “outros”, destacaram-se os seguintes resultados: 37,5% tiveram acesso à informação no contato com os amigos/as mais próximos da comunidade; 29,2% através da escola na qual as atividades do Programa seriam desenvolvidas; 12,5% através de pessoas da própria família; 8,3% por meio de cartazes e 8,3% de carro de som. Além disso, verificou-se que a televisão é o segundo meio de informação de maior alcance entre os/as entrevistados/as, com o percentual de 38,5%;
- ✓ 56,4%, dos/as usuários/as entrevistados/as afirmaram recorrer frequentemente aos programas das políticas sociais;
- ✓ Dentre as várias políticas sociais existentes, a de saúde foi indicada como a mais recorrida, com 50% entre os/as usuários/as entrevistados/as do Projovem Urbano. Em seguida, a política do trabalho aparece com 22,8%; educação 13,6%, e assistência social também com 13,6%.
- ✓ As políticas sociais com maior dificuldade de acesso foram a de saúde com 43,6% e trabalho também com 43,6%;
- ✓ As dificuldades mais citadas para o acesso a essas políticas, segundo os/as usuários/as, foram as seguintes: **a) saúde** - 20,5% precarização dos serviços prestados, 12,8% atribuíram a pouca informação recebida acerca dos serviços, programas e projetos desenvolvidos, 10,3% indicaram a questão das vagas limitadas; **b) trabalho** - vagas limitadas 12,8%; 12,8% atribuíram o acesso a pouca informação; e 10,3% afalta de qualificação;

b) Indicador Social de Qualidade

- ✓ 94,9% apontaram qualidade nos serviços prestados pelo Programa;
- ✓ A competência dos/as educadores/as desponta como o aspecto de maior predominância (75,7%) no momento de especificação de qualidade dos serviços oferecidos;
- ✓ 64,1% dos/as usuários/as não apontaram problema com relação ao Programa;
- ✓ 89,7% dos/as usuários/as entrevistados/as atribuíram conceito de ótimo a bom ao Projovem Urbano. Ao tomar por referência as justificativas apresentadas pelos/as

usuários/as no momento de definição do conceito ótimo (48,7%) e bom(41,0%) sobre o Programa, verificou-se que as justificativas apresentadas relacionam-se aos seguintes aspectos: oportunidade de terminar os estudos, capacitação para o trabalho, competência dos/as educadores/as e boa relação com os mesmos/as, recebimento da bolsa, questões de ordem pessoal e outras.

c) Indicador Social de Efetividade

- ✓ 84,6% dos/as entrevistados/as consideram ter suas necessidades atendidas em algum aspecto pelo Programa investigado;
- ✓ A efetividade do Programa, nesse caso, referiu-se a alguns aspectos específicos: 57,6% indicaram o atendimento de suas necessidades no que diz respeito à expectativa de entrada no mercado de trabalho (qualificação profissional) e 24,2% afirmaram ter suas necessidades atendidas com relação ao aspecto educacional;
- ✓ 79,5% disseram estar satisfeitos/as com as ações do Programa. Essa satisfação traduziu-se nos seguintes aspectos: 41,9% (13 usuários/as) avaliaram estar satisfeitos em virtude de o Programa ter conseguido aumentar sua auto-estima; e 32,3% (10 usuários/as) relacionaram à satisfação com o Programa pelo fato dele criar boas expectativas de vida;
- ✓ 94,9% de usuários/as atribuíram mudança/impacto em sua vida, após a participação no Projovem Urbano do município de João Pessoa/PB. Mudanças com maior incidência: reinserção no processo de escolarização (75,7%), melhoria na qualidade de vida (18,9%). Mudanças com menor incidência: a forma de se relacionar com as pessoas (2,7%) e maior participação política e social (2,7%);
- ✓ Com relação à participação dos/as jovens na comunidade se verificou a predominância de 71,8% de jovens que **não** participam de atividade de organização e mobilização social;
- ✓ 94,9% (37) dos/as jovens se consideram um/a cidadão/ã;
- ✓ Quanto ao benefício oferecido pelo Projovem Urbano, os/as usuários/as indicaram utilizá-lo da seguinte maneira: para 59,9% a bolsa complementa a renda familiar; 30,7% utilizam o benefício com alimentação; 5,1% nas despesas com transporte; 2,6% na compra de vestimentas (roupas e calçados) e 2,6% nas despesas com lazer;
- ✓ 51,3% dos/as jovens entrevistados/as atribuíram ao Estado a responsabilidade em atender as demandas sociais da juventude.

As análises construídas em torno dos resultados apresentados neste estudo investigativo revelaram a importância da Avaliação dos Programas Sociais, em face às características históricas que permeiam a sociedade brasileira, essencialmente, desigual e excludente e pelo atual conjuntura neoliberal de privatização, focalização e fragmentação em que se inserem tais programas.

Constatou-se, por meio das diversas contribuições teóricas de autores preocupados com a temática juventude, o quanto esse segmento social ao longo do curso da história brasileira esteve à margem das garantias formais de proteção social por parte do Estado. Quadro que passou a sofrer algumas alterações com o advento do debate em torno das Políticas Públicas de Juventude, no final dos anos 1990, e concretamente com a emergência de novos programas, projetos e ações sociais voltadas para o segmento juvenil.

Entretanto, atestou-se também que tais iniciativas ainda são insuficientes para alterar de forma efetiva a realidade da população juvenil, marcada no atual contexto do capital pela pobreza, violência e desemprego.

Com relação aos/as jovens sujeitos desta pesquisa a construção do perfil identitário e sócio-econômico sinalizou alguns aspectos característicos do atual quadro de desproteção social em que vive a juventude.

Dentre esses aspectos, comprovou-se que a maioria dos/as jovens entrevistados/as: possui baixa escolaridade, apresentando uma distorção significativa entre série/idade; encontra-se desempregado/a ou subempregado/a, com renda individual mensal de até ½ salário mínimo, sendo que parte significativa desta renda é oriunda do Projovem Urbano, ao qual estão vinculados/as por um tempo determinado; a renda da maioria das famílias dos/as jovens é de até 1 S/M, na qual os/as jovens contribuem parcialmente com esta renda; e ainda com relação a renda familiar verificou-se o não atendimento das necessidades familiares com a renda recebida, tendo a maior parte das famílias de desenvolver algumas estratégias a fim de garantir sua sobrevivência, além de boa parte delas recorrerem também a programas sociais de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família.

Ao confirmar o processo de desproteção social dos/as jovens a partir da construção do perfil dos/as jovens entrevistados/as, a dimensão avaliativa em torno do Projovem Urbano apresenta características muito positivas na avaliação de seus/as usuários/as.

Conforme se elucidou, os/as jovens entrevistados/as não apresentaram dificuldades quanto ao **acesso** ao Projovem Urbano, embora os meios oficiais de divulgação do Programa não impactaram junto aos/as jovens de forma direta. A dificuldade apresentada no que se

refere ao acesso, deu-se na verdade com relação às demais políticas sociais, especialmente, a política de saúde e trabalho, demonstrando a fragilidade do atual Sistema de Proteção Social brasileiro no atendimento das necessidades sociais da juventude.

O Projovem Urbano também apresentou qualidade na avaliação de seus/as usuários/as. Tendo em vista que estes/as atestaram qualidade nos serviços oferecidos pelo Programa, e ainda um percentual expressivo não apresentou problemas com relação ao mesmo. Outro indicador que apontou qualidade ao Programa relacionou-se ao fato de mais de 80% ter atribuído conceito de ótimo a bom.

Por fim, foi constatada a **efetividade** do Projovem Urbano, a partir do momento em que a maioria dos/as jovens entrevistados/as indicou os seguintes aspectos: atendimento das necessidades (qualificação profissional e educacional), satisfação com os serviços prestados pelo Programa (aspectos subjetivos) e indicação de mudanças na vida após a participação no Programa. Foi verificada a fragilidade do Programa no que diz respeito à dimensão da “Participação Cidadã”, quase não citada pelos/as jovens no decorrer deste estudo investigativo.

A partir de tais resultados, conclui-se a existência de efetividade do Projovem Urbano junto aos/as usuários/as, do Núcleo Raimundo Nonato localizado no Conjunto Gervásio Maia, no município de João Pessoa/PB.

Contudo, dada à complexidade macrosocial que conforma a realidade juvenil no atual contexto do capital, que tem diversificado o surgimento de novas demandas sociais por parte desse segmento populacional, ainda coloca-se como um grande desafio o atendimento dessas necessidades pelo atual Sistema de Proteção Social brasileiro, de modo, específico pelas Políticas Públicas de Juventude ainda em construção.

Assim, embora os/as usuários/as entrevistados/as apontem a efetividade do Projovem Urbano, chama-se atenção para o fato de tal programa ao intervir de forma isolada sem que haja, por outro lado, a cobertura efetiva de outros serviços sociais públicos voltados para a juventude, acaba por não alterar estruturalmente as condições de vida no aspecto sócio-econômico desses/as jovens, gerando com isso, um processo de desproteção social.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas públicas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, Helena Wendel. Juventude: uma agenda nova no debate das políticas. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto de 2005 a março de 2007**. Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In.: SALES, Apolinário; MATOS, Maurílio de Castro; LEAL, Maria Cristina (orgs.). **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **Avaliação da Gestão das Políticas Públicas Sociais: uma contribuição metodológica a partir da aplicação do sistema de indicadores sociais**. Brasília: Ministério do Planejamento/CONSAD, 2008.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. Rio Branco/AC: IESACRE, 2004.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **Sistema de Indicadores de Avaliação dos Serviços de Saúde: uma ferramenta metodológica em debate**. Fortaleza/CE: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ou Congresso Nacional de Assistentes Sociais na Saúde, 2004.

ALMEIDA, Suely Souza de. **Femícidio: algemas (in)visíveis do público-privado**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 1998.

ALMEIDA, Suely Souza de. Relações de Gênero: notas preliminares para análise de seu potencial heurístico. In: **Jornada de Pesquisa em Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: público e privado**. Tese de doutorado

(Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais) - PUC, São Paulo, 1996.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – precarização do trabalho e redundância salarial. IN. **Revista Katálisis**. Florianópolis v. 12 n. 2 p.188-197 jul./dez. 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARAÚJO, Marlene de Melo Barboza. **Abuso e Exploração Sexual Infanto-juvenil Feminina e as Respostas do Poder Público e da Sociedade Civil** – Tese de doutorado - Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, dezembro/2006.

ASSUNÇÃO, Geniely Ribeiro da. Avaliação dos atuais programas de proteção social segundo a gestão institucional. João Pessoa: UFPB/ CCHLA/ DSS/ PPGSS/ SEPACOPSS, 2007. (**Relatório Técnico Final de Pesquisa**).

ASSUNÇÃO, Geniely Ribeiro da; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes F. de. A Desproteção Social: temática predominante no Estado da Arte sobre a Pobreza na Paraíba. In: BEZERRA, Valdir Barbosa (org.). **Revista Iniciados** (vol. 12). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006. (Prêmio Iniciação Científica 2005/2006 – 14º Encontro de Iniciação Científica).

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2007**: o desenvolvimento e a própria geração. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org>. (Acesso em 02/11/2010).

BANGO, Julio. Políticas de Juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

BAPTISTA, Tatiane Alves. Família, juventude e neoliberalismo: desafios para a ressignificação do jovem como sujeito de direitos. **Libertas online – Revista do Programa de Pós-graduação em Serviço Social**. Juiz de Fora, v.3, n.1, p.95 – 110, dez / 2008.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **Os Direitos e a Avaliação de Políticas Sociais**: a perspectiva das mudanças técnicas num contexto anti-público. Rio de Janeiro: UERJ, 2003. (Mímeo).

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3ª Edição. Lisboa: Edições 70, 2007.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação Participativa de Programas Sociais**. São Paulo: Veras, 2000.

BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosana. In: HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luiza Costa de. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas**: uma experiência em educação profissional. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção da Nossa Época: 75)

BEHRIG, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Maria de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso (organizadoras). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Principais abordagens tóricas da política social e da cidadania**. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. CFESS/ABEPSS/UNB, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes Santos. Questão Social e direitos. In: CEFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. A política da seguridade social no Brasil. In: CEFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL/CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE. **PEC da Juventude nº 42/2008**: o Brasil precisa, a juventude quer. Brasília, 2009.

BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. **Relatório de Atividades: 2006**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2007.

BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Programas sociais. Disponível

em: <<http://www.juventude.gov.br/programas>> (Acesso em 23/05/2010)

BRASIL/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Projovem Urbano**. Disponível em: <http://www.projovemurbano.gov.br/site>. (Acesso em 12/03/2010).

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventudes: as identidades são múltiplas. In: **Movimento - Revista da Faculdade de Educação da UFF**. Nº 1. Juventude, Educação e Sociedade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

CARVAHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. “Gestão Social: alguns apontamentos para o debate.” In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS (Orgs.). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/IEE, 1999.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de Programas Sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. In: **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, 17(3-4): 185-197, 2003.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: Intertexto, 2001.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Trad. Iraci Poleti. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CONH, Amélia. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? In: NOVAES, Regina & VANNUCHI, Paulo (organizadores). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

CUNHA, José Ricardo. A nova política de atendimento no Estatuto da Criança e Adolescente. In: DINIZ, Andréia; CUNHA, José Ricardo (Orgs.). **Visualizando a política de atendimento à criança e ao adolescente**. Rio de Janeiro: Luteris Ed.: KroArt: Fundação Bento Rubião, 1998.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In. **Revista Brasileira de Educação**. Nº

24. São Paulo, 2003.

DAYRELL, Juarez; LEÃO, Geraldo; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, pobreza e ações educativas no Brasil. In: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras.** São Paulo: Global, 2007.

DIAS, Luciana Campos de Oliveira; GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin. Estratégias de sobrevivência de jovens pobres urbanos usuários de programas educativos. In: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras.** São Paulo: Global, 2007.

DRAIBE, Sonia. Avaliação de Impacto ou de Efetividade. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais.** São Paulo: IEE/PUCSP, 2001.

FONSECA, Ana. **Avaliação de Políticas Sociais.** Brasília: IPEA/BID, 2003. (Texto apresentado no Seminário para o Fortalecimento da Função Avaliação das Políticas Sociais na América Latina).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra/ Coleção Leitura, 2002.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FRIGOTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (organizadores). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. IN: SILVA e SILVA, Maria Ozanira da (org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática.** São Paulo: Veras, 2001.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. Coleção Enfoques Sociologia.

HOTZ, Celso. **Políticas sociais e suas raízes no modo de produção capitalista**: uma leitura nas categorias do materialismo Histórico-dialético. Disponível em : <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/celsohotz.pdf> (Acesso em 02/06/2010)

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Maria de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso (organizadoras). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 20ª ed.: São Paulo: Cortez; [Lima Peru]: Celatz, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**- Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> (Acesso em 20/08/2010).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 27. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. (Acesso em 25/08/2010)

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE; PÓLIS – INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS. **Livrodas Juventudes Sul-americanas**. Rio de Janeiro: IBASE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE; PÓLIS – INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS. Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas. **Relatório Final**. Brasil, 2005.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **PNAD 2007**: primeiras análises. Vol.4

Educação, Juventude, Raça/Cor. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

KAMEYAMA, Nobuco. Prefácio. In: SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social: entre a ordem e a “des-ordem”**. São Paulo: Cortez, 1999.

LAVINAS, Lena. Gênero, Cidadania e Adolescência. In: MADEIRA, Felícia Reicher (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

LÉON, Oscar Dávila. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

LESBAUPIN, Ivo. Governo Lula: um balanço do primeiro ano. In: **Praia Vermelha**. v.1, nº9. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p.10-33

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. A Assim Chamada Acumulação Primitiva do Capital. In.: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I. Livro Primeiro (O Processo de Produção do Capital). São Paulo: Abril Cultural, 1984. p.261-294.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Brasil: Martins Fontes, 1982. (Vol.1)

MEC. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE N ° 22 de 26 de Maio de 2008**.

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10ª. São Paulo: Hucitec, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Maria de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia

Tamaso (organizadoras). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAIS, Maria Piedade. Breve Diagnóstico sobre o Quadro Atual da Habitação no Brasil. In: IPEA. **Políticas Sociais, acompanhamento e análise**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

NOVAES, Regina Célia Reyes. **Juventude, oportunidade e apostas**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm Acessado em 11/08/2010

NOVAES, Regina Célia Reyes; CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira da; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friederich Ebert, 2006.

NOVAES, Regina. (org). **A Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NOVAES, Regina. Juventude, Exclusão e Inclusão Social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz a diferença? IN: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

OLIVEIRA, Iris Maria de. Cultura política, direitos e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Maria de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso (organizadoras). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PAIVA, Sabrina Pereira. Famílias e vulnerabilidades: retratos e representações sociais. In: **Revista Libertasonline**. Volume 03, Número 01. p. 129 – 149. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

PEREIRA, Almir Rogério. Histórico da política de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil. In: DINIZ, Andréia; CUNHA, José Ricardo (Orgs). **Visualizando a política de atendimento à criança e ao adolescente**. Rio de Janeiro: Luteris: KroArt: Fundação Bento Rubião, 1998.

PEREIRA, Potyara A. P. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. (orgs). **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo do bem-estar. In. SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (orgs.). **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **“Prefeito entrega Residencial Gervásio Maia, nesta quinta”**. Disponível em: www.joaopessoa.gov.br (Acessado em 19/12/2007)

RAICHELIS, Raquel. **Organização e gestão das políticas sociais no Brasil: desafios da gestão democrática das políticas sociais**. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. CFESS/ABEPSS/UNB, 2000.

RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/IEE, 1999.

ROCHE, Chris. **Avaliação de Impacto dos Trabalhadores de ONGs**. Trad. Tisel (Tradução e Interpretação Simultânea Escrita). São Paulo, Brasil: Cortez/ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2000.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Equidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In.: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Maria de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (organizadoras). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SALGADO, Maria UmbelinaCaiafa (org.). **Manual do Educador: orientações gerais**. Revisão: Leandro Bertoletti Jardim. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de jovens – Projovem Urbano, 2008.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Direitos, desigualdade e diversidade. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Maria de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (organizadoras). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

SARDINHA, Antonio; CHADAD, Marcela. **O direito à comunicação e a participação no controle social das Políticas Públicas - Implicações no cenário brasileiro**. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/direitos-humanos/encontro/TRABALHOS>. (Acesso em 30/10/2010).

SARTI, Cynthia. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Ademir Alves da. **As relações Estado-sociedade e as formas de regulação social**. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. CFESS/ABEPSS/UNB, 2000.

SILVA, Isaac Alexandre da. **Juventude e cidadania na perspectiva da educação popular: contribuição e limites da PJMP na Arquidiocese da Paraíba (1981-2006)**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB/CE/PPGE, 2006. (Dissertação de Mestrado). 161p

SILVA, Isaac Alexandre. Juventudes: cidadania e paz. In: CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da (org). **Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz: Juventude GerAção da Paz**. João Pessoa: Ed. Idéia / Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba, 2007.

SILVA, José Humberto da. **Os filhos do desemprego: jovens intinerantes do primeiro emprego**. Brasília: Liber Livro, 2009.

SILVA, Rosemary Marinho da. Juventudes e ações protagonistas. In: CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da (org). **Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz: Juventude GerAção da Paz**. João Pessoa: Ed. Idéia / Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba, 2007.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, Alexandre B. (org.); RIZZINI, Irene; BUSH, Malcom (coordenação). **Juventude e eles com o mundo do trabalho: retratos e desafios**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: CIESP; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

SOUSA, Janice Tirelli de. **Reinvenções da utopia: amilitância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SOUZA, José Herbert. **Como Fazer Análise de Conjuntura**. 26ª Edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retrato da juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes. Espaços públicos e tempos juvenis. In: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. In. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 24. São Paulo, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; CARROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Revista Tempo Social**. v.17. n. 2. São Paulo, 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid (Acesso em 25/05/2007).

SUPLICY NETO, José Virmond. **Conjunto Gervásio Maia é um mau exemplo arquitetônico, diz presidente do IAB.** Disponível em: <http://www.clickpb.com.br/artigo>(Acesso em 10/09/10)

TAPAJÓS, Luziele. Gestão da informação no SUAS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** nº 87. Ano XXVI (Especial 2006 – SUAS e SUS). São Paulo: Cortez, 2006.

TAVARES, Maria Augusta Tavares. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: CEFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. Conselhos Nacionais: participação ou agudizamento de conflitos. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto de 2005 a março de 2007.** Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

UFPB/EAD. As especificidades da desigualdade étnico-racial no cenário das desigualdades no Brasil. In.: **Curso sobre Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/ES em Gênero, Orientação sexual e Relações Étnico-raciais.** Livro de Conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Módulo 4 – Relações étnico-raciais. Unidade 2. Texto 4.

UFPB/EAD. Discriminação de gênero em contexto de desigualdade **social** e étnico-racial. IN.: **Curso sobre Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/ES em Gênero, Orientação sexual e Relações Étnico-raciais.** Livro de Conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Módulo 2 –Gênero. Unidade 2. Texto 1.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes.** Brasília, 2004.

VITTE, Claudete de Castro Silva; JANNUZZI, Paulo Martinho; KEINERT, Ruben César e KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Novas Abordagens de Desenvolvimento e sua inserção na Gestão das Cidades. In: KEINERT, Tânia; KARRUZ, Ana Paula (Orgs.) **Qualidade de Vida.** Observatórios, Experiências e Metodologias. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2010: Anatomia dos Homicídios no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

WEILHEIM, Jorge. O contexto da atual gestão social. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Rachel (Orgs). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/IEE, 1999.

APÊNDICES



PROJETO DE PESQUISA: A (Des) Proteção Social da Juventude: uma análise à luz da Avaliação do Programa PróJovem Urbano segundo seus usuários no município de João Pessoa/PB.

MESTRANDA: Geniely Ribeiro da Assunção

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

TERMO DE CONSENTIMENTO DO/A USUÁRIO/A

Caro/a Senhor/a

Solicito sua participação nesta pesquisa, a ser realizada na cidade de João Pessoa/PB, vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

Este estudo não lhe oferece nenhum risco e tem como objetivo avaliar a efetividade do Programa PróJovem Urbano no município de João Pessoa segundo a perspectiva da Proteção ou da Desproteção Social. Para realizar esta pesquisa necessitarei preencher um formulário e um questionário a fim de levantar alguns dados referentes ao perfil dos/as usuários/as do ProJovem, bem como avaliar a efetividade do mesmo segundo os/as entrevistados/as.

Durante a pesquisa o/a senhor/a receberá respostas a qualquer pergunta ou esclarecimento e a qualquer dúvida sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados ao estudo. Terá a liberdade de desistir, em qualquer momento e de participar da pesquisa sem constrangimento nem prejuízo para sua participação no Programa PróJovem Urbano. Terá ainda, a garantia do acesso aos benefícios vindos do estudo, do sigilo da sua identidade e das informações fornecidas.

Sua participação é voluntária. Conto muito com a sua colaboração.

Geniely Ribeiro da Assunção (Mestranda)
Telefone: 8843-5316



Eu concordo em participar desta pesquisa, dando as informações que forem necessárias.

Assinatura do/a Participante da Pesquisa



PROJETO DE PESQUISA: A (Des) Proteção Social da Juventude: uma análise à luz da Avaliação do Programa PróJovem Urbano segundo seus usuários no município de João Pessoa/PB.

MESTRANDA: Geniely Ribeiro da Assunção

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

TERMO DE CONSENTIMENTO DO/A GESTOR/A

Sr./a Gestor/a

Solicito sua participação nesta pesquisa, realizada na cidade de João Pessoa/PB, ligada ao Departamento de Serviço Social e à Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

Este estudo não lhe oferece risco nenhum e tem por finalidade avaliar o Programa PróJovem Urbano desenvolvido por essa instituição. Para realizar este trabalho necessitarei de preencher uma ficha cadastral e um questionário no intuito de levantar a sua opinião sobre a capacidade gestora da instituição no atendimento às demandas sociais, profissionais e institucionais.

Durante a pesquisa, o/a senhor/a receberá respostas a qualquer pergunta ou esclarecimentos a qualquer dúvida sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados ao estudo. Terá a liberdade de desistir, em qualquer momento, de participar da pesquisa, sem constrangimento nem prejuízo para a administração da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA. Terá ainda garantia do acesso aos benefícios vindos do estudo, do sigilo da sua identidade e das informações fornecidas.

Sua participação é voluntária. Conto muito com a sua colaboração.

Geniely Ribeiro da Assunção (Mestranda)
Telefone: 8843-5316



Eu concordo em participar desta pesquisa, dando as informações que forem necessárias.

Assinatura do/a Gestor/a Entrevistado/a



PROJETO DE PESQUISA: A (Des) Proteção Social da Juventude: uma análise à luz da Avaliação do Programa PróJovem Urbano segundo seus usuários no município de João Pessoa/PB.

MESTRANDA: Geniely Ribeiro da Assunção

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

FICHA DE CADASTRO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA PRÓJOVEM URBANO

1 – Nome do/a gestor/a: _____

2 – Razão Social: _____

3 – Sigla: _____

4- Endereço: _____

5 – Objetivos do PróJovem Urbano:

(Caso necessário continuar no item Observações Adicionais)

6 – Metas do PróJovem Urbano no período de 2009/2010/2011 para João Pessoa/PB

ANO	ESPECIFICAÇÃO METAS	QUANTIDADE

(Caso necessário continuar no item Observações Adicionais)

7 – Divisão administrativo-organizacional do PróJovem Urbano (Modalidade: divisão, coordenação, setor, núcleo, etc.)

MODALIDADE	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE

(Caso necessário continuar no item Observações Adicionais)

8 – Existência de parcerias na gestão do PróJovem Urbano () Sim () Não

9 – Em caso positivo, identifique (Tipo: Governamental, Não Governamental e Privado; Âmbito: Federal, Regional, Estadual e Local)



- () Fila () Inscrição () Indicação () Convite () Encaminhamento
() Outros. Especificar: _____

14 – No caso de indicação, identifique quem faz:

- () Prefeito Municipal de João Pessoa () Secretário da SEDES
() Assessores da PMJP () Funcionários da PMJP
() Assistente Social () Psicólogo
() Político () Cabo Eleitoral
() Familiares () Amigo/Vizinho
() Outro. Especificar: _____

15 - Meio/s utilizado/s de divulgação para acesso ao Projóvem Urbano: () TV
() Rádio () Jornal () Internet () Correspondência () Outro/s. Especificar: _____

16 – Responsáveis pela gestão municipal do PróJovem Urbano

FUNÇÃO	NOME

(Caso necessário continuar no item Observações Adicionais)

17 – Características dos recursos humanos envolvidos no PróJovem Urbano

- () Funcionários Públicos Municipais N° _____
() Funcionários Cedidos () Federais N° _____ () Estaduais N° _____
() Serviços Prestados/Temporários N° _____
() Estagiários () N° _____ () Voluntários N° _____
() Outros () N° _____ Especificar: _____

18 – Recursos orçamentários por fonte para o período de 2009 a 2011

(MDS: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

ANO: 2009

FONTES	VALOR (R\$)
Governo Federal/MDS	
Prefeitura Municipal de João Pessoa	
TOTAL	

ANO: 2010

FONTES	VALOR (R\$)
Governo Federal/MDS	
Prefeitura Municipal de João Pessoa	
TOTAL	

ANO: 2011

FONTES	VALOR (R\$)
Governo Federal/MDS	
Prefeitura Municipal de João Pessoa	
TOTAL	



19 – Recursos financeiros (até Agosto/2009)

FONTES	VALOR (R\$)
Governo Federal/MDS	
Prefeitura Municipal de João Pessoa	
TOTAL	

20 – Alocação dos recursos institucionais (federais e municipais) em 2009

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Administração (pessoal, material, etc.)	
Execução do PróJovem	
Outro (Especificar)	
TOTAL	

21 – Recursos humanos existentes em nível técnico (especificação e quantidade)
(Especificação: Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, etc.)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
TOTAL	

(Caso necessário continuar no item Observações Adicionais)

22 - Recursos humanos existentes em nível operacional/administrativo (especificação e quantidade) Especificação: Secretário, Recepcionista, etc.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
TOTAL	

(Caso necessário continuar no item Observações Adicionais)

23 – Relação custo/benefício por usuário para o ano 2009: R\$ _____

Observações Adicionais

Nº da Questão	Observações



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO



SETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANÁLISES DE CONJUNTURA, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

--	--

(Caso necessário continuar no item Observações Adicionais)

Observações da Entrevistadora

João Pessoa, ____/____/2009.

Geniely Ribeiro da Assunção (Mestranda)



PROJETO DE PESQUISA: A (Des) Proteção Social da Juventude: uma análise à luz da Avaliação do Programa PróJovem Urbano segundo seus usuários no município de João Pessoa/PB.

MESTRANDA: Geniely Ribeiro da Assunção

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

QUESTIONÁRIO DO/A USUÁRIO/A DO PROJOVEM

Nº

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO DO/A USUÁRIO/A

1.1 – Dados Pessoais

1.1.1 Iniciais do/a Usuário/a: _____

1.1.2 Sexo: () Masculino () Feminino

1.1.3 Etnia/Cor: () Branca () Preta () Parda

1.1.4 Idade: _____

1.1.5 Estado Civil: () Solteiro/a () Casado/a () Viúvo/a
() Desquitado/a () Divorciado/a () Relação estável

1.1.6 Local de Nascimento: Cidade _____ Estado: _____

1.1.7 Zonas Residenciais: () Zona Urbana () Zona Rural

1.1.8 Local de moradia atual: Bairro (ou Sítio): _____

1.1.9 Cidade: _____ Estado: _____

1.1.10 Zonas Residenciais: () Zona Urbana () Zona Rural

1.2 - Escolaridade, Trabalho e Renda

1.2.1 Escolaridade: () Analfabeto/a
() Ensino Fundamental () Do 1º ao 5º ano () Do 6º ao 9º ano
() Ensino Médio () Completo () Incompleto
() Ensino Superior () Incompleto

1.2.2 Inserção no mundo do trabalho:
() Ativo () Pensionista () Subempregado
() Não Trabalha () Desempregado () Estudante () Do lar () Incapaz
() Outro. Especificar: _____

1.2.3 Atividade de trabalho: _____

1.2.4 Local de Trabalho: _____



1.2.5 Vínculo Empregatício: () Fixo () Temporário () Autônomo

1.2.6 Carteira de trabalho: () Sim () Não

1.2.7 Tem carteira de trabalho assinada: () Sim () Não

1.2.8 Renda individual (mensal):

() Sem renda () Até de 1/2 SM () 1 SM
() de 1 e 1/2 2 SM () 3 a 5 SM () Acima de 5 SM

1.2.9 Nº de pessoas em casa que trabalham _____

1.2.10 Renda familiar (mensal):

() Sem renda () Até de 1/2 SM () 1 SM
() de 1 e 1/2 2 SM () 3 a 5 SM () Acima de 5 SM

1.2.11 Participação na renda familiar: () Sim () Total () Parcial () Não

1.2.12 Atendimento das necessidades da família com a renda recebida

() Sim () Não

1.2.13 Em caso negativo, a família recorre a:

() Familiares () Programas sociais governamentais () Políticos
() Igreja () Outro (Especificar) _____

1.2.14 Recorre a alguma instituição ou programa social? () Sim () Não

1.2.15 Em caso positivo, identifique: _____

1.3 **Contexto Familiar**

1.3.1 Papel nas relações familiares:

() Chefe de Família () Filho/a () Esposo/a () Outro _____

1.3.2 No caso de não ser chefe de família, com quem reside

() Cônjuge e filho/s () Cônjuge () Pais () Mãe () Pai
() Avós () Avó () Sogros () Outro. Especificar: _____

1.3.3 Filhos: () Sim () Não

1.3.4 Em caso afirmativo, quanto/s _____

1.3.5 Todo/s o/s filho/s mora/m em casa? () Sim Nº: _____ () Não Nº: _____

1.3.6 Em caso negativo, com quem mora/m o/s filho/s:

() Pais () Mãe () Pai () Avós () Avó () Outro _____

1.3.7 Motivo/s de o/s filho/s não morar/em com você [Obs. Pode ser mais de uma]



- () Separação do/a companheiro/a () Constituição de nova família
() Madastra/Padastro não quer () Pais assumiram o/s filho/s
() Falta de condições financeiras () Não quer assumir responsabilidade
() Não ter casa própria () Outro _____

1.3.8 Idade do/s filho/s

- () 0 a 2 anos. Quanto/s _____ () 3 a 5 anos. Quanto/s _____
() Mais de 5 anos. Quanto/s _____

1.3.9 Filho/s estuda/m () Sim () Não

1.3.10 Em caso positivo, em escola: () Pública () Privada

1.3.11 Em caso negativo, por que? _____

1.3.11 Filho/s freqüenta/m creche () Sim () Não

1.3.12 Em caso positivo, creche: () Pública () Privada

1.3.13 No caso de o/s filho/s freqüentar/em escola/creche privada, quem paga:

- () Pai do/s filho/s () Atual companheiro/a () Pais () Avós
() Sogros () Outro (Especificar) _____

1.3.14 Em caso do sexo feminino, existência de aborto/s: () Sim () Não

1.3.15 Em caso afirmativo, quanto/s _____

1.3.16 Aborto/s: () Espontâneo/s. Nº _____ () Provocado/s. Nº _____

1.3.17 Motivo/s do/s aborto/s provocado/s

- () Judicial [estupro/má formação] () Problema de saúde
() Não queria filho/s agora () Imposição do/a pai da criança
() Imposição dos pais () Falta de condições financeiras
() Outro. Especificar: _____

1.4 **Condições de Moradia**

1.4.1 Tipo de moradia:

- () Casa () Casa popular () Apartamento () Barraco
() Outros _____

1.4.2 Posse da moradia:

- () Própria () Alugada () Invasa
() Cedida [Por quem?] _____ () Compartilhada [Quem?] _____
() Financiada (Órgão) _____ () Outro. Especificar: _____

1.4.3 No caso de financiamento ou de aluguel, qual valor mensal?

- () ½ SM () 1 SM () 1 ½ SM () 2 SM () Mais de 2SM



1.4.3 Condições de Moradia:

Iluminação Elétrica: () Sim () Não

Água Encanada: () Sim () Não

Destino dos dejetos: () Fossa () Saneamento () Outros: _____

Destino do Lixo: () Coletado () Queimado () Jogado () Enterrado

Transporte: () Difícil acesso () Fácil acesso

1.4.4 Equipamentos comunitários próximos à Moradia:

Escola: () Sim () Não Creche: () Sim () Não

Hospital: () Sim () Não Posto Policial: () Sim () Não

Unidade de Saúde da Família/PSF: () Sim () Não CRAS: () Sim () Não

Ginásio/Quadra Esportivo: () Sim () Não

Centro Social/Associação de Moradores: () Sim () Não

Praça [Logradouro Público]: () Sim () Não

1.4.5 Ocupação da Moradia: N° de Cômodos: _____ N° de Membros: _____

1.4.6 Composição da Moradia por Moradores

COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE
Mulher/es	
Homem/ns	
Idoso/s	
TOTAL DE ADULTOS	
Criança/s	
TOTAL GERAL	

1.5 Acesso a bens de consumo e serviços domésticos

TV () Sim N° _____ () Não

Rádio () Sim N° _____ () Não

Automóvel () Sim N° _____ () Não

Aspirador de pó () Sim N° _____ () Não

Máquina de lavar roupa () Sim N° _____ () Não

Tanque de lavar () Sim N° _____ () Não

Computador () Sim N° _____ () Não

Banheiros () Sim N° _____ () Não

Cozinha () Sim N° _____ () Não

Empregada doméstica fixa () Sim N° _____ () Não

PARTE II – DADOS RELATIVOS AO OBJETO DE ESTUDO: Avaliação do Programa PróJovem Urbano segundo seus/suas usuários/as



2.1 Dimensão Avaliativa: Indicador de acessibilidade

2.1.1 O que motivou a sua participação no ProJovem Urbano?

- Bolsa Necessidade financeira pessoal
 Interesse financeiro da família Influência de parentes
 Influência de amigos Formação para cidadania
 Conclusão dos estudos (Ou possibilidade de voltar a estudar)
 Capacitação para o trabalho Outro. Especificar: _____

2.1.2 De que forma teve acesso ao ProJovem Urbano?

- Fila Inscrição Encaminhamento Por quem? _____
 Indicação. De quem? _____ Convite. De quem? _____
 Outras Especificar: _____

2.1.3 – Teve dificuldade/s para acessar ao Programa? Sim Não

2.1.4 - Em caso afirmativo, quais as dificuldades encontradas?

- Vagas limitadas Problemas com a documentação exigida
 Pouca informação Distância entre a casa e o Programa
 Outra. Especificar: _____

2.1.5 Através de que meio foi informado/a do Programa?

- Televisão Internet Rádio Correspondência
 Jornal Outros. Especificar: _____

2.1.6 Foi atendido/a na primeira vez que tentou acessar o Programa?

- Sim Não

2.1.7 Em caso negativo, quantas vezes tentou? _____

2.1.8 Costuma recorrer com frequência aos programas das Políticas Sociais?

- Sim Não

2.1.9 Em caso afirmativo, a qual Política Social recorre mais?

- Saúde Assistência Social Habitação
 Esporte Educação Lazer
 Trabalho Outra. Especificar: _____

2.1.10 Qual a política social que tem/teve dificuldade de acessar?

- Saúde Assistência Social Educação Esporte
 Lazer Habitação Trabalho Outra. Especificar: _____

2.1.11 Qual a maior dificuldade para o acesso?

- Vagas limitadas Problemas com a documentação exigida
 Pouca informação Distância entre a casa e o Programa
 Outra. Especificar: _____

2.1.12 Acessa a outros serviços/projetos/programas específicos para a juventude?

- Sim Não



2.1.13 Em caso afirmativo, especifique: _____

2.1.14 Você acessa ou já acessou outro programa social? () Sim () Não

2.1.15 Em caso positivo, qual:

() Bolsa Família () PróJovem Adolescente () PETI

() Outro. Especificar: _____

2.2 Dimensão avaliativa - Indicador de qualidade

2.2.1 Você tem conhecimento se o Programa ProJovem promove treinamento e capacitação dos/ as seus seus técnicos/as e funcionários/as? Sim () Não ()

2.2.2 Você sabe qual/ais tema/s é/são ministrado/s? Sim () Não ()

2.2.3 Você pode especificá-lo/s: _____

2.2.4 Você aponta qualidade/s nos serviços oferecidos pelo Programa?

() Sim () Não

2.2.5 Em caso afirmativo, especifique. [Pode ser mais de uma resposta]

() Competência dos/as técnicos/as () Instalações físicas do Programa

() Recebimento da Bolsa () Conhecimentos adquiridos

() Outra/s. Especificar: _____

2.2.6 Você aponta problemas/dificuldades no Programa?

() Sim () Não

2.2.7 Em caso afirmativo, especifique. [Pode ser mais de uma resposta]

() Baixo valor da bolsa () Atraso no recebimento da bolsa

() Não gosta das atividades do Programa () Despreparo do/s técnico/s

() Outra/s. Especificar: _____

2.2.8 Qual/ais as atividades que mais gosta de participar no Programa?

() Esporte () Aulas () Oficina de trabalho () Curso

Outra/s. Especificar: _____

2.2.9 De 0 a 10, que nota você dá ao ProJovem? _____

2.2.10 Como você considera o Programa?

() Ótimo () Bom () Regular () Péssimo

2.2.11 Justifique o conceito atribuído: _____

3.3 Dimensão avaliativa - Indicador de efetividade



3.3.1 O ProJovem atende as suas necessidades? () Sim () Não

3.3.2 Em caso afirmativo, em que aspecto:

() Financeiro () Educacional () Entrada no mercado de trabalho
() Formação para a cidadania () Outro. Especificar: _____

3.3.3 Os serviços prestados pelo Programa são satisfatórios? () Sim () Não

3.3.4 Em caso positivo, por que?

() Aumenta a auto-estima () Cria boas expectativas de vida
() Utiliza bem o seu tempo no Programa () Prepara para a vida adulta
() Retira da rua ou da vadiagem () Valoriza-se com o recebimento da bolsa
() Outro. Especificar: _____

3.3.5 Em caso negativo, por que?

() Não prepara para o trabalho () Não prepara para a vida adulta
() Não aproveita o conhecimento adquirido () Tempo perdido
() A motivação está ligada unicamente ao recebimento da bolsa
() Outro. Especificar: _____

3.3.6 Percebe alguma/s mudança/s em sua vida após a sua participação no Programa? () Sim () Não

3.3.7 - Em caso afirmativo, qual?

() Melhoria na qualidade de vida () Maior participação política e social
() Reinserção no processo de escolarização () Inserção no mundo do trabalho
() Outra/s. Especificar: _____

3.3.8 De que forma utiliza o benefício oferecido pelo Programa:

() Complementa a renda familiar () Alimentação () Transporte
() Vestimenta e calçados () Lazer () Outros. Especificar: _____

3.3.9 Participa de alguma organização na comunidade? () Sim () Não

3.3.10 Em caso afirmativo, especifique: _____

3.3.11 Quem deve se preocupar em atender as necessidades da juventude?

() Próprio/a jovem () Família () Estado/Prefeitura Municipal
() Políticos () Igreja () Outro. Especificar: _____

3.3.12 Você se sente um cidadão/ã? () Sim () Não

3.3.13 Justifique a sua resposta. _____

Obs. _____

